

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
— IBESP —

COMISSÃO EXECUTIVA

Helio Jaguaribe, *Secretario Geral* — Ewaldo Correia Lima — Guerreiro Ramos — Roland Corbisier — Romulo Almeida

## CADERNOS DO NOSSO TEMPO

REVISTA DE CULTURA E INFORMAÇÃO POLÍTICA

DIREÇÃO

Helio Jaguaribe, *Diretor* — Ewaldo Correia Lima, *Redator Chefe* — Carlos Luiz de Andrade e Ottolmy Strauch, *Secretários*

CONSELHO DE REDAÇÃO

Candido Antonio Mendes de Almeida, Carlos Luiz de Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, Ignacio Rangel, Israel Klabin, J. P. de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Heitor Lima Rocha, Moacir Felix de Oliveira, Oscar Lourenzo Fernandez, Ottolmy Strauch, Roland Corbisier, Romulo Almeida

Assinatura (4 números) — Brasil — Cr\$ 80,00  
Exterior — Us\$ 4,00  
Assinatura de apoio — Cr\$ 500,00  
Assinatura de ajuda — Cr\$ 2.000,00  
Número avulso — Cr\$ 30,00  
Número atrasado — Cr\$ 50,00

Administração — Rua do Ouvidor, 50 — 11.º andar, Tel. 23-6227  
Agente em São Paulo — Instituto Brasileiro de Filosofia, Rua 24 de Maio, 3.º, Tel. 34-6963

# CADERNOS DO NOSSO TEMPO

MARCA REGISTRADA NO D.N.P.I. SOB O N.º 151.921

ANO I

OUTUBRO-DEZEMBRO

N.º I

## APRESENTAÇÃO

CADERNOS DO NOSSO TEMPO é uma revista editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), para o fim de interpretar e debater os problemas de nosso tempo e do Brasil.

Todos os tempos, num certo sentido, são problemáticos para os que os vivem. Mas isto ocorre por motivos inerentes à condição humana, a vida se realizando no âmbito de dimensões antitéticas, que se opõem sem serem redutíveis umas às outras. Há épocas, porém, como sucede com a nossa — como sucedeu com as épocas de desintegração e colapso das civilizações anteriores à Ocidental — em que a problematidade com que se defrontram os homens não decorre, apenas, das antíteses que se constituem no processo da vida, impondo opções dilacerantes entre valores igualmente almejados, mas provem do fato de a vida mesma, como tal, se haver tornado problemática. A perda de validade ou de vigência das crenças que pautavam a conduta das épocas precedentes, a confusão causada pela inexistência de critérios de seleção e julgamento, a instabilidade da vida, sujeita a crises econômicas e sociais que se superpõem, a alienação causada pela massificação e pela proletarização, e a precariedade das coisas, sob o risco iminente da aniquilação atômica, tudo isto, em nossa época, converte em problema o fato mesmo de viver.

Um tempo assim, um tempo como o nosso, é sobretudo um desafio para a liberdade do espírito. Sômente o esforço de compreensão pode enfrentar-se com a vida, enquanto problema, e sômente a vontade de um agir livre pode empenhar-se em transformar o mundo. Ocorre, no entanto, que a imensa maioria dos homens, dadas as condições reais de sua existência, não tem liberdade para ter liberdade. E a minoria privilegiada empenha a sua liberdade na manutenção de seus privilégios. Daí as opções pri-

márias e brutais: capitalismo, comunismo; Estados Unidos, Rússia; espiritualismo, materialismo. E' certo que tôda opção, no concreto, postula uma simplificação deformadora do sistema de valores a que está referida. Mas há exigências próprias à opção concreta, que são, justamente, as de se fazer concretamente.

Em países como o Brasil, em que persiste a alienação colonialista, à crise peculiar à nossa época se acrescem as consequências daquela alienação. Os problemas do nosso tempo, inclusive os que afetam diretamente o Brasil, são considerados segundo as perspectivas dos interesses alienígenas. Recebemos do estrangeiro, juntamente com os problemas, sua interpretação prefabricada. E não suspeitamos de que, apesar da sinceridade e da validade relativas de movimentos como os que combatem o totalitarismo comunista, em defesa das liberdades democráticas, ou combatem o imperialismo e o capitalismo, em defesa das classes não possuidoras, não suspeitamos — repetimos — de que tais movimentos, em gráu variável, exprimem interesses concretos e privativos dos países ou das classes que os sustentam. Não suspeitamos de que, embora determinados aspectos desses movimentos exijam nossa adesão, esta nunca poderá se dar como se fôssemos americanos ou russos, sob pena de sacrificarmos, por alienação ideológica, nossos mais vitais interesses, levando ao suicídio nossa existência como pessoas e nosso destino histórico nacional.

CADERNOS DO NOSSO TEMPO representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e para compreender o Brasil na perspectiva do nosso tempo. Postulam a exigência de uma compreensão concreta da vida. O nosso tempo é o tempo em que realmente vivemos e temos de viver, o que só podemos fazer autenticamente a partir da realidade brasileira, da posição do Brasil na América Latina e desta no mundo. E o Brasil, como resultado de fatores históricos, de processos que ora se desenvolvem e de projetos para o futuro que vão sendo elaborados, só é compreensível a partir do nosso tempo, que compõe a estrutura de significações através das quais as coisas adquirem sentido para os contemporâneos.

Esse nosso propósito de compreensão concreta da realidade representa, ademais, um esforço para fundamentar uma ação autêntica, apoiada na justa interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas nossas condições de lugar e tempo.

Um dos precalços a tal objetivo — e certamente não o maior — será o desvirtuamento de seu significado, por parte dos que não podem ou não querem mais pensar e agir por conta própria.

## O ORÇAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS E SUA POLÍTICA EXTERIOR

O fato mais característico da recente evolução dos acontecimentos nos EE. UU., tanto do ponto de vista interno, quanto das relações internacionais, é, provavelmente, o corte solicitado pelo presidente Eisenhower ao orçamento proposto por seu antecessor, o qual interessa de maneira direta os fundos destinados à defesa, item esse que absorveu mais de metade da redução.

Os pronunciamentos do presidente e de outras altas autoridades norte-americanas não deixam dúvidas quanto à razão de ser da medida. Trata-se de autênticas dificuldades de ordem fiscal. Não que os EE. UU. sejam incapazes de suportar uma tributação muito maior do que a presente. Indiretamente a isso se referia, há pouco, o presidente, ao afirmar que a União Soviética não suportaria uma prova com os EE. UU., se estes mobilizassem todo o seu potencial.

O caso, porém, é que essa mobilização se vem revelando impraticável nas condições concretas. O Kremlin sabe, como tôda a gente, que os EE. UU. são mais ricos que a União Soviética, naturalmente. E possível que os soviéticos estejam agora alcançando um nível comparável ao dos EE. UU. em vários setores importantes da produção industrial, mas isso não anula o fato de que a riqueza da Rússia é recente, ao passo que a norte-americana é antiga. A produção soviética representa o máximo que é possível obter no momento com os fatores de produção existentes, ao passo que a norte-americana representa apenas uma fração disso. Sob a forma de mão de obra semi ou mal empregada, empregada em coisas não essenciais e sob a forma de recursos materiais e de equipamento só parcialmente explorados, há, no poderoso organismo da economia norte-americana, um formidável potencial de reserva que, se mobilizado, estremeceria a terra.

As reservas soviéticas têm que ser consciente e pacientemente acumuladas, à custa do consumo e da redução do ritmo dos investimentos produtivos, ao passo que as norte-americanas são uma decorrência espontânea do funcionamento do regime capitalista. Ora, os recursos potencialmente ao dispor do Estado,

em qualquer caso, representam uma mobilização de reservas — ou de fatores de produção, no sentido de dar origem a um produto nacional acrescido, apropriando-se o Estado da diferença, ou de produtos acumulados. O presidente Eisenhower tem plena razão, conseqüentemente.

Mas o problema não consiste em saber a quanto montam as reservas de determinada economia. Consiste em saber de que parcela do produto nacional bruto, em dado momento e em condições concretas determinadas o Estado pode apropriar-se, evitando que a essa parcela se encaminhe para alimentar o consumo ou os investimentos privados. Tanto a corrida armamentista quanto a própria guerra se ganham não com as reservas, mas com os recursos, materiais e humanos efetivamente mobilizados, e se a experiência norte-americana dos últimos anos significa alguma coisa, é precisamente que nada há de arbitrário nessa mobilização.

Para uma economia como a soviética, em que o industrial é o Estado, todo aumento de produtividade se converte, de maneira imediata e sem condição alguma, em lucro das empresas e, portanto, em recursos para o orçamento. A formação do superavit orçamentário é pois um processo espontâneo, regulado apenas pelo ritmo de redução do custo de produção, não dependendo de nenhuma decisão política. Nas condições de rápido aumento da produtividade e, portanto, de redução dos custos de produção, faz-se mister uma decisão política para a providência inversa, isto é, para transferir parte da renda esperada do Estado para a sociedade civil, quer dizer, para alimentar o fundo de salários. Assim, sem providência especial do Estado acumulam-se elementos que ele indiferentemente poderá destinar aos investimentos ou à defesa, isto é, a atender às próprias despesas.

Inversamente, num país capitalista, qualquer redução dos custos de produção — quer resulte de aumento da produtividade, quer da redução do nível de consumo da população trabalhadora — toma primariamente a forma de certa adicional quantidade de produtos em poder do industrial ou empreendedor privado e é sua propriedade. Esses produtos podem ser vendidos, caso em que se verifica um crescimento de sua renda monetária, ou podem não encontrar colocação, caso em que, longe de constituir um ativo tributável, é um onus, um passivo, que, eventualmente, pode forçá-lo a reduzir a produção no período subsequente, na expectativa de escoamento.

Se o particular consente em transferir para o Estado esses recursos — suposto seu escoamento, isto é, sua conversão real ou potencial em renda monetária — a posição financeira do Tesouro

público será sólida. Mas o particular tem condições a impor a essa transação, especialmente porque não lhe é absolutamente indiferente que a transferência se faça pelo imposto — caso em que se deixará expropriar — ou pelo empréstimo ao Estado — caso em que, pelo menos nominalmente, continua como proprietário do que entregou.

No caso norte-americano, o "big business", que se encontra na posição de credor de uma soma superior à renda nacional bruta, o empréstimo não oferece atrativo algum, porque o detentor do capital tem justificadas dúvidas quanto à solvabilidade do devedor — o Estado. Sabe que o resgate da dívida teria que ser feito, em última instância, com recursos previamente tomados ao próprio credor — aplicando-se o mesmo ao serviço da dívida, em vista da resistência das outras camadas sociais.

A alternativa seria — e foi — um imposto que incidisse especialmente sobre a massa dos consumidores, caso em que a política do Estado e os próprios negócios da alta finança com este são pagos pelo restante da população. Tal alternativa, sobre ter inconvenientes do ponto de vista eleitoral — que devem explicar em grande parte a vitória de Eisenhower — tem o grave inconveniente econômico de dificultar o escoamento da produção de bens de consumo, por força da redução da renda da massa da população. Uma redução no consumo repercute por sua vez na procura de bens de investimento, o que estreita mais ainda o mercado civil.

Certamente o governo não toma recursos para deixá-los inativos. No caso concreto, aplica-os especialmente em equipamento e recursos militares e em financiar sua política externa — a mais onerosa que a história conhece. Os recursos reunidos pelo Tesouro, portanto, vão alimentar o mercado, isto é, cada dolar tirado ao consumidor privado vai alimentar um consumo de outra índole. O problema consiste em saber como se comportará esse novo consumo relativamente ao conjunto da economia.

Pode-se dar o caso de que o dolar tomado pelo Estado, deixando de alimentar a procura de mercadorias cujo suprimento estivesse normalizado — que não estivessem mais incitando novos investimentos — se oriente para a procura de bens para cujo fornecimento as instalações sejam insuficientes ou inexistentes. Nesse caso, o dolar tomado ao consumidor irá provocar investimentos, isto é, dar origem a um processo mais intenso de formação de renda, ampliando-se, pois, a capacidade aquisitiva do mercado e levantando a conjuntura. Isso estimulará o aumento da produção, para equilibrar-se com a nova procura e, naturalmente,

o Estado verá os próprios recursos aumentarem, mesmo sem tributação adicional, podendo, pois, alimentar o processo.

Esse é um dos processos melhor estudados pela ciência econômica moderna. Foi a medula dos milagres do dr. Schacht, na Alemanha Nazista, do New Deal, e, especialmente, da prosperidade norte-americana durante a guerra. Dadas certas condições, representa uma alavanca de insuspeitado poder para a mobilização integral dos recursos de uma nação capitalista moderna... durante certo tempo. Nessa limitação está a fragilidade do recurso. O Estado nazista havia esgotado os recursos do processo por volta de 1938, quando o processo ameaçou desandar. Mas como o nazismo havia ganho a corrida armamentista, conseguiu alimentar o crédito do Estado por meio de suas fáceis vitórias no exterior que, por assim dizer, possibilitavam ao governo dar em garantia de novos empréstimos as riquezas de países ainda por conquistar. O processo pôde pois continuar pela guerra afora, até o desastre militar.

O governo democrata dos EE. UU. tentou, pela terceira vez, o expediente, com brilhante êxito. Desapareceu, como por encanto, o desemprego e os índices dos negócios voltaram a subir, com a guerra da Coreia. Entretanto, desde os primeiros momentos tornou-se evidente que o êxito seria breve, a menos que acontecesse algo de inesperado. A iminência da guerra provocou uma corrida especulativa às matérias primas, das quais se acumularam enormes estoques nos EE. UU., mas a isso, no fundamental, se reduziu o dinamismo do processo. O capital privado recusou-se a lançar-se em investimentos desproporcionados com os recursos do país — como seria mister — mesmo porque as instalações que haviam equipados os exércitos norte-americano e aliados ainda estavam em condições de produzir... e não faltaram autoridades para sustentar que, com pequenas modificações, esse material era insuperável nas presentes condições tecnológicas. A "fortaleza voadora" era apontada como a arma decisiva, pronta a paralisar qualquer inimigo com suas bombas atômicas. Assim, as novas instalações tiveram, em grande parte, que ser financiadas pelo próprio Estado, de modo que o mecanismo do "multiplicador" não funcionou. O Estado reativou fábricas construídas durante o conflito anterior, as empresas privadas entraram a lançar quantidades gigantescas de material de modelo antigo ou ligeiramente melhor, que, submetidas à prova da guerra, não corresponderam à expectativa. Mas o fato é que com esse material, rapidamente o poder de compra do Estado foi saturado, nada restando para alimentar o processo.

Acima de tudo, o governo não teve êxito algum em suas tentativas de lançamento de novo empréstimo interno da envergadura do lançado durante a grande guerra, ficando pois limitado aos recursos ordinários, oriundos do imposto. Esgotadas as possibilidades de tributação adicional das rendas pequenas e médias, o governo teria que tentar uma tributação expropriativa das grandes rendas e nunca se atreveu seriamente a isso. Ameaçado, o "big business" toma a direção do Estado em suas mãos e aí temos o primeiro resultado, com a redução das despesas militares previstas para o próximo exercício em cinco bilhões.

Objetivamente, pois, o potencial econômico dos EE. UU. não pôde ser mobilizado nas presentes condições. Seria certamente um presente dos deuses um ato precipitado da União Soviética que amedrontasse os grandes negócios norte-americanos, tornando-os mais dóceis às exigências do governo em matéria de impostos e de empréstimos. Mas é evidente que o Kremlin sabe disso e não fará esse presente aos seus inimigos. Reagirá apenas na medida necessária para neutralizar uma investida parcial e isso de maneira muito discreta, embora onerosa. Mesmo em matéria de orçamento, o Kremlin se mostra parcimonioso. Só no terceiro ano da corrida armamentista interveiu nela, elevando os gastos com a defesa — o que, de resto, não garante que não se esteja preparando para uma participação mais ativa nos próximos anos, porque a corrida armamentista tem que começar pela construção de fábricas de material bélico e essas fábricas, como tôdas as outras, não figuram obrigatoriamente, pelo menos, no orçamento de defesa, mas no financiamento da economia nacional". De resto, o orçamento soviético é naturalmente computado em rublos e será muito difícil ao Departamento de Estado explicar que a Rússia gasta mais com armamentos do que os EE. UU. — se o Kremlin apertar o passo em matéria de armamentismo — depois de ter dito por tantos anos que o valor da moeda russa não corresponde senão a um terço do expresso pela taxa de câmbio.

O orçamento norte-americano sempre foi o ponto fraco do dispositivo político e estratégico de Washington. Aí sempre esteve seu calcanhar de Aquiles, donde a importância básica da redução, proposta pelo presidente. Essa redução significa que seus aliados já não têm muito a ganhar da aliança e que, ao contrário, muito têm a perder. A procura de bens de consumo, especialmente de produtos agrícolas, com sua queda, acarretou dificuldades para setores muito importantes da economia, de modo que o Estado tem agora que acorrer em defesa desses setores. Isto representa a certeza de dificuldades políticas de considerável gravidade dentro do país. A redução do salário real põe em marcha



um movimento reivindicatório operário não menos grave e, finalmente, apesar de declarações em contrário, toda a sociedade reclama a redução dos impostos, enquanto algumas vozes se levantam exigindo o repúdio pelos EE. UU. das obrigações contraias nos quadros da ONU e do Pacto do Atlântico, que, evidentemente, não renderam o que delas esperava Washington. Não há como não recordar o comportamento dos EE. UU., há trinta anos, com a Liga das Nações.

## A IDEOLOGIA DO GOVERNO REPUBLICANO E A POLÍTICA INTERNACIONAL ESTADOS UNIDOS

### I. A IDEOLOGIA DO G.O.P.

A compreensão das tendências ideológicas do "Great Old Party", que ora exerce o poder nos Estados Unidos, só é possível mediante a determinação das características ideológicas do Partido Democrata. A principal razão disto se encontra no fato de os democratas, com o *new* e o *fair deal*, terem, no curso dos últimos vinte anos, tomado a iniciativa de imprimir sentido ideológico a um jôgo político que obedecia, sobretudo, à influência das clientelas regionais. O simples fato de os democratas haverem detido por tão longo tempo o poder contribuía para que os republicanos se caracterizassem mais por sua negação da política democrata do que pela afirmação de princípios próprios. O fator essencial, no entanto, como acima se indicou, foi a transformação operada no seio do Partido Democrata, que a liderança de Roosevelt encaminhou para um sentido ideológico que só fez se acentuar, durante os dois períodos Truman e atingiu seu clímax na campanha eleitoral do Sr. Stevenson. A aquisição de colorido ideológico, por parte dos democratas, chegou a tal ponto que ultrapassou a elasticidade da própria estrutura partidária ainda baseada, em grande margem, no regime da política de clientela — provocando, nas últimas eleições, a cisão do Sul.

Desde o processo de sua formação, portanto, a ideologia republicana se caracteriza como reacionária. E' reacionária no sentido imediato de representar uma reação contra a política democrata e os princípios em que esta se fundamentava. E' reacionário, num plano mais profundo, por constituir um esforço das oligarquias dominantes para obstar à ascensão de novas camadas sociais e à afirmação de novas instituições, contrárias aos seus privilégios.

Na verdade, embora os dois grandes partidos americanos já apresentassem, antes de Roosevelt, um vago sentido ideológico, os republicanos agremiando os homens ligados ao "big business" e a aristocracia social do Norte, enquanto os democratas, per-

centual e tendencialmente, eram mais o partido dos trabalhadores sindicalizados e dos grupos socialmente marginais ou semi-marginais, essas características eram superficiais e pouco conscientes. A divisão do eleitorado obedecia à evolução histórica dos interesses regionais e variava segundo a popularidade dos candidatos apresentados em cada uma das chapas. O *new deal* e o *fair deal*, no entanto, vieram alterar a ingenuidade ideológica da velha política americana, fazendo que o Partido Democrata, apesar da heterogeneidade que sempre conservou, se tornasse a expressão política dos que, por motivos de classe, de etnia, de cultura e de interesses profissionais, necessitassem de uma intervenção mais forte do Estado no sentido de corrigir ou contrariar certas tendências que prevaleceriam se a sociedade civil e as comunidades estaduais ficassem entregues ao livre jôgo das forças que nelas operavam.

Caracterizando-se como reação contra a ideologia democrata e como reação às novas forças que esta mobilizava, o *G.O.P.* fez da reivindicação de "liberdade" o seu mais importante postulado. Essa liberdade, como expressão das necessidades da burguesia americana, opunha-se a tudo que tivesse um caráter ou uma tendência socializante e assim contribuiu para reduzir os privilégios burgueses. Nesse sentido, o liberalismo republicano é semelhante ao liberalismo dos conservadores europeus. Ademais, no entanto, esse liberalismo representa uma atitude anti-estatal, por parte de uma classe que compreendeu que o Estado já atinha, de há muito, a estruturação e a eficácia necessários para assegurar seus interesses, tôdas as novas expansões do poder e da competência do Estado implicando numa redução dos poderes e da área de arbítrio da burguesia. A reivindicação de liberdade, além de constituir, genericamente, uma repulsa à socialização, foi, especificamente, um ataque contra o dirigismo. E não somente contra o que se poderia chamar de dirigismo vertical, mas também contra o dirigismo horizontal, contra as pretensões de expansão do poder da União, à custa da autonomia dos Estados. Daí o regionalismo republicano, em oposição ao unitarismo democrata.

Além desses três caracteres mais específicos — liberdade como anti-socialismo, livre empresa, como anti-dirigismo e regionalismo, como anti-unitarismo, o Partido Republicano adquiriu três outras notas, também oriundas de uma postura negativa em face da política ou das tendências democratas. Essas notas são o isolacionismo, como anti-internacionalismo, o americanismo, como anti-cosmopolitismo e o puritanismo, como anti-secularismo. E'

preciso levar em conta que, assim como a instituição do *new deal* foi suscitada pelo fato de os problemas internos terem, na década 30, assumido completa prevalência sobre os internacionais, assim a vitória do Partido Republicano e do Sr. Eisenhower, nas últimas eleições, foi condicionada pelo fato de a tônica dos problemas com que se defrontam os Estados Unidos se ter deslocado do plano interno para o externo. Confrontando-se, simultaneamente, com o desafio russo e com o malôgro da política exterior americana, desde os famosos acôrdos de Yalta e Potsdam, o povo americano experimentou a tendência a considerar com hostilidade tudo o que se refere ao estrangeiro — donde o isolacionismo como anti-internacionalismo; passou a enxergar inimigos potenciais em todos os que não adiram compactamente aos padrões típicos do comportamento americano — donde o americanismo como anti-cosmopolitismo; e experimentou a tendência a emprestar um sentido transcendente aos costumes mais ligados à tradição religioso-moral da nação americana — donde o puritanismo como anti-secularismo.

Uma análise mais profunda do estado de espírito dominante no povo americano mostraria, ao que tudo indica, que êsses sentimentos anti-internacionalistas, anti-cosmopolitistas e anti-secularistas constituíram, inclusive, o fundo emocional que permitiu a vitória dos republicanos, e contaram muito mais, nas eleições, do que os postulados, também negativos, que compõem, mais expressamente, o repertório ideológico do *G.O.P.* Foi porque a burguesia americana e os políticos que a representam pareceram, à maioria do eleitorado, comprometidos com êsses sentimentos anti-internacionalistas, anti-cosmopolitas e anti-secularistas, que o poder foi devolvido aos republicanos.

A vertiginosa carreira do senador Mc Carthy e o crescente prestígio que o cerca evidenciam êsse fato, uma vez que Mc Carthy e o macartismo se ligam ao Partido Republicano menos por suas posições contrárias à socialização, ao dirigismo e ao unitarismo, do que pelo fato de representarem a forma mais extremada dos sentimentos populares, antes referidos. E se o isolacionismo do senador Taft contribuiu para sua preterição pelo "internacionalismo" do Sr. Eisenhower, isto se deve ao fato de que o isolacionismo do primeiro é um isolacionismo de tipo antigo, pré-rooseveltiano, consistente em ignorar o estrangeiro, em esquivar-se de tomar posição diante dos outros países, enquanto o "internacionalismo" do Sr. Eisenhower representa a forma atual do isolacionismo ianque, que é o imperialismo, consistente na expressa vontade de impôr ao estrangeiro os interesses e os senti-

mentos americanos, sem levar em conta os interesses e os sentimentos dos outros países. A base disto, deve-se levar em conta o fato de que o *big business*, cujos interesses, antigamente, se centravam no território americano (proteção tarifária), hoje, são internacionais e imperialistas.

Tôdas essas características, desde o fato de a nova ideologia republicana se ter formado, internamente, como resposta ao desafio dos democratas e das classes trabalhistas e, externamente, ao desafio do comunismo, até à circunstância de apresentar um conteúdo puramente negativo e se orientar numa atitude arcaisante, para uma volta ao passado nacional, fazem que essa ideologia seja "históricamente passiva". Trata-se de uma dessas manifestações de entretchoque cultural que Toynbee estudou tão acuradamente, em seus trabalhos, ao observar que uma cultura, sofrendo o impacto de outra mais poderosa ou dotada de maior capacidade de expansão e penetração, reage, ou mediante a adoção dos padrões da cultura agressora, a começar pelos menos profundos, como a técnica, ou mediante a intensificação dos padrões da própria cultura agredida, dando margem ao aparecimento de protestos de caráter religioso, que valorizam o passado ético da cultura agredida. Confrontados, externamente, com a expansão do comunismo e, internamente, com as reivindicações sociais, os Estados Unidos e sua classe dirigente reagiram segundo um processo arcaisante, acentuando as características da velha tradição janque. Isso vem coincidir com outra tese de Toynbee, recentemente exposta em *The World and the West*, na qual o eminente historiador sustenta que o Ocidente perdeu, em proveito da Rússia, a iniciativa da criação cultural.

## II. A POLÍTICA INTERNACIONAL DOS REPUBLICANOS

Desde os fins da última guerra, a ação internacional dos Estados Unidos tem como objetivo principal neutralizar a influência russa, quer esta se exerça sob a forma de um ato do Estado russo, quer sob a forma de uma intervenção ideológica ou partidária do comunismo. Paralelamente, os Estados Unidos procuram resguardar seus interesses econômicos, assegurando, externamente, os mercados supridores e compradores e, internamente, as condições de prosperidade e pleno emprego.

Para os democratas, o comunismo, embora representasse uma forma de ação política do Estado russo, era interpretado com relativa autonomia. Em todos os fenômenos de expansão do comunismo, os democratas vislumbravam determinadas condições favo-

recedoras ou ocasionantes da expansão, consistentes, basicamente, na debilidade econômico-social dos povos em que o comunismo interferia. Fora da Rússia, portanto, o comunismo era entendido como o produto, em graus variáveis, da conjugação de uma manipulação política do Estado soviético com a existência de condições econômico-sociais favoráveis à sua predominância ideológica. Daí a política elaborada pelos democratas para enfrentar o comunismo, compreendendo, de um lado, uma ação de *containment*, destinada a sustar os movimentos do Estado soviético e, de outro, uma ação de ajuda econômico-social, tendo por finalidade desfazer as condições que pudessem favorecer a predominância ideológica do comunismo. Tal política conduziu o anterior governo americano a um sistema de alianças com os países não comunistas que, fixando as fronteiras além das quais a intervenção da Rússia importaria num *casus belli*, agia como um fator de *containment*, e, suprimindo a êsse aliados a ajuda econômica e técnica considerada necessária, operava como um fator de neutralização da influência ideológica do comunismo.

Nas regiões onde a ação russa se poderia exercer mais facilmente por intermédio da ideologia comunista do que das manipulações do Estado soviético, como era o caso da Europa ocidental, a política americana se exerceu mediante uma substancial ajuda econômica, concretizada no Plano Marshall. Nas regiões onde a intervenção direta do Estado russo era mais a temer, ou onde, dada a magnitude do problema econômico-social, não seria viável uma ajuda econômica na escala apropriada, como era o caso da Ásia, a política americana se aplicou na contenção militar da Rússia. Para que tal política se realizasse, portanto, necessitavam os Estados Unidos celebrar acôrdos com os países não comunistas, organizá-los militarmente para a defesa regional e assisti-los com o auxílio econômico e militar requerido em cada caso.

Assumindo o poder, os republicanos mantiveram, praticamente, os mesmos objetivos da política internacional dos democratas. As modificações se fizeram sentir na forma de conceber o problema e nos meios empregados para resolvê-lo. Embora conservando os objetivos internacionais do governo anterior, a nova administração passou a dar maior ênfase à luta ideológica contra o comunismo e a considerar a questão econômica em função das grandes empresas de que os atuais dirigentes americanos são direta ou indiretamente — e quase sempre diretamente — os representantes. A atitude arcaisante, a que já nos referimos, fez da luta contra o comunismo um imperativo ético dos Estados Uni-

dos. Daí a tese do Sr. Foster Dulles sobre a cruzada de liberação. E a defesa dos interesses econômicos privados se exerceu no sentido de poupar o contribuinte americano de novos impostos ou da inflação provocada pelos deficits orçamentários, e de evitar que a ajuda econômica, a título de impedir a formação, nos países estrangeiros, de condições favoráveis ao comunismo, viesse a prejudicar o mercado vendedor ou comprador das firmas americanas. Essa nova forma de conceber o problema fez que o governo americano deixasse de preocupar-se com a análise sociológica dos países susceptíveis de sofrerem a intervenção da Rússia ou do comunismo. Posto que a expansão do comunismo era um fato moralmente vicioso, importava menos estudar as condições objetivas de sua eclosão do que manifestar o repúdio moral ao comunismo e tornar certo o castigo que seria infligido aos homens e aos países que acolhessem esse vicioso regime. E' por considerar as coisas desse ângulo, por exemplo, que a embaixadora Claire Luce, às vésperas das últimas eleições italianas, advertiu os peninsulares de que, se triunfassem os partidos de esquerda, logo se faria sentir a punição dos Estados Unidos, cortando todos os créditos que houvessem sido concedidos à Itália.

A luz desta nova visão do problema, a política exterior americana se desinteressou, em primeiro lugar, de todas as medidas tendentes a elevar a estrutura econômico-social dos países não comunistas. Ademais, reduziu-se muito a importância atribuída às alianças com países não comunistas e à possível eficácia dos sistemas regionais de defesa. A luta contra o comunismo teria de ser basicamente moral. E o instrumento material dessa luta seria o poder dos Estados Unidos. Em compensação, avultou a importância atribuída às relações comerciais privadas. Aos países não comunistas compete, segundo entende o governo republicano, adotar medidas que assegurem a liberdade de comércio e de iniciativa. Somente assim poderão combater o veneno da socialização e do dirigismo, darem provas de sua saúde moral e obter, mediante investimentos do capital privado americano, os recursos suplementares de que necessitem.

Como tal política decorre de postulados ideológicos e atende simultaneamente aos interesses imediatos do capital privado e às exigências emocionais do povo americano, não procura corrigir suas contradições, nem chega a tomar consciência das mesmas. Não importa, assim, o fato de que os países não comunistas, proibidos de comerciar com a cortina de ferro, ou pelo menos condenados por insistirem em fazê-lo, fiquem sem escoamento para aquela parte de sua produção não importada pelos Estados Uni-

dos e sofram, quanto à parte que a estes se destina, as restrições de alfândega, de preço teto e mesmo, para vários produtos, de não licenciamento da importação. Não importa a circunstância de que os países subdesenvolvidos não possam livrar-se da ação ideológica do comunismo sem promover seu desenvolvimento, que exige, por sua vez, investimentos que não interessam ao capital privado. Nem são tomadas em consideração as dificuldades que experimentam os países que se comprometeram a um pesado esforço armamentista, quando não recebam uma ajuda apropriada. O governo republicano, considerando a luta contra o comunismo um imperativo moral, exige de todos os países não comunistas o cumprimento desse dever. E julgando que o poder econômico-militar dos Estados Unidos é, na verdade, a única força que realmente poderá vencer a Rússia e o comunismo, atribue importância muito secundária à cooperação dos demais países, dos quais espera, apenas, um esforço inicial de bargagem — na hipótese de uma invasão russa — ou a concessão de bases e outras facilidades, para as forças expedicionárias americanas.

### III. A POLÍTICA LATINO-AMERICANA E O BRASIL

Nunca houve uma política latino-americana, por parte dos Estados Unidos. Até a IIª Guerra Mundial, a América do Norte se contentou com as vagas formulações da doutrina Monroe, que ora se entendia como instrumento para evitar a interferência do colonialismo europeu neste hemisfério — o que poderia trazer ameaças para os Estados Unidos — ora se interpretava como a necessidade de os Estados Unidos, discreta ou ostensivamente, regular os negócios americanos em termos que assegurassem a paz continental e a defesa dos interesses dos súditos americanos nos países ao sul do Rio Grande. Na IIª Guerra, surgiu a idéia da defesa do continente, baseada no pressuposto de que a luta contra o nazismo era tão importante e essencial, para países como a Nicarágua ou o Paraguai, como o era para os Estados Unidos. A velha tendência de interpretar em termos éticos suas conveniências nacionais conduzia os Estados Unidos a proclamarem a necessidade de uma união para a defesa comum da liberdade ameaçada pelos nazi-fascistas.

As desastrosas repercussões econômicas da IIª Guerra nos países latino-americanos, no entanto, suscitaram nestes a consciência da necessidade de preservarem seus interesses das medidas de economia de guerra dos Estados Unidos. E provocaram, como efeito das perturbações experimentadas em consequência da guerra, importantes acontecimentos políticos, cuja linha dominan-

te foi a tendência a suprimir os aspectos mais suicidas da liberal-democracia. Tudo isso fez que os Estados Unidos não pudessem mais conservar a tranquilidade indiferente de outrora em relação aos países latino-americanos, nem desfrutassem mais de condições para exercer, sem compensação, a antiga liderança.

O governo Truman, nos dois últimos anos, resolveu, diante do agravamento da tensão internacional, enveredar por uma política mais ativa em relação a América Latina. Politicamente, precisavam os Estados Unidos conservar o hemisfério fora da influência ideológica da Rússia. Economicamente, ajustar a América Latina aos esquemas da nova economia de guerra. E militarmente, contar com bases, facilidades e, quanto possível, ajuda em tropas. Como isto já não fosse possível sem discussão da matéria com os países latino-americanos, nem se pudesse contar, da parte desses, com uma cooperação gratuita, o governo democrata resolveu organizar em novas bases o sistema americano. Tal política deveria, como anteriormente, basear-se no pressuposto da unidade de interesses de todos os países americanos e na solidariedade geral e profunda que os vincularia reciprocamente. Apenas, em vez de apoiar-se essa política unicamente em imperativos morais, ela se estribaria, multilateralmente, num sistema de compensações e, para com os países mais importantes, em vantagens adicionais, a serem concedidas em ajustes bilaterais. As compensações multilaterais previstas seriam de tal sorte que, para os Estados Unidos, garantissem a importação de matérias primas e a exportação de produtos acabados e, para os países latino-americanos, lhes assegurassem a continuidade de suprimentos (como o petróleo e derivados) e de serviços (como a navegação de longo curso) que, na passada guerra, tinham ficado interrompidos, causando-lhes grandes prejuízos. Sobre essa base econômica, seriam constituídos acordos político-militares que vinculassem os países americanos num mesmo e único sistema ofensivo e defensivo. A IVª Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos, reunida em Washington, por convocação dos Estados Unidos, entre fins de março e princípios de abril de 1951, seria o instrumento para a construção dessa nova política.

Revelou a Conferência, no entanto, que o divórcio entre a América do Norte e a América Latina era ainda maior do que o supunham os americanos. Não contentes com as compensações previstas no esquema americano, os países da América Latina exigiram, em troca de sua colaboração militar, que o esforço de guerra dos Estados Unidos não prejudicasse a promoção do seu desenvolvimento econômico. Embora sem o caráter positivo dese-

jado pelos latino-americanos, o governo democrata aceitou, em tese, a reivindicação daqueles. E em negociações bilaterais realizadas com o Brasil comprometeu-se a financiar, por intermédio do Eximbank e do Banco Internacional, o programa de reaparelhamento organizado pelo Brasil, assegurando créditos em moeda estrangeira no valor de 300 milhões de dólares. A elaboração do programa ficou a cargo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, devendo o Brasil assegurar a contrapartida em moeda nacional necessária para a realização desse programa. Um ajuste posterior, realizado pelo Sr. Horacio Lafer em Washington, em Setembro do mesmo ano, ampliou o teto do financiamento, ficando entendido que este seria da ordem de 500 milhões de dólares.

E' em face de tal situação que se processa a modificação do governo americano. O novo governo, no entanto, dadas a sua origem e as suas tendências, como já se viu, não podia manter a política traçada pelos democratas, no crepúsculo do governo Truman. Mas tampouco lhe era fácil repudiar todos esses acordos, não somente por causa dos ajustes firmados, como em virtude da posição que os países latino-americanos assumiam perante os Estados Unidos. Ante esse problema, a primeira atitude dos republicanos no que se refere ao Brasil, foi sabotar, de fato, o ajuste de cooperação econômica. Passou o Banco Internacional a não conceder os créditos prometidos, sob os mais variados pretextos. O Eximbank se afastou do negócio, sob a alegação de que suas atribuições eram outras. E os próprios ajustes assinados passaram a ser interpretados como documentos informais, que não vinculavam os Estados Unidos. Enquanto isto, apressou-se a extinção da Comissão Mista, cuja presença no Brasil era uma constante recordação do programa anteriormente combinado e cujas atividades, agravando sempre mais os compromissos americanos, constituíam um contrasenso para um governo que se recusava a financiar os projetos já aprovados.

Na verdade, o máximo que o atual governo republicano está disposto a conceder à América Latina é o que constava do esquema inicial de Washington sobre cooperação econômica de emergência. Os países latino-americanos exportarão suas matérias primas para os Estados Unidos e lhes proporcionarão todas as facilidades militares de que forem capazes, inclusive tropas. Em contrapartida, receberão dos Estados Unidos os produtos acabados de que precisarem e que puderem pagar, receberão equipamentos militares — estes pagáveis a preços módicos ou mesmo simbólicos — e contarão, finalmente, com a garantia de que a guerra não suspenderá o fornecimento dos produtos e dos serviços essen-



ciais. O antigo auxílio técnico-econômico, inicialmente entendido como meio para proporcionar aos países latino-americanos maior capacidade de exportação de artigos primários, a custos mais baixos, foi objeto de severa revisão, a despeito de se tratar de um processo indireto de beneficiar o comércio internacional dos Estados Unidos. Em lugar dos investimentos, na América Latina, de recursos de caráter público, o G.O.P. preconiza a substituição dos investimentos públicos pelos de caráter privado, mesmo nos casos em que tais investimentos sejam proveitosos para o comércio internacional dos Estados Unidos.

Na base de tal política, além da natural tendência que experimentam os representantes do *big business* de defender para estes as melhores oportunidades, encontra-se o sentimento, cada vez mais difundido e arraigado ao norte do Rio Grande, de que o único meio de defesa dos Estados Unidos é sua própria força econômico-militar. Esse menoscabo e essa desconfiança para com seus aliados levam os republicanos a não se importarem com a margem de boa vontade que os aliados venham a manter para com os Estados Unidos. Acredita-se que, transferida a cooperação dos Estados Unidos com os países amigos do plano público para o privado, muitos atritos desaparecerão ante o comum interesse de fazer negócios. Mais do que isto, no entanto, julgam os republicanos que os países aliados, notadamente os da América Latina, por dependerem economicamente dos Estados Unidos e estarem desaparelhados para resistir a uma conveniente pressão econômica, política ou militar, aceitarão sempre de bom grado qualquer política exterior americana, desde que se resguarde a ficção da cooperação econômica.

E' aí que se encontra o verdadeiro motivo da missão confiada pelo Sr. Dwight Eisenhower a seu irmão, Sr. Milton Eisenhower, ora em peregrinação pela América Latina. O principal objetivo dessa viagem é alimentar, mediante discursos e outras demonstrações nominais de amizade, a esperança de ajuda econômica, sempre mantida, prudentemente, em termos imprecisos e futuros. Secundariamente, a missão Milton Eisenhower tem por finalidade resguardar os interesses econômicos dos Estados Unidos e das grandes empresas americanas, nos casos em que encontrem resistências mais sérias (estanho boliviano, petróleo brasileiro, etc.) ou com relação às matérias primas de cuja importação tenham necessidade.

No caso do Brasil, essa missão deveria estar condenada ao mais completo malogro, pelo fato de suceder-se, imediatamente; à inequívoca demonstração, por parte dos Estados Unidos, de que não pretendem, realmente, auxiliar o desenvolvimento econômico

do nosso país. O ajuste de cooperação econômica firmado com o governo Truman representou, efetivamente, a forma mais completa de colaboração econômica dos Estados Unidos com o Brasil. Depois de uma tal política e de posse dos documentos que a empenham, o Brasil não poderia levar a sério nenhuma proposta de cooperação econômica que não implicasse, previamente, no cumprimento daquele ajuste. Ocorre, no entanto, que os setores mais reacionários da burguesia brasileira, econômica e politicamente, necessitam tanto quanto os Estados Unidos de manter a ficção da amizade e da cooperação. Do ponto de vista econômico, essa facção de nossa burguesia, que se apoia principalmente na exploração do intercâmbio comercial, precisa contar com a simpatia das empresas americanas de que são vendedores ou representantes. Politicamente, esses mesmos homens, cientes de que se acham superados por novas forças sociais e novas aspirações, só podem deter suas posições se se converterem em agentes dos Estados Unidos, funcionando como verdadeira classe "quisling", o que ostensivamente já fazem, através da imprensa. A pressão que tais grupos exercerão sobre o governo federal, particularmente sensível à mesma, no momento em que, ao preparar-se a campanha sucessória, necessita do apoio e dos financiamentos da burguesia, fará que o governo se acumplice com o afastamento do plano de reaparelhamento e com a aceitação das novas promessas que serão formuladas pelo Sr. Milton Eisenhower.

E' curioso observar, a esse respeito, que todos os aspectos objetivos do problema conspiraram para desmascarar essa nova campanha de falsa amizade. Não somente o Sr. Milton Eisenhower chega ao Brasil no momento em que ainda não foram removidos os escombros da Comissão Mista como, por outro lado, seus próprios objetivos aparentes e oficiais não resistem à mais sumária análise. Destacaremos apenas, em primeiro lugar, o fato de que, após a missão Abbink ter feito o mais exaustivo inventário dos recursos e das possibilidades brasileiras, o pretexto de voltar a fazer esse levantamento é insustentável por parte de qualquer país que possuía arquivos e fichários. Em segundo lugar, salientaremos a contradição profunda imanente à pretensa nova política latino-americana dos Estados Unidos, que pretende, ao mesmo tempo, ser uma política do governo republicano — e portanto uma previsão de atos a serem praticados pelo Estado ou sob o comando deste — e ser um programa de substituição da iniciativa e dos recursos públicos pela iniciativa e pelos recursos privados — e portanto, na medida em que tal programa fôr privado, negar, por definição, que ele possa ser executado pelo governo americano ou sob o comando deste.



Pode-se assim prognosticar com tóda a segurança — e estas observações são redigidas antes de o Sr. Milton Eisenhower ter feito qualquer declaração oficial sôbre o Brasil — que a visita do mensageiro do presidente dos Estados Unidos será apenas um novo esforço de prestidigitação verbal.

## PANORAMA DA U. R. S. S.

### I — PRELIMINARES

A política de “desenvolvimento pacífico”, enunciada por Stalin ao fim da guerra, vigorou até 1947, quando foi substituída oficialmente pela política de “paz contra o imperialismo”, cujas diretrizes básicas foram estabelecidas por Zhdanov, no seu Informe à Conferência dos Nove Partidos, realizada na Polónia em fins de setembro, e pelo Sr. Molotov, perante o Soviete de Moscou, na sessão comemorativa do 30.º aniversário da Revolução (6 de novembro).

Tanto Zhdanov como o Sr. Molotov reconheciam a divisão do-mundo em dois campos adversários, apontavam a preparação guerreira do “campo imperialista” e — o que é o mais importante — proclamavam perentoriamente a superioridade do campo soviético. O sr. Molotov afirmava “com acento de convicção irresistível” que o campo soviético era “incomparavelmente mais poderoso que o campo adversário”. E é com essa convicção que o campo soviético desfechará sua ofensiva pela paz, cuja liderança há de ser “a tarefa sagrada dos P.C.” e cujo esquema estratégico é o seguinte:

- Objetivo: salvar a paz democrática;
- Fôrças fundamentais: os países que constituem “o fundamento do campo democrático”;
- Reservas: o resto do “campo democrático” e, notadamente, todos os homens que constituem “a salvaguarda da soberania nacional” em cada país;
- Direção do esforço principal: isolar o “imperialismo americano” e seus “serviçais” em cada país, principalmente os socialistas de direita;
- Plano de disposição de fôrças: união no combate de tódas as fôrças democráticas e patrióticas em escala mundial;
- Os pontos mais vulneráveis do inimigo: a crise econômica e a crise geral do capitalismo que o ameaçam; a vontade de paz de todos os que se opõem às “aventuras imperialistas”;

— O momento: quando o imperialismo lançar tôdas as suas forças num assalto que será incapaz de conduzir ao fim, “si os povos se mantiverem firmes”.

A tese Zhdanov-Molotov inspirava-se declaradamente na concepção do “capitalismo agonizante”, considerado “origem de conflagrações mundiais geradas por sua estrutura econômica”.

E a perspectiva final da nova linha podia ser resumida nestas palavras do Sr. Molotov: “os esforços convulsivos dos imperialistas, sob os quais treme a terra, não salvarão o capitalismo de sua derrota iminente. Vivemos num século em que todos os caminhos conduzem ao comunismo”.

E' indispensável assinalar, desde logo, que embora esta linha tivesse sido adotada por todos os P. C., Stalin nunca esteve à frente dela, o mesmo podendo-se dizer de Malenkov.

Ao contrário, em plena vigência desta linha, Stalin fez declarações que a feriam frontalmente, enquanto o Sr. Malenkov em 1946 era afastado da secretaria do Partido.

A 17 de maio de 1948, na sua resposta à carta aberta ao Sr. Wallace, Stalin dizia: “o programa do Sr. Wallace pode servir de base boa e proveitosa para tal acordo e para o desenvolvimento da cooperação internacional, já que o governo da URSS considera que, apesar da diferença nos sistemas econômicos e na ideologia a coexistência desses sistemas, a solução pacífica das divergências entre a URSS e os Estados Unidos da América, não apenas são possíveis mas absolutamente necessárias ao interesse da paz geral”.

Não é difícil descobrir o motivo desta notória discordância de Stalin em face do Zhdanovismo.

A linha Zhdanov era evidentemente uma volta à velha teoria socialista da revolução internacional, apenas adaptada às novas circunstâncias.

Seu esquema estratégico era nitidamente revolucionário-mundial. E tanto isso é verdade que a justificação da “paz contra o imperialismo” era feita reeditando-se os velhos argumentos de Lenin sobre “a impossibilidade de pôr fim às guerras sem antes suprimir as classes e sem instaurar o socialismo”, sobre a reivindicação da paz, que só teria “sentido verdadeiramente proletário” se proclamasse “a luta-revolucionária” e recordando-se também a resolução do Congresso de Stuttgart (1907) que mandava transformar a guerra imperialista em guerra civil para derubar o capitalismo.

Ora bem: a teoria do “socialismo num só país” — pedra angular do stalinismo — baseia-se justamente na negação daquele velho conceito de revolução mundial, conceito que Stalin considerava como superado pelo fenômeno da revolução russa e defendido apenas pelos “traidores” desta revolução.

Assim a linha zhdanovista aparecia como um “desvio de esquerda” em face da linha justa stalinista, fato este aliás bem compreendido pelos trotskistas da IV Internacional que em sua quase totalidade apoiaram a política de “paz contra o imperialismo”.

A oposição de Stalin ao Zhdanovismo — marcada inclusive pelo seu afastamento do Ministério da Defesa, no qual foi substituído pelo Sr. Bulganin, mais ou menos à época da criação do Kominform, nascia sem dúvida dessa discordância básica.

Em favor da posição de Stalin militaram então os fracassos da linha anti-imperialista, sobretudo na Europa, onde seu êxito era essencial; o episódio do Bloqueio de Berlim marcou dramaticamente o seu insucesso na Alemanha.

A morte de Zhdanov, ocorrida subitamente após este fracasso, em fins de 1948, roubou à política de “paz contra o imperialismo” seu líder mais vigoroso, o conhecido chefe de Leningrado. E após isto no princípio de 1949 foram afastados dos seus ministérios, quase ao mesmo tempo, os Srs. Molotov, Bulganin e Voznessenki, líderes abertamente comprometidos com a política do Zhdanovismo.

Seguiu-se, então, uma sub-reptícia modificação da política de “paz contra o imperialismo”, por meio de manobras, tais como “o apêlo por um pacto de paz entre as cinco potências”, introduzido no próprio seio da “ofensiva de paz” armada por Zhdanov.

Finalmente esta transformação da política soviética culminou com o repúdio completo da linha Zhdanov-Molotov, tornado público através das teses desenvolvidas pelo próprio Stalin no ano de 1952 e aprovadas formalmente pelo XIX Congresso do P. C. realizado nesse ano.

## II. O XIX CONGRESSO

Treze anos após o anterior, realizou-se, o ano passado, em Moscou, nos dias 5 a 13 de outubro, o XIX Congresso do P. C. da URSS.

Desde a sua inesperada convocação este Congresso ofereceu ao mundo uma série de dados importantes e indispensáveis ao entendimento da política soviética.

O Informe principal, que sempre coubera a Stalin, desde a sua ascensão à chefia, coube desta vez ao secretário do C.C., Sr. G. Malenkov, que assim foi apontado como "príncipe herdeiro" do regime.

Esse relatório, vazado segundo as teses que Stalin desenvolvera antes do Congresso, publicadas como um pre-informe, às vésperas do mesmo, pela revista teórica do Partido, sob o título de "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS", merece, sem dúvida, uma atenção especial.

Antes dêle, porém, será útil assinalar, rapidamente, as referidas teses, expostas pelo próprio Stalin através de quatro artigos escritos de janeiro a setembro de 1952, no curso de uma curiosa discussão sobre um "Manual de Economia Política" mandado elaborar pelo Partido e destinado a ser "um verdadeiro livro de cabeceira de Economia Política Marxista; um bom presente para os jovens comunistas de todos os países" (Stalin).

As citadas teses dizem respeito:

1) Ao caráter objetivo das leis econômicas no socialismo. Dependendo esta tese, Stalin termina com a observação de que ela é uma verdade muito conhecida mas que é preciso repetir sistematicamente, sobretudo para o conhecimento daqueles que, "atormentados pelas colossais conquistas do Poder Soviético", começam a imaginar que o Poder Soviético "tudo pode", que "nada o defem" e que ele pode, inclusive, abolir as leis da ciência.

Trata-se, notoriamente, de uma observação moderadora.

2) A persistência da economia mercantil no socialismo, pois a "economia mercantil" é "a única forma aceitável, para os camponeses, de relações econômicas com a cidade". Insiste particularmente em que a economia mercantil não implica necessariamente em capitalismo.

3) Ao funcionamento da lei do valor no socialismo. Sublinha sua importância para o melhoramento da produção soviética.

4) À abolição das contradições entre a cidade e o campo, bem como entre o trabalho intelectual e o físico, e a liquidação das diferenças entre eles.

Sublinha que se trata de liquidar as diferenças *essenciais* e não todas as diferenças.

5) À desagregação do mercado mundial único e ao aprofundamento da crise do sistema capitalista.

6) A inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas.

7) As leis econômicas fundamentais do capitalismo contemporâneo e do socialismo. Estas leis, contadas como descobertas geniais de Stalin, por seus seguidores, são:

— Para o Capitalismo: "garantia de máximo lucro capitalista, por meio da exploração, ruína e pauperização da maioria da população de um dado país; por meio da escravização e sistemática pilhagem dos povos de outros países, particularmente dos países atrasados; e, finalmente, por meio das guerras e da militarização da economia nacional utilizadas para garantir os lucros máximos".

— Para o Socialismo: "garantia da máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, de toda a sociedade, por meio do ininterrupto aumento e aperfeiçoamento da produção socialista, à base de uma técnica superior".

8) Sobre a passagem ao Comunismo. "Para preparar a passagem real e não de palavras, ao comunismo, é necessário cumprir, pelo menos, três condições fundamentais:

1 — É indispensável, em primeiro lugar, assegurar firmemente não uma mística "organização racional" das forças produtivas, mas o crescimento ininterrupto de toda a produção social, dando prioridade ao incremento da produção de meios de produção. O incremento com prioridade da produção de meios de produção não somente é necessário porque esta produção deve assegurar o equipamento necessário, tanto a suas próprias empresas como às empresas de todos os demais ramos da economia nacional, mas também porque sem ele é absolutamente impossível realizar a reprodução ampliada."

2 — É indispensável, em segundo lugar, elevar a propriedade kolkhosiana ao nível de propriedade de todo o povo, mediante transições graduais realizadas com vantagem para os kolkhozianos e, por conseguinte, para toda a sociedade, e substituir, também mediante transições graduais, a circulação mercantil por um sistema de intercâmbio de produtos, para que o Poder Central ou qualquer outro centro econômico social possa controlar todo o produto da produção social no interesse da sociedade."

... "A fim de elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo é necessário excluir o excedente da produção kolkhoziana do sistema de circulação mercantil e incluí-lo no sistema de troca de produtos entre a indústria do Estado e

os kolkhoses" e não, como pensam alguns, nacionalizá-los, pois, frisa Stalin, esta medida encontraria séria resistência dos camponeses.

### 9) Sobre nacionalização e extinção do Estado:

"A passagem à propriedade do Estado não é a única nem sequer a melhor forma de nacionalização "mas sim a forma inicial de nacionalização". É indubitável que enquanto existir o Estado, a passagem para a propriedade do Estado é a forma inicial de nacionalização mais compreensível. Contudo, o Estado não existirá eternamente. Com a ampliação da esfera de ação do socialismo na maioria dos países do mundo, o Estado irá extinguindo-se e naturalmente desaparecerá, devido a isso, o problema da passagem dos bens de indivíduos ou de grupos de indivíduos para a propriedade do Estado. O Estado desaparecerá mas a sociedade subsistirá. Em consequência, como herdeiro da propriedade de todo o povo, aparecerá não já o Estado, que se terá extinguido, mas sim a sociedade mesma, na pessoa do seu organismo econômico central, dirigente."

Um estudo minucioso destas teses e de outros pontos abordados por Stalin seria muito útil, antes de tudo para registrar o quanto o Stalinismo se afasta do marxismo e mesmo, em particular, do leninismo, conduzindo a uma política social-reformista no estilo típico da II Internacional.

Aqui veremos mais de perto, entretanto, somente as teses 5ª e 6ª, pela importância que têm para o norteamento da política exterior soviética.

### *Desagregação do Mercado Mundial*

"A desagregação do Mercado Mundial único, universal, deve ser considerada como o mais importante resultado econômico da segunda guerra mundial e de suas consequências econômicas. Este acontecimento determinou o ulterior aprofundamento da crise geral do sistema capitalista mundial."

"Como resultado econômico da existência de dois campos opostos (o campo socialista em oposição ao campo capitalista), o mercado mundial único, universal, desagregou-se, motivo porque temos atualmente dois mercados mundiais paralelos, que também se opõem um ao outro."

Por outro lado, da prosperidade do campo socialista "decorre que a esfera de exploração dos recursos mundiais pelos princi-

pais países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França) não se expandirá mas, pelo contrário, se contrairá; que piorarão para esses países as possibilidades de venda no mercado mundial e que suas indústrias funcionarão cada vez mais abaixo de sua capacidade. Justamente nisto consiste o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista mundial, em ligação com a desagregação do mercado mundial". Como resultado disto temos que caducaram a "tese de Stalin sobre a estabilidade relativa dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, formulada ainda antes da segunda guerra mundial", bem como a "tese de Lenin formulada na primavera de 1916, de que não obstante a decomposição do capitalismo, "o capitalismo em conjunto cresce consideravelmente mais depressa do que antes."

— Desse ponto de vista o Plano Marshall, o Pacto do Atlântico, etc., são simples expedientes incapazes de "organizar" o capitalismo ocidental.

Esta tese obscurece deliberadamente a tese zhdanovista da divisão do mundo em dois campos, através de um economicismo profundamente anti-histórico.

O caráter anti-histórico do pensamento stalinista surge aqui em toda a sua evidência, sobretudo quando ele se refere ao Ocidente, invocando o conto "do afogado que se agarra a uma palhinha"...

### *A Inevitabilidade das Guerras entre os Países Capitalistas*

"Alguns camaradas afirmam que devido ao desenvolvimento das suas condições internacionais, após a segunda guerra mundial, as guerras entre os países capitalistas deixaram de ser inevitáveis. Consideram que as contradições entre os campos do socialismo e do capitalismo são mais fortes do que as contradições entre os países capitalistas. Estes camaradas estão errados". Isto porque tanto a Inglaterra como a França "serão por fim obrigadas a escapar dos braços dos Estados Unidos e a entrar em conflito com estes a fim de garantirem uma situação independente, e, naturalmente, altos lucros."

Igualmente pensar que a Alemanha (Ocidental) e o Japão "não tentarão por-se novamente de pé, destruir o "regime" (de ocupação) dos Estados Unidos e enveredar pelo caminho do desenvolvimento independente — significa acreditar em milagres."

"Diz-se que as contradições entre o capitalismo e o socialismo são mais fortes do que as contradições entre os países capitalistas. Teoricamente isso, sem dúvida, é verdade."

Mas embora isto já fosse certo antes da segunda grande guerra, esta começou entre os países capitalistas. Isto porque tanto a guerra contra a URSS é mais perigosa, pois põe em jogo a questão da existência do próprio capitalismo como também porque os países capitalistas sabem que a URSS não os atacará.

Em suma: a luta dos países capitalistas pelos mercados e o desejo de esmagar os seus concorrentes mostraram-se na prática mais fortes do que as contradições entre o campo do capitalismo e o do socialismo."

Portanto: "a inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas continua em vigor".

Finalmente, Stalin caracterizando o atual movimento pro-paz, diz que ele não tem, como tinha o movimento pro-paz da primeira guerra mundial, objetivos socialistas. "Limita-se aos objetivos democráticos da luta pela manutenção da paz". Seus êxitos seriam uma ótima coisa. "Entretanto, isso não basta para eliminar a inevitabilidade das guerras em geral, entre os países capitalistas. Não basta porque mesmo com um movimento bem sucedido em defesa da paz, o imperialismo subsiste, conserva sua força e, por conseguinte, subsiste também a inevitabilidade das guerras. Para eliminar a inevitabilidade das guerras é preciso destruir o imperialismo."

Note-se que com esta passagem final ele acrescenta subrepticiamente à sua tese da inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas a tese da inevitabilidade das guerras, quer dizer, inclusive das guerras contra a União Soviética. Temos aí pronta a "fórmula" para explicar um possível ataque à U.R.S.S.

#### *O Informe de Malenkov*

Embora a parte final deste informe seja uma profissão de fé nas teorias de Stalin, feita nos termos rituais da mais alta adulação, a parte inicial não é tão fiel como o seu autor pretende ou finge que seja.

Assim é que ele assinala, tal como fazia A. Zhdanov, o fortalecimento da URSS, como conseqüência da segunda grande guerra, bem como "o novo enfraquecimento do sistema capitalista mundial" no período de após-guerra, esquecendo-se porém de apontar o fortalecimento e o papel proeminente dos EE. UU. como força aglutinadora de uma aliança anti-soviética. Os EE. UU. para ele são simplesmente um "novo centro de agressão" a braços, aliás, com contradições capitalistas insuperáveis.

Bem mais importante do que isto é, por outro lado, a tese Zhdanovista da divisão do mundo em dois campos adversários,

que ele também aceita, embora sem lhe dar o destaque que lhe dava Zhdanov, e sem caracterizar "o campo da paz" como anti-imperialista, tal qual fazia o chefe de Leningrado.

Verdadeira discrepância, porém, é a que respeita ao problema da guerra. Enquanto Stalin formulava-o como já foi visto, o Sr. Malenkov diz: "Seria errôneo pensar que a guerra só poderia ser dirigida contra o Estado Soviético". Depois de justificar esta afirmação, enuncia mais adiante as teses da "coexistência e da competição pacífica":

"A política soviética de paz e de segurança dos povos se inspira no princípio segundo o qual a coexistência pacífica do capitalismo e do comunismo e sua cooperação são perfeitamente possíveis si houver um desejo mútuo de colaborar, vontade de cumprir os compromissos assumidos e respeito ao princípio de igualdade e de não intervenção nos negócios internos dos outros Estados."

E mais: "Temos certeza de que na competição pacífica com o capitalismo o sistema socialista de economia demonstrará, com uma evidência cada ano maior, sua superioridade sobre o sistema capitalista de economia. Mas não temos nenhuma intenção de impor pela força, a quem quer que seja, nossa ideologia ou nosso regime econômico."

Mas levando em conta "a ameaça de uma nova agressão" a U.R.S.S. "reforça e continuará a reforçar a sua capacidade de defesa". Já derrotou seus agressores duas vezes e derrotará a terceira si eles ousarem atacá-la. "É natural, portanto, presumir-se que uma terceira guerra mundial levaria à derrocada do sistema capitalista mundial".

Tal é "a perspectiva da guerra".

Mas, insiste, há outra perspectiva, a de manutenção da paz. Esta exige a interdição da propaganda de guerra, a proibição das armas atômicas e bacteriológicas, a redução das forças armadas, a conclusão de um Pacto de Paz entre as potências, a extensão do comércio entre os países, o *restabelecimento de um mercado internacional único*, etc. Em suma, o Sr. Malenkov põe lado a lado duas perspectivas: a da paz e a da guerra, sem decidir-se por qualquer das duas, numa posição que seus camaradas costumam chamar de "vacilante", bastante sintomática da situação política soviética, à época do Congresso.

#### *Novo enfraquecimento do Sistema Capitalista*

A situação econômica mundial se caracteriza por: a) ascenso ininterrupto da economia soviética e das democracias popu-

lares; b) estagnação da economia capitalista que se debate em meio à crise geral cada vez mais profunda e das crises econômicas que incessantemente se repetem.

Para demonstrá-lo, o Sr. Malenkov expõe um quadro de índices percentuais da produção industrial que, tomando 100 para o ano de 1929 são para o ano de 1951: U.R.S.S. — 1266; EE. UU. — 200; Inglaterra — 160.

A aritmética malenkovista finge não saber que a taxa percentual varia na razão inversa do "principal". E que o "principal" neste caso é justamente o nível de produção, um nível muito baixo para a U.R.S.S. em 1929, que apenas superara ao de 1913, e muito alto para os países ocidentais que em 1929 estavam no máximo da sua curva produtiva do período de entre-guerras.

Em 1929 o nível dos EE. UU., em particular, foi o mais alto já atingido por qualquer país em tempo de paz, só superado pela economia de guerra da própria América (que atingiu o índice 217 em 1943) e pelos seus níveis deste após-guerra.

Em suma: a demonstração do Sr. Malenkov prova apenas o baixo nível da produção soviética de 1929; ano em que se iniciaram os planos quinquenais, o que sem dúvida não significa nenhuma vantagem, mas, ao contrário, é o seu grande *handicap* em face dos países ocidentais.

Em vez disso porém ele conclui pela estagnação da economia ocidental que, afirma, só conseguia crescer um pouco por meio da produção bélica, enquanto esta, por sua vez, "cria as condições propícias à eclosão de uma aguda crise econômica".

"A militarização da economia nacional não elimina, mas pelo contrário, aprofunda a desproporção entre as possibilidades de produção e a capacidade aquisitiva cada vez mais reduzida da população, capacidade que a camarilha governamental dos países capitalistas reduz ao mínimo extremo, o que origina a contração sistemática do mercado capitalista. Portanto, a hipertrofia da produção de guerra conduz inevitavelmente ao desenvolvimento de uma nova e profunda crise econômica".

Em face desta argumentação não se sabe bem porque a economia de guerra dos EE. UU. não foi atingida por esta crise, quando funcionou contra o nazismo, e só agora, quando se volta contra a U.R.S.S. se encontra ante este perigo.

Um dos aspectos deste perigo que o Sr. Malenkov frisa é "a piora progressiva da situação material de vastas camadas da população determinada pela corrida armamentista", mas é indispensável observar que isto atinge também a U.R.S.S., e muito

mais do que a países como os EE. UU. e a Inglaterra, onde a situação mesmo piorada é superior até mesmo à situação normal de grande parte da população soviética.

O Sr. Malenkov, em suma, só poderia apontar uma fraqueza relativa dos EE. UU. e da aliança que eles chefiavam: a que advém do despreparo político e ideológico em que ainda se encontram os norte-americanos para o exercício da dominação mundial, fraqueza, entretanto, que pode ser rapidamente superada por quem já possui todas as condições materiais para essa dominação.

Nisto, aliás, reside a gravidade da presente situação internacional que contem, *in nuce*, todos os perigos da dominação do mundo por uma só potência, e cujas piores consequências recairão, antes de tudo, sobre os países mais atrasados.

#### A Economia Soviética

Segundo os dados fornecidos pelo Informe, apesar dos prejuízos causados pela guerra, que atrasou de quase dois Planos Quinquenais, o desenvolvimento soviético, durante o IV Plano foram alcançados e ultrapassados os níveis de 1940.

Quanto à indústria, em particular, o IV Plano Quinquenal, que tomava o índice 100 para 1940 e previa o índice 168 para 1950, alcançou, de fato, nesse ano, o índice 173.

O desenvolvimento maior coube à produção dos meios de produção (Setor A), que atingiu em 1950 o índice 205, enquanto a produção dos meios de consumo (Setor B), alcançou apenas 123.

O V Plano Quinquenal em curso, cujas diretrizes foram aprovadas pelo Congresso, estabelecia para 1952 os seguintes índices:

Produção global .....	223
Setor A .....	267
Setor B .....	156

Na agricultura uma das medidas que contribuíram para a recuperação do após-guerra foi a unificação dos pequenos kolхозes que em número de 254.000, a 1º de janeiro de 1950, foram reunidos em apenas 97.000, mais que dobrando a sua área média.

O incremento da mecanização dos trabalhos foi um dos fatores muito importantes para os êxitos tanto da agricultura como da indústria.

As obras de "construção do comunismo" já encetadas, tais como as gigantescas centrais hidro-elétricas e sistemas de irriga-



ção do Volga, Don, Dnieper e Amu-Dariá, abrirão vastas possibilidades tanto para a indústria como para a agricultura, inclusive pela introdução da lavra eletrificada, ou seja, de máquinas agrícolas movidas a eletricidade.

No comércio, nos transportes e nas comunicações também se registraram consideráveis progressos.

Ainda há, entretanto, na economia soviética — regista Malenkov — grandes desperdícios, que precisam ser evitados.

Em 1951 “as perdas e despesas improdutivas das empresas industriais da U. R. S. S. ascenderam a 4 bilhões e 900 milhões de rublos, incluídas as perdas originadas pela produção defeituosa que se elevaram a 3 bilhões de rublos”. No mesmo ano os gastos não previstos ascenderam, na construção, a mais de um bilhão de rublos e em lugar do lucro previsto pelo plano, as organizações de construção registraram naquele ano uma perda de 2 bilhões e 500 milhões de rublos.

Entim, como resultado dos êxitos do após-guerra regista-se um “progresso contínuo do Bem-Estar material, da Proteção à Saúde e do Nível Cultural do Povo”.

Observa-se igualmente o fortalecimento crescente do poder do Estado Soviético.

#### A Política Econômica

Sabe-se que a ampliação do capital não pode ir além do emprego total.

Uma política equilibrada de investimentos (e de gastos em geral) encontra então um obstáculo irremovível no marco superior da expansão física do capital, a qual é determinada pelos recursos não utilizados, em particular pela força de trabalho disponível.

Teoricamente o volume de investimentos pode ser mantido no nível do pleno emprego pelo aumento da composição do capital, o que implica em aperfeiçoamento tecnológico ininterrupto.

Entretanto, o reajustamento da estrutura da produção e a mobilidade do trabalho não são, na prática, o bastante rápidos para absorver os novos investimentos.

Mas a política de investimentos pode continuar, sendo acompanhada, porém, de um inevitável processo inflacionário (desde que se mantenha a mesma propensão a consumir), pois a produção de bens de consumo não pode aumentar a não ser pela transferência de fatores, a qual, por sua vez, não pode processar-se com uma rapidez capaz de manter o equilíbrio.

Uma simples política de investimentos, portanto, não pode resolver o problema de manter a produção sem interrupções no nível do pleno emprego.

E' necessário também uma política para controlar a propensão a consumir, aumentando o ritmo da poupança e, igualmente, para impedir a alta excessiva dos preços dos bens de consumo. Em largos traços é justamente esta a política econômica da URSS.

De uma maneira determinada pelas circunstâncias e pelos objetivos em vista os planejadores soviéticos jogam com os diversos processos acima citados, dosando-os convenientemente; tais processos são em resumo:

- 1) inflacionismo;
- 2) intensificação do capital com o aperfeiçoamento tecnológico;
- 3) controle da propensão a consumir, aumentando a poupança (empréstimos praticamente obrigatórios, etc.);
- 4) rebaixa dos preços de bens de consumo.

Não havendo impedimentos institucionais para a aplicação desta política, já que o Estado tem plenos poderes sobre a Economia do país, é isto o que explica a ausência de crises na URSS. O aumento do consumo indicado pelos índices do presente Plano Quinquenal, bem como os esforços soviéticos para reatar o comércio com o Ocidente, parecem indicar que o consumo durante a fase de reconstrução havia caído em níveis perigosamente baixos, e que se está procurando melhorá-lo no presente.

Não é de se acreditar porém que os novos aumentos de produção se façam só à custa do aperfeiçoamento tecnológico, de modo que é quase certo que após uma breve melhoria o consumo voltará a baixar.

De resto, ampliações de capital, sem estes sacrifícios, só podem fazer-se pela via da anexação pura e simples, quer dizer, pela expropriação de capitais já acumulados, só realizável em larga escala através da guerra.

Por motivos óbvios a “via da guerra” parece, entretanto, ser muito mais favorável aos seus adversários do que a URSS, o que explica plenamente a sua política de paz, de modo que esta via de capitalização lhe está vedada, restando-lhe, tão somente o velho processo de apertar o cinto.

### *Transformações no Partido*

O XIX Congresso realizou diversas modificações no Partido, a começar pela adoção de novos Estatutos.

Nêstes registramos particularmente:

1º) A Nova Definição do P.C.: "O Partido Comunista da União Soviética é a união voluntária e combativa dos comunistas, unidos por um mesmo ideal, integrada por membros da classe operária, camponeses, trabalhadores e intelectuais trabalhadores.

"O Partido Comunista da União Soviética, depois de organizar a aliança da classe operária e dos camponeses trabalhadores, conseguiu, como resultado da Revolução de Outubro de 1917, derrubar o Poder dos capitalistas e latifundiários, organizar a ditadura do proletariado, liquidar o capitalismo, abolir a exploração do homem pelo homem e assegurar a construção da sociedade socialista.

"Atualmente, as tarefas principais do Partido Comunista da União Soviética consistem em edificar a sociedade comunista mediante a passagem gradual do socialismo ao comunismo, elevar constantemente o nível material e cultural da sociedade, educar os membros da sociedade no espírito do internacionalismo e do estabelecimento de relações fraternais com os trabalhadores de todos os países, fortalecer ao máximo a defesa ativa da Pátria Soviética contra os atos de agressão de seus inimigos" (Cap. I — § 1º).

Esta longa definição descritiva é muito diferente daquela antiga e simples de "vanguarda revolucionária do proletariado".

2º) Uma disposição que aponta como dever do membro do Partido "observar a disciplina do Partido. Não pode haver duas disciplinas no Partido: uma para os dirigentes, outra para os membros de base".

Esta disposição foi aliás matéria de um veemente artigo do Sr. Khrushchev, publicado às vésperas do Congresso, e está feita, sob medida, para aplicar-se a certos líderes que, amparados em seus méritos e cargos teimavam em mostrar-se mais independentes do que um simples militante de base.

Várias outras disposições que perseguiam o mesmo fim podem ser encontradas nos Estatutos algumas das quais foram comentadas com destaque no informe de Malenkov.

Além disso, havia nos novos Estatutos um evidente convite e encorajamento aos subordinados e militantes de base para que denunciasssem certos líderes.

3) É importante assinalar, finalmente, a nova organização dada ao Comité Central, o qual elege em lugar dos antigos Orgburo e Politburo, um Presidium.

De acôrdo com esta nova disposição o Comité Central elegeu 36 membros para compor a nova cúpola dirigente.

Bastante significativo é que dêste modo os 10 membros do antigo Politburo, até então o mais alto órgão de direção política, ficaram em franca minoria perante o grande número de novos líderes elevados ao Presidium.

— Se observarmos que os chefes mais em evidência do Politburo eram justamente os condutores da linha de paz contra o imperialismo", em franco desprestígio desde a morte de Zhdanov, veremos que aquela transformação não teve nada de casual, mas era, de fato, uma etapa importante de uma operação política em franco desenvolvimento. Isto ainda ficou mais claro quando a 6 de novembro o Sr. Molotov foi visto na segunda fila das altas personalidades, o que segundo os ritos da hierarquia soviética era um evidente sinal de desgraça política.

### III. APÓS O CONGRESSO

#### *O Complot dos Médicos*

Na primeira quinzena de Janeiro veio à luz mais um lance da operação dirigida pelo bloco Stalin-Malenkov contra os seus opositores.

De Moscou anunciou-se, oficialmente, que nove médicos, entre os quais seis judeus, mataram por meio de diagnósticos falsos e tratamentos inadequados, altas personalidades soviéticas, assim como conspiraram para assassinar a outros.

Entre os "assassinos" achava-se o próprio chefe da direção médico-sanitária do Kremlin, o professor Egorov, responsável pela saúde de Stalin, e entre as vítimas apontava-se Andrei Zhdanov, o vigoroso chefe político cuja morte súbita intrigara a vários observadores.

A descoberta do complot dos médicos "confirmando" esta suspeita, revelava ao mesmo tempo que todos esses crimes haviam sido executados por instruções de uma organização sionista (a Joint) a serviço dos imperialistas norte-americanos.

Artigos da imprensa soviética insistiram então em que era preciso descobrir e castigar todos os espíões e assassinos. A notícia de que um dos médicos acompanhara as experiências atômicas soviéticas, era uma clara ameaça ao Sr. Béria que, segundo se sabe, dirige, desde 1946, a Organização Atômica Soviética.

Em suma, tudo indicava que se estava preparando algo como os famosos "processos de Moscou" da década dos 30.

Os visados seriam, desta vez, muito provavelmente, Molotov, Bulganin, Béria e seus seguidores. Estava-se na expectativa desses acontecimentos quando ocorreu uma silenciosa mudança na alta direção do Exército.

O Chefe do Estado Maior, Sr. Shtmenko (um dos visados pelos médicos assassinos), foi substituído na última semana de fevereiro, pelo Sr. Sokolovski, o conhecido executor do bloqueio de Berlim, e segundo tudo indica, homem da confiança do Sr. Bulganin.

Antes já haviam surgido rumores confusos e contraditórios em torno do Ministério da Segurança do Estado.

E por fim, com grande surpresa para todo o mundo, teve-se a notícia da grave enfermidade de Stalin, atingido que fora na noite de 1 a 2 de março, por um perigoso derrame cerebral.

Logo depois, aos 5 de março, o P.C. da URSS anunciou que às 21h 50m desse dia "cessou de pulsar o coração do camarada Stalin".

#### *Reestruturação das Direções*

A morte de Stalin seguiu-se uma importante reestruturação nos organismos dirigentes do Estado e do Partido. 31 Ministérios e cinco outros órgãos de nível ministerial foram reduzidos a 25 Ministérios e dois Comitês (O Gosplan e o Comitê para os Assuntos da Construção).

As principais fusões foram: a do Ministério da Segurança do Estado com o Ministério do Interior, o Ministério da Guerra com o da Marinha, e o Ministério do Comércio Exterior com o do Comércio Interior.

Os mais altos postos do Governo ficavam assim distribuídos:

Presidente do Conselho de Ministros — Sr. Georgei Malenkov.

1º Vice-Presidente e Ministro do Interior e Segurança — Sr. Lavrenti Béria.

1º Vice-Presidente e Ministro do Exterior — Sr. Viacheslav Molotov.

1º Vice-Presidente e Ministro da Defesa — Sr. Nicolai Bulganin.

1º Vice-Presidente — Sr. Lasar Kaganovitch.

Vice-Presidente e Ministro do Comércio — Sr. Anastas Mikolan.

Além disto, a presidência do Presidium do Soviet Supremo coube ao marechal K. Vorochilov, enquanto o antigo presidente Shvernik passou a chefiar o C.C. dos Sindicatos.

Tôdas estas transformações e designações foram aprovadas, formalmente, pela IV Sessão do Soviete Supremo, realizada no dia 14 de março.

No entanto, elas já haviam sido decididas logo no dia 6, numa reunião conjunta do Comitê Central do Partido, Conselho de Ministros e "Presidium" do Soviet Supremo.

Nesta ocasião decidiu-se também efetuar modificações no Partido. O Presidium do Comitê Central foi reduzido a dez membros e quatro suplentes. Os titulares apontados foram: os Srs. Malenkov, Béria, Molotov, Vorochilov, Khrushchev, Bulganin, Kaganovitch, Mikoian, Saburov e Pervukhin. Suplentes: os Srs. Shvernik, Ponomarenko, Melnikov, Baguirov. O Secretariado do C.C. que era composto pelos Srs. Malenkov, Khrushchev, Aristov, Suslov, Mikhailov, foi acrescido de três nomes: Srs. Ignatiev, Pospelov e Shtalin. Um secretário do C.C., Sr. Pegov, foi transferido para a Secretaria do Presidium do Soviete Supremo.

Já depois disto o Sr. Malenkov deixou a Secretaria do C.C., onde foi substituído pelo Sr. Khrushchev.

Estas modificações demonstraram que o núcleo do poder governamental ficou constituído pelos Srs. Malenkov, Béria, Molotov, Bulganin, Kaganovitch e Mikoian. Mas elas demonstram, sobretudo, a reabilitação dos Srs. Molotov, Bulganin e Béria, que foram reintegrados e reforçados nas suas antigas posições. Apenas dez dias após a morte de Stalin, outra morte inesperada atingia o mundo soviético na pessoa do Sr. Klemente Gotwald, presidente da Tchecoslováquia, que sucumbiu de uma pneumonia (alguns acreditam que política) apanhada em Moscou nos funerais do líder. Aos seus funerais (e à sucessão...) compareceu uma delegação soviética chefiada por Bulganin.

É útil recordar aqui que apenas quatro meses antes Gotwald liquidara o Secretário Geral do P. C. tcheco, Rudolf Slanski, sob a acusação de traição e sionismo.

Ao lado desses fatos, alguns outros surgem bem curiosos.

No dia 15 de fevereiro faleceu o major-general Piotr Kosin-úin, um dos chefes da guarda pessoal de Stalin. O lacônico comunicado oficial de sua morte qualifica-a de "prematura".

Além disto o general Poskrebichev, chefe do Secretariado particular de Stalin durante cerca de 30 anos, eleito às vésperas da morte do seu chefe e amigo para o Soviete de Moscou, está desaparecido desde o dia 6 de março.

O Sr. Poskrebichev foi quem conduziu o Sr. Malenkov ao Secretariado de Stalin, onde este fez carreira e, segundo se sabe, ele era também o protetor do Sr. Ignatiev.

Com este nome chegamos, finalmente, à parte mais curiosa de todos esses acontecimentos: a reabilitação dos médicos acusados de assassinio. De fato, estes que haviam sido acusados e presos pelo Secretário da Segurança do Estado, Sr. Sergei Ignatiev, foram declarados inocentes pelo Secretário do Interior, Sr. Lavrenti Beria.

#### *A libertação dos médicos e as reabilitações*

No dia 4 de abril a imprensa soviética publicou um comunicado oficial do Ministério do Interior em que se dizia que novas investigações haviam sido feitas em torno do caso dos médicos acusados de assassinio, e que se havia concluído pela sua inocência.

Os 15 médicos acusados (e mais o "artista do povo" Mikhoels) — soube-se, então, que as prisões já haviam atingido esse número — tinham sido acusados injustamente pelos funcionários do Ministério da Segurança, os quais para isso haviam forjado os documentos e instruído os pareceres técnicos. No dia 6 de abril um editorial do "Pravda" intitulado "A legalidade socialista soviética é inviolável", informava que a farsa fôra preparada pelo vice-ministro Riumin que em vez de "descobrir os verdadeiros espiões e terroristas" empreendera o caminho do "aventurismo criminoso" e da mentira.

O Sr. Riumin e demais funcionários falsificadores foram presos e seu chefe, o ministro Sr. Ignatiev, acusado de "cegueira política", foi demitido e afastado do Comité Central do Partido.

No dia 16 de abril a Georgia — Pátria de Stalin e de Béria — foi teatro de acontecimentos semelhantes. O Ministro da Segurança, Sr. Rukhadze e vários auxiliares, assim como o secretário geral do Partido, Sr. Megeladze, foram afastados dos seus postos, acusados também de falsificação dirigida contra inocentes, feita em abril de 1952.

Os reabilitados (Zodelava, Barimia e Rapa) foram colocados em postos da direção governamental e na cerimônia da sua reabilitação o novo 1.º ministro Bakradze apresentou-os como discípulos do Sr. Béria, "o melhor filho da Georgia".

Finalmente, na Ucrânia, o Secretário do P. C. local e suplente do Presidium do Comité Central, Sr. L. Melnikov, foi também afastado, acusado de oprimir a nacionalidade ucraniana, tentando substituir o idioma deste pelo russo.

#### *A "Ofensiva da Paz"*

Enquanto vinham à luz estes fatos da política interna, prosseguia a URSS nos gestos de pacificação internacional. Estes constituem já toda uma série de medidas bem divulgadas pela imprensa e amplamente comentadas.

Qual é o significado, a amplitude e a profundidade dessa "ofensiva de paz"? Em que medida ela é a continuação da política de "coexistência pacífica", firmada oficialmente pelo XIX Congresso? Até que ponto a "reentrêe" dos antigos zhdanovistas modifica esta política comunicando-lhe um conteúdo novo?

Tentemos responder a estas perguntas na medida do possível.

Suponhamos que, como os fatos já vistos sugerem, um Bureau zhdanovista (composto dos Srs. Molotov, Bulganin, possivelmente Béria, etc.) esteja, na sombra, dirigindo o país. Aparentemente, si eles eram partidários da política de "paz contra o imperialismo", a tendência da URSS seria a de voltar à "ofensiva", nos moldes do Bloqueio de Berlim, ajudada pelas suas reservas estratégicas espalhadas pelo globo: uma "Coréia" na Alemanha seria possivelmente o seu próximo passo.

Dissemos *aparentemente* porque, de fato, pode acontecer justamente o contrário. A volta dos zhdanovistas pode conduzir a um aprofundamento bem maior da política de paz e torná-la muito mais efetiva do que si fôra conduzida por Stalin. E' possível mesmo que a grande divergência final de Stalin com os antigos partidários da paz contra o imperialismo tenha sido em torno da efetividade da pacificação.

Com efeito, para Stalin a coexistência pacífica era uma simples tática, tal como o foi antes da guerra passada, e a pacificação era somente uma operação a curto prazo, destinada apenas a ganhar tempo para fortalecer o campo soviético com seus próprios recursos internos. Era, em suma, uma manobra para iludir por algum tempo o adversário, aliada a drásticas medidas internas de mobilização de recursos.

A convicção mais íntima desta política é a desconfiança profunda na ajuda internacional à URSS, ou seja, no "internacionalismo proletário", somada a uma fé religiosa no Poder do Campo Soviético, o qual, dentro de algum tempo, superaria o do adversário.

Ao contrário, a convicção básica da política anti-imperialista assentava na esperança de um vigoroso surto do "internacionalismo proletário" e na constituição, muito justa, aliás, da impossibilidade de o Campo Soviético superar ou mesmo apenas igualar-se ao adversário, contando somente com seus recursos internos.

Mais ainda: quanto mais tempo passasse, mais se acentuaria o "gap" entre o poder do "campo socialista" e a força dos seus adversários — era certamente o que pensavam os anti-imperialistas, embora de palavra afirmassem o contrário.

Dêste modo, os insucessos da sua política exterior, sobretudo pela ausência daquele surto revolucionário, levariam os anti-imperialistas, muito conseqüentemente, à posição extremo oposta de uma pacificação efetiva através de concessões substanciais ao campo adversário, como único meio de a URSS não incorrer numa derrota iminente.

Enquanto Stalin, permanecendo fiel àquela sua linha de paz com a Alemanha em 1918, expressa pela fórmula "negociar mas não assinar a paz", que é sem dúvida uma súplica da sua técnica política, pretenderia que se fizesse o mesmo na presente conjuntura, os anti-imperialistas, bem cientes da força dos adversários ocidentais, pretenderiam realmente "assinar a paz", passando por inteiro as tarefas "revolucionárias" aos P.C.

Numa palavra, para Stalin, a "paz" seria uma *tática* enquanto para o Sr. Molotov e seus aliados a paz seria uma *estratégia*.

E' possível que tenha sido justamente esta a grande divergência que estava marchando para resolver-se, como já se tinham resolvido divergências anteriores, através de um "processo judicial", no sentido tipicamente soviético, o que foi frustrado pela morte do velho Premier.

Resta indagar agora as conseqüências prováveis dessa efetiva pacificação, ao que parece buscada pela URSS atualmente.

Se aceita pelos EE.UU. e levada às suas últimas conseqüências, teríamos, certamente, uma política mundial no estilo daquela linha de Earl Browder, exposta na sua obra "Teheran, um caminho para a guerra e para a paz", segundo a qual contaríamos com amplos acordos políticos e econômicos, de âmbito mundial, nos quais os cartéis internacionais iriam desempenhar um importante papel.

Caso porém a pacificação efetiva não seja aceita pelos norte-americanos, o problema da guerra e da capitulação de um dos adversários estará, sem dúvida, cada vez mais na ordem do dia.

Entretantes, enquanto uma de tais soluções extremas não chega, acirra-se de ambos os lados, a luta política pelas posições vantajosas de negociação, o que se evidencia com toda clareza na Alemanha, que é hoje a encruzilhada de todos os mais graves problemas internacionais.

As manifestações de Berlim, aliás, deram ultimamente uma projeção dramática ao problema da Alemanha.

#### *A Questão Alemã*

Antes de tudo, é preciso não esquecer que o problema alemão é, de novo, como após a primeira grande guerra, a questão mais importante da política internacional. E tanto os russos como os norte-americanos sabem disso, dando-lhe mesmo a máxima prioridade na sua política exterior de hoje.

Com esta observação, passemos aos últimos acontecimentos.

A atual política soviética em relação à Alemanha busca nitidamente a reunificação do país, ao mesmo tempo que procura fortalecer suas posições operárias, tendo em vista participar na política interna da nação reunificada.

Realmente, já em 12 de abril, no 8º Pleno do C.C. do P.C. da Alemanha (Ocidental), o seu presidente, Max Reimann, ao apresentar seu Informe — e após lembrar que a vitória do fascismo e a derrota militar a que este levava o país, só foram possíveis em virtude da desunião do proletariado germânico — dizia, dirigindo-se especialmente "aos operários social-democratas":

"Tiremos, pois, os ensinamentos da história do movimento operário alemão. Unâmo-nos na luta pelos direitos e as liberdades democráticas, na luta contra o perigo de guerra, por uma Alemanha unida, pacífica e democrática".

E terminava proclamando que a próxima campanha eleitoral para o Bundstag deveria tomar por base o "Programa de Reunificação Nacional da Alemanha", já anteriormente estabelecido.

E' de assinalar-se, igualmente, a seguinte passagem do referido Programa:

"Os membros do Partido Social-Democrático da Alemanha e seus partidários devem compreender o jôgo duplo e fraudulento de seus dirigentes direitistas e rejeitar sua orientação política. E' preciso realizar a unidade de ação entre operários social-democratas, comunistas, cristãos e não-organizados, entre todos os trabalhadores, na luta pelas suas reivindicações nacionais e sociais".

Palmilhando este caminho da Reunificação alemã, o Conselho de Ministros da U.R.S.S. decidiu, a 28 de maio, dissolver a Comissão de Controle Soviético e liberar o comandante soviético das funções de controle na República Democrática Alemã. Para as novas relações com a Alemanha foi criado o posto de Alto Comissário e designado para o mesmo Vladimir Semionov, o antigo conselheiro político do marechal Sokolovski.

Ao mesmo tempo o general Gretchko foi nomeado para substituir Chuikov no comando das tropas estacionadas na zona oriental.

Estas modificações visavam abertamente preparar as novas negociações com o Ocidente, as quais, a 7 de junho, num começo em Dortmund, o citado Max Reimann concebia como "uma conferência dos quatro (ocupantes), que possa, com a participação de representantes de toda a Alemanha, concluir um tratado de paz e fixar um prazo para a retirada de todas as tropas de ocupação".

A 9 de junho o Politburo do C.C. do Partido Socialista Unificado fazia severa crítica à política governamental e propunha ao governo da República Democrática uma série de medidas tendo em vista "o grande objetivo de restabelecer a unidade da Alemanha". Entre estas medidas citam-se:

- restabelecimento da pequena e média indústria e do pequeno e médio comércio;
- anulação das expropriações das empresas agrícolas.
- restituição a todos os refugiados que voltarem à República Democrática, dos bens que lhes foram confiscados;
- anistia aos condenados a menos de três anos de prisão por delito contra a propriedade nacional e libertação dos réus ainda não julgados cujas penas previsíveis sejam inferiores a três anos;

— facilitar a circulação entre a República Democrática e a República Federal.

Aos 11 de junho o Conselho de Ministros da República Democrática, atendendo a estas sugestões, baixou as medidas correspondentes. Ao mesmo tempo decidiu cessar a campanha de coletivização da agricultura, iniciada nos princípios de 1952. As Cooperativas de Produção Agrícola já existentes serão mantidas, mas recomendou-se não aceitem novos membros e autorizou-se aos camponeses que o quiserem, deixem as mesmas sem prejuizos.

No dia 12, Otto Grotewohl declarava em Berlim:

"A unidade da Alemanha é para nós, hoje, a questão decisiva. Incrementando-se o entendimento entre alemães, nada atualmente deve ocorrer que possa levar água ao moinho dos adversários do acôrdo".

Já no dia 10, aliás, o governo da República Democrática assinava com a Igreja Evangélica um acôrdo regulando questões de interese comum. E no dia 15 publicou a regulamentação sobre o desembarço em 48 horas de passaportes internacionais.

Finalmente no dia 16, à tarde, se iniciaram em Berlim oriental as manifestações de protesto contra o aumento das normas de produção que o governo decretara no mês anterior. Apesar de o governo haver revogado imediatamente o referido aumento, as manifestações se prolongaram durante todo o dia seguinte, com grande violência.

Vejamô-las mais perto. Segundo a descrição de testemunhas de vista, os protestos de Berlim seguiram o curso clássico das manifestações insurrecionais. Começando com o abandono do trabalho por grandes grupos operários, transformavam-se em seguida em passeatas ruidosas e por fim passavam ao assalto e incêndio de edifícios públicos, acompanhados do desacato e mesmo espancamento das autoridades que tentavam evitá-los.

Como explicar então tais acontecimentos?

"Putsch" fascista dirigido por espões americanos, dizem os soviéticos. Manifestação organizada pelos russos mesmos, que entretanto perderam o controle da mesma, chegaram a afirmar certos comentaristas ocidentais. Em particular, as fontes norte-americanas informam que se trata de uma rebelião dos operários alemães contra o domínio russo.

Tratemos, na medida do possível, de esclarecer a questão.

Há, sem dúvida, três hipóteses principais a discutir, segundo as quais a manifestação teria sido organizada:



1) pelos próprios russos, 2) pelos norte-americanos ou ainda, 3) que ela seria uma explosão espontânea de descontentamento.

No primeiro caso é preciso admitir que a manifestação correu do princípio ao fim tal como os russos a quiseram, isto é, que em nenhum momento eles perderam o controle do movimento. De fato, não são os soviéticos leigos na matéria para não saberem até onde vai uma manifestação daquele estilo, desde o início dirigida contra o governo. Si eles a organizaram, fizeram-na, então, deliberadamente violenta, pois si a quisessem ordeira teriam tomado, previamente, as medidas necessárias para tal. Como explicar, neste caso, que eles tivessem organizado contra o governo que patrocinam uma manifestação violenta?

Imaginemos, por exemplo, que a URSS esteja disposta a perder a Alemanha Oriental em troca da unificação e neutralização de toda a Alemanha. Neste caso, não lhe seria muito útil uma manifestação desse tipo?

Vejamos. Para a política de unificação o atual governo Grotewohl-Ulbricht lhe é completamente inútil, sinão mesmo prejudicial. Na política de uma Alemanha unificada os Grotewohl e Ulbricht dificilmente ocupariam algum papel de importância. Sabendo disto, estariam provavelmente criando dificuldades aos planos soviéticos, exigindo, por exemplo, em nome dos serviços prestados, certas garantias para suas posições. Seria necessário, portanto, afastá-los ou, pelo menos, neutralizá-los. Uma manifestação operária atirada à rua terminaria com seus protestos violentos por exigir a intervenção das tropas soviéticas e a decretação de lei marcial a fim de manter-se a ordem pública. O governo Grotewohl-Ulbricht, colocado sob a proteção das armas soviéticas e ante o fracasso da sua própria administração, provado pelo descontentamento popular, estaria então à mercê do Alto Comissário, o qual, deste modo, ter-se-ia transformado, de um golpe, em ditador da Zona Oriental. Dominados os "atos de banditismo dos espíões americanos infiltrados no movimento" o Alto Comissário poderia então reconhecer, magnânimo, a justiça das exigências operárias, tratando de satisfazer pelo menos alguma delas: a de unificação, por exemplo.

Em suma: o resultado líquido imediato seria a concentração de todo o poder nas mãos do Alto Comissário e, a prazo mais longo, o reforçamento das posições operárias comunistas tendo em vista a ação política dentro da Alemanha reunificada, tudo isto obtido pelo sacrifício do Governo Oriental.

Contra esta hipótese, entretanto, é bom observar desde logo, está toda aquela política de reunificação, realizada pelo governo

Grotewohl-Ulbricht e já citada, anteriormente. Teriam então os norte-americanos organizado as manifestações de Berlim? Desde logo é bom observar que é muito duvidosa a capacidade norte-americana para executar uma política de ação direta, sobretudo em face do seu despreparo ideológico. Assim, si os ianques provocaram o movimento de Berlim, fizeram-no muito provavelmente através de terceiros, sobretudo através dos social-democratas alemães.

Por outro lado é fora de dúvida que semelhante manifestação era, justamente agora, da máxima utilidade para a política norte-americana. A esta, com efeito, interessa muito mais a presente divisão da Alemanha do que a sua unificação submetida à cláusula de neutralidade. Os protestos de Berlim prejudicando a política soviética de reunificação, refletir-se-iam, além do mais, sobre a campanha eleitoral que se inicia, e justamente em favor da política americanista de Adenauer.

Desta forma prejudicariam quaisquer tendências conciliacionistas porventura existentes na Alemanha Ocidental com relação às propostas soviéticas.

Finalmente, ainda que não tenham sido os preparadores do movimento, é evidente — tanto pelas suas declarações oficiais como pelos comentários da sua imprensa — que os americanos estão, com todo o empenho, procurando utilizá-lo, em seu favor. Mais ainda: estão, sem quaisquer reservas, comandando uma vasta campanha de propaganda no sentido de incentivar a repetição de movimentos semelhantes por toda a Europa Oriental. Tudo isto indica, na verdade, que a atual política republicana dos Estados Unidos, si já não enveredou, parece encaminhar-se cada vez mais segundo as linhas inspiradas pelo "Congresso Pró-Liberdade da Cultura", organização orientada intelectualmente por ex-comunistas (tais como James Burnham, Julian Gorkin, Sidney Hook, etc.), os quais, pregando a destruição do Estado Soviético, estão de fato colocando as técnicas do Stalinismo à serviço da política dos EE. UU. Isto, aliás, surge perfeitamente plausível si observarmos que o Secretário de Estado Foster Dulles — segundo ele mesmo declarou — tem como livro de cabeceira "Os Problemas do Leninismo", de Stalin e que, além disto, nos seus discursos estão aparecendo com grande frequência as idéias do já citado James Burnham, inclusive, em particular, aquela idéia de "libertação" dos satélites soviéticos, que Dulles pregou logo ao início de sua gestão.

Consideremos agora, a terceira e talvez mais plausível de todas as hipóteses: a de que os protestos de Berlim foram uma ex-

plosão espontânea de descontentamento popular, resultante sobretudo dos baixos níveis de consumo que vigoram em todo o campo soviético e que produzem mal estar, principalmente naqueles países em que o padrão de vida era mais elevado antes da sovietação: na Alemanha e na Tchecoslováquia.

Em favor desta hipótese colocam-se, além de outras razões mais gerais, a "rebelião" dos operários tchecos — ocorrida nos primeiros dias de junho — assim como a série de medidas para melhorar as condições de vida que foram tomadas apressadamente em tôdas as democracias populares, e que na Hungria coincidiram com uma drástica transformação tanto na política como na constituição do governo.

E' claro, entretanto, que esta última hipótese não exclui necessariamente a interferência, em todo ou em parte, das outras duas, quer dizer, a utilização seja pelos russos, seja pelos norte-americanos do movimento espontâneo dos operários alemães.

#### A "Rebelião" Tcheca

Antes das manifestações de Berlim já haviam ocorrido, nos primeiros dias de junho, na cidade tchecoslovaca de Pilsen, distúrbios operários dirigidos contra o governo e provocados pela recente reforma monetária efetuada no país.

A "Pravda", jornal comunista local, noticiou os acontecimentos como uma "demonstração contra o Estado, com intenção de derrocar o regime, restaurar o capitalismo e fazer de Pilsen o trampolim para uma tentativa contra-revolucionária na Tchecoslováquia".

A manifestação é atribuída a "pessoas sem experiência política que se deixaram influenciar por elementos burgueses" e acreditavam que a reforma monetária dirigia-se contra os trabalhadores.

"Muitas daquelas pessoas — diz o referido jornal — se deixaram conquistar pelos reacionários para realizar uma manifestação contra o Estado. Todavia, os operários compreenderam, à última hora, a natureza da conspiração, e a êles próprios, com o auxílio de unidades de segurança, se deve a liquidação do bando de revoltosos."

E' de notar-se, em particular, que a reforma monetária tcheca praticamente confiscara tôdas as economias em dinheiro guardadas em casa.

A propósito, aliás, o vice-primeiro ministro Zdenek Luejedly declarou sem meias palavras: "Não nos inspiram pena nenhuma

as pessoas que perderam suas economias, em consequência da reforma. Não temos culpa de que não hajam depositado seus fundos no Banco".

#### A Nova Política Hungara

No dia 4 de julho anuncia-se uma drástica modificação tanto na composição como no programa do governo hungaro.

O veterano Matias Rakosi (embora mantido ainda no Politburo do Partido dos Trabalhadores), foi substituído no cargo de primeiro ministro por Imre Nagy que declarou ter sido completamente errônea a política seguida pelo seu antecessor, em particular no que se refere aos operários, às empresas privadas, à religião e à polícia.

Também foram substituídos o Ministro das Relações Exteriores, Erik Molnar, por Janos Baldocky, então embaixador em Praga, e o Ministro de Defesa, Mihaly Farkas, pelo chefe do Estado Maior, General L. Bata.

O novo Premier, falando perante o Parlamento, apresentou o novo programa governamental que é, em resumo:

1) Indústria: "Nada justifica a industrialização exagerada, especialmente quando carecemos de materias primas necessárias. São necessárias mudanças essenciais. Temos que reduzir o ritmo de fomento da indústria pesada. Uma parte do nosso plano consiste em reduzir, de um lado, a produção industrial, e aumentar, de outro, a produção agrícola."

2) Religião: "Temos que nos conservar pacientes a respeito da religião, e não tolerarei que se faça uso da força no que se refere a tal assunto."

3) Comércio: "As cooperativas não podem substituir os artezãos e comerciantes nos negócios individuais. Temos que conceder-lhes licenças para que abram de novo seus estabelecimentos."

4) Política de Preços e Condições de Trabalho: "Foram cometidos graves erros no passado. Temos que criar abundância de alimentos e de outros artigos de consumo para elevar o nível de vida dos trabalhadores. O Governo não tolerará que se obrigue os obreiros a trabalhar horas extraordinárias e garantirá horas de descanso depois do trabalho."

5) Polícia: "É dever dos órgãos do Governo velar pela liberdade de todos os cidadãos. A lei não foi sempre respeitada, e se cometeram abusos que prejudicaram a muitos. Deve cessar a rude e cruel conduta dos burocratas. Deve cessar, imediatamente, a internação em acampamentos, e os que se acham nêles devem regressar a seus postos de trabalho, com direito a escolher seu local de residência. Todos os que foram deportados terão direito de escolher, livremente, seu domicílio."

A simples leitura deste programa basta para se conhecer a situação geral da Hungria e, em particular, as dificuldades por que passava a economia do país, sobrecarregada com um exorbitante programa de industrialização.

Para se ter uma idéia aproximada desse programa bastam os seguintes dados:

Segundo o manifesto da Frente Nacional Popular Húngara, publicado às vésperas das eleições de 17 de maio passado", os investimentos na economia nacional representaram 40 bilhões de florins em três anos, em vez dos 35 bilhões previstos para cinco anos. Desde o terceiro ano do quinquênio, a produção de aço passou de 800 000 toneladas, em 1949, a 1 500 000. A extração do carvão deveria atingir 18 milhões de toneladas para os fins de 1954, mas essa cifra foi amplamente ultrapassada já no fim de 1952."

Este mesmo ritmo deveria continuar no quinquênio 1955-1959. Com efeito, diz o referido manifesto: "Durante o segundo quinquênio devemos elevar a produção de aço a três milhões e meio ou quatro milhões de toneladas, a de energia elétrica a 10 ou doze bilhões de kw-h, a de trigo de 30 a 40 milhões de quintais."

Ao mesmo tempo prosseguia aceleradamente a coletivização da agricultura. Não é de extranhar, portanto, que tudo isto só pudesse ser obtido pela aplicação a fundo da força do Estado como agente econômico. Foi justamente esta política que o novo governo repudiou abertamente.

Também nas outras democracias populares, cujos programas de desenvolvimento industrial eram semelhantes ao húngaro, foram anunciadas importantes medidas destinadas a melhorar a situação dos trabalhadores e do povo em geral. Na Tchecoslováquia e na Alemanha, em particular, foram tomadas medidas bem significativas.

Na primeira, com efeito, teria sido baixado, no dia 29 de junho, um decreto contra o "absenteísmo e as flutuações, que cominava a pena de trabalhos forçados e, no caso de reincidência,

fuzilamento, para os que faltassem mais de 4 dias seguidos ao trabalho.

Este decreto, que sugeria evidentemente a ocorrência de greves, teve o artigo referente àquelas penalidades revogado, no dia 7 de julho, por solicitação da CGT tcheca que se comprometeu, ela mesma, a exercer o controle da disciplina operária.

Na Alemanha, Otto Grotewohl, em uma carta-aberta dirigida no dia 4 de julho aos camponeses reiterava que seriam afastados todos os obstáculos opostos a reunificação do país e prometia "a estrita observância dos direitos legais dos particulares e o aumento da produção para o abastecimento".

Salientava, ainda, a satisfação pelo fato de as cooperativas agrícolas (kolkhoses) terem decidido auxiliar os camponeses independentes e anunciava que os sindicatos estavam envidando esforços para enviar operários a fim de auxiliar a colheita.

Finalmente, no que respeita especialmente aos acontecimentos de Berlim, é de assinalar-se que no dia 9 de julho a Zona Oriental, embora ainda continuasse patrulhada pelos tanques soviéticos (calculados em 200), foi reaberta aos visitantes ocidentais. Ao mesmo tempo anunciava-se que, sob a ameaça de uma rigorosa greve de protesto, havia sido libertada pelos soviéticos a "esmagadora maioria" dos aprisionados em virtude das "jornadas de junho", avaliados em 50 mil. Por último, assinalando a volta à normalidade, a lei marcial (que fora decretada a 17 de junho) foi levantada no dia 11 de julho.

Após as manifestações de Berlim tem-se anunciado que elas se haveriam estendido até a Polônia e que teriam ocorrido outras manifestações nas demais "democracias populares" e até mesmo na Rússia, em Rostov. Em que pese às dificuldades de comprovação destas notícias parece evidente que pelo menos o vulto de tais fatos, si é que aconteceram, não é aquele que lhe tem atribuído a imprensa ocidental.

Com efeito, de Londres, um porta-voz do Foreign Office declarou a respeito que a Inglaterra só tinha conhecimento de alguns distúrbios sem importância, ocorridos na indústria de cigarros da Bulgária.

#### *A Queda de Beria*

Finalmente, veio a público um fato dramático, lançando alguma luz sobre a situação soviética. De Moscou foi anunciado

oficialmente, no dia 9 de julho, que o marechal Lavrenti Beria, 1.º vice-presidente do Conselho de Ministros, Ministro do Interior e da Segurança do Estado, membro da Presidência do Comitê Central do Partido e chefe da 1.ª Administração do Conselho de Ministros (quer dizer, da Organização Atômica Soviética) fôra expulso do Partido e do Governo, em virtude de suas "atividades criminosas contra o Estado, no interesse do capitalismo estrangeiro".

No dia seguinte os jornais publicaram os comunicados oficiais do Comitê Central do Partido e do Praesidium do Soviet Supremo (este último sem assinatura, embora devesse estar subscrito pelos Srs. Vorochilov e Pegov, respectivamente presidente e secretário do referido organismo).

O primeiro, informava que nos últimos dias realizara-se uma reunião plenária do Comitê Central, o qual, após ouvir o relatório do Praesidium deste, apresentado pelo Sr. Malenkov, "a respeito das atividades criminosas de Beria, dirigidas contra o Partido e contra o Estado e concebidas de modo a solapar o Estado soviético no interesse do capital estrangeiro" (...) "decidiu excluir Beria do Comitê Central do Partido e das suas fileiras como inimigo do Partido Comunista e do povo soviético".

O outro comunicado, além de anunciar sua expulsão do governo, por proposta do Conselho de Ministros, acrescentava que o caso de suas atividades criminosas seria submetido à Corte Suprema da URSS. Estas atividades criminosas — denuncia ainda o Comitê Central — "encontraram sua expressão nas tentativas perversas de colocar o Ministério do Interior acima do Governo e do Partido Comunista da URSS".

Um editorial da "Pravda" explica então que "se anteriormente sua criminosa atividade dirigida contra o Partido e contra o Estado era profundamente dissimulada e bem mascarada, contrariamente, nestes últimos tempos, êle demonstrou arrogância e revelou sua verdadeira fisionomia, a fisionomia de um raivoso inimigo do Partido e do povo soviético. Essa atividade se manifestou pela acentuação do trabalho de sapa realizado contra o Estado Soviético pelas forças reacionárias internacionais". Enumera, além deste, seus diversos crimes, acusando-o:

— de haver obtido o seu posto no Partido à custa de maquinações carreiristas,

— de colocar em postos-chaves do Ministério do Interior, homens de sua confiança pessoal,

— de sabotar os Kolkhozes e provocar dificuldades no abastecimento do país,

— de procurar solapar a amizade que existe entre os povos soviéticos, ativando os nacionalistas burgueses das repúblicas federadas;

— de sabotar a legislação, para afastar todos os atos arbitrários.

Em suma:

"Beria perdeu o caráter comunista, transformando-se num serviçal da burguesia, num agente do imperialismo internacional. Esse aventureiro e mercenário das forças imperialistas estrangeiras urdia planos que visavam garantir-lhe a direção do Partido e do País, com o objetivo de destruir o nosso Partido Comunista com uma política de capitulação que teria conduzido, no fim de contas, à restauração do capitalismo".

Esta é, como veremos a seguir, a parte mais significativa de toda a acusação. Com efeito, tendo em mente que as disputas internas do P.C. soviético sempre ocorrem, mesmo quando levam consigo rivalidades pessoais, em torno da linha política, devemos então indagar:

Que significa, deste ponto de vista, o expurgo de Beria? E quais serão as suas conseqüências?

Antes de tudo, é evidente, desde logo, que o Sr. Malenkov, havendo sofrido um revés com a morte de Stalin, retomou agora a iniciativa, dando um decisivo passo à frente. O caso dos médicos visava, sem dúvida, diretamente ao Sr. Beria, mas este, libertando-os em nome da "inviolável legalidade soviética", conseguiu uma pequena vantagem, insuficiente entretanto para deter a operação malenkoviana que se achava em curso. O Sr. Malenkov agora a retomou no ponto em que ficara suspensa e levou-a, de um golpe, à sua etapa decisiva. Deste modo o Sr. Beria já está politicamente, se não também fisicamente, condenado. Qual é então a política que está sendo condenada na pessoa do Sr. Beria?

Como já vimos, as premissas do zhdanovismo podem levar, com plena conseqüência, a duas políticas diametralmente opostas: a de "ofensiva anti-imperialista" e a de "pacificação efetiva", dependendo a escolha entre as duas das previsões quanto ao prazo para o funcionamento eficaz do "internacionalismo proletário" e para a eclosão da III Grande Guerra.

Se se concebe um prazo curto para ambos, tem-se a ofensiva como a linha mais adequada. Se se espera a guerra a curto prazo e o movimento revolucionário a prazo longo, neste caso ter-se-á a pacificação efetiva — como solução inevitável.

Qual então a linha política do Sr. Beria?

A pecha de capitulação que lhe foi atirada pelo "Pravda", sugere, desde logo, que a sua linha era a do apaziguamento com o mundo ocidental.

Em face disto, qual então a posição do Sr. Molotov? Aliado do Sr. Beria ou defendendo ainda a "paz contra o imperialismo"? Será isto o que veremos a seguir.

### As Três Posições

O exame atento dos três discursos proferidos nos funerais de Stalin, aliado ao de outros documentos igualmente importantes, permite distinguir as três posições nitidamente diferentes ocupadas pelos credenciados oradores. Vejamo-las mais de perto.

O Sr. Malenkov, como o mais extremoso discípulo de Stalin, pois é o único que se refere ao falecido chefe como o "maior gênio da humanidade", é também o único que fica inteiramente fiel às diretivas stalinistas, no que elas têm de essencial: a teoria do "comunismo num só país". De fato, no seu discurso, o novo premier permanece nitidamente fiel a esta concepção quando enuncia as seis seguintes "obrigações sagradas":

- "continuar reforçando incansavelmente, em todos os aspectos o nosso grande Estado Soviético", por isso que "a solidez e a pujança do nosso Estado são a mais importante condição para a construção vitoriosa do comunismo em nosso país";
- "assegurar o fortalecimento da unidade e da amizade dos povos de nosso país e reforçar o multinacional Estado Soviético";
- "reforçar por todos os meios as nossas poderosas forças armadas soviéticas";
- "assegurar o florescimento ulterior da pátria socialista", desenvolvendo ao máximo a indústria socialista e reforçando ao máximo o regime kolkhosiano;
- "continuar reforçando o grande Partido Comunista e educar os comunistas e todos os trabalhadores no espírito de elevada vigilância política, no espírito da intransigência e da firmeza na luta contra os inimigos internos e externos";

— "manter e consolidar a maior conquista dos povos: o campo da paz, da democracia e do socialismo."

Finalmente, no que se refere à política de paz, o Sr. Malenkov afirma:

"A União Soviética tem realizado e realiza uma política consequente de manutenção e consolidação da paz, uma política de luta contra a preparação e o desencadeamento de uma guerra mundial, uma política de cooperação internacional e de desenvolvimento de relações comerciais com todos os países, política que se baseia na tese leninista-stalinista da possibilidade de coexistência duradoura e da competição pacífica entre dois sistemas diferentes: o sistema capitalista e o sistema socialista" (...) "O P.C. da União Soviética e o Governo Soviético consideram que a política externa mais acertada, indispensável e justa, é a política de paz entre os povos, baseada na confiança recíproca, política eficaz, apoiada nos fatos e confirmada pelos fatos". E na seguinte passagem, o mais fiel discípulo de Stalin resume todo o seu programa:

"Camaradas, o falecimento do nosso chefe e mestre, o grande Stalin, impõe a todos os cidadãos soviéticos a obrigação de multiplicar seus esforços para a realização das grandiosas tarefas apresentadas ao povo soviético: aumentar a sua contribuição à causa comum da construção da sociedade comunista e reforçar a potência e a capacidade defensiva de nossa pátria socialista. Os trabalhadores da União Soviética vêem e sabem que a nossa poderosa pátria marcha para novos êxitos, pois temos tudo que é necessário para a construção da sociedade comunista completa."

A esta altura serão úteis as duas seguintes observações:

A política do Sr. Malenkov é claramente dirigida no sentido de obter mais sacrifícios do povo soviético e das democracias populares. Portanto, embora aceite de palavra a chamada lei socialista de máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, não trata de aplicá-la imediatamente e dá prioridade às tarefas de reforçamento máximo da URSS. Aliás, isto já ficava bem patenteado quando, a propósito da transformação das aldeias em grandes cidades kolkhozianas, ele dizia que o erro dos que pretendiam tal coisa consistia no "esquecimento de que as tarefas de organização das condições de vida têm naturalmente uma grande importância, mas são, todavia, tarefas subordinadas, secundárias, não principais e não podem ser resolvidas senão à base da produção coletiva desenvolvida". (Informe ao XIX Congresso).

Finalmente, a segunda e última observação:

O Sr. Malenkov não faz nem mesmo a menor referência ao "internacionalismo proletário", não contando com êle para nada.

Passemos agora à posição do Sr. Beria.

Antes de mais nada, êle não faz uma só referência à construção do "comunismo em nosso país", afirmada e reafirmada pelo Sr. Malenkov. Em seguida, faz uma significativa declaração a respeito do "internacionalismo proletário".

"Nossos irmãos e amigos do estrangeiro — diz o Sr. Beria — podem estar seguros de que o Partido Comunista e os povos da União Soviética, fiéis à bandeira do internacionalismo proletário, à bandeira de Lenin e Stalin, continuarão fortalecendo e desenvolvendo as relações de amizade com os trabalhadores dos países capitalistas e coloniais que lutam pela paz, pela democracia e pelo socialismo."

Nota-se ademais, nesta citação, que êle não distingue expressamente, como o exigia Stalin, o movimento pró-paz do movimento em favor do socialismo.

Eis agora o que afirma o Sr. Beria sobre a política interna e a política externa do Estado Soviético:

"A nossa política interna baseia-se na aliança inquebrantável da classe operária e do campesinato kolkhoziano, na fraternal amizade de todos os povos de nosso país, na sólida unidade de todas as repúblicas nacionais soviéticas num grande Estado multinacional — a URSS. Nossa política visa fortalecer a potência econômica e militar do nosso Estado, desenvolver a nossa economia nacional e satisfazer ao máximo as crescentes necessidades materiais e culturais de toda a sociedade soviética".

Ao máximo, aparece aqui, portanto, apenas a satisfação destas necessidades. Como a completar êste pensamento êle diz adiante: "Para defender a pátria soviética, as nossas heróicas forças armadas *estão dotadas* de armas modernas de todos os tipos. Nossos soldados e marinheiros, nossos oficiais e generais, enriquecidos e temperados com as experiências da Grande Guerra Patriótica, saberão fazer frente a qualquer agressão que ouse atacar o nosso país."

E esclarecendo o que está sugerido, acrescenta:

"A força e a invencibilidade de nosso Estado não decorrem apenas de termos um exército temperado nos combates e aureo-

lado de glória. O poderio do Estado Soviético reside na unidade do povo soviético, em sua confiança no Partido Comunista, força dirigente da sociedade soviética, na confiança do povo no seu Governo Soviético. O Partido Comunista e o Governo Soviético têm na mais alta consideração essa confiança do povo."

Nesta passagem, que é talvez a chave para explicar a queda do Sr. Beria, vem-lo defendendo a unidade e a confiança do povo ante os que querem armas e mais armas para o exército. Esta contenção do armamentismo está, aliás, perfeitamente de acordo com a tese já vista de satisfação máxima das necessidades do povo e também com a política externa que o Sr. Beria defende para o Estado Soviético.

Segundo êle, com efeito, esta, no futuro como no passado, é uma política de paz. E explica:

"Será a política leninista-stalinista de manutenção e consolidação da paz, de luta contra os preparativos e desencadeamento de uma nova guerra, uma política de colaboração internacional, de fomento de relações comerciais com todos os países, sobre uma base de reciprocidade."

Está aqui, evidentemente, a defesa de pacificação efetiva, através de concessão recíproca. Esta linha, é claro, não significa o abandono do objetivo comunista. Com efeito, "O grande Stalin educou e reuniu em torno de si uma plêiade de dirigentes provados nos combates, possuidores da maestria leninista-stalinista de devoção, e aos quais cabe a histórica responsabilidade de conduzir à vitória final a grande obra iniciada por Lenin e continuada com êxito por Stalin", que é "levar o país do socialismo para o comunismo".

Apenas, aqui não se trata do comunismo num só país, pois êste não seria, evidentemente, a vitória final.

Finalmente, temos a posição do Sr. Molotov, que já conhecemos como partidário e co-autor da linha política do zhdanovismo. Continuará êle fiel ao esquema estratégico de 1947? Tudo indica que sim, e que, portanto, êle não se converteu à "pacificação efetiva".

De fato, não só êle reitera a tese zhdanovista de que a vitória contra o fascismo "enfraqueceu de modo decisivo as forças dos inimigos externos da URSS", como afirma:

"Ser fiéis e dignos continuadores de Stalin significa também demonstrar a vigilância e firmeza necessárias em luta contra todas as manobras de nossos inimigos e dos agressivos Estados imperialistas."



Note-se, porém, que tanto quanto o Sr. Beria, êle se refere expressamente ao "internacionalismo proletário", permanecendo portanto fiel à concepção do "comunismo mundial" e não à de construção do comunismo em um só país, defendida pelo Sr. Malenkov. De fato, êle não só "se refere ao P.C. com "força dirigente do movimento operário internacional", como apregôa:

"Fieis aos princípios do internacionalismo proletário, os povos da URSS desenvolveram e consolidaram constantemente a amizade fraternal e a colaboração com o grande povo da China e os trabalhadores de todos os países de Democracia Popular, os laços de amizade com os trabalhadores dos países capitalistas e coloniais que lutam pela paz, a democracia e o socialismo."

Aqui, tal como o Sr. Beria, o Sr. Molotov não faz uma distinção expressa entre o movimento pró-paz e o movimento socialista mundial. A esta altura cabe uma observação:

E' verdade que o Sr. Molotov se refere uma vez, no fim do seu discurso, à tese da construção do socialismo "em nosso país". Fã-lo, entretanto, atribuindo-a à orientação de Stalin, com as seguintes palavras:

"Nosso Partido, seguindo o legado do grande Stalin, nos dá uma clara orientação na luta ininterrupta pela grande obra da construção do comunismo em nosso país."

Note-se, entretanto, que esta passagem, segundo a própria hermenêutica stalinista, pode ser entendida como uma restrição ao legado de Stalin, que só daria orientação clara a respeito do comunismo num só país, deixando em aberto porém a questão do comunismo mundial, intimamente ligada e com prioridade sobre aquela.

Finalmente, a respeito da política interna, o Sr. Molotov apregôa somente que "ser fieis e dignos discípulos de Stalin significa preocupar-se constantemente com o fortalecimento do Exército e das forças armadas soviéticas para que seja esmagada qualquer tentativa de agressão contra o nosso país".

Omite, assim, tanto aquela referência do Sr. Beria à máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, como também aquelas outras obrigações sagradas pertinentes a esta questão expostas pelo premier Malenkov.

Por último, quanto à questão da política de paz, o Sr. Molotov transforma a correspondente fórmula do Sr. Beria na de uma "política de colaboração internacional e de fomento de relações comerciais com todos os países que, por sua parte, também aspirarem a isso".

Está eliminada, deste modo, a colaboração com todos os países, sobre uma base de reciprocidade, isto é, de concessões recíprocas.

Esquemáticamente, temos portanto as três concepções com seus respectivos ingredientes fundamentais:

*Malenkov* — Coexistência duradoura e competição pacífica com:

- 1) Comunismo num só país;
- 2) Fortalecimento máximo interno do campo sócio-tico, pela multiplicação dos esforços dos seus povos;
- 3) Paz como tática.

*Beria* — Pacificação efetiva com:

- 1) Comunismo mundial;
- 2) Desafogo interno do campo soviético;
- 3) Colaboração em bases recíprocas com todos os países;
- 4) Internacionalismo proletário.

*Molotov* — Paz contra o Imperialismo, com:

- 1) Comunismo mundial;
- 2) Comunismo num só país;
- 3) Fortalecimento máximo das Forças Armadas;
- 4) Internacionalismo proletário.

*Observações:*

- 1) O Sr. Malenkov não conta com o "internacionalismo proletário";
- 2) O Sr. Beria não toca em comunismo num só país;
- 3) O Sr. Molotov não se refere à satisfação das necessidades da população.

Em face disto como explicar a desgraça do Sr. Beria?

Há, sem dúvida, duas hipóteses igualmente plausíveis.

Ou o Sr. Beria foi um zhdanovista que se converteu à "pacificação efetiva" ou então nunca foi propriamente zhdanovista mas sim, apenas, um aliado no que dizia respeito ao "internacionalismo proletário", tendo uma posição própria em tudo mais. Poderia, assim, ter constituído provisoriamente, com o Sr. Molotov e Bulganin, uma frente comum em oposição à política cen-

tro-opportunista do Sr. Malenkov. Após a morte de Stalin, entretanto, as suas diferenças, sobretudo no que tange às Forças Armadas, teriam eclodido, e o georgiano, encastelado no seu Ministério, teria procurado impor o seu programa a todos.

Os Srs. Molotov e Bulganin haveriam então apoiado o Sr. Malenkov, o qual amparado deste modo no Ministério da Defesa, ganhou força bastante para aniquilar o recém-nomeado "melhor filho da Geórgia".

Nesta ordem de idéias, então, a lógica interna dos acontecimentos conduzirá a uma nova luta no seio da Direção Soviética, desta vez entre os Srs. Molotov e Malenkov, travada em torno da questão operária internacional, vale dizer, do "internacionalismo proletário" e do comunismo mundial.

A vitória do Sr. Malenkov significará, então a vitória da política de paz como tática, sujeita assim a subitas viravoltas, aliada a um movimento pro-paz de alcance limitado.

A vitória do sr. Molotov significará, ao contrário, uma política firmemente dirigida para a ofensiva, aliada a um movimento anti-imperialista de sentido revolucionário-mundial.

É ante a expectativa desses acontecimentos que nos encontramos no momento, quando já se levanta o pano para mais um ato dessa intrigante peça histórica que são os "processos de Moscou".

## PROSSEGUE A RECUPERAÇÃO CHINESA

Os seis últimos meses nada trouxeram de sensacional nos acontecimentos do Extremo Oriente. Prosseguirá, entretanto, a lenta modificação do balanço das forças em presença, ainda insuficiente, porém, para encontrar expressão em mudanças visíveis.

No campo militar continuou o impasse na Coreia e na Indochina — embora tendendo, no fim do período, para uma possível tomada de iniciativa pelas forças comunistas. Nos dois casos, mas principalmente no segundo, os comunistas parecem aproximar-se da solução do problema militar proposto pelos comandos aliados, a saber, como organizar o assalto frontal às linhas de fortificações construídas pelos ocidentais, segundo uma concepção que lembra nitidamente a experiência da primeira guerra mundial e a "linha Maginot". Essas linhas, que anularam os efeitos da tática de "vaga humana" comunista e que, duplicadas pelos próprios comunistas, frustraram tôdas as tentativas de ratura por efeito de ação dos tanques, não está suportando bem o trabalho de equipes menores, mais levemente armadas, mas muito melhor instruídas, precedidas por uma conveniente preparação de artilharia.

Nos demais campos onde se vinha sustentando luta armada — Filipinas, Maláia, Indonésia, Cashimir — as formas militares de conflito aparentemente cedem o passo a formas políticas, tendendo as forças militares rebeldes a converter-se em núcleo de "partido político de oposição".

Isso se deve, em parte, aos métodos a que recorreu a repressão — especialmente na Maláia — caracterizada pelo emprêgo de violência contra as populações civis. Simultaneamente, essa tática dificulta a continuação da luta de guerrilhas e facilita o emprêgo dos métodos civis de oposição, uma vez que generaliza o espírito de resistência, dentro dos quadros do regime existente. Assim, se a guerrilha asiática — como na China e na Indochina — evoluía antes para dar origem a um exército, hoje evolui — para criar um partido político — como na Grécia. O "status" legal desse partido é acessório.

Isso ocorre de parte a parte. Também virtualmente cessou a oposição armada ao regime revolucionário chinês e na própria In-

dochina a nação se organiza sob a liderança do governo de Ho Chi-minh, com o qual a França se orienta visivelmente para negociar, pois os franceses foram excluídos da vida civil do país e reinam apenas no interior dos seus campos fortificados. É o governo rebelde quem cobra os impostos, quem convoca para o serviço militar, quem administra, enfim. Noutros termos, as retaguardas se estabilizam por toda a parte e, conseqüentemente, é preciso tratar com os governos existentes, pois, dos dois lados, estes consolidam sua autoridade, podendo falar com exclusividade em nome dos respectivos povos.

Essa mudança altera sensivelmente os dados do problema. Como observava recentemente o primeiro ministro Oliveira Salazar, de Portugal, trata-se de "bater o comunismo dentro das fronteiras; conviver com ele na sociedade internacional". "Mutatis mutandi" a mesma regra vale também para o adversário. Na Ásia, a fronteira entre o mundo comunista e o não comunista ainda não está definitivamente fixada e essa fixação pode ainda ser objeto de feitos militares. Não é possível saber ainda se a península coreana ficará dividida, se será ou não unificada sob os comunistas, pois a outra hipótese parece excluída; na Indochina, embora já se saiba que os franceses não voltarão a dominar o país, não é possível saber onde passará a fronteira entre a Indochina vermelha e a outra, ou se, o que parece mais viável, os franceses se limitarão a guardar, como entrepostos comerciais, alguns dos seus atuais baluartes na costa, como Saigon e, talvez, Hanoi. Mas em linhas gerais, os conflitos internos, suscetíveis de resultar na mudança de campo de nações inteiras, cessaram, e o problema se coloca nos termos em que o pôs o primeiro ministro português — não por acaso os mesmos em que virtualmente os pusera Stalin. Haverá lutas, sem dúvida, no interior de ambos os campos, mas cada um desses campos não terá muita oportunidade de intervenção direta nos conflitos travados no interior do campo adverso.

"Conviver" significa tratar com o inimigo e cumprir o que for tratado — condição reclamada por Stalin e expressamente aceita por Salazar. Com menor coragem e lucidez, os outros chefes de governo vêm adotando a mesma tese, que exprime apenas a consciência da realidade histórica. A intervenção do Ocidente nos negócios internos da Ásia, com o objetivo evidente de impedir a consolidação do revolução chinesa, especialmente, frustrou-se inteiramente, porque há, ao contrário, fortes razões para supor que essa consolidação foi apressada por esse fato, na medida em que permitiu a identificação da causa do partido revolucionário no poder com a causa da própria nação, identificando assim a oposição àquele partido com a traição à pátria. Graças a isso, o

governo pôde esmagar seus próprios adversários em nome da pátria e não da revolução. O resultado foi uma unidade sem precedentes da sociedade chinesa, contra a qual quebrariam inevitavelmente forças muito maiores do que as que os aliados conseguiram mobilizar e pôr na Coréia.

O partido revolucionário, naturalmente posto à testa da "união nacional", não se limitou a usar as forças da coalisão para fazer frente ao ataque que suscitara a união, mesmo porque havia uma evidente disparidade entre o poder do ataque e as forças criadas para repeli-lo. As energias desencadeadas pelo grito clássico de "a pátria em perigo" foram postas ao serviço dos objetivos do partido no poder — a extensão de sua autoridade a todo o território nacional, a liquidação de toda oposição organizada interna e, visto como cada um desses passos implica em aumentar o saldo de energias livres, a remodelação de alto e baixo da sociedade, à sua imagem aumentando-lhe, inclusive, as forças materiais.

A reorganização da economia chinesa emerge como o resultado mais transcendente da série de movimentos que agitam a Ásia. Não apenas a produção agrícola e industrial se restabeleceu e ampliou consideravelmente, como mudou de conteúdo. O mercado, congestionado, apesar dos níveis miseráveis de consumo, tendendo perpetuamente a *exportar a própria crise* ou superprodução, bruscamente se torna faminto de produtos de toda sorte, especialmente de produtos industriais. Carecido de capitais, tende naturalmente a expandir os setores de produção menos dependentes de investimentos e a pagar com essa produção os bens oriundos de setores de mais forte capitalização. Noutros termos, pela via do comércio externo tende espontaneamente a provocar noutros países oportunidade de investimento ou de aproveitamento pleno de investimentos já feitos — isto é, a *exportar a própria prosperidade*. Isso é que acontece quando a China passa de exportadora de produtos industriais e importadora de matérias primas, para a posição oposta.

Essa a origem do extraordinário interesse que vem despertando o comércio com a China em todos os países do mundo, inclusive nos EE. UU. Para países como a Índia, que antes competia com a indústria têxtil chinesa pelos mercados do Sudeste Asiático e pela compra a estes dos excedentes de cereais, fato que gerava uma crise agrária aguda, capaz de converter-se em revolução — tal como esta daqueles mercados e fontes de suprimento e, agora, a abertura do próprio mercado chinês para um comércio idêntico ao que ambos praticavam antes com o Sudeste, repre-

senta a obtenção gratuita de um efeito idêntico ao que antes o Japão procurou obter pela guerra, com os resultados sabidos. A possibilidade de escoamento da produção industrial indiana cria naturalmente oportunidades de investimento na própria Índia — isto é, pelo efeito de “multiplicador”, no sentido keynesiano, condições para expansão da renda nacional — ao mesmo tempo que alivia a dependência das cidades dos precários excedentes de produtos alimentares da própria aldeia indiana. *Sobretudo, com o desfôgo da situação econômica, vem a consolidação de ordem política* — contra o comunismo indiano, no caso.

Isso explica a atitude desconcertantemente conciliatória do governo de Nehru — não obstante empenhado em enérgica batalha política com o comunismo, dentro do país — para com o governo comunista chinês. Essa atitude reflete os interesses do vigoroso capital nacional indiano, cuja posição dominante sobre a sociedade indiana se vê paradoxalmente fortalecida. E a Inglaterra, cujos interesses comerciais na China foram expropriados, vê-se solicitada para a mesma posição, em grande parte pelas oportunidades que a nova situação criada na Índia (no Paquistão e alhures) abre para seus próprios capitais. Através de suas colônias e semicolônias asiáticas, toda a Europa evolui no mesmo sentido que a Inglaterra.

Mas o dinamismo do mercado interno chinês não guarda paridade com as possibilidades que seus vizinhos asiáticos, inclusive o Japão, podem explorar. A China carece de produtos industriais de toda sorte. Carece de bens de investimento para a montagem de sua própria indústria pesada, dos seus transportes, de sua máquina militar. Essas necessidades são reguladas pelo ritmo de formação de capitais, isto é, pelos recursos do orçamento, no fundamental — carece de bens de produção para a pequena e média produções camponesa e artesanal — regulada pela formação de capitais privados e cooperativas; e carece de bens de consumo industriais, a fim de, assegurando o suprimento da aldeia, impeli-la para o abandono de atividades pouco rentáveis (como a produção doméstica de tecidos) e para a aplicação integral dos seus recursos na produção de bens primários destinados ao mercado urbano e estrangeiro.

O suprimento de bens da primeira categoria é naturalmente assegurado pela própria indústria pesada nacional, que se desenvolve rapidamente, e pelos outros países comunistas. Os da segunda constituem objeto da produção nacional, prioritariamente. Mas os da terceira, cujo papel é importantíssimo, pelo efeito sobre a produtividade do trabalho de centenas de milhões de camponeses — e, conseqüentemente, sobre o processo de formação

de capitais públicos, cooperativos e privados — é um campo aberto para todos, não tendo outro limite além da quantidade de produtos oferecidos à aldeia, pois daí, nas condições de reforma agrária, é que depende o ritmo da transformação econômica desta, seu grau de especialização na produção destinada ao mercado — não para o auto-comunismo — e, portanto, sua produtividade.

A solicitação do mercado chinês se fará, pois, inevitavelmente, sentir mesmo sobre países antípodas, como o Brasil. Naturalmente o processo tem que ser aí mais complexo e demorado que no caso indiano, porque aqui não há complementaridade entre as duas economias, senão em escassa margem. Para podermos colocar produtos industriais na China será mister encontrar um terceiro que nos possa fornecer os bens nos quais estamos interessados — especialmente de produção — e que esteja interessado nos bens que a China pode oferecer. Mas a experiência aponta mais de uma saída para esse problema, de modo que podemos começar a tomar consciência do mercado chinês para nossos produtos industriais. E a mesma cadeia que prende a China à Inglaterra através da Índia, pode prender a China aos EE. UU. por nosso intermédio.

\* \* \*

Estabelecem-se assim laços econômicos singularmente vigorosos, não obstante sua elasticidade, que são incompatíveis com o estado de guerra. Esses laços, nas condições do impasse militar, vão paulatinamente provocando uma mudança nos espíritos — isto é, o fato mais visível atualmente e que resulta no estabelecimento de relações mundiais inteiramente inesperadas para aqueles que, iludidos por uma concepção apocalíptica da história, não viam senão a saída do choque “inevitável” e cataclísmico entre os “dois mundos”, sem sequer atentarem para o fato de que, do ponto de vista econômico, por um prazo provavelmente longo, esses “mundos” são complementares, isto é, cada um, para a solução dos seus próprios problemas, carece do outro *exatamente como é*, não como ficaria sendo depois de uma possível mas irracional “libertação” num ou noutro sentido.

A evolução da guerra da Coreia reflete em sua maior pureza essa evolução. Paulatinamente, os principais aliados dos EE. UU. foram assumindo uma atitude de virtual neutralidade, deixando de participar a fundo dos combates, e agora assistimos ao fato, quase inconcebível há alguns meses apenas, de evolução das próprias forças norte-americanas para posição idêntica à assumida antes pelas inglesas e outras, convertendo-se a luta em combate

singular entre coreanos do sul e sino-norte-coreanos, com a "assistência" dos aliados aos primeiros. Nisso está a raiz da proposta do presidente Rhee, de retirada simultânea dos aliados e dos chineses, embora mantendo-se a assistência norte-americana para a Coreia do Sul. Pelo menos isso privaria os coreanos do norte da assistência *ativa* dos chineses.

Essa saída, paradoxalmente proposta pelo próprio Rhee, teria o mérito de poder ser apresentada como "aceitação" de anteriores propostas comunistas e encontram eco favorável nos círculos britânicos, como acaba de manifestar o ex-ministro da defesa, Sr. Emmanuel Shinwell. Seu resultado último seria repôr o conflito no nível onde sempre devera ter estado — de guerra civil entre coreanos. Mas, para os EE. UU., teria o inconveniente de retirar a China da guerra, fato de extraordinárias repercussões político-jurídico-econômicas de alcance mundial.

Não queremos especular com a justeza da expectativa de Rhee sobre o balanço militar de forças, em consequência da retirada dos chineses. Certamente ele espera ganhar com isso, jogando com a posição secundária a que foi lançado o exército norte-coreano, desde que os chineses assumiram a responsabilidade da luta. Mas não seria surpresa para nós que ele se enganasse mais uma vez, e que a saída dos chineses apenas significasse a entrada em campo de um exército norte-coreano inteiramente reposto e altamente treinado, na emigração, ou na própria Coreia.

## A SITUAÇÃO EUROPEIA

Pode o intérprete da situação europeia, em 1952, considerar como definitivamente superada a economia de recuperação em que se debatia o Velho Mundo desde o fim da última guerra. O quadro da conjuntura europeia, no ano que findou, indica uma relativa estabilidade das moedas no mercado cambial, bem como o acentuado declínio da inflação e a queda dos preços de numerosos produtos básicos. A normalização da economia europeia, que estes fenômenos deixam entrever, vai encontrar o capitalismo mundial em plena fase de superimperialismo, empolgado por uma única potência, que, em sua ascensão, não obedeceu ao esquema de aglutinação dos mercados que lhe traçaria a economia clássica. A predominância dos EE. UU. se manifesta no quadro de uma crise geral e não no de um progresso geral, dentro do qual representaria a colimação de um crescimento orgânico como o que caracterizou a expansão liberal, no século passado. Instala-se a hegemonia americana numa época de retraimento, de rutura do mercado capitalista mundial, no qual o desenvolvimento da Rússia, do Este da Europa, da China, subtraem, praticamente, metade do planeta, à ação do capitalismo privado.

No espaço concentrado em que hoje atua, a luta pelos mercados perde toda "expressão geográfica" para revestir a forma de uma luta pela ampliação intensiva da capacidade de consumo dos países subdesenvolvidos. Esse desenvolvimento, em profundidade, dos termos de troca da periferia do mundo Ocidental, só poderá ser obtido após um período de capitalismo estritamente financeiro, cuja envergadura apenas o potencial americano é capaz de arrostar.

Nesta conjuntura, o destino natural do renascente capitalismo europeu será o confinamento nos sistemas coloniais amparados por forte protecionismo alfandegário e monetário. Os resultados dessa política, na União francesa, já permitiram aos territórios de ultra-mar absorver 40% das exportações da França continental e fornecer 25% das importações da metrópole. Não obstante, crescem aceleradamente os investimentos americanos da África do Norte, e os domínios britânicos se recusam a ampliar

as margens de preferência já outorgadas às suas relações comerciais com a Inglaterra. E' indistigável, por outro lado, a má vontade com que a Austrália e a Nova Zelândia acolheram a participação britânica no Pacto do Pacífico; e não pode representar uma perspectiva encorajadora para o ideal autárquico, ora renovado, dos sistemas coloniais europeus, a progressão das negociações tendentes ao estabelecimento de um pacto de assistência mútua da área do esterlino com a zona dolar. A abundância de matérias primas em certas áreas defendidas pelos sistemas coloniais britânico e francês, e o baixo custo da sua mão de obra, tentam, cada vez mais, o capitalismo internacional a enfrentar o "handicap" do privilégio.

O reconhecimento por Stalin, em Outubro passado, da eficácia do *slogan* de um possível conflito entre as potências ocidentais é já um efeito, no plano da política internacional, desse fenômeno de confinamento que começa a fazer sentir os seus efeitos sobre a estrutura do mundo capitalista. Encontra-se ele forçado, pela decidida recuperação europeia, à imediata aceleração da sua força expansiva. O mercado unificado que reclama para tal, se vê definitivamente rompido numa conjuntura cuja irreversibilidade política atua decisivamente nas relações econômicas entre os dois mundos. Em 1951, para o total de 160 bilhões em que importou o comércio internacional, as relações entre o Oeste e o Este, em ambos os sentidos, não foram além dos três bilhões. O intercâmbio, por consequência, entre os dois sistemas socio-econômicos em que se divide o globo não representa senão 2% do movimento econômico mundial. Se, no âmbito internacional, pela ascendência das estruturas políticas, o capitalismo se estiola, em condições que, à sua ótica, se afiguram inteiramente irracionais, o planejamento da recuperação europeia supõe o drástico sacrifício daquelas estruturas ao fato econômico. Impõe este último, à Europa, o retorno ao livre cambismo clássico, à possível convertibilidade monetária, a criação de condições propícias à ampliação dos investimentos levados avante, na escala continental, pelos acordos bilaterais consequentes ao Plano Marshall, e pela O.E.C.E. na região oeste do continente. A este último organismo competiria ainda, previamente, a indispensável nivelção das economias concorrentes em que se reparte a Europa, de modo a que o estabelecimento do mercado intracontinental fosse uma realidade; de tal cometimento derivaria a atribuição ao dolar, para os países europeus, de mesmo papel de *standard* monetário que desempenhou o ouro para o desenvolvimento liberal do século passado.

A não ser que retorne à estrada larga das trocas internacionais, o equilíbrio de um mercado como o do continente europeu

não se poderá fazer sem que o nível de vida dos seus consumidores caia a um padrão muito baixo, repercutindo essa queda inevitavelmente sobre a manutenção das estruturas sociais ora vigentes.

A integração política é o caminho que a Europa tem diante de si, para escapar à pressão que começa a estrangular o seu aparelho econômico; é a condição "sine qua" para a criação de um mercado único multinacional que poderá absorver a produção de economias modeladas, por três guerras, segundo os cânones mais rigorosos da autarquia.

Pela via do Plano Schumann tenta o continente europeu, realizando uma verdadeira fusão de soberania, abrir perspectivas inteiramente novas à evolução das relações econômicas e políticas entre os países da Europa Ocidental. Disto é exemplo expressivo a posição franco-germânica, face ao mercado comum de ferro e carvão. Em situação simetricamente oposta se encontram esses dois países no que diz respeito as jazidas desses minerais. Em contra-prestação à abundância das suas reservas de minério de ferro, em muito superiores às da Alemanha, a França apresenta recursos carboníferos para apenas 150 anos, face aos 3 mil anos da bacia do Ruhr. A futura federação europeia poderia assim se apoiar, solidamente, sobre a indecomponibilidade daqueles sistemas socio-econômicos, fossem eles entregues, no que diz respeito ao ferro e ao carvão, à economia estritamente complementar que é o seu destino natural.

A entrada em funcionamento do Plano, em abril de 1953, mostrou a presente impraticabilidade do mercado uniforme ortodoxo, a despeito dos mecanismos de perequação, e dos fundos compensatórios estabelecidos para assegurar um nível estável de preços, no período de transição do novo regime econômico.

Ao cabo do primeiro trimestre de atividade, a comunidade do carvão e do aço, face à total disparidade dos preços internos e externos daqueles produtos nos países membros, se transformou, para poder sobreviver, num verdadeiro mercado regulamentado que não difere muito dos regidos pelos acordos intergovernamentais do tempo da guerra.

Não conseguiu a Alta Autoridade obter dos países contratantes a margem de abdicação de soberania que exige o Plano Schumann para o desaparecimento do vinco protecionista deixado pela economia de recuperação nos países do Ocidente Europeu.

Despindo a economia europeia das justificativas do desenvolvimento provisório de um após guerra, o ano de 1952 permitiu que se expusessem, na sua verdadeira dimensão, as perspectivas



sombrias que aguardam as forças econômicas européias, resgatadas ao esforço de recuperação.

De que esta defasagem já é o efeito da articulação de uma conjuntura de confinamento é prova a vulneração das economias mais estáveis da Europa. A sensível redução dos rendimentos da indústria privada na Suécia, em 1952, determinou, pela primeira vez, a rutura da sua economia de pleno emprego, que só foi atenuada pelo recrudescimento dos investimentos de caráter público.

E em 1951, o comércio exterior dos países da Europa Ocidental correspondeu em média a um terço do seu volume de 1938. No ano seguinte, os índices da exportação francesa e inglesa surpreendentemente, desceram de 5 e 13%, mantendo-se, a custo, o comércio alemão, no mesmo nível do período anterior. Privado do seu mercado natural no leste europeu, a Alemanha, confinada, lançou-se ao desajolamento de posições tradicionais no mercado ocidental.

A preponderância, no mercado francês, da economia britânica foi substituída, em 1951, pela da República de Bonn. A mesma queda da ascendência inglesa se verifica no Benelux, na Suécia, na Suíça, logrando a produção germânica obter na própria Europa, a absorção de 70% da sua exportação. A retração dos vastos "débouchés" reclamados pela rearticulação da indústria pesada européia ameaça tornar intolerável o peso do seu presente investimento; mesmo a Bélgica ou a Suíça não estão ao abrigo dessa fatalidade, tão vantajosa quanto possa ser a sua posição na balança das exportações européias.

Não fôsse suficiente o arrostar com o risco do confinamento que a ameaça, sofre ainda a economia européia um duplo movimento recessivo cujo aspecto crônico a impele para a beira de uma conjuntura inapelavelmente concentracionária.

O "dolar gap" é a primeira vala que distancia, de maneira inelutável, os países europeus, da margem da solidez econômica.

Os primeiros embates da luta pela convertibilidade monetária européia, empreendida pela O.E.C.E., firmaram a convicção da impossibilidade de equilibrar-se a balança de pagamentos continental na zona dolar; a fragilidade econômica logo demonstrada pela Turquia, pela Grécia, pela Austría, tornou impossível a sua associação a qualquer experiência de reajustamento, por estante, ou parcial que fôsse, levada avante pelo núcleo econômico da Europa.

São, por outro lado, as nações de maiores responsabilidades naquele núcleo que acusam, presentemente, as maiores posições devedoras, na U.E.P. Em janeiro de 1953 o *deficit* acumulado

Representa assim, o ano de 1952, um ponto neutro, de intersecção, entre os movimentos antagônicos da dialética capitalista, seja o que, na forma superimperialista, opõe entre si os estados e seus "impérios", seja o que, na impossibilidade de derivar externamente a sua força expansiva, dinamiza, num Estado, o latente antagonismo das suas classes sociais.

Não podendo acompanhar o rumo de expansão do capitalismo mundial, a convalescente economia européia não conseguirá mais impedir a volta à atividade do processo de desagregação social do continente, em franco desenvolvimento às vésperas da guerra de 1939.

O recrudescimento do "chomage" seria o sinal da entrada em funcionamento deste movimento "induzido" no capitalismo europeu; é ele o fenômeno dominante no contexto econômico da França, durante o primeiro trimestre de 1953.

Na indústria têxtil daquele país verifica-se uma baixa de efetivo de dez a doze por cento e um desemprego parcial de cerca de 100 mil pessoas.

O antagonismo classista já assume o primeiro plano na dispensa dos empregados na indústria automobilística tendo o operariado das usinas "Renault" perdido já, com os licenciamentos, três quartos dos militantes sindicais.

O resultado das recentes eleições municipais francesas, e das italianas, verificado num período de estabilidade econômica ainda não atingida no pós-guerra, indicam um abalo profundo nas relações de classe democrático-capitalistas definidas no imediato pós-guerra.

Devolvido ao jogo do seu próprio capitalismo, voltam a irromper as fissuras de um edifício social sustentado artificialmente até agora, pela economia de puro "arrimo" desenvolvida, em ritmo acelerado, pelo Plano Marshall.

O aumento de 10% dos votos comunistas nas eleições italianas não é o principal indicio dessa periclitación. Poderia este incremento ser tributário do sub-emprego crônico que ainda avassala a Península. A votação fascista, ou a monarquista, na Itália, ou a dos independentes, em França (um quarto de eleitorado) prenunciam, de preferência, a revolução, enquanto denotam um repúdio claro ao presente esquema de forças político-sociais, as quais minguem num "centrismo", que é bem a expressão do confinamento em que se estrangula o sistema socio-econômico europeu.

Impossível que é, à Europa, a redução do seu empreendimento armamentista, e do vulto conseqüente dos seus encargos fiscais,

naquela organização pela França era superior a 600 milhões de dólares. A oscilação, quase rotativa, da Inglaterra, entre as posições extremas, naquela balança, demonstra como a apregoada convertibilidade da libra não representa mais do que um "processo tendencial" na economia britânica de hoje.

A "integração pelo rearmamento" em que ora se encontra empenhada a Europa; agrava, paralelamente, o panorama de recessão, impondo um onus financeiro praticamente insuperável à totalidade dos países do Velho Mundo Ocidental. A relativa conversão à economia de guerra, ao invés de importar numa recrudescência de investimentos do capital internacional, fê-lo refluir para as amplas possibilidades da indústria bélica interna dos Estados Unidos.

O financiamento americano ao programa de defesa continental se processa de maneira inteiramente improdutivo para os países europeus, sobrecarregando a sua balança de pagamento com a importação, só em 1952, de 1.056 milhões de dólares; a manutenção da comunidade de defesa europeia implica, assim, num encargo continuado, de difícil composição nos próximos anos. Sobre ser economicamente estéril, o empreendimento armamentista europeu se processa no desalento da desproporção insuperável, que sugere o confronto entre as forças orientais e ocidentais. A Europa livre, poderia, no limite máximo do seu potencial bélico, dispor de 58 divisões num total de 700 mil homens; o bloco soviético conta, atualmente, com 225 divisões, num total mínimo de 2 milhões 550 mil homens. A esperança de redução deste desequilíbrio tornou-se praticamente nula, se se atentar a que a presente administração americana, entregue à política de compressão orçamentária, não disfarça a tendência a congelar os presentes índices do seu auxílio financeiro ao programa de defesa europeia. De frente-se, por aí, a Europa com um verdadeiro "gap" militar, crônico e insuperável, como a decalagem econômica que a aflige no Atlântico.

Para a Alemanha, o rearmamento é o primeiro corolário do "concentracionarismo europeu". Impõe, este último, o sofrimento da grande vantagem econômica que vem aquele país auferindo na Europa Ocidental, pelo onus da manutenção de quatrocentos mil homens em armas, em que pese a imprevisibilidade da atitude russa diante da medida, ou o temor de uma nova hegemonia germânica no continente.

O vultoso aumento dos seus encargos fiscais não atenuará a vantagem que a mobilização possibilitará a Alemanha, de voltar a economia de pleno emprego, perseguida desde o fim da guerra.

a máxima deversificação dos seus clientes e dos seus fornecedores é ainda a porta por onde pode tentar uma saída para o seu presente impasse.

O velho capitalismo "geográfico", que é a sua dominante economia, teria ainda largas perspectivas na intensificação das relações comerciais com a zona oriental, bem como na possível conquista do novo mercado chinês, cuja capacidade de consumo se encontra consideravelmente aumentada pela reforma agrária ora em curso.

A luta pela posse dos 800 milhões de consumidores do "outro lado" imporá entretanto uma total revisão do planejamento econômico da Europa "liberalizada" de hoje.

O intercâmbio com o mercado ortodoxamente dirigido, do setor socialista, acarretará ao capitalismo europeu, a transposição para escala internacional, dos problemas da coexistência de setores "livres" e setores nacionalizados nas várias economias continentais. Tornar-se-ia inteiramente impossível lograr-se o auto equilíbrio, nas relações internacionais almejado pelo capitalismo "em liberdade condicional", no ocidente europeu.

O rumo Leste, nas suas relações econômicas, fará a Europa abraçar um formulário dirigista inteiramente "reacionário" aos olhos da sua presente política econômica. Dêle constaria, obrigatoriamente, um controle estrito de comércio exterior, a celebração de acordos comerciais bi-laterais a longo prazo, uma rígida política de controle de investimentos e, principalmente, a orientação da produção (e por consequência do emprego) em bases nitidamente continentais.

## REDUZIDOS OS OBJETIVOS MILITARES FIXADOS EM LISBÔA

A VIIª Reunião do Conselho de Ministros da NATO (North Atlantic Treaty Organization), encerrada em 25-V-1952, em Paris, decidiu reduzir o ritmo da preparação militar da Europa, dilatando os prazos e as etapas fixados na reunião de Lisboa, em fevereiro de 1952. Foram adiados, por prazo indeterminado, os objetivos marcados para 1954; devendo, portanto, os resultados a serem alcançados naquele ano serem inferiores aos resultados previstos para o ano corrente.

O fato se explica, de um lado, pela continuação das dificuldades econômicas e financeiras dos membros europeus, como o reconhece o próprio comunicado oficial da NATO, em seu item 4: "Ficou assentado que devem ser perseguidos, concomitantemente, o desenvolvimento de economias nacionais robustas e o aumento das forças militares; em certos setores, a solução menos custosa e mais eficiente pareceu ser o estabelecimento de programas de produção militar conjunta a prazo longo".

Forçados, para cumprir os objetivos fixados em Lisboa, a deslocar para finalidades militares tôdas as suas disponibilidades orçamentárias e a nelas empregar o melhor de sua capacidade de produção, os países europeus não se conformaram com a bitola traçada na precedente reunião, tanto mais que a opinião pública se mostrava cada vez mais hostil aos preparativos militares e os Parlamentos cada vez mais resistentes aos pedidos de créditos para tais fins. O reconhecimento da impopularidade da NATO, aliás, está implícito no item 6º do comunicado oficial, ao salientar que "a importância de se desenvolver a compreensão do público sobre os objetivos e êxitos da NATO é um assunto a que os governos devem dar constante atenção".

De outro lado, deve-se atribuir a redução dos objetivos militares da NATO à circunstância de se tornar cada vez mais forte, na Europa, a convicção de que não é de se temer, no futuro próximo, uma agregação das forças soviéticas, por isto que a política russa estaria, realmente, orientada pela paz, de cuja manutenção teria necessidade a Rússia para, internamente, aumentar

seu desenvolvimento — inclusive militar —, externamente, consolidar as posições conquistadas nos países da Europa Oriental e no Oriente. Remetendo os leitores, a esse respeito, ao estudo constante do presente número sobre a situação interna da Rússia e as diversas *polícies* preconizadas pelos grupos mais influentes do diretório soviético, salientaremos, apenas, que, na Europa, começa a se firmar, mesmo entre os Executivos, a opinião de que não se deve esperar, a prazo curto, a deflagração da guerra.

Daí a necessidade em que se encontravam os europeus de reduzir os objetivos militares da NATO, fazendo-o de sorte, porém, a que não viesse a se dissolver a Organização, como pessoa jurídica supranacional, nem fossem, de fato, abalados os seus aliados. Colocados diante dessa situação, os Estados Unidos concordaram com a solução proposta pelos europeus, ao mesmo tempo em que experimentavam a conveniência de conceder um auxílio suplementar aos mesmos, afim de evitar o demasiado enfraquecimento da NATO. Esse propósito, declarado pelos Estados Unidos na última reunião do Conselho, não constou do comunicado oficial deste, mas foi revelado por comentaristas qualificados. Cite-se, no caso, em particular, o artigo do Sr. C. L. Sulzberger, publicado no *New York Times* de 26 de abril, onde afirma que: "Como auxílio para alcançar esta finalidade, os Estados Unidos prometeram um esforço suplementar que assegure a entrega de materiais de guerra essenciais no curso deste ano e, sobretudo, atenda às deficiências de armamento, seriamente experimentadas no presente."

Importa salientar, no entanto, que a consecução desta política inexpressa no comunicado da NATO ficou subordinada a uma condição: a ratificação, em futuro próximo, da Comunidade Européia de Defesa, que deve admitir o rearmamento da Alemanha Ocidental, dentro da aspiração de um exército europeu supranacional. Ocorre, entretanto, que a Comunidade Européia de Defesa sofre da mesma impopularidade que afeta às demais formas de armamentismo. É certo que, na medida em que exprime um passo adiante, no sentido da constituição de uma Confederação Européia, a CED desperta simpatias na opinião pública, particularmente entre a forte corrente dos neutralistas. Estes mesmos, no entanto, combatem a idéia da CED por motivos diversos, entre os quais se destaca, por parte dos franceses, o receio de que o rearmamento alemão venha a desequilibrar novamente, em favor do Reich, o equilíbrio europeu.

Por todos esses motivos, deve se aguardar, no futuro próximo, uma redução do esforço armamentista europeu, tendo se

transferido a tônica dos interesses, no Velho Mundo, das questões militares para as econômicas.

#### TEXTO DO COMUNICADO DO CONSELHO DA NATO

Traduzido do New York, 26/4/53, em transcrição do francês  
(Paris, abril 25)

1 — O Conselho do Atlântico Norte, reunido em sessão ministerial, em Paris, com a participação dos ministros das Relações Exteriores, da Defesa, da Economia e Finanças, sob a presidência de Lord Ismay, completou hoje seu trabalho.

2 — O Conselho entrou em acordo com relação a programas a longo e curto prazo para a NATO. Estabeleceu um firme programa militar para 1953 e um programa provisório para 1954. Em adição às forças com que a Grécia e a Turquia estão contribuindo, haverá um notável acréscimo no contingente das forças sob o comando supremo da NATO e um considerável progresso na sua capacidade efetiva. O treinamento está sendo grandemente aperfeiçoado em todos os escalões.

A série de manobras em larga escala levada a efeito durante o último ano melhorou apreciavelmente o padrão de cooperação das forças dos países participantes; as unidades estão sendo melhor equipadas e a organização das forças (básicas) está em desenvolvimento. A Autoridade Militar da NATO considera que o alcance dos objetivos dessas forças, em 1953, e a influência combinada dos seus vários fatores, não de se somar no terreno material em benefício do fortalecimento da NATO em 1954.

3 — Chegou-se a um entendimento não só em relação ao financiamento comum da segunda parte (187.600,00) da quarta fração do programa de infraestrutura (a primeira parte do total de cerca de 240.000,00 tendo sido estabelecida em uma reunião ministerial de dezembro), mas também sobre uma fórmula de parcelas de custos que deverá cobrir programas futuros a serem submetidos pelos comandos supremos durante o período trienal que se inicia em 1954, e envolvendo despesas até 700.000,00, sujeitas à aprovação dos parlamentos. Esses programas incluirão uma ampla gama de projetos, como pistas de aterrissagem, telecomunicações, bases navais, instalações portuárias, oleodutos e instalações de radar. As autoridades militares da NATO possuem agora um campo de planejamento financeiro no qual podem trabalhar por mais de três anos. Demais, está pronto a ser pôsto em prática, um sistema aperfeiçoado, apto a proporcionar mais estrita supervisão financeira sobre o gasto dos fundos comuns de infraestrutura.

4 — O Conselho deu grande atenção a vários fatores econômicos e financeiros que afetam a capacidade de expansão dos esforços de defesa. Ficou assentado que o desenvolvimento de economia nacionais robustas e o aumento das forças devem ser perseguidos concomitantemente; em certos setores o estabelecimento de programas de produção militar a longo prazo pareceu ser a solução menos custosa e mais eficiente.

5 — Foi sob estas linhas que os governos-membros e o Comando Internacional desenvolveram um método para preparar programas correlatos de produção. O objetivo disto é, tanto assegurar que a produção da defesa, sob a responsabilidade dos países europeus, dentro dos seus próprios orçamentos, permaneça na linha mais econômica possível, quanto tornar mais efetiva a produção de defesa na Europa. A participação dos Estados Unidos, através de suprimentos, soma-se à contribuição dos países europeus e constitui uma parte importante para estes resultados.

O programa adicional de produção de aviões de combate, recentemente anunciado, representa um primeiro resultado importante. Facilitará a expansão de indústria aeronáutica em cinco países europeus, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade de defesa aérea aliada. Outros programas estão sendo considerados. A NATO está também estudando os meios de desenvolver a produção europeia de sobressalentes para a manutenção do equipamento de origem americana e canadense.

6 — O progresso relatado ao Conselho pelo Secretário Geral, acentuou a íntima colaboração entre as agências civis e militares da NATO, e traçou para o Comando Geral a presente tarefa. Salientou a importância de desenvolver a compreensão do público sobre os objetivos e êxitos da NATO, um assunto a que os governos devem dar constante atenção. O relato descreveu o progresso feito em vários e muitos estudos técnicos pelos comitês do Conselho, em um número largamente diverso de terrenos, como defesa civil e outros aspectos da organização civil em tempo de guerra.

No curso das discussões sobre o relatório, o Conselho salientou novamente seu interesse quanto à recíproca cooperação econômica, cultural e social dos países da NATO. Assinalou com satisfação a iniciativa do presidente dos Estados Unidos da América, recentemente anunciada, de dar solução aos problemas de super-povoamento em determinados países.

7 — O Conselho prosseguiu no trabalho regular de trocar pontos de vista a respeito de assuntos políticos de alçada comum. Acordou plenamente em rever a situação internacional. Este acordo incluiu seu julgamento a respeito dos últimos movimentos e atitudes soviéticos. Na medida em que esses movimentos e atitudes constituírem provas, através dos acontecimentos, de serem verdadeiros esforços no sentido de reduzir a tensão internacional, serão bem recebidos pelos governos-membros, cuja política tem sempre sido a de procurar todas as oportunidades para a paz mundial.

8 — Não obstante, o Conselho considerou que ainda não houve de fato nenhuma alteração na ameaça fundamental à segurança dos povos. A mais chocante evidência desta ameaça contínua é o fortalecimento constante e gigantesco das forças militares mantidas por estas nações cuja política tem sido responsável pela atual tensão, e que ainda estão promovendo guerras agressivas em muitas partes do mundo. O exemplo mais próximo é o alargamento das hostilidades em Laos. Isto aumentou os encargos da França na luta contra a agressão e tem motivado funda preocupação para os outros governos-membros.

9 — O Conselho, conseqüentemente, reafirmou a política de defesa coletiva que tem provado ser inteiramente justificada e que tem

sido responsável pela crescente confiança do mundo livre no futuro. O Conselho entende que tem toda a procedência esta política e que, seguida com firmeza e paciência, creará a base de um justo acordo para os problemas internacionais não resolvidos.

10 — O Conselho considerou essencial que os governos-membros continuem a desenvolver a comunidade do Atlântico livre, que deve incluir uma Comunidade Europeia de defesa a ser estabelecida tão cedo quanto possível, numa Europa cada vez mais unida.

11 — O Conselho reafirmou seu desejo principal de construir para a paz. Teve em vista o dia em que uma parcela maior dos recursos de países membros estariam voltados para a reconstrução e o desenvolvimento nacional e internacional. Convencido de que na unidade repousa a maior força, está resolvido a incrementar a cooperação em todos os terrenos, econômico, político e social, bem como militar, e assim fazer da comunidade atlântica uma final realidade.

## O SEMESTRE NA ARGENTINA

O semestre na Argentina caracterizou-se internamente por dois fatos da maior importância: a reorganização da base política do Presidente Perón, indefinida desde a morte da "companheira Evita", e a publicação do 2º Plano Quinquenal, com a retomada da política econômica anterior a 1951 perturbada por uma série de dificuldades internas que culminaram com o desastre das colheitas de 1951/52, em consequência de uma das mais violentas secas de que se tem notícia naquele país.

A reorganização da base política do atual Governo responde a causas de certa complexidade e que ainda não podem ser interpretadas de modo suficientemente satisfatório. As forças politicamente dominantes, na Argentina, com a vitória da revolução peronista, são três: a CGT, o Exército e o Partido. Por condições especiais, que veremos a seguir, nenhum dos três setores é capaz de determinar a direção geral, pela sua própria e exclusiva importância. Potencialmente, é o Exército a mais poderosa força, ao menos no que concerne à ação a curto prazo. Esta força, no entanto, padece do defeito da quase impossibilidade de articulação de elementos dirigentes com suficiente prestígio para aparecerem como dirigentes aos olhos dos seus companheiros e justificarem, em consequência, um golpe militar do padrão geral "sul-americano", ou "país subdesenvolvido", para ser mais justo. O Governo tem o poder atuante de desagregar prestígios eventualmente perigosos graças, de um lado, a leis repressivas e de exceção bastante fortes, e, de outro, ao regime de promoções e reformas, pelo qual uma percentagem dos quadros, crescente com a hierarquia, é, todos os anos, obrigatoriamente, ou promovida ou reformada. A competição quase vital que daí se origina dá ao Executivo, chave da situação particular de cada oficial, meios bastantes para impedir uma aglutinação perigosa. De certo modo, os militares argentinos anulam-se mutuamente na luta pela sobrevivência. Também não é ocioso mencionar o aliciamento da classe e das suas figuras mais ponderáveis mediante o mecanismo das vantagens e favores, gerais ou particulares, que pode distribuir a munificência do Estado.

A CGT é uma organização de extraordinário prestígio aparente e, o que é mais, com reconhecida tendência a crescer. E' fora de dúvida que, a longo prazo, é a força mais séria. No jôgo político do país é a peça capital, aquela com a qual tem de contar, cada vês mais, o governante argentino, ou quem lhe suceda. Antes da morte de Evita êsse jôgo se fazia com certa ambivalência, entre dois polos: o General Perón, chefe de Estado quase "técnico", dedicado a "realisar" e depositário da confiança das forças armadas e sua espôsa, à qual competia o papel carismático de promotora da organização das massas, papel desempenhado com tanto mais habilidade quanto podia a "compañera" jogar com fatores emocionais fáceis e eficazes, perfeitamente articulados com a sua extraordinária personalidade. Com a morte da espôsa do Presidente argentino êste se viu diante do problema de levar a cabo, inteiramente só, duas tarefas politicamente contraditórias: prosseguir na obra revolucionária, para o que era indispensável o apóio da Central Operária, que é, em última análise, a condição mesma dessa política, e equilibrar as forças conservadoras ou reacionárias e, em especial, o Exército, que só se ser por estas procurado como respaldo do "statu quo". Já veremos em que sentido caminharam as coisas, nos últimos tempos.

O papel do Partido Peronista deve, finalmente, ser analisado na sua real significação dentro do sistema de forças políticas do país. De tôdas elas é o Partido a menos significativa. Em primeiro lugar, ainda não houve, ao que tudo indica, a fixação de uma ideologia atuante. Os quadros se compõe de gente arremetada por compulsão ou por conveniências imediatas, na sua imensa maioria. Há, como em todos os partidos de situações dominantes, a sequela de clientes, de bajuladores e de interessados por todos os motivos outros que não a adesão puramente ideológica. E, aliás, é impossível distinguir claramente em que consistiria a ideologia do peronismo, cujo próprio nome, indicativo de vinculação pessoal, já de si confirma claramente essa posição. Não queremos dizer, evidentemente, que o Sr. Perón não tenha a sua própria ideologia, embora seja necessário acentuar que, a julgar pelos documentos, isto é, pelas manifestações oficiais, discursos, etc., as linhas gerais do seu pensamento, nacionalista e socializante, ainda está longe de uma sistemática definida claramente. Dentro do Partido há, porém, um grupo de extraordinária importância, o dos nacionalistas (que se dividem, aliás, em pelo menos três subgrupos de desigual importância), grupo que se situou ideologicamente na linha de pensamento do Chefe argentino desde os tempos do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que articulou a revolução de 1943 e que, sem qualquer dúvida, representou a orga-

nização política mais autêntica, importante e representativa depois da dessubstancialização do radicalismo, em consequência do golpe reacionário patrocinado, em 1930, pelo General Uriburu.

Como dissemos, o esquema de ação do Sr. Perón viu-se prejudicado, no ano passado, precisamente num instante economicamente crítico, pela súbita perda de um dos polos entre os quais se dividia o jôgo, com a morte de Evita. Esta tinha o seu grupo próprio, a sua própria clientela e, como todo político ativo, defendia-o hábil e energicamente. Com a sua morte, ficou a situação dessa clientela inteiramente no ar. Pouco tempo depois começou o Sr. Perón a livrar-se dos elementos mais incômodos. O primeiro a cair foi o Sr. José Espejo, Secretário Geral da CGT; parece que êste se excedia no seu próprio jôgo pessoal e, de qualquer forma, era mal visto pelos militares que, surdamente, embora, estavam em conflito com a Central Obreira. A liquidação do grupo de chefia da CGT foi interpretado como "virage" do Presidente argentino em direção aos militares. O Sr. Perón não chegou, no entanto, a dar a impressão de ceder por debilidade, parecendo, ao contrário, manter nas mãos as rédeas da sua própria política.

Nos primeiros meses dêste ano, agravou-se o problema econômico, com reflexos tanto mais sérios no campo social quanto o Governo seguiu, durante o ano de 1952, um drástico programa deflacionário que, sem qualquer dúvida, representou um "test" extremo da solidez da situação dominante. E' fora de dúvida que o Estado argentino está organizado sobre bases fortes, com o que queremos dizer que está equipado com aquela estrutura e com aqueles meios de ação necessários para contrastar os efeitos da perda de popularidade e conter, dentro de termos razoáveis, as tendências à "ruptura de diques" que sempre se verificam em tais casos.

Não obstante, é óbvio que as pressões internas suportadas pela estrutura do poder foram muito graves. Não está ainda perfeitamente esclarecido se o "expurgo" do grupo Evita, precipitado, de modo sensacional, pelo suicídio do irmão da Sra. Perón, Sr. Juan Duarte, Secretário Privado (pôsto da maior importância, na Argentina) e confidente, desde a primeira hora, do Chefe do Governo, foi consequência direta de pressão militar sobre o Sr. Perón, pressão tornada possível pelo agravamento da crise e por certos escândalos de caráter interno atribuídos, em geral, ao grupo pessoal da falecida "Chefe Espiritual da Nação", ou se, pelo contrário, foi a evolução dos fatos, hábilmente conduzida pelo próprio Presidente, com miras à rearticulação do seu jôgo poli-



tico ante as condições novas decorrentes do desaparecimento da "compañera".

No primeiro instante, a interpretação dos fatos, por quem os acompanha desde uma certa distância, parecia indicar a atuação de um "Naguib" oculto, movendo-se nas antecâmaras. Havia, aliás, indícios seguros da existência de rivalidades sérias entre os mais altos chefes militares, que poderiam haver-se resolvido em favor de um dos grupos ou figuras. O desenvolvimento posterior da situação autoriza, porém, a crer que o Sr. Perón foi o "Naguib" de si mesmo, havendo levado o seu problema político a um amadurecimento e a uma solução espetaculares. De certo modo, o Sr. Perón, chefiando o golpe contra Perón, manteve Perón no poder.

Conseqüência imediata fôï o reaparecimento (nas "coulisses", evidentemente, mas de modo bem caracterizado) do grupo nacionalista e, em particular, da "elite", dos "idealistas" desse movimento e, o que é mais, o desencadeamento de uma reação generalizada de depuração, de honestidade pública ostensiva e quase agressiva, e de apêlo aos valores iniciais da revolução.

Enquanto isso, o Governo se encontrou de mãos livres para lançar o 2º Plano Quinquenal que, nas suas linhas mestras e por definição, será a espinha dorsal da consolidação do regime revolucionário.

## O M. N. R. NO PODER

Com as jornadas de abril de 1952, uma nova etapa surgiu, na história da Bolívia: o Movimento Nacional Revolucionário, juntamente com o Partido Operário Revolucionário (trozkysta) e o Partido Comunista da Bolívia, contando com uma fração das classes armadas e, sobretudo, fortemente apoiados, todos, na Central Operária (COB) realizaram, naquele País, o que se denomina a *revolução nacional*. As minas foram arrancadas do controle do grande consórcio imperialista da ROSCA (dirigido por Patino, Roschild e Aramayo) ao mesmo tempo que se anunciava a reforma agrária, desenvolvia-se o Exército, estabelecia-se o sufrágio universal (mesmo para os analfabetos e os sem nenhuma posse) e dava-se novo curso à política financeira do Governo.

Além de tais conseqüências, que faziam parte do programa fundamental do movimento armado, um fato se verificou, talvez inesperado para o próprio comando do MNR, mas que teve significado decisivo no ordenamento novo que se deu à vida da Nação: os trabalhadores industriais e agrícolas, armados no aceso da luta, com as armas permaneceram, após a vitória do levante.

### PELA PRIMEIRA VEZ UM REGIME SE SUSTENTA

A Bolívia, onde o capital financeiro internacional sempre teve particular e muitas vezes contraditórios interesses, era conhecida como a pátria das revoltas sangrentas. Sua história da Nação livre conta-se em cento e poucos anos e cento e muitas foram as revoltas que ali tiveram lugar, cabendo a cada Governo cerca de oito meses apenas... de exercício do poder.

O regime de Paz Estensoro, no entanto, a nove de abril último comemorou o seu primeiro ano de existência e, até hoje, duas revoltas do velho regime oligárquico e latifundiário já foram abafadas, sem sangue: a primeira em janeiro deste ano e a última no mês de junho próximo passado. Ambas abortaram quando ainda eram simples "complots" de gabinete, graças a vigilância da COB — dizem os informes oficiais daquele País. Daí a afirmação de que, de fato, o acontecimento decisivo da revolução foi, sem dúvida, a existência do povo armado.

Cabe lembrar a esse respeito, um fato histórico das *jornadas de abril*: houve um momento em que a revolta da tropa esteve para ser abafada. Nesta contingência, porém, a Junta Militar de Quiroga concentrou o seu combate especialmente sobre os troços operários de vanguarda. A grande massa trabalhadora sentiu, então, todo o peso da onda sangüinária da reação. Suas vilas foram arrasadas por bombardeios. Estes bombardeios — testemunham as agências noticiosas, em despachos da época — galvanizaram a classe operária e foram decisivos para a vitória do movimento.

### UM GOVERNO ONDE SÔMENTE NÃO TÊM LUGAR IMPERIALISTAS E LATIFUNDIÁRIOS

Apesar, no entanto, desta participação decisiva do operariado e do campesinato, no regime novo que se estabeleceu na Bolívia, ali não está instaurado um regime "operário e camponês". Segundo as palavras do Presidente Paz Estensoro, o que há, no governo, é uma "ação unitária de todo o povo da Bolívia, com a exclusão apenas dos servidores do imperialismo e dos latifundiários". Expressando com mais detalhes a constituição exata do novo poder, diz êle que o mesmo serve não só aos trabalhadores das cidades e dos campos, mas, também, à classe média, à pequena burguesia e até à burguesia propriamente dita. Sobre esta, declara êle:

"A burguesia nacional tem interesses com o campesinato: a reforma agrária, por exemplo, vai proporcionar, com a incorporação de milhões de camponeses, que hoje em dia vivem praticamente à margem da vida nacional, um mercado muito mais amplo, para as possibilidades da indústria fabril da Bolívia."

O sr. Paz Estensoro declara ainda, a tal respeito:

"O proletariado tem interesses comuns com o campesinato, com a classe média, com a pequena burguesia e ainda com a burguesia nacional."

Embora cite — como vimos acima — quais os interesses comuns entre o campesinato e a burguesia nacional, o chefe do Executivo boliviano (que aí fala também e principalmente como dirigente supremo do MNR, que é um partido político ao lado de outros) passa por cima desta questão fundamental — isto é, quais sejam os comuns interesses, a esta altura sobretudo, entre a burguesia nacional e os operários.

### A DISCUSSÃO TEÓRICA E O JOGO DE FORÇAS

A discussão teórica a respeito de tais interesses comuns tem sido a principal questão que empolga os círculos dirigentes da Central Operária. Nesta organização é claro ainda o domínio do MNR. Segundo uma votação recente, verifica-se que, dos seus 45 líderes, 33 estão com o partido de Paz Estensoro e 12 contra, pertencendo êstes à diversas fações que se degladiam.

Já agora, contudo, telegramas mais recentes falam da possibilidade de um "levante operário" contra o governo, o qual seria dirigido pelo próprio Sr. Juan Lechin, Ministro das Minas.

Isto parece indicar que os pontos de vista defendidos por esta minoria de esquerda, embora sem apresentar uma unidade que seria necessária, estão ganhando vulto, dentro da massa trabalhadora.

Não se presuma, todavia, que esteja de fato iminente tal levante esquerdista. Até agora, o que tem havido é justamente o oposto: tentativas sucessivas de "complots" da direita, como já vimos acima.

De qualquer modo, verifica-se que a pressão da vanguarda operária e camponesa é cada vez maior no sentido não só de fortalecer o governo de Paz Estensoro, mas até de possibilitar a sua existência.

— Que pensa esta fração esquerdista? Tudo indica que a força mais ponderável e segura deste grupo é o Partido Operário Revolucionário (trozkysta), dirigido pelo Sr. Edwin Moller. O POR, logo após a revolução, apresentou à Central e ao Governo o seu programa de extrema, com a liquidação total da burguesia na Bolívia e a execução imediata da reforma agrária. Tal programa, diziam os dirigidos por Moller, seria o único capaz de assegurar o aprofundamento e a consolidação do novo Estado boliviano. Como primeira aplicação prática de tal programa, pregavam os poristas a expropriação pura e simples das minas de estanho que pertenceram à ROSCA.

Como se vê, este programa se choca frontalmente com a opinião do MNR. Não está nas cogitações deste a liquidação da burguesia, mesmo porque o sr. Paz Estensoro considera, como já se viu acima, que há interesses comuns entre a burguesia nacional e o operariado. O POR insiste sempre na necessidade de resposta à pergunta a respeito de quais sejam êstes interesses comuns. E chegou mesmo a afastar-se do governo, passando ao apóio crítico e até à oposição sistemática, solicitando a retirada dos ministros operários do governo, ante o silêncio do MNR à importante questão.

O ponto de vista dos nacionais-revolucionários é de que não resta outra alternativa ao novo Estado boliviano senão negociar o pagamento dos prejuízos causados ao consórcio do estanho com a desapropriação das minas. Deste modo, não seria aplicada a palavra de ordem da liquidação da burguesia. Por outro lado, afirma o MNR, não é verdade que a reforma agrária não se possa fazer sem a liquidação da classe possuidora dos bens de produção.

### O PROBLEMA DAS FORÇAS ARMADAS

Uma questão leva a outra. A desinteligência entre a extrema esquerda e o centro dos revolucionários bolivianos (os direitistas parecem ser os católicos do MNR), leva ao surgimento de duas teorias opostas, a respeito das classes armadas. Sustenta o POR que as massas trabalhadoras deverão continuar armadas, como se encontram, procedendo-se à liquidação total do exército, como força organizada. O MNR considera que o mal, o perigo, não está propriamente no exército como organização de estilo clássico mas na sua mentalidade e nas forças que o apoiam. Documentos esparsos fazem crer que os comunistas bolivianos estão também com esta teoria. Até agora, a verdade é que o exército se sustenta, estando evidentemente vitoriosa, como em todos os outros problemas, a fração central da grande união revolucionária que vitoriou nas *jornadas de abril*.

### CONCLUSÕES

E' ainda muito cedo para se dar uma opinião exata a respeito de quem esteja com a razão, nesta disputa de importância sem dúvida transcendental para a formação da teoria revolucionária na América Latina. Assim sendo, já é tempo para constatar os seguintes fatos:

1º) Os "complots" contra-revolucionários tiveram bases nas forças armadas do novo regime. Isto é sobretudo verdade para a primeira intentona, de janeiro, quando dela participaram o chefe do Estado Maior do Exército, o chefe do Estado Maior da Aviação e o sub-diretor geral de Polícias, "três das chaves principais do mecanismo de segurança", conforme confessa o Sr. Paz Estensoro.

2º) Passados um ano e quatro meses das *jornadas de abril* de 52, o governo ainda não realizou a reforma agrária, embora recentes decisões indiquem sua intenção de iniciá-la imediatamente.

3º) As massas agrárias já começaram a tomar a dianteira ao governo, levando a efeito sangrentos motins, sobretudo na região de Cochabamba, nas bases da reivindicação de um novo estatuto para a terra.

4º) O governo, embora disposto a satisfazer as exigências do consórcio da ROSCA, ainda não conseguiu resolver o problema do mercado para o estanho, encontrando-se numa situação grave — cuja característica fundamental é uma inflação das mais violentas.

## V.º PERÍODO DE SESSÕES DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

Realizou-se em Quitandinha, no mês de abril, a quinta reunião da CEPAL. A finalidade de tais reuniões é de apresentar às delegações dos governos associados os trabalhos elaborados e receber sugestões para futuros estudos. O cunho de tais assembleias é, pois, predominantemente político, sendo o seu principal interesse a divulgação das monografias preparadas pelo corpo técnico da CEPAL.

Nesta última reunião foi apresentado, juntamente com o relatório anual sobre a situação econômica do continente, um outro documento básico sugerindo uma nova técnica de programação para o desenvolvimento econômico da zona. Ambos os trabalhos merecem alguns comentários.

O "Estudio Economico de America Latina 1951-52" é o último de uma série de quatro relatórios, dos quais o primeiro se refere a 1948. Concentram-se eles na dupla tarefa de reunir dados referentes à região e de interpretá-los dentro do ponto de vista do desenvolvimento econômico. O Relatório de 1949, particularmente, fornece uma análise teórica dos principais problemas implicados no crescimento econômico da América Latina. Representa uma tomada de posição nitidamente industrialista, e, o que é mais importante, coloca pela primeira vez o estudo do desenvolvimento econômico dentro do ponto de vista dos interesses latino-americanos.

O "Estudio Economico de 51-52" nada inova no que se refere à teoria, concentrando-se na análise factual. Mostra-se otimista quanto ao desenvolvimento da região, que a seu ver, tem sido bastante rápido.

## TAXAS DE CRESCIMENTO PER CAPITA NA AMÉRICA LATINA

1951-52

	<i>Argentina comprendida</i>	<i>Sem Argentina</i>
Produção.....	1,9	2,4
Renda bruta.....	2,6	3,1
Renda disponível.....	3,3	3,5
Consumo.....	2,6	2,6
Investimentos.....	8,5	10,5

Portanto, excetuando-se a Argentina que passa nos últimos anos por uma série crise, a situação é geralmente satisfatória.

Sem dúvida alguma esse quadro auspicioso não deixa de apresentar algumas sombras. Assim é que o Relatório é especialmente enfático ao reclamar medidas especiais em favor da agricultura. Mais importante entretanto é o problema da balança de pagamentos. Resulta este do fato que, no continente, o aumento da capacidade para importar não tem acompanhado o ritmo do desenvolvimento. Como este implica em premente necessidade de maquinaria e matérias primas estrangeiras, é fácil ver quais as dificuldades que deve enfrentar a América Latina.

No que diz respeito à inflação, que vem sendo nos últimos tempos objeto de crescente preocupação dos governos da área, a CEPAL adota uma posição bastante curiosa. Acerta em princípio que a inflação é capaz de aumentar as poupanças locais representando pois um papel no desenvolvimento econômico. Afirma, porém que, como os investimentos assumem em boa parte o aspecto de bens importados, e como as importações são bastante difíceis, a inflação criadora de poupanças forçadas perde sua capacidade de estimular o desenvolvimento.

De fato, uma coisa é se afirmar que a inflação cria condições para uma intensificação do desenvolvimento, resultante da inflação ou de qualquer outro fator, e outra que seria comprometido pela deficiência da capacidade para importar. Cumpre aliás notar que o problema da inflação representa um dos aspectos em que as monografias da CEPAL se têm mostrado mais superficiais.

O segundo documento de base é o "Estudio Preliminar sobre la tecnica de programacion del Desarrollo Economico". Nada mais é que uma tentativa de fornecer instrumentos idôneos para a política de desenvolvimento econômico do continente. A técnica proposta, batizada de "projeções", consiste em uma análise ini-

cial da economia como um conjunto de atividades ligadas entre si por meio de relações inter-setoriais. O segundo passo é se supor um aumento dado da renda global e se calcular para esse novo nível de atividades o crescimento absoluto e relativo que devem experimentar os diversos setores. Para tal extrapolação, a experiência anterior é de grande valia.

Esse método foi aplicado pela primeira vez à economia chilena, estudando-se no momento atual sua aplicação ao Brasil.

A CEPAL insiste outrossim sobre o fato de que sua técnica de programação não implica de modo algum em um cerceamento da iniciativa privada. Pelo contrário visa criar as condições ideais para a plena expansão desta. A intervenção governamental terá uma dupla finalidade. Em primeiro lugar aumentar a porcentagem da renda destinada à poupança, o que possibilitará uma aceleração do desenvolvimento. Em segundo lugar, velar por que o crescimento dos diversos setores se processe harmoniosamente, evitando-se gargalos capazes de criar obstáculos à regularidade da expansão.

No que diz respeito às discussões havidas no Quinto Período de Sessões, cumpre salientar o grande interesse que despertou o problema de uma maior integração econômica da região. A CEPAL apresentou dois documentos sobre o assunto: um sobre o comércio inter-regional no Sul do continente, outro sobre a integração econômica da América Central.

A importância dada a esses estudos representa uma tomada de consciência por parte dos países latino-americanos, no que se refere aos graves obstáculos opostos ao seu desenvolvimento pela insuficiência da capacidade para importar. Diante da passividade dos capitais estrangeiros, e da total impossibilidade de desenvolver satisfatoriamente as exportações, os países do continente têm se orientado para uma política de fundo autárquico, caracterizada pela produção interna de bens anteriormente importados. Visto como as perspectivas não tendem a melhorar, o caminho mais lógico é o de conceder maior eficiência a essa política, realizando-a por grupos de países.

Convém ainda notar que a possibilidade de se obter uma contribuição substancial de capitais estrangeiros, não mereceu maior atenção. Isso não significa uma tomada de posição contra esse tipo de investimentos, mas revela simplesmente uma profunda descrença de que as medidas necessárias venham a ser tomadas pelos países credores.

Sem dúvida, porém, o resultado mais importante obtido no Quinto Período de reuniões da CEPAL foi a própria sobrevivência

daquele organismo. A tese cada ano repetida, de que ela representa uma duplicação do trabalho já realizado pela seção de estudos econômicos da Organização dos Estados Americanos, é a forma mais direta que assumem os ataques. Outro tipo é a assertiva de que excede suas funções ao se lançar em análises de natureza teórica.

A finalidade última de seus adversários é de eliminar uma instituição que se tornou inconveniente pela maneira desassombrada por que defende os interesses reais das economias latino-americanas. A CEPAL representa sob esse ponto de vista a emancipação da América Latina contra a qual se revoltam os grupos até há pouco acostumados a uma confortável posição de tutela.

## A CRISE MINISTERIAL E A NOVA POLÍTICA DO SR. GETULIO VARGAS

Houve duas fases distintas na crise ministerial. A primeira, que vai da constituição do governo a meados de 1952, está ligada ao movimento dos coordenadores. A segunda, induzida, em certa medida, pela anterior, vincula-se ao problema sucessório.

### A PRIMEIRA CRISE

Quando o Sr. Getúlio Vargas, ao organizar seu gabinete, chamou-o de Ministério da experiência, exprimia, sem o saber, uma profunda verdade. O Ministério era de experiência, para o presidente da República, no sentido de representar, no momento, a mais feliz combinação de forças, devendo, conforme se alterasse a situação dessas forças, ser correspondentemente remodelado. A observação do Sr. Getúlio Vargas, por outro lado, tinha sobretudo um objetivo político, que era o de poupar o descontentamento das correntes mal contempladas ou preferidas. Na verdade, como futuramente iria reconhecer o Sr. Negrão de Lima, primeiro ministro da Justiça do governo Vargas, ao transmitir seu cargo para o novo titular, Sr. Tancredo Neves, o que dava ao antigo Ministério, o seu caráter experimental era o fato de ele representar um ensaio de conciliação entre as tendências e forças que elegeram o Sr. Getúlio Vargas e as tendências e forças que vieram a prevalecer no Congresso e nos principais Estados da Federação.

Eleito sob a legenda do P.T.B. e no impulso de um movimento de massas, que teve o caráter de uma verdadeira revolução branca contra a ordem de coisas prevalecentes, o Sr. Getúlio Vargas se encontrou com uma larga maioria pessedista. Por outro lado, os dois principais Estados da Federação, São Paulo e Minas, estavam sob o controle de forças adversas ao P.T.B., a despeito de alianças eleitorais, de caráter efêmero. Impunha-se, assim, ao presidente da República, a necessidade de transacionar com tais forças, sendo o primeiro Ministério o resultado desse acordo político.

Ocorre, porém, que apesar da carência de sentido programático por parte dos partidos políticos brasileiros, as últimas eleições

já manifestaram, claramente, que o eleitorado — revelando u'a maturidade política superior à dos dirigentes partidários — se dividiu segundo tendências ideológicas, correspondendo as posições liberais-democráticas ao P.S.D. e à U.D.N. e as posições de esquerda ao P.T.B. Essa diversidade de tendências, com a composição política organizada pelo Sr. Getúlio Vargas, se transferiu, ainda que imprecisamente, para dentro do Governo. E como a divisão de grupos — esta última na forma da tradição clientelística de nossa política — correspondesse, até certo ponto, à divisão das tendências, os interesses políticos de grupo acentuaram as divergências ideológicas que ocorreram no seio do governo. Faltava ao antigo Ministério, por esses motivos, um mínimo de coesão interna, que o presidente da República, sempre inclinado ao jogo dos contrapesos, só contribuía para acentuar.

Enquanto o Ministério, pelas motivos acima indicados, sofria, internamente, o entrecchoque de tendências e grupos opostos, externamente se processava uma luta pela conquista de posições no governo. A fragilidade dos partidos, carentes de programas, de organização e de disciplina e reduzidos, por isto, a uma existência puramente nominal, dava margem a que os políticos contrariados com a composição do governo se aplicassem na destruição do Ministério, a despeito de seus partidos se acharem representados no mesmo. A exoneração do Sr. Danton Coelho, que chefiava, dentro do governo, a velada oposição petebista, veio acentuar todos esses antagonismos. E a tentativa de conquistar a adesão da U.D.N. — objetivo a que o Sr. Getúlio Vargas emprestava uma importância muito superior a que objetivamente se justificasse — tornou-se o instrumento de que lançaram mão os políticos desejosos de entrar para o Gabinete.

A fase dos coordenadores se caracterizou pelos esforços desenvolvidos pelos políticos que aspiravam a pastas ministeriais no sentido de encontrar uma composição que trouxesse a U.D.N. para o governo sem enfraquecer a base P.S.D.-P.T.B.-P.S.P./em que assentava, no Congresso, a maioria governamental.

Com alternativas de maior ou menor êxito, os coordenadores se empenharam nessa tentativa durante toda a segunda metade de 1951 e primeira metade de 1952, sem alcançar, porém, o objetivo visado, tanto porque a U.D.N. se recusava a colaborar oficialmente com o governo, como porque o P.S.D. não concordava em perder posições em proveito da U.D.N. O aspecto curioso dessas tentativas foi a circunstância de os coordenadores, dadas as condições existentes, serem forçados a agir numa semi-clandestinidade. Não podia o Sr. Getúlio Vargas, sem provocar uma crise política, reconhecer o fato de que os coordenadores agiam a seu



mando ou com seu beneplácito. Os coordenadores, por seu lado, não dispoñdo do apóio oficial ou ostensivo do presidente da República, eram levados, para prestigiar sua ação, a difundir boatos a respeito da iminente remodelação do Ministério. E o presidente da República, solicitado a manifestar sua contestação a tais boatos, tampouco podia fazê-lo, sob pena de prejudicar, definitivamente, a ação dos coordenadores.

A entrevista concedida pelo Sr. Negrão de Lima ao matutino *Correio da Manhã*, na qual denegava aos coordenadores qualquer apóio do presidente da República, veio inverter, em favor do Ministério, um jôgo que até então operava contra êle. Pois, colocado ante êsse desmentido, o Sr. Getúlio Vargas, como antes ocorria com os boatos dos coordenadores, também não pôde contestar o seu ministro da Justiça, sob pena de precipitar a crise política que vinha evitando. Com isto, ficou prejudicado o crédito dos coordenadores, a muitos parecendo que realmente não agiam em nome do presidente da República, impressão esta que tornou impossível a continuação de seus esforços.

#### A SEGUNDA CRISE

E' nessa altura que o Sr. Getúlio Vargas propõe uma reforma de base da Administração, desta forma procurando, ao mesmo tempo, dar aos serviços públicos a reorganização de que tanto precisavam, e reservar-se um instrumento para, cômodamente, remodelar o Ministério. Aconteceu, porém, que o movimento dos coordenadores e os contínuos boatos de reforma ministerial, fazendo sentir seus efeitos meses a fio, provocaram um acentuado enfraquecimento do governo. Afetados pelo desprestígio decorrente das insistentes notícias de sua demissão e desestimulados, êles próprios, com tais notícias, os ministros não deram, na sua maioria, a melhor aplicação de sua capacidade, esta mesma, para muitos dêles, já de per si reduzida. Isto enfraqueceu o próprio Poder Executivo, que perdeu, em grande parte, o comando do Congresso e o contrôle da política nacional. E a conseqüência indesejada dêsse enfraquecimento foi a antecipação das cogitações sucessórias.

A intensa atividade desenvolvida pelo Sr. Ademar de Barros, cada vez mais afastado do governo e cada vez mais disposto a candidatar-se à sucessão do Sr. Getúlio Vargas, provocou um sério alarme entre as forças a êle adversas, chamando, realmente, para a ordem do dia, a preparação da futura eleição presidencial. O resultado dessa antecipação das cogitações sucessórias foi modificar o espírito com o qual se procurava remodelar o Ministério.

A partir dos meados de 1952, a remodelação ministerial deixou de se basear na expectativa de atrair a U.D.N. para o governo e passou a ser considerada em função das próximas eleições.

#### O PROBLEMA ECONÔMICO

Menos visíveis que os políticos, os fatores econômicos contribuíram, em não menor escala, para a queda do antigo Gabinete. Assim como, no plano político, o Sr. Getúlio Vargas teve de procurar conciliar as origens petebistas de sua eleição com a maioria pessedista do Congresso, assim, no plano social, teve de compor as aspirações das massas com as exigências da burguesia e, no plano econômico, teve de harmonizar as expectativas de consumo com os imperativos da produção. Essa composição de tendências, realizada sem um plano prévio e sem a necessária coordenação, ficou, de certa forma, ao sabor da inclinação de cada ministro, motivo pelo qual, sem contentar a nenhuma classe, nem resolver decisivamente nenhum problema, veio a descontentar a tôdas e a neutralizar a eficácia da ação governamental, por empenhá-la, descoordenadamente, em políticas contraditórias. Acrescente-se que, às contradições resultantes da atuação descoordenada de tendências diversas, somaram-se as contradições decorrentes dos antagonismos de grupo. E o presidente da República, por não estar comprometido com nenhuma ideologia e nenhum programa — antes desejando satisfazer a todos — e por insistir na aplicação das técnicas de contrapêso — jogando seus auxiliares uns contra os outros — só contribuía para agravar aquelas contradições.

O exemplo mais característico de tal situação se encontra na política econômico-financeira do governo, no curso dêsses dois anos e meio. Enquanto o ministro da Fazenda punha em prática uma política anti-inflacionária, promovendo o equilíbrio orçamentário, estancando as emissões sem lastro e recomendando a contenção seletiva do crédito, o presidente do Banco do Brasil ampliava indiscriminadamente os financiamentos, favorecendo operações de pura intermediação, desta forma neutralizando o efeito das medidas anti-inflacionárias.

O resultado dessas contradições foi triturar os problemas sem os resolver, deixando igualmente exarcebadas tôdas as classes sociais. O proletariado, frustrado em suas aspirações de elevação do nível da vida pela continuação agravada da inflação, ficou descrente do governo, descrença que se acentuou, nos grupos mais politizados, pelo fato de lhes não ter sido dado, nem mesmo remotamente, a prometida participação no poder. (Fatos como a

nomeação do motorista Cecilio Marques para a presidência do I.A.P.E.T.E.C. vieram, apenas, acentuar a burla de que se sentiam vítimas os dirigentes operários). A burguesia, omitidos os grupos beneficiados pelas liberalidades do Banco do Brasil, sentiu-se duplamente prejudicada, porque sofreu as limitações financeiras impostas pelo Ministro da Fazenda sem colher os benefícios do saneamento econômico a que visavam tais medidas. Acrescente-se, como aspecto de suma importância, que o fracasso governamental não se fez sentir, apenas, no tocante aos problemas internos de nossa economia, mas também no que se refere ao comércio exterior. O comércio exterior continua sendo, do ponto de vista social, o setor mais importante da burguesia brasileira, que ainda é liderada por sua ala comercial, nesta exercendo papel importante os exportadores e importadores. Do ponto de vista econômico, não é menor a relevância que apresenta o comércio exterior para a vida brasileira, constituindo as exportações a única fonte de divisas para o abastecimento de todo nosso combustível líquido, um terço do combustível sólido, quase todas as máquinas-ferramentas e diversas matérias primas.

Em tal situação, o agravamento da crise do intercâmbio e a crescente escassez de dólares aparece como multiplicador do descontentamento e da crise econômico-social. E como o governo acusasse, nesse setor, as mesmas contradições manifestadas em outros, havendo, concretamente, pronunciamento a favor do controle estatal do comércio exterior e do liberalismo mercantil a burguesia talvez sem se dar conta da contradição, se rebelou, ao mesmo tempo, em tese, contra as restrições do intercâmbio e em concreto contra os efeitos das eventuais decisões liberalistas.

Quanto à classe média, oprimida pelo agravamento da inflação e afetada pelas repercussões das medidas anti-inflacionárias, foi a que mais diretamente padeceu as consequências das contradições da política federal.

Estes fatos encontram interessante comprovação estatística no inquérito realizado em maio último pelo IPOBE, entre 1.500 pessoas do Rio e de São Paulo, do qual destacamos as duas perguntas seguintes:

1.ª — Como classifica o período dos dois primeiros anos do atual governo Vargas: mau, regular ou bom?

	Burguesia	Classe Média	Proletariado
Mau.....	36%	42,0%	22,0%
Regular.....	44	36,5	47,8
Bom.....	14	12,0	21,4
Não opinaram.....	6	9,5	8,8

2.ª — Em sua opinião o governo Vargas poderá realizar, nos três próximos anos, tudo o que prometeu na campanha eleitoral?

Respostas percentuais:

	Burguesia	Classe Média	Proletariado
Sim.....	18%	18,5%	21,8%
Não.....	66	63,5	49,8
Não opinaram.....	16	18,0	28,4

## A NOVA POLÍTICA

A remodelação ministerial, como já foi indicada, constituiu, politicamente, a culminação de uma crise que vinha da origem do governo. Mas sua efetivação foi condicionada pelos fracassos experimentados pela política econômica do governo, em virtude das contradições que à iniciaram, não escapando ao Sr. Getúlio Vargas o fato de se haver propagado a insatisfação e a descrença no seu governo em todas as classes sociais. Essa crescente queda de popularidade e de controle político não somente era uma ameaça, para o governo, de novas dificuldades perante o Congresso e a opinião pública como, ademais, era um indício seguro de que o Sr. Getúlio Vargas perderia o comando de sua própria sucessão. Importava, assim, renovar o governo, para renovar as esperanças e, sobretudo, planejar e pôr em prática uma política apta a reconduzir para o Sr. Getúlio Vargas as massas desiludidas e a burguesia descontente. Os dois objetivos a que visam a reforma ministerial, portanto, foram, a prazo curto, a recuperação da popularidade e da confiança nos mais amplos setores possíveis da opinião pública e, a prazo mais longo, a preparação de condições capazes de assegurar ao Sr. Getúlio Vargas o comando da sucessão.

Para alcançar esses dois objetivos, a técnica empregada pelo Sr. Getúlio Vargas, foi, quanto ao primeiro, promover uma política de reconquista das classes, abrindo uma frente burguesa e outra proletária, sem se preocupar com a incompatibilidade daquela com esta. Quanto ao segundo objetivo, os meios de que se está valendo para adquirir o comando de sua própria sucessão são o enfraquecimento das forças do centro — P.S.P., P.S.D., U.D.N. — e da posição dos governadores, na política federal, para fortalecer o P.T.B. e aumentar o seu prestígio pessoal junto às massas trabalhadoras.

A análise da composição do novo Gabinete revela esses objetivos e a adoção desses processos, desde que se leve em conta a

perspectiva peculiar ao Sr. Getúlio Vargas e as deformações e limitações a ela inerentes. Como pôde ser observado, os três Ministérios logo remodelados e os três novos titulares cuja escolha se fez sem vacilações foram, respectivamente, os ministérios da Fazenda, da Viação e do Trabalho e os Srs. Oswaldo Aranha, José Américo e João Goulart.

O que deve ser depreendido disto?

Com o Sr. Oswaldo Aranha, o presidente quiz instaurar uma nova política para a burguesia. Com o Sr. José Américo, procurou atrair as massas rurais do Nordeste. Com o Sr. João Goulart, reconquistar o proletariado urbano. O mesmo Sr. Oswaldo Aranha lhe parece útil, do ponto de vista sucessório, para induzir a burguesia a financiar a próxima campanha eleitoral do candidato oficial. O Sr. José Américo terá a missão de neutralizar as oligarquias regionais, em favor do candidato oficial. E o Sr. João Goulart deverá ser o organizador da grande frente popular, articulando as massas mediante a rede sindical, que, para esse fim, se pretende consolidar e coordenar por intermédio de um organismo do tipo C. G. T.

E' certo que esse esquema apresenta sérios defeitos. Mas isto se deve às limitações da perspectiva do Sr. Getúlio Vargas. Embora tenha sido o grande beneficiário dos movimentos sociais dos últimos trinta anos, o Sr. Getúlio Vargas não adquiriu uma visão sociológica dos fatos, conservando um maquiavelismo de caráter puramente psicológico. Acrescente-se a isto o condicionamento de geração, que o leva a superestimar os homens que participaram da etapa romântica de sua vida — os anos 30 — e se compreenderá a causa dos erros em que incidiu.

De fato, os dois maiores defeitos de seu esquema são, do ponto de vista sociológico, o fato de não ter levado em conta a classe média, cuja hostilidade ao governo será acentuada pela nova política. Em vez de ensaiar a impossível aliança da burguesia com o proletariado, o Sr. Getúlio Vargas deveria ter promovido uma composição entre os interesses da classe média e do proletariado, que lhe daria, sendo bem sucedida, o controle do eleitorado urbano, inclusive nas pequenas cidades. Assinale-se, ademais, que, se não é viável a aliança entre a burguesia e o proletariado, dada a oposição de seus interesses, menos viável ainda será tal aliança se, como ocorre no caso, a burguesia estiver representada pelo seu setor mercantil. Leigo em questões econômicas e afastado dos problemas de produção, o Sr. Oswaldo Aranha se encaminha para apoiar-se nos grupos ligados ao comércio

internacional, ao comércio de gêneros e à especulação bancário-imobiliária. Os interesses de tais grupos, além de contrários ao desenvolvimento econômico do país, deles fazem os mais reacionários e impopulares representantes da burguesia, sendo inevitável, por isso, o conflito entre as frentes burguesa e proletária em que o governo pretende se apoiar.

Por outro lado, em virtude de limitações de gerações, o Sr. Getúlio Vargas se ilude sobre a popularidade dos Srs. Oswaldo Aranha e José Américo, homens completamente gastos e ultrapassados, cujo apelo só causava alguma ressonância entre as gerações maiores de cinquenta anos, gerações que estão rapidamente perdendo o controle dos acontecimentos.

Acrescente-se que a tática de neutralização dos governadores — que ainda conservam a manipulação das clientelas rurais — foi mal elaborada. A única forma de neutralizar os governadores era a abertura de uma clivagem entre São Paulo e Minas. Liquidando, simultaneamente, a influência de ambos no governo federal, o Sr. Getúlio Vargas reforçou a aliança de ambos contra ele.

E' certo que, na distribuição das pastas secundárias, o presidente se esforçou para anestesiar os efeitos do golpe que lhes vibrara, tentando, particularmente, reconquistar as boas graças do Sr. Lucas Garcez, que foi o mais atingido dos governadores. Mas estes só ocultam sua hostilidade por motivos táticos, julgando ainda cêdo para abrir luta contra o governo federal. Tudo indica, no entanto, que, aliados, se voltarão, oportunamente, contra o Sr. Getúlio Vargas.

Na base do exposto, pode se concluir que a remodelação ministerial teve por finalidade principal a preparação da sucessão, em proveito de um candidato a ser escolhido no grupo das pessoas mais chegadas ao presidente. Tudo indica que este — se as circunstâncias não favorecerem sua permanência no poder — irá buscar o candidato oficial na área do P. T. B. gaúcho (Sr. João Goulart?). Sofre tal política, no entanto, de graves erros de interpretação das forças sociais e de apreciação das pessoas a que se confiam sua execução. Se a classe média fôr conduzida, contra o Sr. Getúlio Vargas, a uma aliança com o proletariado, participando dessa aliança as correntes mais progressivas da burguesia, que são a de seu setor industrial, a política sucessória do presidente da República experimentará inevitável derrota. Ocorre, apenas, que as forças contrárias ao Sr. Getúlio Vargas, considerando-se tão somente as que já estão politicamente organizadas, como os partidos do centro e os governadores, padecem de uma

visão dos fatos ainda mais defeituosa. No fundo, êle continuam representando apenas as oligarquias municipais, que só podem atuar em termos de política de clientela. Se não houver modificações substanciais — e só o aparecimento de um novo movimento político poderia suscitar tais modificações — as forças da política de clientela serão mais uma vez derrotadas.

Enquanto isto, permanece disponível a classe média, cuja importância social (e eleitoral) é cada vez maior, cujas possibilidades de liderar os acontecimentos são sempre mais atuais, mas cuja efetiva interferência, por falta de um movimento político apropriado e por falta de dirigentes, ainda não se realizou na linha de sua potencialidade.

## PORQUE VENCEU JÂNIO QUADROS?

Porque venceu o Sr. Janio Quadros as eleições para prefeito de São Paulo? Todas as correntes da opinião pública demonstraram reconhecer a importância significativa de sua eleição, nela enxergando uma antecipação do pronunciamento do eleitorado paulista, e, eventualmente, do brasileiro. Mas porque venceu?

As duas respostas mais correntemente aceitas parecem destituídas de fundamento. Segundo os dirigentes do PDC, as urnas teriam sufragado os ideais da democracia-cristã e o povo da capital paulista teria manifestado sua confiança na ação política daquele partido. Diversamente, os homens do Partido Social-Progressista pretendem que a vitória do Sr. Janio Quadros valeu por um repúdio ao Sr. Ademar de Barros — na opinião dos setores favoráveis ao Sr. Lucas Garcez — ou — segundo os amigos do Sr. Ademar — por uma condenação da candidatura do Sr. Cardoso, artificialmente imposta pelo governador do Estado, que assim pagou com a derrota o não atendimento dos conselhos dados pelo Sr. Ademar de Barros, que se manifestara a favor de um candidato popular.

Apesar da irracionalidade que ainda se manifesta nos prélios eleitorais, em virtude da falta de idéias e de partidos políticos aptos a orientar o eleitorado, pode-se responder negativamente a ambas as interpretações correntes. A vitória de um candidato se deve à ideologia e ao crédito político de seu partido na medida em que a votação tenha sido confiada ao candidato, por causa do partido, em vez de ao partido, por causa do candidato. Ora o Sr. Janio Quadros pertencia à periferia do PDC, no qual não dispunha de influência e ao qual permanecia ligado, de seu lado, para ter uma legenda e, do lado do partido, porque êste julgava oportuno valer-se de suas atividades de agitador. Cuidava o partido valer-se de sua capacidade de mobilização de massas em proveito do engrossamento das fileiras da agremiação. Para o Sr. Quadros, o partido era, ao mesmo tempo, uma legenda eleitoral e um escudo protetor contra os que fossem tentados a considerá-lo um agente de comunização. A impossibilidade de o PDC reivindicar para si a vitória do Sr. Janio Quadros se verifica, inicialmente, pelo fato de o partido — consciente de sua fraquesa

— ter preferido indicar um correligionário marginal a se apoiar nos seus verdadeiros chefes, Srs. Queiroz e Montoro. Posteriormente, comprova-se o alegado ante a circunstância de o partido não ter resistido ao fortalecimento político do Sr. Quadros, que passou, depois de eleito, a ser o verdadeiro chefe do PDC.

Tampouco se pode admitir a explicação dos próceres do PSP. E' inexato, em primeiro lugar, que a campanha eleitoral do Sr. Janio Quadros tivesse, especificamente, um caráter adverso ao governador Garcez. Em toda a sua campanha eleitoral, o Sr. Quadros procurou se furtar a ataques ao Sr. Lucas Garcez, concentrando suas críticas no Sr. Ademar de Barros. Não menos falsa é a atribuição da vitória do novo prefeito paulistano ao puro e simples descrédito do Sr. Ademar de Barros. Os acontecimentos subsequentes, no curso da greve dos metalúrgicos e de outras categorias profissionais, vieram mostrar que os políticos mais ligados ao Sr. Ademar de Barros, como o deputado Lino de Mattos, ainda eram, no PSP, os que dispunham de maior penetração nas massas.

Na verdade, a "ideologia" do PDC e a desmoralização que acabou atingindo o Sr. Ademar de Barros, por causa de seus processos administrativos pouco escrupulosos, contribuíram, com sua parcela, para a eleição do Sr. Janio Quadros. A área eleitoral compreendendo, na cidade de São Paulo, católicos e anti-ademaristas, embora insuficiente para firmar a vitória de um candidato, constitui um fator ponderável para sua eleição. A razão mais importante da eleição do Sr. Quadros, no entanto, foi o ressentimento das massas e a frustração geral da população paulista em relação ao atual estado de coisas. A eleição do Sr. Quadros foi um plebiscito negativo contra a ordem vigente.

Que ordem, que regime, que finalidades políticas foram afirmados em contrário aos vigentes? Esta pergunta ainda não foi respondida. Maduro para compreender a inanidade da política de clientela e o fato de que tal sistema conduz à inércia administrativa, ao favoritismo e à corrupção, o eleitorado paulista ainda não encontrou líderes capazes de formular um rumo novo para suas aspirações públicas. Nenhum partido, nenhum movimento de opinião, incluídos, notadamente, o PCB e o PDC, tiveram, até agora, a capacidade de formular uma ideologia e uma programática conidentes com os interesses das maiorias eleitorais, compostas pelas classes proletária e média.

E' certo que o Partido Comunista procura exercer esse papel. Mas, além das deficiências que lhe são internamente inerentes, o Partido Comunista sofre a ação de obstáculos que se tem

revelado para ele insuperáveis. Tais obstáculos são, em primeiro lugar, sua dependência para com a Rússia, que, estratégica e taticamente, lhe tolhe a eficácia de ação e, ideologicamente, dele afasta todos os que desejam para o Brasil um destino nacional e sentem que o internacionalismo russo é mais uma arma política a serviço dos interesses do Estado soviético do que o corolário de uma efetiva luta pela emancipação do proletariado mundial. Tal observação se comprova diante do fato incontestável de o PC desfrutar de êxito considerável, sempre que se limite a instrumentar, em greves e outras manifestações de luta em terreno estrito e delimitado, as aspirações econômicas das massas, enquanto experimenta contínuas derrotas sempre que tenta ampliar sua ação para o campo político. Ademais, o PC insistindo excessivamente sobre sua condição, real ou fictícia de partido proletário, afasta de si a pequena burguesia e esse setor particular da mesma que é a *intelligentsia*, privando-se, simultaneamente, da força mobilizadora desta e dos contingentes de massa daquela. Tal afastamento se revela fatal onde quer que o proletariado, ou porque as condições econômico-sociais ainda sejam de subdesenvolvimento, ou, ao contrário, porque sejam extremamente complexas e diferenciadas, não constitua a maioria do eleitorado.

E' certo, por outro lado, que o PDC, dotado, na cidade de São Paulo, de alguma expressão política — embora recente — também se esforça, por sua conta, para se constituir em movimento ideológico e programático. Ocorre, entretanto, que as formulações políticas do PDC carecem de suportes reais e não se vinculam a uma interpretação científica da sociedade e da história. Carecem de suportes reais na medida em que não decorrem das condições concretas da existência nem dos fatores econômicos a que está se subordinada. E não se vinculam a uma interpretação científica da história e da sociedade porque as considera dedutivamente, desde pressupostos dogmáticos de caráter religioso. Desta forma, o PDC tem possibilidades de vingar apenas em duas hipóteses limites. A primeira é aquela em que, independentemente da validade objetiva de suas proposições políticas, elas se ajustem, de fato, às condições e aos interesses de determinadas classes e pessoas. A segunda é aquela em que as convicções religiosas dos indivíduos atuem como estímulo capaz de transcender os imperativos decorrentes de suas condições concretas de existência. Ora, a primeira hipótese, com ser a negação mesma da força ideológica do partido, somente se verifica com relação a determinados setores das classes médias. E a segunda hipótese, além de se referir, na prática, aos mesmos setores das classes médias, se verifica em casos extremamente raros, eis que o catolicismo bra-

sileiro, de ampla vigência ritual, tem uma vigência efetiva reduzida e esporádica. Daí a impossibilidade de o PDC se transformar num grande movimento ideológico, apto a mobilizar maiores eleitorais.

A crescente maturação política das massas paulistas, a que corresponde, em menor grau, fenômeno semelhante no resto do Brasil, ainda não encontra, portanto, nenhum partido, nenhum movimento ideológico, nenhum esboço programático capazes de orientá-las para a ação. Daí o espontaneísmo dos movimentos, o fato de eles se circunscreverem ao âmbito econômico e imediato das questões. Daí a tendência a se perderem em atitudes utópicas, como as que postulam, como exigência de base, a moralização da vida pública e o aperfeiçoamento dos serviços administrativos, esquecendo que tais exigências são superestruturárias e só podem ser atendidas, com alguma constância e objetividade, se realizadas as modificações de estrutura capazes de assegurá-las.

A consequência a extrair destas observações é a de que a eleição do Sr. Janio Quadros foi um fenômeno de transição. Sintoma de que não mais poderá manter-se a política de clientela, a serviço do capitalismo burguês e do parasitismo pequeno-burguês, ela indica, ao mesmo tempo, que as massas não poderão atingir seus objetivos enquanto não se formular, em termos adequados à situação brasileira e às condições de nossa época, uma ideologia correspondente aos interesses das classes trabalhadoras, e não se organizar essas classes para uma ação estratégica e taticamente disciplinada.

## O PROCESSO INFLACIONÁRIO

O movimento inflacionário nos primeiros meses de 1953 não revela tendência alguma à diminuição relativamente ao ano anterior. Dados referentes a 1952 mostram as excepcionais proporções que assumiu o aumento de preços. Os índices de preço por atacado, fornecidos pela "Conjuntura Econômica" passam de janeiro a dezembro daquele ano, de 232 a 250. Os índices do custo de vida sobem, no Distrito Federal de 161 para 184 e, em São Paulo, de 172 para 201 (base 1946).

A revista "Études et Conjoncture", fazendo o levantamento para 19 países da evolução em 1952 dos preços de atacado classifica o Brasil entre os que registram forte elevação de preços. Acompanham-no no mesmo grupo, a Austrália e União Sul Africana. Sete outros países, entre os quais a Inglaterra, conservaram seus níveis de preços estáveis ou registraram pequenas variações. Os restantes, entre os quais os Estados Unidos, França, Suíça e Canadá, experimentaram uma baixa de preços em 1952.

Os índices já levantados para o ano corrente referem-se apenas aos cinco primeiros meses:

1946 = 100)	ATACADO	CUSTO DE VIDA	
		D. F.	S. P.
Janeiro.....	254	188	207
Fevereiro.....	258	186	212
Março.....	265	191	228
Abril.....	266	198	231
Maió.....	259	200	

Pode-se observar que os índices do custo de vida aumentaram para São Paulo (quatro meses) de 10% e para o Distrito Federal (cinco meses) de 6%.

Durante todo o ano de 1952 esses mesmos índices cresceram respectivamente de 14% e 12%. Note-se que o excepcional aumento dos índices paulistas não autoriza nenhuma conclusão imediata sobre o resultado final do período, visto como esse crescimento nada tem de regular.



Os índices da expansão monetária apontam no mesmo sentido:

Ano 1953 (1946 = 100)	Jan.	Abril:
Meios de pagamento.....	251	259
Depósitos.....	223	228
Moeda em circulação.....	203	218

Em números absolutos a moeda em circulação passou de 39 282 milhões de cruzeiros em dezembro de 1952 para 40 423 milhões em maio de 1953.

Apesar das declarações formais do novo Ministro da Fazenda, não há indicações sensíveis de que se venham a tomar as medidas adequadas para deter a marcha da inflação. Para se compreender a amplitude do esforço necessário, basta lembrar que, contrariamente ao que leva a crer o forte aumento de preços, o ano de 1952 registrou atuação de fatores anti-inflacionários. Entre eles lembraremos o enorme deficit da balança de pagamentos e o superavit orçamentário. Este último sobretudo pode ser levado a conta de um esforço positivo do governo, que conseguiu transformar um deficit previsto de 3 029 milhões de cruzeiros em um superavit de 2 279 milhões. A tendência no ano presente é a de um orçamento equilibrado, sendo a despesa autorizada de 34 004 milhões de cruzeiros e a receita prevista de 34 885. Quanto à balança de pagamentos, porém, deve-se esperar um saldo positivo como resultado dos ingentes esforços para cobrir ou amortizar os nossos atrasados comerciais.

Mais grave ainda é o fato de que hoje se considera o simples aumento das despesas governamentais e das exportações (sentido lato) como inflacionário.

Ultrapassando um ponto de vista puramente quantitativo, que procura explicar a inflação em termos de um aumento dos meios de pagamento, deve-se reconhecer que ela resulta de um crescimento excessivamente rápido da economia brasileira. Coloca-se, pois, o problema de que medidas realmente efetivas contra a inflação venham a resultar numa atenuação do processo de desenvolvimento econômico. São, assim, compreensíveis as hesitações em que se vêem envolvidos os responsáveis pela economia do país.

É exemplo muito característico desse estado de espírito as conclusões da recente reunião de industriais em São Paulo onde foram aprovadas juntamente com solenes declarações anti-inflacionárias, recomendações de maiores facilidades creditícias para diversos ramos da produção.

Parece, portanto, que o novo Ministro da Fazenda tem diante de si duas alternativas politicamente possíveis: ou se manter no terreno de medidas simbólicas quais sejam a de orçamentos equilibrados e pequenos superavits, ou se lançar no caminho de uma política de austeridade implicando em racionamento generalizado no país. A primeira alternativa é a da continuação da inflação aberta em que hoje nos encontramos. A segunda significaria o estabelecimento de uma inflação reprimida. Em ambos os casos, temos a inflação atuando no sentido de comprimir o consumo permitindo assim o elevado nível de investimentos exigido pelo crescimento do país.

É curioso, outrossim, notar que os recentes protestos das classes de salários fixos, e, portanto, as maiores vítimas da inflação, assumiram a forma de simples pedidos de reajustamentos visando restabelecer os salários reais solapados pela elevação dos preços. Em países europeus, em que entretanto o problema da inflação é menos grave, a pressão dos prejudicados é no sentido de se estabelecer uma escala móvel de salários que uma vez adotada liga as remunerações ao nível da preço, impedindo a queda constante dos salários reais. Fosse esse sistema adotado no Brasil e a inflação ficaria impossibilitada de incrementar as poupanças do país. A diferença entre os dois tipos de reivindicações talvez resulte de uma maior liberdade sindical na Europa e de uma consciência mais clara por parte dos trabalhadores dos seus próprios interesses.

Concluindo essa notas, vale lembrar um dos problemas mais graves colocados pela recente elevação dos preços brasileiros. Diz ele respeito a situação cambial: Realmente boa parte do recente declínio das exportações brasileiras resulta de uma disparidade entre os preços internos do país e os dominantes nos mercados internacionais. A passagem de alguns dos nossos produtos para o câmbio livre, o que representou uma desvalorização parcial da moeda, não produziu efeitos satisfatórios, o que se reflete nos insistentes pedidos dos exportadores para maiores porcentagens de câmbio livre para seus produtos.

## NOTAS SÔBRE O BALANÇO DE PAGAMENTOS EM 1953

A economia nacional continua, neste primeiro semestre, a enfrentar sérias dificuldades no balanço de pagamentos. A política adotada pelo Governo, na tentativa de superá-las ou aliviá-las sensivelmente, consistiu em apelar, de um lado, para uma contenção mais severa das importações e, de outro, para a criação, paralelamente à taxa oficial, de um mercado livre de câmbio. Recorreu, também, recentemente, diante da pressão de exportadores estrangeiros e dos efeitos negativos dos atrasados comerciais sôbre as compras no exterior e os termos de intercâmbio a um empréstimo de trezentos milhões de dólares, contraído no Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, a ser amortizado, em parcelas mensais, no prazo de três anos, a juros de 2%.

E' cedo ainda para que se manifestem, de modo definido, os efeitos dessas medidas. O mecanismo de operações do mercado livre, no que toca às exportações, não parece estar funcionando muito bem. Como as taxas para cada produto são revisíveis trimestralmente, os exportadores esperam, mediante pressão junto às autoridades, obter percentagem de câmbio livre mais vantajosa. O ônus do serviço de empréstimo só começará a ser sentido a partir de setembro próximo. Não obstante, graças a severas restrições às importações, a balança de comércio registou saldos favoráveis nos quatro primeiros meses deste ano. Conquanto êsses resultados sejam aparentemente auspiciosos, resta saber se podem manter-se durante todo o ano; se, nesta hipótese, serão suficientes e se o regime de austeridade não poderá prejudicar o ritmo de expansão da economia do país.

Em contraste com o período de guerra e os anos imediatamente posteriores, desde 1947 o desequilíbrio no balanço de pagamentos do país tem sido a regra. Depois do esforço considerável de consecução do equilíbrio que marcou o ano de 1950, formaram-se deficits consideráveis nos anos posteriores, culminando no registado no ano passado, em que a situação foi particularmente mais grave porque as receitas de exportação foram insuficientes mesmo para cobrir as despesas com as importações, embora fôsse estas inferiores às do ano imediatamente anterior.

A situação dos dois últimos anos é descrita nos dados abaixo:

	US\$ 000,000	1951	1952
<b>A. Mercadorias</b>			
— Exportação f.o.b.....		1.665.5	1.289.1
— Importação f.o.b.....		1.602.1	1.509.6
— Ouro não monetário.....		—	—
Saldo.....		+ 64.4	— 280.5
<b>Serviços</b>			
— Frete e seguros s/ importações.....		— 237.7	— 233.0
— Renda de Investimentos.....		— 80.1	— 33.
— Outros.....		— 114.7	— 56.5
Total.....		— 368.1	— 593.4
<b>B. Donativos e movimento de capital particulares</b>			
— Remessa e movimentos de capital a longo-prazo.....		— 13.1	5.4
— Títulos a curto-prazo sôbre os E.U. e movimentos de saldos em cruzeiros (exclusive pagamentos deferidos).....		—	2.7
Total.....		— 13.1	— 2.7
<b>C. Financiamento Oficial Especial</b>			
— Amortização da dívida pública e liquidação do "lend-lease".....		— 24.9	— 31.3
— Empréstimos e adiantamentos de agências do governo dos Estados Unidos.....		8.4	13.1
— Empréstimos ao I.B.R.D.....		26.6	18.6
— Donativos oficiais.....		0.8	0.2
— Subscrição em ouro ao FMI e BIRD.....		—	—
Total.....		10.9	0.2
<b>Total geral.....</b>		<b>— 370.3</b>	<b>— 590.5</b>

Os dados da balança de comércio revelam u'a majoração substancial nas importações, em relação a 1950, e uma queda considerável nas receitas de exportação de 1951 a 1952. Examine-mos, rapidamente, as razões dêsses fenômenos.

As importações brasileiras se elevaram em 1951 e depois se conservaram elevadas no ano seguinte, em virtude de uma política intencional de liberalização. Com efeito, os deficits registados no balanço de pagamentos em conta corrente desde 1947 haviam compelido o Governo, desejoso de manter a paridade cambial declarada ao Fundo Monetário Internacional, a adotar o regime de licença prévia, submetendo as importações a rigoroso controle, cujo objetivo principal era impedir que as nossas despesas em divisas crescessem ao ponto de exaurir as reservas em ouro e moeda estrangeira do país. O controle, obviamente, era estimulatório da atividade interna de substituição de importações, sobretudo, a da indústria, cuja produção ficava protegida da concorrência estrangeira, ao mesmo passo que lhe era assegurada a importação, na própria taxa oficial, dos equipamentos e mate-

rias primas necessários à sua manutenção e expansão. O início das hostilidades na Coréia, o temor de que se reproduzisse o quadro que se desenrolara durante a II Guerra Mundial, com dificuldades de importação, escassez de materiais básicos, excedentes de exportação, saldos congelados no exterior, sujeitos à deterioração progressiva do seu poder aquisitivo, determinaram u'a mudança de política. Resolveu o Governo liberalizar as importações, objetivando a formação de estoques com que o país pudesse, com mais tranquilidade, enfrentar os percalços da nova conjuntura. Tal política, avisada em princípio e, aliás, universalmente adotada, superestimou as dificuldades, foi exagerada na execução e aparentemente inadequada nos métodos empregados. De fato, a sobreestocagem de matérias primas essenciais não foi significativa, uma vez que, de um lado, o licenciamento já encontrou em funcionamento os contrôles sobre produtos escassos e, de outro, a capacidade interna de ampliação da estocagem era relativamente pequena. Por isto, as facilidades no licenciamento foram aproveitadas, sobretudo para a importação de maquinárias e equipamentos. As importações de bens de consumo não essenciais não foram apreciáveis, se bem seja certo que poderiam ter sido muito menores. A sua magnitude deve-se, primeiro, à idéia de que na falta de matéria prima importada não convinha deixar o mercado interno em absoluta escassez do bem final; segundo, à falácia, de grande ressonância demagógica e mesmo de certa circulação nos meios técnicos, de que as importações de bens de consumo contribuem para minorar as pressões inflacionárias.

A política de liberalização, embora posta em prática em 1951, em virtude do excesso de licenças emitidas e não canceladas, importação, na propícia taxa oficial, dos equipamentos e maté- projetou os seus efeitos até 1952, quando a conjuntura política internacional começou a evoluir no sentido oposto. As licenças emitidas no último ano equivaleram a menos da metade das expedidas no ano anterior. Eis, ao que parece, a razão mais forte para o crescimento das importações. A relação entre a renda nacional e as importações, por uma parte, e a taxa de crescimento a longo-prazo das importações, por outra, não indicam que, em condições normais, se verificasse um incremento tão vigoroso nas importações.

A queda nas exportações entre 1951 e 1952, correspondente a 20%, deflue, também, aparentemente, antes de condições circunstanciais do que de causas estruturais. Com efeito, deve atribuir-se, antes de tudo, a dois fatores: primeiro, à lentidão com que foi discutida e aprovada a mensagem do executivo propondo a criação de um mercado livre de câmbio; em segundo, aos finan-

ciamentos, acima, dos preços internacionais de produtos de exportação. A delonga na promulgação da lei cambial, abrindo aos exportadores a perspectiva da exportação a uma taxa mais favorável, impediu um esforço de reajustamento dos preços de certos produtos marginais. O financiamento de algodão tornou impossível a saída do produto da safra 1951/52 para os mercados internacionais. O valor da exportação desse produto não foi mais do que 17% da de 1951. O Banco do Brasil estimou as perdas em divisas daí provenientes em cerca de 3.200 milhões de cruzeiros.

Explica-se, assim, pelo menos em parte, a formação dos vultosos déficits no balanço de pagamentos em conta corrente já referidos e os atrasados comerciais em tôdas as moedas de cerca de 11,3 bilhões de cruzeiros em fins de 1952, dos quais a maior parte em dólares.

Essa situação insustentável determinou a revisão da política comercial. O governo voltou à rigorosa política de contenção de importações aplicada desde 1948 e especialmente definida em 1950. A partir do último trimestre de 1952, as restrições ganharam uma vigorosa, senão drástica intensidade e nos três primeiros meses deste ano, marcadamente em março, as receitas de exportação voltaram a superar as despesas com importações. Em todo o trimestre, o saldo na balança de comércio se elevou a 561 milhões de cruzeiros. O processo continuou em abril quando as exportações chegaram a 2.100 milhões de cruzeiros contra 1.849 milhões de importações. E' de esperar nos próximos dois meses, em virtude de fatores estacionais, uma ligeira redução nas receitas de exportação. Não devem constituir, porém, em si mesma, fonte de preocupação.

Que previsões se podem estabelecer para todo o curso deste ano?

Se as dificuldades no balanço resultaram, em grande parte, de fatores circunstanciais é de esperar que as perspectivas no corrente ano sejam mais favoráveis. Tal expectativa não significa, entretanto, que 1953 se encerre com um balanço de pagamentos em conta corrente superavitário. Com efeito, as importações tendem a crescer à medida que a renda nacional aumenta, mas o mesmo não acontece com as exportações. Estas crescem, numa taxa anual bem menor do que aquelas. Assim, mantido o atual ritmo de crescimento econômico do país, suposto o incremento anual da capacidade de importar; é de admitir que é indispensável e urgente a melhoria das nossas receitas de exportação, desde que persiste o débil influxo de capitais existentes. Esse é, porém, quando menos, um problema a médio prazo.

Supondo estáveis os termos de intercâmbio, admitindo uma taxa de crescimento das exportações de apenas 2%, tomando como base o ano de 1950, poderemos, numa hipótese otimista, configurar, para 1953, segundo estimativa recente, a seguinte situação no Balanço de Pagamentos:

(Vide quadro a seguir).

1 9 5 3 — US\$ 1.00.000

CRÉDITO		DÉBITO	
I Exportações (base 1950).....	1 651	I Importações mercadorias	
II Entrada de capitais.....	0	1 alimentos.....	226.6
	1 651	2 animais vivos.....	8.9
		3 matérias primas.....	423.0
		4 combustíveis.....	216.3
		5 maquinária.....	519.0
			<u>1.393.8</u>
		II Remessas	
		1. Serviço da dívida externa e dos empréstimos Exim Bank e I.B.R.D.....	107.5
		2. Remessas de capitais privados.....	25.0
		Total.....	<u>132.5</u>
		Total geral.....	<u>1.526.3</u>

Partamos, entretanto, das necessidades mínimas de importação e outras despesas incompressíveis em divisas. As necessidades mínimas de importações, incluindo-se os serviços de frete e seguros, admitindo-se controles restritivos tão severos quanto os que foram dominantes, em 1950, poderão cingir-se a US\$ 1.150 milhões; os gastos invisíveis, em que se compreendem serviços diversos, renda de investimentos, amortizações, etc., deverão elevar-se a US\$ 300 milhões. Chega-se, destarte, a um total de US\$ 1.450 milhões, total bem menor do que os dos anos de 1951 e 1952. Nestes influíram, contudo, como vimos, a política de liberalização adotada deliberadamente pelo Governo, a qual, como também vimos, se refletiu numa elevada importação de equipamentos. Ora, não é demais considerar que tais importações estiveram acima da demanda derivada, isto é, poderão traduzir-se, nos setores em que se aplicaram os investimentos, por uma capacidade produtiva superior à procura previsível nos anos imediatamente próximos. Não é possível, além disto, deixar de considerar que as deficiências atuais de serviços básicos, que se revestem

de um aspecto crítico, não são estimulatórias de inversões em atividades dependentes daqueles serviços. O andamento do plano de recuperação, agora ameaçado com a sustação dos empréstimos internacionais, não introduz, a curto prazo, qualquer elemento que modifique esse julgamento. Destarte, embora os suprimentos de importações previstos contrastem singularmente com os realizados em 1951 e 1952, não se afiguram inadequados. Resta, porém, saber, se mesmo assim, disporá o país de divisas suficientes para esses gastos.

Se excluirmos a possibilidade de uma retração nos mercados mundiais, como consequência negativa das perspectivas de paz, não parece implausível que as receitas cambiais neste ano, possam aproximar-se das despesas previstas. Com efeito, mesmo em 1952, com os fatores circunstanciais desfavoráveis já apontados, as receitas de exportação atingiram a 1.290 milhões de dólares. Com a eliminação daqueles fatores, em igualdade das demais condições, às receitas normais de exportação, alcançarão, neste ano, no mínimo 1.300 milhões de dólares; outras fontes deverão proporcionar a parcela restante.

A situação prevista pode ser descrita no quadro seguinte:

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS CAMBIAIS  
PARA 1953 — US\$ 000,000

RECEITAS		DESPESAS	
Exportação.....	1.300	Importações.....	1.150
Outras (1).....	150	Rendas de Investimentos.....	} 300
	<u>1.450</u>	Amortização.....	
		Atrazados.....	

1) — "Outras": Outras receitas, calculadas na base de uma relação entre as receitas totais e as exportações vigorantes, em média, nos últimos anos.

Tal previsão, sem ser pessimista, não tem nada de otimista. A redução proposta nas importações, em contraste com as de 1951 e 1952, não serão certamente bem recebidas pelos importadores, mas serão de interesse do país se obedecerem a critérios de prioridade e se articularem com uma política financeira e creditícia adequada. Como declarou o último relatório do Banco do Brasil: "A liquidação do débito exigirá uma política de rigorosa austeridade nos gastos, de supressão de todas as despesas supérfluas ou adiáveis, sejam oficiais ou particulares; de critério-

sa aplicação das receitas correntes nas compras absolutamente imprescindíveis à manutenção das atividades produtoras do país, a fim de que sobre recursos destinados à regularização dos atrasados ou aos resgates de empréstimos que porventura venham a ser contratados no exterior."

## PESQUISA

**PADRÃO DE VIDA DO PROLETARIADO DE SÃO PAULO**

Por determinação do Senhor Presidente da República, e com a colaboração de diversos órgãos da Administração Pública e de entidades privadas, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social realizou, em todo o país, uma pesquisa sobre o padrão-de-vida de grupos sociais importantes da população brasileira, com ênfase especial sobre os orçamentos familiares e a alimentação.

Esta Revista registra, com acatamento, esta importante iniciativa do Governo que, entre outros méritos, apresenta o de ser a mais ampla, no gênero, até agora realizada no Brasil.

Publicamos, com prazer, neste número, alguns resultados da Pesquisa de Padrão de Vida na capital de São Paulo, que teve por objeto, fundamentalmente, famílias de operários industriais e, subsidiariamente, famílias de empregados de estabelecimentos bancários.

Segundo os resultados do censo demográfico de 1.º de julho de 1950, o município da capital do Estado de São Paulo possuía, naquela data, 2 198 096 habitantes, correspondendo à cidade a população de 2 017 025 habitantes.

De acordo com os resultados dos Inquéritos Econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes a 30 de junho de 1952, o parque industrial do município da capital paulista compreendia, ao todo, 6 061 estabelecimentos industriais, com um total de 310 638 operários de ambos os sexos. Desses estabelecimentos, os da indústria têxtil reuniam, em conjunto, 104 119 operários, e os das indústrias metalúrgicas e mecânicas, 64 695 operários.

A pesquisa foi realizada com famílias de operários de certo número de estabelecimentos pertencentes a esses dois ramos de atividade industrial, havendo a escolha dos estabelecimentos obedecido ao processo de seleção puramente aleatório. Os estabelecimentos escolhidos, de diferentes tamanhos, possuíam, em conjunto, 6 379 operários de ambos os sexos, sendo 3 169 operários da indústria têxtil e 3 210 das indústrias metalúrgicas e mecânicas.

## Montante das despesas

NÚMERO DE COMPONENTES DA FAMÍLIA	FAMÍLIAS	PESSOAS	VALOR DOS RECURSOS (Cr\$)		
			TOTAL	MÉDIO	
				Por família	Por pessoa
3.....	54	162	181 038,10	3 352,60	1 117,50
4.....	47	188	162 661,30	3 460,90	865,20
5.....	30	150	116 729,00	3 891,00	778,20
6.....	8	48	32 832,80	4 104,10	684,00
Total.....	139	548	493 261,20	3 548,60	900,10

ITENS DA DESPESA	Famílias	Pessoas	MONTANTE DAS DESPESAS			
			TOTAL		MÉDIO (Cr\$)	
			Cruzeiros	%	Por família	Por pessoa

## Todas as famílias

Alimentação.....	139	548	202 717,60	410,98	1 458,40	369,90
Criação e hortas.....	7	31	854,00	1,73	122,00	27,00
Produtos de casa consumidos.....	10	41	1 063,00	2,16	106,30	25,90
Fumo e bebidas.....	116	463	11 955,30	24,24	103,10	25,80
Habituação.....	139	548	106 271,40	215,46	764,50	192,90
Artigos de limpeza.....	139	548	15 934,40	32,30	114,60	29,10
Vestuário.....	121	467	45 747,30	92,74	378,10	98,00
Transporte.....	129	508	16 237,00	32,92	125,90	32,00
Educação.....	45	182	3 261,50	6,61	72,50	17,90
Outras despesas culturais.....	99	394	3 272,50	6,63	33,10	8,30
Providência, seguros.....	135	529	21 745,80	44,09	161,10	41,10
Assistência médico-farmacéutica.....	89	352	24 146,40	48,95	271,30	68,60
Diversões.....	79	314	5 072,00	10,28	64,20	16,20
Pagamento de dívidas.....	28	109	8 624,00	17,48	308,00	79,10
Empregados domésticos.....	1	5	80,00	0,16	80,00	16,00
Outras despesas.....	102	395	26 278,00	53,27	257,60	66,50
Total.....	139	548	493 261,20	1000,00	3 548,60	900,10

Dos 6 379 operários, supramencionados, 1 518 satisfizeram aos requisitos para se submeterem à investigação.

Os quadros que aqui se publicam referem-se aos resultados da pesquisa concernente a famílias operárias da capital do Estado de São Paulo, de 3 a 6 componentes, cujos chefes exerciam a ocupação principal nos aludidos estabelecimentos industriais. As famílias de cinco componentes correspondem ao tamanho padrão estabelecido para comparações intermunicipais, tão importantes e almejadas quanto, até agora, inexistentes no país.

Das 1 125 famílias, de 4 a 6 componentes, nas condições acima, foram pesquisadas 139. Finalmente, cumpre observar que os orçamentos familiares de que tratam os quadros referem-se ao mês de agosto de 1952.

A execução da pesquisa no Estado de São Paulo foi dirigida pelo Prof. Vicente Unzer de Almeida, da Escola de Sociologia e Política, de São Paulo. Serviram como seus assistentes os bacharelados em ciências sociais, Maria Beatriz Setúbal e Nilson Paschoal Gomes.

Prestaram valioso concurso para o êxito da pesquisa a Inspetoria Regional de Estatística Municipal (órgão do I.B.G.E.), a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI).

## ASPECTOS DO PADRÃO DE VIDA DAS FAMÍLIAS OPERARIAS

## Valor global dos recursos

NÚMERO DE COMPONENTES DA FAMÍLIA	FAMÍLIAS	PESSOAS	VALOR DOS RECURSOS (Cr\$)		
			TOTAL	MÉDIO	
				Por família	Por pessoa
3.....	54	162	164 536,10	3 047,00	1 015,70
4.....	47	188	151 674,80	3 227,10	806,80
5.....	50	150	112 066,20	3 735,50	747,10
6.....	8	48	30 282,00	3 785,30	630,90
Total.....	139	548	458 559,10	3 299,00	836,80

Nota: Desta tabela e das subsequentes estão excluídas sete pessoas: 5 hóspedes, 1 pensionista, e 1 inquilino.

ITENS DA DESPESA	Famílias	Pessoas	MONTANTE DAS DESPESAS			
			TOTAL		MÉDIO (Cr\$)	
			Cruzeiros	%	Por família	Por pessoa
Famílias de 3 componentes						
Alimentação.....	54	162	66 427,70	355,87	1 193,10	397,70
Criação e Horta.....	1	3	50,00	0,28	50,00	16,70
Produtos de casa consumidos.....	3	9	399,00	2,20	133,00	44,30
Fumo e bebidas.....	42	126	4 036,30	22,30	96,10	32,00
Habituação.....	54	162	42 434,90	234,40	785,90	261,90
Artigos de limpeza.....	54	162	5 619,20	31,04	104,10	34,70
Vestuário.....	51	153	19 842,30	109,60	389,10	129,70
Transporte.....	51	153	6 146,90	33,95	120,50	40,20
Educação.....	15	45	1 275,00	7,04	85,00	28,30
Outras despesas culturais.....	38	114	1 315,50	7,27	34,60	11,50
Providência, seguros.....	54	162	7 705,90	42,57	142,70	47,60
Assistência médico-farmacéutica.....	32	96	10 968,40	60,59	342,80	114,30
Diversões.....	23	84	1 759,00	9,72	62,80	20,90
Pagamentos de dívidas.....	13	39	4 465,00	24,66	343,50	114,50
Empregados domésticos.....	—	—	—	—	—	—
Outras despesas.....	43	129	10 593,00	58,51	246,30	82,10
Total.....	54	162	181 038,10	1000,00	3 352,60	1117,50
Famílias de 5 componentes						
Alimentação.....	30	150	51 927,50	444,85	1 730,90	346,20
Criação e horta.....	4	20	440,00	3,77	110,00	22,00
Produtos consumidos.....	27	135	2 789,00	23,89	103,30	20,70
Fumo e bebidas.....	30	150	23 776,30	203,68	792,50	158,50
Habituação.....	30	150	3 870,20	33,16	129,00	25,80
Artigos de limpeza.....	24	120	7 806,00	66,87	325,30	65,10
Vestuário.....	27	135	4 460,50	38,21	165,20	33,00
Transporte.....	13	65	1 175,50	10,07	90,40	18,10
Educação.....	22	110	956,00	8,19	43,50	8,70
Outras despesas culturais.....	29	145	5 586,50	47,86	192,60	38,50
Providência, seguros.....	20	100	5 427,50	46,50	271,40	54,30
Assistência médico-farmacéutica.....	16	80	1 161,00	9,95	72,60	14,50
Diversões.....	6	30	1 950,00	16,71	325,00	65,00
Pagamento de dívidas.....	1	5	89,00	0,69	80,00	16,00
Empregados domésticos.....	20	100	5 323,00	45,60	266,20	53,20
Outras despesas.....	30	150	116 729,00	1000,00	3 891,00	778,20

## ASPECTOS DO PADRÃO DE VIDA DAS FAMÍLIAS OPERÁRIAS

Alguns itens da despesa, segundo o número de componentes da família

ESPECIFICAÇÃO	Famílias de 3 componentes	Famílias de 4 componentes	Famílias de 5 componentes	Famílias de 6 componentes	Todas as famílias
ALIMENTAÇÃO					
Média por família (Cr\$)...	1 193,10	1 479,20	1 730,90	2 104,90	1 458,40
Média por pessoa (Cr\$)...	397,70	369,80	346,20	350,80	369,90
% a/total das despesas....	355,87	427,40	444,85	512,88	410,98
HABITUAÇÃO					
Média por família (Cr\$)...	785,90	716,88	792,50	796,30	764,50
Média por pessoa (Cr\$)...	261,90	179,20	158,50	132,70	193,90
% a/total das despesas....	234,40	207,12	203,68	194,03	215,46
VESTUÁRIO					
Média por família (Cr\$)...	389,10	411,60	325,30	245,00	378,10
Média por pessoa (Cr\$)...	129,70	102,90	65,10	40,80	98,00
% a/total das despesas....	109,60	103,74	66,87	194,03	92,10
PREVIDÊNCIA					
Média por família (Cr\$)...	142,70	155,70	192,60	207,00	164,10
Média por pessoa (Cr\$)...	47,60	38,90	38,50	34,50	41,10
% a/total das despesas....	42,57	43,07	47,86	44,13	44,09
FUMO E BEBIDAS					
Média por família (Cr\$)...	96,10	108,20	103,30	114,90	103,10
Média por pessoa (Cr\$)...	32,00	27,00	20,70	19,44	25,80
% a/total das despesas....	22,30	26,60	23,89	24,49	24,24
DIVERSÕES					
Média por família (Cr\$)...	62,80	55,50	72,60	97,20	64,20
Média por pessoa (Cr\$)...	20,90	13,90	14,50	16,20	16,20
% a/total das despesas....	9,72	10,24	9,95	14,80	10,28



## BREVE INTRODUÇÃO AO I.B.E.S.P.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA — IBESP — resultou da iniciativa de um grupo de estudiosos das ciências sociais e dos problemas brasileiros, que se dedicou, a partir de agosto de 1952, à tarefa de estudar e debater, em comum, temas e questões relativos àquelas matérias. Para esse fim foi organizado, informalmente, um Centro de Estudos, que passou a se reunir, no último fim de semana de cada mês, em Itatiaia, valendo-se do auditório e demais acomodações da sede do Parque Nacional de Itatiaia, gentilmente pôsto à disposição do Centro pelo Ministério da Agricultura. Por comum acôrdo, fixou-se, para o ano de 1952, um programa de trabalho consistente no esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das idéias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural. Esses três grandes temas, desdobrados em seus diversos aspectos, foram, no curso do ano transacto, objeto de comunicações e debates que deverão ser prosseguidos no último trimestre do corrente ano, e serão posteriormente publicados nesta revista e em volume especial.

No presente ano, deliberou o grupo dar uma organização mais estável e ampla ao Centro de Estudos, daí se originando o IBESP, no qual estão convidados a participar todos os interessados nos problemas acima referidos que os encarem, de modo geral, segundo as perspectivas refletidas nesta revista.

O agravamento da crise brasileira e a aguda consciência de que se impunha a necessidade de tentar a análise de seus efeitos e causas e a busca das soluções possíveis levou o IBESP, no curso deste ano, a suspender, por alguns meses, o programa de estudos traçado no ano precedente, para se dedicar, predominantemente, à interpretação da crise nacional. Relatôr da matéria, o nosso companheiro Helio Jaguaribe, apresentou, em março do corrente, o Informe adiante publicado, sendo o referido documento, desde en-

tão, submetido à minuciosa crítica dos membros do Instituto. O Informe é publicado segundo o texto original, com algumas correções, na parte da análise econômica, devidas, especialmente, às críticas de Ewaldo Correia Lima, tôdas aceitas pelo autor. Não se trata, portanto, de uma tese definitiva, que exprima coletivamente o ponto de vista do IBESP, uma vez que ainda não se encerraram os debates sobre esse documento. Seu próprio autôr participa de certas restrições surgidas no curso dos debates, especialmente no sentido de reconhecer que a socialização dos meios de produção, recomendada no Informe, não poderá se proceder sem levar em conta as condições objetivas de maturidade que apresente a estrutura econômica do país e os diversos setores de produção, reserva essa não constante do texto, devendo apenas salientar-se que tal reserva é considerada de um ponto de vista puramente econômico-sociológico, não constituindo, de modo algum, uma concessão tática aos interessados na privacidade dos meios de produção.

Submetendo esse Informe à apreciação e às críticas dos leitores, venham estes ou não a participar do IBESP, o Instituto procura alargar as bases do debate, tanto para enriquecer seus próprios elementos de julgamento, antes da votação final do documento, como por entender que a matéria versada nesse Informe é a que mais de perto interessa aos brasileiros, no atual estágio de nossa evolução.

## A CRISE BRASILEIRA

### 1ª PARTE

#### CONFIGURAÇÃO DA SITUAÇÃO

A crise brasileira, mergulhando suas raízes no processo mesmo de nossa história e impregnando-se, cada vez mais, da problemática com que se defronta o Ocidente, numa interação de que resulta, sobretudo, o adquirirem os problemas tradicionais e específicos deste país a configuração que lhes imprime a-nossa época, de desenvolve em todas as profundidades e em todos os setores da vida nacional. Cabe assinalar, por isso, dois planos de profundidade da crise: o estrutural e o conjuntural. E distinguir quatro aspectos básicos: o econômico, o social, o cultural e o político.

#### CAPITULO I

##### CRISE ECONÔMICA

Estruturalmente, a crise econômica brasileira consiste no fato de ter ultrapassado o seu nível de tolerância o processo de nosso subdesenvolvimento. Do ciclo da cana de açúcar ao do café, a economia brasileira tem repousado na monocultura de exportação. A exportação de um produto primário básico assegurava ao país a capacidade aquisitiva, em moedas estrangeiras, com a qual supria às necessidades do mercado interno, mediante a importação dos produtos elaborados e das matérias primas que atendiam a uma dupla finalidade: complementar a economia interna de produção e satisfazer às necessidades de consumo das elites econômicas.

Ocorre, entretanto, que a progressiva deterioração de nossos termos de troca, acentuada pela crescente dependência de certas matérias primas básicas — petróleo, carvão, trigo — e pela crescente solidificação de maquinária — máquinas ferramenta e bens de consumo durável, como os automóveis — tornou cada vez mais insuficiente o saldo de nossa exportação para cobrir as exigências da importação. Aquela adquiriu caráter inelástico, esta, elástico. E assim se tornou um ponto de estrangulamento econômico que estagnou nossa capacidade de desenvolvimento.

A esse estrangulamento básico, do intercâmbio internacional, se acresceram, no intercâmbio e no processo econômico internos, outros pontos de estrangulamento, quasi sempre relacionados com aquele. Em síntese, o estrangulamento interno de nossa economia obedeceu ao seguinte processo: A) A relativamente decrescente capacidade de importação suscitou o aparecimento de uma produção nacional de bens

de consumo, dando margem à formação e ao desenvolvimento de uma indústria de transformação; B) O custo de produção da indústria nacional de transformação, desde o início acima da paridade internacional, tendeu a se tornar cada vez mais elevado, por causa da insuficiência dos elementos de que dependia o abastecimento dessa indústria. Vale acentuar, entre os fatores de encarecimento de nosso custo de transformação, os seguintes: a) dependência da importação para o suprimento da maquinária e de diversas matérias primas; b) falta de racionalização e de mecanização na produção da matéria prima nacional de que decorria o encarecimento dessa matéria prima; c) insuficiência crescente dos meios de transporte, quer no tocante à área abrangida pelos mesmos, quer no que se relaciona com as condições de transporte, quantitativamente insuficientes e qualitativamente precárias; d) insuficiência crescente das fontes de energia, em virtude de desaparecer ou de encarecer, gradualmente, a lenha combustível, de o carvão nacional, além de caro, ser insuficiente tanto na quantidade como na qualidade fazendo a indústria depender da importação de carvão, com os onus daí decorrentes, de o abastecimento do petróleo e derivados depender da importação e, finalmente, de o suprimento de energia elétrica ser cada vez mais escasso; e) A insuficiência das receitas cambiais para promover, em conformidade com a ampliação e as perspectivas de crescimento do mercado, o suprimento de bens de produção. Entre os fatores que para tal contribuíram, vale acentuar o protecionismo, deliberado ou forçado pela escassez cambial, que, privando de concorrência a indústria nacional, lhe permitia lucros elevados apesar de seu crescente custo de produção.

Em virtude desse processo econômico, o Brasil não contou com a acumulação de capitais nem com a formação de técnicos capazes de atender às exigências da indústria moderna. Daí decorreu um terceiro fator de estrangulamento. Por falta de capitais e de técnica, o país não conseguiu atingir um nível de produção suficientemente superior às necessidades do consumo e ao aumento vejetativo da população.

O subdesenvolvimento nacional, nas suas repercussões internas, provocou e acentuou, dentro do próprio país, novos fenômenos de subdesenvolvimento, que se caracterizaram, verticalmente, pela crescente desproporção entre as rendas das classes assalariadas e das classes controladoras da produção, da circulação e da distribuição dos bens, e se caracterizaram, horizontalmente, pela crescente desproporção entre as regiões mais altamente capitalizadas — Sul e Leste — em relação às de menor densidade capitalística — Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Os fatores econômicos de encarecimento já referidos, intensificados por fatores circunstanciais, desencadearam um processo inflacionário que torna ainda mais agudas as discrepâncias entre as classes e entre as regiões. Encontra-se na origem do crescimento dos meios de pagamento os saldos no balanço de contas; mas este impulso originário foi robustecido pelos déficits orçamentários e pela imoderada e indiscriminada expansão do crédito.

De tal estrutura econômica decorre a conjuntura de escassez e de carestia de que se ressentem, cada vez mais, o país. Acrescente-se que aos fatores de ordem geral que provocam o complexo escassez-carestia, se adiciona a intervenção deliberada dos grupos que manipulam certos setores da produção, circulação e distribuição de bens.

Para efeito metodológico — e não sem inevitáveis e deformadoras simplificações — pode-se distinguir as causas do complexo escassez-carestia em duas ordens: indiretas, ou de efeito involuntário, e diretas, ou de efeito deliberado.

#### Indiretas:

- a) Insuficiência do volume de bens e serviços em relação ao consumo, agravada pela espiral inflacionária.
- b) Insuficiência dos sistemas de transportes e de armazenamento, que põe o consumo a mercê do abastecimento imediato, e, por tanto, o sacrifício nas épocas de entre-safra, e não proporciona o escoamento da produção, nas épocas de safra.
- c) Concentração urbana em ritmo superior ao do aumento das condições de circulação e distribuição dos bens e de suprimento dos serviços de utilidade pública.
- d) Concentração espacial da concorrência na procura dos bens de consumo, duráveis ou não, por força da qual se agrava:
  - aa) o encarecimento decorrente da elasticidade do poder aquisitivo dos ricos ante a inelasticidade física da oferta.
  - bb) o encarecimento decorrente da elevação dos custos diante da concorrência na procura de fatores de produção fisicamente limitados e em regime de pleno emprego.

#### Diretas:

- a) Monopólio ou oligopólio na produção industrial de determinados bens de consumo, de importação proibida ou muito difícil, numa situação em que não podem surgir novos produtores, ou por falta de capitais monetários, ou, o que é mais frequente, por falta de meios de constituir novas empresas, dada a escassez de maquinária e a dificuldade em importá-la.
- b) Monopólio ou oligopólio na importação de bens de produção ou de consumo, assegurado ou por contratos de distribuição exclusiva com os exportadores estrangeiros ou, o que é mais frequente, pelas restrições governamentais da importação, que beneficiam as empresas tradicionais ou favorecidas pela burocracia oficial.
- c) Oligopólio no transporte rodoviário de gêneros alimentícios, assegurado pela conjugação de controle dos meios de transportes com um sistema de exclusividade ou prioridade na compra dos produtos agrícolas, este último assegurado, por sua vez, por uma grande organização apta a financiar os agricultores e a comprar, antecipadamente, as safras.
- d) Oligopólio na distribuição dos gêneros, articulada, em geral, com o oligopólio referido na alínea supra, assegurando a exclusividade do suprimento de gêneros aos revendedores urbanos.

## CAPÍTULO II\*

### CRISE SOCIAL

A crise social brasileira consiste no agravamento crítico do «problema social», dentro das condições peculiares à nossa história. Em

todo o Ocidente, o problema social apresenta, como característica geral, a transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível. Tal fenômeno, que se vem processando desde o fim da Idade Média, adquiriu contornos mais precisos a partir da Revolução Francesa e, particularmente, depois da expansão do socialismo marxista e da Revolução Russa. Em síntese, esse fenômeno é devido a duas causas: de um lado, ao fato de a circulação das elites deixar de se processar num ritmo correspondente à necessidade de renovação dos quadros dirigentes e a pressão ascensional das vanguardas populares; de outro lado, ao fato de o capitalismo, como sistema de valores e como processo regulador da economia, ter entrado em rápida decadência no século XX, particularmente depois da 1ª Grande Guerra.

No Brasil, o problema social, além das características específicas que o condicionaram concretamente no curso de nossa história, foi marcado pelo colonialismo. Fenômeno complexo e decorrente de inúmeros fatores, o colonialismo, considerado genericamente, se apresenta como uma das três formas pelas quais se exerceu o expansionismo transatlântico da Europa. Em certas regiões e condições, a colonização europeia adquiriu, rapidamente, raízes no território colonial. Os colonizadores se desligaram de sua vinculação com a metrópole e assumiram, plenamente, a responsabilidade pela edificação de um novo país, a cujo destino se ligaram. Tal foi o caso da América do Norte. Em outras regiões e condições, os colonizadores, diversamente, permaneceram sempre, espiritual e materialmente, na posição de vanguarda de suas metrópoles, vendo na terra de colonização uma feitoria comercial que exploravam em proveito do Estado colonizador, permanecendo estrangeiros à natureza e à cultura locais. Assim as colônias holandesas da Polinésia, as colônias europeias na África, etc. Entre esses dois extremos situa-se o colonialismo, modalidade segundo a qual se formou a civilização brasileira e, via de regra, a dos demais países sulamericanos. No colonialismo nem se verifica a completa integração entre os colonizadores e o meio ambiente, nem a rígida separação que faz coexistir, paralelamente, a cultura inferior do país colonizado e a superior do colonizador. O colonialismo é um compromisso entre a fidelidade espiritual à cultura metropolitana e a adaptação material às condições locais.

O conjunto de fatores que, em todo o Ocidente, suscitou antagonismo das classes, associado aos fenômenos peculiares no colonialismo brasileiro, fez com que se processasse em nosso país, desde o início da colonização, uma economia de exploração. Sem pretender analisar os múltiplos sentidos segundo os quais se pode entender uma economia de exploração, destacarei apenas aquele que me parece ser essencial e que se relaciona com o problema em foco. Segundo tal sentido, economia de exploração é aquela em que a formação da riqueza é organizada e procedida em benefício de valores ou de pessoas estranhas ao seu próprio processo.

A história do Brasil é a sucessão das etapas de uma economia de exploração. Descoberto o país, a metrópole, já em processo de decadência, não pôde empreender, por conta própria, o desbravamento da nova possessão. Ideou-se, então, o regime das capitânias hereditárias, valendo esse feudalismo extemporâneo como forma de a nova terra permanecer portuguesa, sem necessidade de grandes esforços por parte do Estado, aos donatários cabendo a tarefa de prover a suas próprias

necessidades. Houvesse progredido esse regime e se teria verificado a seguinte alternativa: ou as capitânias se organizariam, no curso do tempo, em Estados independentes, ou se associariam, como nos Estados Unidos, em uma federação. De uma ou de outra forma, ter-se-ia forjado o espírito de independência e de autonomia dos colônios. Diversamente, a metrópole, tão cedo lhe pareceu assegurada, pelo esforço dos donatários, a posse da terra, instituiu o regime dos governos gerais e mais tarde dos vice-reinados, montando um aparelho estatal destinado a canalizar para o tesouro português os maiores proventos que este pudesse auferir. Com isto, surgiu a economia de exploração, o processo de formação da riqueza revertendo, não em proveito da colônia ou dos colonos, mas em benefício da metrópole. Tal regime perdurou durante todo o período colonial. Mas sua essência se manteve em outros termos até nossos dias.

Realmente, a Independência, acima de tudo, foi o ato pelo qual os altos dignatários da coroa portuguesa no Brasil e as forças a eles vinculadas — a burocracia militar-fiscal e os latifundiários e comerciantes — compreenderam ter chegado o momento em que poderiam se substituir à coroa lusitana. Em vez de o sistema de economia de exploração funcionar em proveito do tesouro português, passou a funcionar em proveito dessa classe dirigente, tornando-se o novo Estado brasileiro o aparelho assegurador desse regime.

O mesmo fenômeno se processou na República. A expansão demográfica e outros fatores foram provocando a urbanização e com ela o aparecimento de um classe média de profissionais liberais, de filhos-família afastados, em proveito dos irmãos mais velhos, do controle das fazendas e de pequenos negociantes e empresários. Num país de economia primária, onde só havia lugar para uma cúpula de latifundiários e uma base de trabalhadores escravos ou servis, a maior parte dos membros da classe média não possuía condições de subsistência. A única via de acesso que se abria para essa classe era o serviço militar e burocrático, para o qual ela afluía. A guerra do Paraguai facilitou a expansão dos quadros militares, atendendo, assim, às necessidades de alargamento da burocracia militar que experimentava a classe média. Verificou-se, então, um fenômeno semelhante ao da Independência. No momento em que a aparelhagem do Estado passou a ser controlada pela classe média, esta, em vez de manter a Estado a serviço da classe dominante, tomou conta do poder com a revolução republicana.

Abre-se, então, um novo ciclo, o da República Velha. Conquistando o poder político sem alterar o regime do poder econômico, a classe média não pôde se manter no controle do processo social, dando margem a que se reconstituisse o poder do latifúndio. Mas o latifúndio, por seu lado, não podia utilizar o Estado em proveito próprio sem a cooperação da classe média, de que necessitava para assegurar o funcionamento da burocracia. O progresso político alcançado com a República, apoiado pelo sector militar da classe média, não permitia a implantação de nenhuma forma de autocracia. Surgiu, como solução de compromisso, o clientelismo eleitoral da velha república. O latifúndio assumiu o controle do Estado em proveito próprio, mas assegurou o pleno emprego da classe média, ampliando os quadros burocráticos do Estado de acordo com as necessidades ou a pressão daquela. Assim, a classe média confirmava o latifúndio no poder, por

via eleitoral e esta, em retribuição, nomeava os membros da classe média para o exercício do funcionalismo estatal.

Ocorreu, então, nova transformação social, semelhante à que deu margem ao aparecimento da classe média. A expansão econômica e demográfica fez aumentar as camadas inferiores da população, surgindo o proletariado brasileiro. A este incipiente proletariado incumbia, de fato, a produção dos bens e serviços de que se beneficiavam, o latifúndio e a burguesia urbana e, indiretamente, a classe média burocrática, através do fisco. Uma série de fatores, alguns de caráter gratuito, outros, de fins interessados, levaram certos grupos da classe média a intentar um novo movimento revolucionário, que excluiu a burguesia do controle do Estado e, por intermédio, deste, da economia de exploração, revolução esta consistente em romper o compromisso clientelístico da velha república, chamando as massas à manifestação de seu pensamento. Propiciando tal movimento, verificava-se uma tendência crescente para o sub-emprego da classe média, os quadros da burocracia tornando-se insuficientes para abranger as novas gerações pequeno-burguesas, enquanto os salários públicos se tornaram inferiores ao custo da vida, o que tudo era agravado pela depressão econômica de 1929. Tal foi o sentido da revolução de 30. Mas a revolução de 30 foi um movimento ideológico e tecnicamente imaturo, em parte porque, tanto quanto um movimento de classe, foi um movimento da nova geração militar, a «geração dos tenentes», cujo interesse principal era o de apressar a própria carreira política. Já nessa época era claro que, no mundo ocidental a liderança das massas só podia ser obtida por métodos socialistas ou fascistas. Despreparados tanto para compreender os fenômenos sociais quanto para manipulá-los, os revolucionários de 30 mobilizaram as massas contra a Velha República, destruindo-a, sem dispôr, contudo, de nenhum sistema substitutivo. Sua ideologia, na medida em que a tinham, estava impregnada de um liberalismo que só podia convir, precisamente, à burguesia que se esforçavam por dominar. Mas o proletariado brasileiro, por seu lado, se encontrava imaturo para ensaiar a liderança. Quantitativamente pouco numeroso, carecia, igualmente, da consciência e da técnica necessárias para conquistar o poder. Daí a indefinição dos primeiros dois anos subsequentes à vitória de 30. A reação do latifúndio, em 32, mostrou à nova elite política a precariedade em que assentavam as bases de seu poder. Este e outros fatores lhe estimularam a consciência política, encaminhando-as para o fascismo.

Não lograram as classes médias, no entanto, por falta de preparação ideológica e técnica, impôr um sistema fascista que lhes permitisse o controle econômico-social do país. O máximo a que chegaram foi a fórmula atenuada do Estado Novo, mediante a qual asseguraram, por algum tempo, a detenção do poder, ao mesmo passo em que, por um novo acordo tácito com a burguesia, deixavam a esta o controle dos meios de produção, sob a vaga e nominal supervisão do Estado.

O Estado Novo marca o apogeu do domínio pequeno-burguês no Brasil, dentro do sistema da economia de exploração. As classes médias, apoiadas nas forças militares cujos contingentes de comando continuavam a ser recrutados naquela classe — asseguravam para si, independentemente de processos eletivos, o controle político do Estado. Tal controle político permitia, aos quadros de base da classe média, a garantia e a continuidade de seu sistema tradicional de

subsistência, que é a exação, sob a forma de remuneração burocrática, de uma parcela da arrecadação tributária. Os dirigentes da classe média, através dos órgãos financeiros do Estado, intentaram, então, uma carreira capitalística, provendo-se de recursos para se estabelecerem como empresários ou fazendeiros. A este sistema foi associada a velha classe latifundiária e burguesa, desta forma se fazendo calar a oposição liberal. Quanto ao proletariado, o Estado Novo procurou, de uma forma tósca, associá-lo, também, aos interesses da classe média, através de uma política de paternalismo assistencial.

Proseguí, desta forma, a tradição da economia de exploração. O processo de formação da riqueza revertia em proveito ou dos proprietários dos meios de produção, ou da burocracia Estatal, hipertrofiada cada vez mais, de sorte a dar emprego a uma classe média cada vez mais numerosa.

A ruína do Estado Novo foi devida a um complexo de fatores internos e externos, que atuaram, em síntese, de acordo com o seguinte processo: consolidada a posse do Estado, os dirigentes da classe média se afastaram de sua própria classe, compondo uma cúpula de beneficiários que se apropriou dos altos postos políticos, militares e financeiros. Aos quadros de base da pequena-burguesia, reservaram-se os cargos subalternos da burocracia, selecionando-se os candidatos por concurso. Com isto, opôs-se um dique infranqueável às novas ambições, cuja carreira política e financeira se via desprovida de futuro. A burguesia e o latifúndio, por seu lado, também não se resignavam à perda definitiva da liderança política, julgando insuficiente a compensação que lhes dava o Estado Novo, de permanecer no controle da economia privada. Daí o se formar uma tendência néo-liberalista, que exigia a restauração do ritual democrático, na esperança de abrir, por via eleitoral, um acesso aos altos postos políticos e às fontes oficiais de financiamento. Esta pressão néo-liberal encontrou apoio no rumo que tomaram os acontecimentos internacionais, conforme se foi definindo a vitória dos aliados.

Ante o avolumar dessas forças, o Estado Novo procurou reagir, ensaiando uma aliança com o proletariado. Tal rumo lhe era facilitado pelo crescente prestígio da Rússia, tudo parecendo indicar a viabilidade de uma nova fórmula política proletariante. Ocorre, todavia, que o Estado Novo estava, cada vez mais, tripulado por homens secundários, gastos pelo gozo irresponsável do poder, que nem tinham idoneidade moral e intelectual para suscitar um autêntico movimento de massas, nem dispunham da audácia e técnica necessárias para emprender, por manipulação, um movimento de fachada. Assim é que as manobras proletarizantes do Estado Novo, apesar do apoio que lhes deu o Partido Comunista, não lograram suficiente penetração nas massas, servindo, entretanto, para tornar definitivo o rompimento entre a classe média e a cúpula de dirigente do Estado Novo. Reagiu então a classe média, segundo seu modelo tradicional de ação política, lançando as forças armadas contra o Estado Novo, que desta forma ruíu sem um protesto, em 29 de outubro de 1945.

A queda do Estado Novo instaurou a última fase do processo de economia de exploração, em que ora nos encontramos. Como anteriormente se expôs, o clientelismo eleitoral da Velha República se baseava num pacto tácito entre os eleitores da classe média e os elegidos da burguesia. Era o puro sistema da política de clientela, em

que o voto servia de moeda para a aquisição de benefícios estatais. A queda do Estado Novo restabeleceu o regime da política de clientela. Ocorre, entretanto, que as conquistas populares da revolução de 30, franqueando às massas a livre manifestação do pensamento, impediam o funcionamento direto da política de clientela. O clientelismo pressupõe um número relativamente reduzido de eleitores, de sorte a permitir a remuneração individual de cada um deles. Aberto para as massas, o sufrágio secreto e universal não permitiu o funcionamento do mecanismo eleitoral da República Velha. Toda política de massas tem de propender ao estabelecimento de condições gerais de vida favoráveis às maiorias eleitorais, que são maiorias de massa. Mas o pleno funcionamento de tal regime implica numa transferência do poder das minorias para as maiorias, transferência essa cujo último corolário tem de ser, levadas em conta as atuais condições do Ocidente e a vigência social do socialismo, a expropriação da propriedade privada ou, pelo menos, a socialização do capitalismo, como ocorreu nos Estados Unidos. Tal consequência contrariava, igualmente, a burguesia e a classe média. Aquela, porque, nas condições brasileiras, a socialização da produção teria de fazer-se pela expropriação da burguesia. Esta, porque a socialização do poder político tenderia a retirar da classe média o controle da máquina burocrática.

A forma pela qual, ainda que espiritualmente, as classes burguesa e média vêm procurando lutar-se as consequências últimas do sufrágio das massas é a demagogia. Essencialmente, consiste na utilização de ingredientes ideológicos em proveito de uma política de clientela. Conservam-se fora de discussão os princípios essenciais do regime de economia de exploração. Mas se estimula o proletariado a aderir a este ou aquele grupo, mediante toda sorte de promessas, ou mesmo de medidas concretamente tomadas, consistentes em aumentar salários, ampliar a assistência paternalística, reduzir os períodos para o gozo de aposentadoria, etc. Desta forma, se associa as nossas parcialmente, ao regime da economia de exploração. A burguesia permanece no controle da produção. A classe média, na manipulação da burocracia estatal. E o proletariado é incluído no sistema, mediante a percepção de vantagens que não correspondem, diretamente, ao processo de formação da riqueza. O sistema que, assim se implanta caminha, cada vez mais, para se transformar numa autofagia, em que o produto do trabalho social é devorado pelas diversas classes em ritmo e volume superiores ao da produção, ou, pelo menos, à parcela consumível da renda nacional. O funcionamento de tal processo implica na necessidade da inflação, única forma pela qual se pode aumentar os rendimentos per capita sem o correspondente aumento real da produção. Mas a inflação provoca o encarecimento dos produtos, suscitando, num sistema em que todas as classes se comprometeram com inevitáveis aumentos de salário, a economia de exploração, destarte se implantando um processo inflacionário indefinido e crescente.

A crise social brasileira, como anteriormente se indicou, é a agravação, a um ponto crítico, do problema social. E este se formou no curso do processo da economia de exploração, conforme intervinham nesse processo novos fatores, uns modificando as condições reais da vida econômico-social, outros alterando suas condições ideais. As novas condições ideais que interferiram no processo da economia de exploração foram as ideologias importadas de Europa, que influíram, par-

ticularmente, na formação da República, na revolução de 30, na implantação e na derrocada do Estado Novo. Tais ideologias foram liquidando, progressivamente, o espírito tradicionalista que sobrevivera até o segundo reinado e, sob a forma do conservadorismo ou do liberalismo burgueses, até o Estado Novo. O efeito da liquidação do espírito tradicionalista foi o solapamento das bases espirituais em que assentava a predominância da burguesia latifundiária e urbana.

As novas condições reais que interferiram no processo da economia de exploração foram a expansão da economia urbana, o crescimento demográfico e a industrialização. Tais fatores foram impossibilitando materialmente o funcionamento da política de clientela em sua forma direta e forçando a participação das massas no processo econômico e político.

O efeito de todos esses fatores foi a formação de um antagonismo crescente entre as massas e as elites. Tal antagonismo se reveste de um duplo aspecto. De um lado, manifesta-se como luta de classes. De outro lado, como conflito entre a quantidade e a qualidade. A luta de classes, na atual conjuntura brasileira, apresenta, além das características que também se verificam em outros países ocidentais, as particularidades decorrentes da imaturidade do proletariado e do campesinato brasileiros. Carentes de preparação ideológica e política, as classes obreiras preferem as soluções demagógico-assistencialistas, com o que se prestam ao jogo das clientelas. Destarte, associaram-se ao processo da economia de exploração, de que ainda são, diretamente, as principais vítimas, mas cujos malefícios indiretos, ainda maiores, repercutem no conjunto da economia brasileira, instaurando um processo fatal de autofagia.

Quanto ao conflito entre quantidade e qualidade, igualmente experimentado pelos demais países ocidentais, suas proporções, no Brasil, assumem um caráter especialmente grave. Isto porque a capacidade e a cultura ainda são atribuídos quasi exclusivos da grande e da pequena burguesia. Se nossa tradição de economia de exploração não criou condições propícias ao desenvolvimento do espírito e das técnicas de iniciativa, ainda assim é na grande burguesia que se encontram os homens mais dotados de tais requisitos. Isto é verdade, sobretudo, para as camadas mais recentes do capitalismo, formadas, a partir da revolução de 30 e do Estado Novo, pelo processo já indicado de aproveitamento dos financiamentos públicos para as iniciativas privadas. Se da mesma forma, o parasitismo burocrático não suscitou a formação, nas classes médias, de um numeroso e qualificado contingente de técnicos e de administradores, é não obstante nos quadros dessas classes que se encontram os homens mais representativos de nossa inteligência e de nossa perícia. Ora a crise social, convertendo a política demagógica em processo prevalente de constituição dos quadros dirigentes do Estado e da própria economia, reverte, inevitavelmente, em prejuízo da seleção dos autênticos valores, o êxito demagógico beneficiando sempre os homens mais irresponsáveis e inescrupulosos, além de tolher a ação dos raros homens de valor que logram acesso aos postos diretivos do Estado.

De todas essas circunstâncias resulta um quadro extremamente sombrio, no plano das relações sociais. Divididas por crescente antagonismo, as classes não logram encontrar um projeto de convivência que lhes inspire confiança no futuro. Sente a burguesia que o simples fun-

cionamento do sufrágio universal e secreto implica em sua futura condenação política, ameaçando sua própria existência como classe. Sentem as classes proletárias que todos os sacrifícios a que se as convoquem em proveito do desenvolvimento nacional, implicam no fortalecimento econômico da burguesia e, por conseguinte, na consolidação de seus vínculos de dependência para com esta. Tais circunstâncias acentuam os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas.

### CAPÍTULO III

#### CRISE CULTURAL

A crise cultural brasileira é o agravamento, em termos críticos, da incultura nacional. O processo de economia de exploração, de que se deu notícia no item precedente, não suscitou as condições reais necessárias para a formação da cultura brasileira. A situação em que se encontrava a cultura portuguesa, na época colonial, não nos propiciou, no plano dos fatores ideais, elementos favoráveis para o florescimento da nossa cultura.

Uma cultura se forma, quanto aos seus fatores ideais, graças aos estímulos da angústia religioso-filosófica. A necessidade de comorender o mundo e de interpretar o destino do homem, de descobrir a essência das cousas e o processo de seu devenir e de investigar o sentido e a finalidade da vida, são os motivos e os móveis espirituais do esforço intelectual. Tais fatores não intervieram, de uma forma apreciável, para formar e desenvolver a cultura brasileira, principalmente porque herdamos da cultura portuguesa uma pauta de valores e de idéias já consolidados, que davam resposta antecipada a todos os problemas religioso-filosóficos. Sem aprofundar esse problema, pode-se indicar sua origem no fato de a cultura portuguesa não ter sido atingida pela crise da Reforma. Enquanto os países abrangidos pelas disputas e conflitos da Reforma se viram obrigados a revisar os fundamentos de sua cultura, as crenças anteriores havendo se tornado problemáticas, diante das novas idéias suscitadas pela Reforma, os países que não sofreram a influência da crítica protestante, como Portugal, permaneceram imobilizados em suas idéias medievais e não forjaram os instrumentos mentais para a compreensão do mundo moderno. O catecismo dava resposta pronta e sem esforço a todos os problemas essenciais do mundo e da vida. A Igreja, conservando uma incontrovertida autoridade dogmática, se encarregava de interpretar idéias e fatos à luz da Revelação. E desta forma a cultura brasileira, herdando as tradições da portuguesa, nasceu petrificada em crenças arcaicas e esvaziada de autênticos estímulos para uma reação original. O curso do tempo e a influência das idéias estrangeiras foram solapando, aos poucos, as crenças tradicionais. Mas o pensamento brasileiro, desatualizado com relação ao europeu, desabitado de reflexão própria e transmitindo às novas gerações o passivo acumulado das anteriores, somente em nossos dias esboça uma tendência a adquirir vitalidade própria.

Entre os inúmeros efeitos perniciosos desse processo, ressalta o fato de a cultura brasileira se ter configurado como uma cultura verbal. A palavra, em vez de se apresentar como instrumento transparente



para a fixação das idéias, se veio manifestando como coisa, apreciável por critérios puramente externos, como a sonoridade, o ritmo, a força figurativa. Encaminhou-se, por isso, nossa cultura, para o sentido do ornamental e do divertimento. Tais tendências, em épocas de vida mais fácil e ociosa, propiciaram o desenvolvimento de uma literatura verbalística, de estética puramente formal, que se oferecia ao consumo das classes mais abastadas. Conforme se foram tornando mais duras as condições da vida e mais agudas as repercussões da crise, essa literatura ornamental e ociosa perdeu qualquer sentido. Os livros de literatura foram caindo de circulação e escasseando. A literatura se refugiou nos suplementos. E acabou se transferindo para o rádio e para a televisão, reduzida ao nível das novelas folhetinescas.

Do ponto de vista dos fatores reais, também faltaram ao Brasil condições propícias para a formação e o desenvolvimento da cultura. Se a angústia religioso-filosófica constitui o estímulo ideal para o suscitamento da cultura, e a necessidade de dominar as circunstâncias físicas e sociais que, no plano dos fatores reais, incentiva a cultura. Ora o processo de economia de exploração, já analisado, atenuava a provação do meio natural e social sobre o pensamento brasileiro. A burguesia latifundiária e urbana, auferindo seus proventos de uma agricultura de plantação ou das atividades comerciais, não precisava de aprimorar técnicas complexas para assegurar sua subsistência. O mesmo se dava com as classes médias, que parasitavam esse mesmo processo econômico através da máquina burocrático-fiscal do Estado. Até a recente expansão industrial, o funcionamento econômico-social do país requeria, apenas, a interferência das técnicas liberais: técnicas jurídicas, para regular a convivência, engenharia civil, para a construção de casas e vias de comunicação, medicina, para atender aos serviços médico-sanitários.

Por tais motivos, ao se intensificar a crise de nosso tempo, o Brasil se viu culturalmente despreparado para enfrentá-la. O pensamento nacional não dispõe de categorias para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo. E o país carece de técnicos e de administradores para enfrentar as tarefas cada vez mais complexas da vida econômico-social.

#### CAPÍTULO IV\*

#### CRISE POLÍTICA

A crise política brasileira, como crise na fundamentação e na estruturação do Estado, nos processos de aquisição e de transmissão do poder, nas concepções sobre a missão do Estado e no exercício das atividades estatais, exprime as dificuldades e a desorientação indicadas nos itens precedentes.

O Estado imperial era, essencialmente, um aparelho destinado a assegurar a propriedade fundiária. Com a revolução republicana, tornando-se a hegemonia das classes latifundiária e burguesa dependente do consenso tácito das classes médias, na forma já indicada do clientelismo eleitoral o Estado adquiriu mais uma função: a de prover à existência da pequena burguesia. Para tal se ampliou a burocracia militar e civil, multiplicando-se órgãos e cargos dos quais, com certas excessões, não se esperava nenhum serviço. Da administração colonial e imperial se

herdara o regime do despacho, os órgãos públicos sendo organizados em forma semelhante a dos cartórios e tendo por função fiscalizar o cumprimento, pelos particulares, das exigências administrativas, quasi todas de caráter fiscal. A burocracia republicana manteve a acentuou esse caráter. O estilo cartorial convinha admiravelmente para um funcionalismo ocioso e sennentário, hierarquizado de acordo com o prestígio das clientelas políticas ou de seus representantes. E permitia, mediante a multiplicação das autoridades a cujo despacho se submetiam os papéis, ampliar, indefinidamente, os quadros da burocracia, de acordo com o aumento dos candidatos a que se devia dar emprego.

A revolução de 30, uma de cujas origens, como já se viu, foi a necessidade de alargar a burocracia em proveito das novas camadas da classe média, procedeu de forma semelhante a revolução republicana, mantendo e ampliando os quadros do funcionalismo. O mesmo ocorreu com o Estado Novo, em escala ainda maior. Não somente foi o Estado Novo, em seus primórdios, um dos momentos de maior influência das classes médias como, por outro lado, o semi-dirigismo por ele inaugurado, fazia com que o controle estatal da iniciativa privada não se limitasse ao setor fiscal, interferindo no processo mesmo da economia. Dar resultou a maior hipertrofia burocrática jamais registrada até aquela época. A imitação formal das técnicas administrativas norte-americanas, sem interferir no estilo cartorial de nossa burocracia, deu-lhe uma dignidade que até então não conhecera, criando grandes denominações para os órgãos e os cargos públicos e subordinando-os, no papel, a um rigoroso sistemismo, que lhes emprestava, para quem os conhecesse apenas pelos organogramas, uma imponente aparência de racionalidade e de eficácia.

Essa administração cartorial, revestida, externa e nominalmente, de uma sistemática altamente técnica, sobreviveu ao Estado Novo. As dificuldades orçamentárias e a reação, por parte da burguesia e de outros setores da população, contra o excesso das despesas com o funcionalismo público, forçaram o governo a uma aparente redução da máquina burocrática. Na verdade, o que ocorreu foi a estabilização dos quadros permanentes dos Ministérios. A procura do emprego público, todavia, não podia decrescer uma vez que ainda hoje este constitui o mais importante meio de subsistência das classes médias. E como as bases do poder ainda sejam clientelísticas, embora revestidas de caráter demagógico, o Estado teve de adaptar-se a essa situação. Surgiram, nas autarquias e nas sociedades de economia mista, os órgãos e cargos de natureza cartorial cuja ampliação se suspendera nos quadros permanentes dos Ministérios. Ademais, utilizou-se do recurso de apelar para os quadros de contratados, cuja criação não depende de lei, afim de nêles dar os empregos que passavam a faltar nos quadros permanentes.

Ocorre, entretanto, que, a despeito da falta de orientação governamental, a despeito do subdesenvolvimento econômico e do processo de economia de exploração, o Brasil experimentou uma expansão real, devida em grande parte ao aumento vejetativo dos fatores de produção. Com isto, tornou-se cada vez mais necessária a prestação de verdadeiros serviços públicos. Tal necessidade se fez sentir mais particularmente a partir de 1930 e de 1939, conforme as circunstâncias iam impondo, empiricamente, a estatização de crescentes setores da



economia. O Estado cartorial, organizado para despachar papéis, foi se demonstrando cada vez mais incapaz de atender àquele mínimo de serviços exigidos pelo processo econômico-social. Da instrução pública às estradas de ferro, todos os serviços a cargo do Estado, tanto na esfera federal como na estadual e municipal, passaram a acusar um déficit crescente, caminhando, em nossos dias, para o completo colapso. Atinge, assim, ao seu clímax, a crise nas relações entre o Estado e a sociedade, crise que decorre, essencialmente, do processo de economia de exploração, e que faz do Estado o aparelho de cúpula do regime de autofagia.

A mesma crise se revela nas relações entre o Estado e as potências estrangeiras. Até a 1ª Grande Guerra, o liberalismo imperante no Ocidente situava o Estado numa posição relativamente secundária. Era a iniciativa privada, sob a forma das grandes empresas capitalistas, que arcava com a responsabilidade de promover o intercâmbio internacional. Nos países imperialistas, é dizer, naqueles em que uma grande concentração de capitais e técnica levava a iniciativa particular a expandir, além das fronteiras nacionais, o seu raio de ação, o Estado já assumia um papel mais ativo, limitando-se, no entanto, a proteger, diplomática ou militarmente, os interesses da burguesia dos respectivos países nas áreas de expansão colonial. Vale acentuar, incidentalmente, que o liberalismo ocidental, além de constituir uma das características da atmosfera cultural da segunda metade do século XIX, era, também, um instrumento ideológico a serviço da burguesia dos países mais altamente capitalizados, notadamente da burguesia inglesa. A medida em que essa ideologia se tornou dominante marca a superioridade da liderança da burguesia britânica, liderança essa, sem dúvida, facilitada por circunstâncias favoráveis, mas nem por isso menos indicativa do alto grau de compreensão dos próprios interesses e de os assegurar do que estava dotado o capitalismo inglês. Tais aspectos, aliás, não escaparam à observação dos contemporâneos mais argutos. Liszt, na Alemanha, opôs, ao liberalismo internacionalista, dos ingleses, um liberalismo nacionalista, que previa a defesa da produção alemã, mediante a proteção aduaneira e a cartelização da indústria, política essa seguida por Bismarck. Os Estados Unidos, que em nossos dias se iriam arvorar em campeões do liberalismo internacional, compreenderam, na época do predomínio industrial britânico, a necessidade de resistir à superioridade econômica dos ingleses mediante providências estatais, estabelecendo, assim, um rigoroso protecionismo alfandegário.

De qualquer forma, transcorrido o apogeu do liberalismo, todos os Estados passaram a intervir, cada vez mais, no jogo internacional, como defensores dos interesses econômicos dos respectivos países, tendência essa que em nossos dias só tende a se acentuar. O Estado brasileiro, no entanto, organizado como instrumento de conservação da propriedade latifundiária e capitalista e como um serviço cartorial de subsistência das classes médias, não dispunha da estrutura necessária para atender a essa complexa tarefa internacional. Nem possuía política interna que presidisse a sua política externa, nem dispunha de processos adequados para assegurar uma boa seleção de seus dirigentes e de seus representantes diplomáticos. Quanto a este último aspecto, se é indubitável se terem registrado grandes progressos, com a instituição dos concursos de admissão, para a diplomacia, ocorre, por outro lado, que a elevação do nível da carreira só repercutiu nos

quadros de base, os estratos dirigentes continuando ainda ocupados por uma geração de diplomatas escolhidos segundo critérios unicamente políticos, persistindo, ademais, o critério político — é dizer, clientelístico — na indicação dos chefes de missão.

De tudo isso resulta experimentar o Estado brasileiro a mais completa incapacidade para enfrentar a competição internacional. Tal fato se reveste de inextinguível gravidade, não somente porque, com o fim do liberalismo, os Estados carentes de uma política internacional se convertem, automaticamente, em presa dos estados que programam e executam, coerentemente, uma tal política, como porque estamos às vésperas da formação de uma hegemonia mundial, que dentro de alguns anos se imporá de um modo irresistível.

Não importa, para o caso, investigar os motivos que conduziram o mundo a marchar para sua unificação política, através de uma hegemonia mundial. Importa, apenas, registrar o fato de que, sob a capa de uma luta ideológico-social, o conflito russo-americano, é, sobretudo, um conflito de poder, uma luta hegemonia mundial. Os países inconscientes dessa realidade são tentados a encerrar a situação internacional de um ponto de vista puramente ideológico. Tal ocorre, sobretudo, em países como o Brasil, cujas classes dominantes, a burguesia urbana e latifundiária, tomando consciência de sua incapacidade para se manter, internamente, no controle do processo econômico-social, atribui todas as suas dificuldades à ação subversiva do comunismo e julga que a derrota da Rússia soviética implicará na definitiva consolidação do capitalismo burguês. Na verdade, a despeito das relações existentes entre o conflito russo-americano e o conflito social, distinguem-se, profundamente, os efeitos políticos daquele conflito de suas repercussões sociais. A conquista da hegemonia política internacional não outorga ao Estado que a obtiver condições para interferir na intimidade do processo social dos demais países. Inclusive porque o próprio Estado vencedor estará, igualmente, sujeito às mesmas vicissitudes. Tudo indica, aliás, que a socialização será um dos efeitos inevitáveis da nova guerra, ainda que vencedores os Estados Unidos e inclusive com relação a estes. Mais do que as classes de cada país, portanto, serão os próprios países, como coletividade, que sofrerão as consequências da hegemonia mundial. E estas, entre seus múltiplos aspectos, alguns ainda imprevisíveis, se caracterizarão, inevitavelmente, pela tendência de o Estado vencedor exercer uma política de economia de exploração em relação aos demais países, tanto mais acentuadamente quanto menor for a capacidade de resistência de cada país.

A Rússia soviética, embora os países satélites também sejam socialistas e se encontrem politicamente subordinados ao Kremlin, não deixa por esse motivo de os explorar em seu proveito nacional, na razão inversa de suas respectivas capacidades de resistência. O mesmo ocorre nas relações entre os Estados Unidos e seus países satélites, notadamente o Brasil, embora o liberal democratismo americano não disponha de instrumentos de pressão tão enérgicos quanto o comunismo russo.

Cumpre observar, aliás, que se as relações de exploração entre os Estados Unidos e seus satélites são menos acentuadas que as existentes entre a Rússia e seus satélites, isto se deve menos à diferença de regime do que à diversidade de sua estratégia ideológica. Pode a Rússia explorar muito mais intensamente a economia de seus saté-

lites em virtude do fato de, em compensação, ter proporcionado às massas proletárias desses países a oportunidade de uma revolução social, com o que, desde logo, lhes ofereceu, atual ou potencialmente, melhores condições de vida, e, ademais lhes deu uma justificação para os sacrifícios que lhes impõe, os quais são apresentados como o preço inevitável da defesa do socialismo. Diversamente, os Estados Unidos, favorecendo as minorias burguesas de seus respectivos satélites, são forçados a proporcionar às massas proletárias desses países uma ponderável assistência, que é maior ou menor segundo a importância político-militar de cada país, assistência esta com a qual os Estados Unidos valorizam o regime de que se erigem campeões e mobilizam esses países e suas respectivas massas proletárias para a luta contra a Rússia.

O certo é que a política de economia de exploração será o resultado inevitável da conquista, pelos Estados Unidos ou pela Rússia, da hegemonia mundial, de um lado, porque o vencedor não encontrará mais os obstáculos decorrentes da existência de um adversário que também disputa a aliança dos países mais fracos e, de outro lado, porque os desgastes da guerra e a necessidade de o país vencedor compensar as massas do país vencedor dos sacrifícios que lhe impôs o esforço militar, exigirão a mais implacável espoliação da economia dos demais países.

Ante essa política de economia de exploração, de nada adiantará a circunstância de os países mais fracos terem combatido a favor ou contra o vencedor. A posição ocupada pelos países satélites na futura guerra servirá, apenas, e ainda assim não necessariamente, para resguardá-los mais ou menos dos desgastes da guerra, conforme pertençam ou não ao lado vencedor. A condição dos países satélites, no futuro pós-guerra, não será ditada pela atuação que houverem exercido na guerra, mas pelo poder econômico, cultural, e militar de que dispuserem, ao terminarem as hostilidades. Tal conclusão se impõe diante do fato de que os motivos ideológicos são tanto menos importantes quanto menos necessários para assegurar os interesses reais. Nos períodos de conflito, quando ainda não se definiu uma hegemonia, as partes em luta são levadas a acentuar sua política ideológica, como forma de assegurar alianças e cooperação. Uma vez conquistada a hegemonia, tais estratégias se tornam inúteis e a política de economia de exploração é exercida sem encobrimento. Outro não é, aliás, o exemplo da última guerra, pelo qual se observa como a Alemanha derrotada granjeou, imediatamente, uma posição de privilégio, em virtude do fato de sua cooperação, para a guerra futura, se haver tornado indispensável. Enquanto isto, os aliados secundários, como a França, recebem dos Estados Unidos um apoio muito menor, o mesmo se verificando com o Brasil. E se esses países ainda gozam de uma relativa assistência por parte da América do Norte — assistência que tem um caráter mais ideológico e verbal do que efetivo — isto se deve ao fato de os Estados Unidos terem de contrabalançar a influência Russa, ainda com relação aos países de pequena capacidade econômico-militar.

## 2ª PARTE

## PROBLEMAS E SOLUÇÕES

## CAPÍTULO Vº

## LIMITES E CONDIÇÕES

Encaminha-se a Segunda Parte deste estudo no sentido de determinar que providências ou medidas seriam adequadas, em termos gerais, para resolver os problemas anteriormente analisados. Não pretende esta investigação, de modo algum, chegar a planos ou programas concretamente aplicáveis. As «soluções» a seguir indicadas situam-se num plano de grande generalidade e são, frequentemente, óbvias, no sentido de que poucos contestarão sua procedência, as dificuldades residindo na elaboração de planos analíticos e quantitativos aptos a realizarem tais soluções, ou ainda decorrendo dos problemas que surgiriam, na prática, para se aplicar as referidas soluções ou os planos correspondentes.

Esse caráter geral de que se revestem as soluções a seguir indicadas, foi, todavia, deliberadamente escolhido, por isso que o objetivo em mira, no presente estudo, não é a elaboração de um planejamento, mas, na base de um diagnóstico realista da situação brasileira e no contacto do mundo ocidental contemporâneo, determinar as condições necessárias e suficientes para uma superação da crise mundial.

Antes de esquematizar as medidas que pareçam adequadas a enfrentar a crise, todavia, importa levar em conta os limites e as condições dentro dos quais se considere possível dar solução a tais problemas.

Que significa, no plano econômico, social, cultural e político, dar solução a um problema? Sem entrar em maiores perquirições a respeito desse assunto, é necessário, pelo menos, atentar a duas ordens distintas de soluções possíveis. Toda solução se insere, por hipótese, no plano em que se apresenta o problema a resolver. Do ponto de vista das relações ideais, esse plano pode ser empírico ou transcendental. Do ponto de vista das relações reais, pode ser dinâmico ou estático. O plano empírico só comporta soluções empíricas, isto é, relativas, uma vez que tal plano pressupõe a limitação quantitativa, qualitativa e modal das experiências realizadas em relação às experiências realizáveis. O plano transcendental, diversamente, comporta soluções transcendentais, isto é, absolutas (entenda-se absolutas no sentido de puras) uma vez que o objeto é dado univocamente em sua totalidade. Em termos lógicos, as primeiras soluções serão sintéticas e as segundas analíticas, aquelas, possíveis, estas, necessárias.

O plano dinâmico só comporta soluções dinâmicas. Mas a solução dinâmica, enquanto tal, pressupõe uma absoluta correspondência entre o processo do objeto e o da solução. Sempre que no processo dinâmico, a solução escape a condições que assegurem tal correspondência, ela se caracterizará por sua transitoriedade. A solução dada ao problema se manterá válida enquanto o processo dinâmico do objeto não o tiver alterado. Diversamente, no plano estático, as soluções são estáticas, e por conseguinte, permanentes.

Feito este rápido esclarecimento teórico, observa-se, desde logo, que os problemas econômicos, sociais, culturais e políticos, que constituem facetas do processo histórico, se desenrolam num plano empírico e dinâmico. Sua empiricidade não impede, como observou Weber, a construção de modelos ideais que os reproduzam esquematicamente e forneçam os equivalentes ou correspondentes eidéticos de sua realidade fáctica. Sua dinamicidade não impede que a razão dialética preveja a trajetória de seu devenir. Isto não obstante, é evidente que toda tentativa de solucionar problemas históricos está submetida à mesma historicidade desses problemas. Sua validade, enquanto fórmula, se refere ao modelo ideal da problemática em tela e sua permanência está vinculada à possibilidade de a fórmula solucionadora submeter-se a um processo dialético correspondente ao da problemática. Mas como a solução de um problema histórico é também um ato histórico, a elaboração das fórmulas está sujeita às condições de lugar e tempo e é impossível prever-se a medida em que tais fórmulas permanecerão válidas, no curso do tempo, sento certo que, em determinado momento, deixarão de sê-lo.

Não se pode aprisionar a história em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes. Mas há soluções autênticas e inautênticas, profundas e superficiais. As soluções que correspondem aos imperativos históricos do momento e o satisfazem em profundidade, inauguram ciclos e se convertem em marcos para o subsequente processo do devenir histórico.

Considerando-se a história em função de seus momentos propulsores, verifica-se que o processo do devenir não é uniforme, mas atua aos saltos. A história se articula em épocas que, por sua vez, se processam pela sucessão das gerações. Cambiando embora as condições reais e ideais de cada momento histórico, cada época conserva uma relativa permanência. Além de pelo acaso, a modificação das condições reais é presidida pelas idéias que dirigem os homens na utilização dos fatores reais a seu dispor. Se o jogo dos fatores reais suscita modificações nas idéias dos homens, as idéias prefiguram as possibilidades desse jogo. Ora as idéias, enquanto tal constituem a atualização de um repertório de possibilidades eidéticas contido nas crenças. Segue-se daí que, não obstante o fato de as condições reais de existência condicionarem, parcialmente, as idéias, estas, além de prefigurarem, enquanto idéias, as condições de possibilidade do jogo dos fatores reais, atualizam um repertório de crenças prévio a cada uma das idéias. As crenças, portanto, constituem matéria prima da história e são os marcos diferenciadores das épocas. Uma época persiste enquanto persistem as crenças que a informaram. E as crenças persistem enquanto não se esgotou, no processo histórico, o repertório de idéias nelas contidas.

A análise de nossa época revela que uma das dimensões de sua problemática é o esgotamento das crenças que presidiram a sua formação. Não experimentamos apenas problemas, no sentido em que os experimentaram as gerações precedentes. Nossa época mesma é que se tornou problemática. Essa problematicidade afeta, definitivamente, o que poderíamos denominar de crenças adjetivas do nosso tempo. E afeta, em grande medida, as crenças substantivas. Com todo o arbitrário de tais distinções, quero significar como substantivas as crenças que configuram a essência da cultura ocidental e que tem

por núcleo o cristianismo. Por adjetivas, entendo as crenças que, a partir dessa crença básica, compõem a estrutura de nossas instituições sociais, e que são adjetivas em relação à crença fundamental por constituírem a modalidade segundo a qual aquela se atualiza e concretiza em nossa quotidianidade.

Essas crenças adjetivas são a crença otimista no progresso e na razão, no valor absoluto do indivíduo e na igualdade dos homens. Remotamente ligadas ao Renascimento e à Reforma, proveem imediatamente, da Ilustração e da Revolução Francesa. E as instituições configuradas por tais crenças são a democracia burguesa e a economia capitalista.

Muito mais complexo é o problema decorrente da relativa perda de vigência de nossas crenças substantivas ligadas ao cristianismo. Sem entrar em maior análise desse fenômeno, limito-me a caracterizá-lo pelo fato de o cristianismo, embora continuar sendo a pauta configuradora de nossa compreensão e valoração do mundo, ter perdido seu valor com religião positiva e revelada. O cristianismo, considerado do ponto de vista histórico-cultural, foi o acontecimento carismático em virtude do qual os homens a ele submetidos adquiriram a convicção de que Deus se encarnara na pessoa do Cristo e revelara, por intermédio deste, o saber de salvação. Os fundamentos desse saber de salvação continuam condicionando nossa compreensão e valoração do mundo. Mas os homens não estão mais sujeitos ao poder carismático do cristianismo. E mesmo aqueles que mantêm o que julgam ser a ortodoxia religiosa (ortodoxia esta objetivamente modificada no curso do processo histórico) mesmo estes assim procedem por um ato da vontade individual, sem experimentar aquela força compulsiva que caracteriza a vinculação carismática. Deante de tais contestações, verifica-se que um dos aspectos fundamentais da crise do nosso tempo, a perda de vigência carismática do cristianismo, não substituída pela vigência carismática de outra religião — escapa às possibilidades deliberadas de nossa interferência. Uma religião não se revigora nem se substitui por outra por força de um ato da inteligência e da vontade. As religiões acontecem, embora o mistério originário do surgimento de uma religião não exclua a existência de condições objetivas de possibilidade para a eclosão de tal acontecimento.

Mas se a crise de nossas crenças substantivas escapa às nossas possibilidades de interferência deliberada, o mesmo não se verifica com relação às crenças adjetivas. Essencialmente, as crenças substantivas são religião e as adjetivas são ideologia. Diversamente do que ocorre com as religiões, as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade, embora, como acontece em relação aquelas, dependam de condições objetivas de possibilidade. Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica. Este é um caráter que só se pode comprovar a posteriori. Mas, a priori, pode-se determinar, formalmente, as condições de que se devem revestir os valores e seu projeto de realização para que uma ideologia logre eficácia histórica.

Seria longo e desnecessário, para o objetivo deste estudo, analisar em profundidade as condições formais de êxito de uma ideologia. Limito-me a registrar que tais condições dizem respeito à medida em que uma ideologia logra dar formulação às forças ideais e reais da

sociedade, num momento determinado, mobilizando as mais aptas a prevalecer.

A crise brasileira atinge todos os planos da vida nacional e se acha inserida no contexto da crise do nosso tempo. Nesse sentido, o fenômeno crise é um complexo integrado, que não se confunde com a soma dos problemas de que se compõe e só comporta, igualmente, uma solução integrada, também distinta do conjunto de providências de que se componha. Mas este elemento integral e integrativo, de que se deve revestir a solução, caracteriza a necessidade de ela apresentar caráter ideológico. Isto não exclui a necessidade de uma política, consistente em medidas diversas, individualmente formuláveis, que atenderão a problemas também consideráveis individualmente. Mas essa mesma política só será realizável e eficaz se contida no bôjo de um movimento ideológico, que a propulsione socialmente e a cujos princípios ela dê execução concreta. Inclusive porque a solução ideológica, além de condição integrativa do conjunto das soluções, é também uma exigência específica de certos problemas concretos.

O problema da solução da crise, portanto, comporta dois aspectos distintos, pelo menos para fins metódicos, que são, de um lado, o repertório de providências susceptíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressente o país nos planos econômicos, social, cultural e político, e de outro lado, a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado.

## CAPÍTULO VI\*

### O PROBLEMA ECONÔMICO

#### A) O PROBLEMA

Como se analisou precedentemente, a crise econômica brasileira decorre de haver atingido um ponto crítico o nosso subdesenvolvimento. Em subdesenvolvimento se exprime:

- a) Pela deterioração de nossos termos de troca e seus reflexos no balanço de pagamentos.
- b) Pela gravosidade da produção.
- c) Pela escassez de capitais e de recursos técnicos.
- d) Pelo desaparecimento dos serviços básicos e de todos os empreendimentos em geral.

Desse conjunto de deficiência resulta uma conjuntura caracterizada pela escassez e pela carestia.

#### B) A SOLUÇÃO

A solução mais eficaz e rápida desses problemas exige um planejamento geral da economia e a rigorosa execução dos planos. Tal planejamento deverá se encaminhar para a realização dos seguintes objetivos.

- a). Regulamentação das aplicações da renda nacional, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimentos, segundo critérios seletivos das aplicações.

- b) Rigoroso controle de intercâmbio internacional, visando a aumentar as exportações, reduzir as importações e selecionar a utilização das divisas.
- c) Reaparelhamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões.
- d) Racionalização e tecnificação da produção. Exploração de novas riquezas naturais.

No tocante ao complexo escassez-carestia, as soluções de conjuntura, sem prejuízo das soluções de estrutura, de prazo longo, têm de atingir em prazo curto aos seguintes resultados:

- a) Estabilização de preços e salários.
- b) Organização, na escala municipal, do abastecimento dos produtos da pequena lavoura, visando a reduzir ao mínimo a oneração dos produtos em relação ao preço pago ao agricultor.
- c) Idem, na escala federal, e eventualmente estadual, para os produtos da grande lavoura.
- d) Racionamento dos produtos escassos.

## CAPÍTULO VII\*

### O PROBLEMA SOCIAL

#### A) O PROBLEMA

A crise social brasileira decorre, como vimos, da economia de exploração, cujo resultado foi provocar o antagonismo de classes e a falência das elites.

A economia de exploração, em nossas relações externas, se tem caracterizado pelo fato de nos manter na posição de exportadores de produtos primários e importadores de elaborados.

Internamente, a economia de exportação se verifica do seguinte modo:

- contínua elevação dos custos e dos lucros, indireta e indeliberadamente, como reflexo da conjuntura, ou, direta e deliberadamente, por ação de monopólios e oligopólios e por acôrdo tácito entre produtores, transportadores e comerciantes.
- Parasitismo burocrático, transformando o Estado em um mero aparelho de subsistência da classe média e das clientelas clientelares.
- Prática cada vez mais agravada da demagogia assistencialista, consistente em conceder às massas trabalhadoras vantagens não relacionadas com o valor de sua produção.

Com relação ao crescente antagonismo entre as classes, o problema se caracteriza da seguinte forma:

- a) Transformação das elites em classes privilegiadas com a perda de sua representatividade e exemplaridade.
- b) Rebelião das massas, atualmente se manifestando, sobretudo, em forma de um oportunismo demagógico.
- c) Falta de um projeto social dotado de apêlo e apto a configurar um futuro a que se aspire coletivamente.

## B) SOLUÇÃO

A mais rápida e eficaz política para combater essas deficiências exige a adoção das seguintes medidas:

## ECONOMIA DE EXPLORAÇÃO

- a) Estabilização dos custos e controle dos lucros, visando a convertê-los em estímulo razoáveis para a atividade econômica e em fonte de acumulação de capital para novos investimentos, de sorte a se acabar com todas as formas de privilégio na repartição da renda e a se elevar o índice de poupança social e a capacidade de investimento.
- b) Liquidação do parasitismo burocrático, mobilizando-se os órgãos públicos para a execução dos empreendimentos essenciais ou reprodutivos.
- c) Vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador.

## ANTAGONISMO DAS CLASSES

- a) Liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe.
- b) Promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade, e exemplaridade.
- c) Formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados.

## CAPITULO VIII°

## O PROBLEMA CULTURAL

## A) O PROBLEMA

- a) A cultura brasileira como verbalismo ornamental ou como tecnicismo destituído de consciência de seus fundamentos.
- b) Falta de estímulo ideais e reais para a formação de uma cultura autêntica.
- c) Falta de um sistema educativo capacitado a exercer em proveito de todas as camadas da população, uma ação de adestramento para a vida, nas condições muito reais e ideais do nosso tempo e do Brasil.
- d) Falta, a prazo curto, de técnicos e de administradores.

## B) SOLUÇÃO

- a) Criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional.
- b) Desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que estrai da própria crise os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural.

- c) Reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores.
- d) Imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros.

## CAPITULO IX°

## O PROBLEMA POLÍTICO

## A) O PROBLEMA

- I) Crise nas relações entre o Estado e a sociedade: Estado cartorial, como instrumento de subsistenciada classe média, criando crescente intervalo entre as necessidades de serviço público e sua efetiva prestação.
- II) Crise do Estado como órgão da soberania nacional: Falta de uma política interna e externa e da capacidade de elaborá-la e executá-la.
- III) Agravamento crescente dessas carências ante:
  - a) A necessidade de política interna, numa época intervencionista em que os demais Estados atuam cada vez mais segundo planos.
  - b) A necessidade de política externa, num momento em que se disputa a hegemonia mundial, cuja conquista será fatal para os países de pequena densidade econômica, cultural e militar.

## B) SOLUÇÃO

- a) Liquidação do Estado cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz.
- b) Instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional.
- c) Instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional.
- d) Urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país, sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados.



## 3ª PARTE

## A IDEOLOGIA

## CAPÍTULO X

## O PROBLEMA DA IDEOLOGIA

A rápida enumeração dos problemas nacionais e das soluções genericamente exigidas pelos mesmos, apresentada na Segunda Parte deste trabalho, põe em destaque a necessidade de uma ideologia, tanto para atender a solicitações específicas como para integrar, num sistema de crenças e de idéias a programática exigida pelos referidos problemas e conferir a essa programática a força social capaz de assegurar sua realização.

Como já se indicou em item precedente, a ideologia é a crença adjetiva de uma época. O vocábulo é relativamente recente. Usou-o Napoleão, em sentido muito diverso do atual, para caracterizar o grupo filosófico-político de Destut de Tracy. Marx, dando-lhe uma acepção que basicamente continha válida, emprestava-lhe um caráter unilateral e faccioso. Ideologia era toda teorização vinculada aos interesses da classe dominante, tendente a conferir validade universal e permanente ao que representava apenas, conscientemente ou não, a defesa de tais interesses. A sociologia do conhecimento, de Scheler a Mannheim, corrigiu a unilateralidade da concepção marxista, suprimindo-lhe o sentido polémico. Se à acepção de Scheler ou de Mannheim se acrescer as contribuições da filosofia e da sociologia existenciais, notadamente no que se refere às teorias de Ortega sobre a crença e sobre o projeto, chegar-se-a a um conceito de ideologia puramente histórico e sociológico.

A ideologia é a crença adjetiva de uma época. Radicada nas crenças substantivas da cultura a que pertence uma época qualquer, ela exprime, no conjunto das circunstâncias existentes — inclusive e particularmente as circunstâncias configuradas pelas relações de poder e pela dinâmica da circulação de elites — o projeto social elaborado e promovido por uma elite para a sociedade a cuja liderança aspire. Nas sociedades diferenciadas por classes, como ocorre na ocidental, essa elite terá um caráter classista, embora não se reduza unicamente à dimensão de uma classe. Ainda que apoiada numa classe determinada e correspondente à aspiração de liderança dessa classe, a ideologia apta a gozar de eficácia social não se destina apenas a essa classe mas apresenta, para as demais classes, ainda que ficticiamente, uma oportunidade de inserção no seu projeto social, que é justificado como convido a todos em geral e ao todo social em particular.

A ideologia liberal-democrática, elaborada pela burguesia dos séculos XVIII e XIX, não pretendia condenar à servidão e à marginalidade o proletariado ocidental. Admitia-se, muito ao contrário, que o regime de livre concorrência dava a todos os homens capazes, fôsse qual fôsse sua origem, a máxima oportunidade para galgar às mais altas posições sociais. O socialismo marxista, por seu lado, só por exigências estratégicas se dirige contra a burguesia considerando, entretanto, que a luta contra esta última classe é uma etapa providória na implantação do socialismo, correspondente à fase da ditadura do proletariado.

Uma vez assegurado o socialismo — o que os marxistas, embora não precisarem a duração, sempre julgaram, fôsse algo de rapidamente executável — sua ideologia se abria indiferentemente para todos, instaurando-se, com o comunismo, uma sociedade sem classes, é dizer sem discriminações.

Formalmente, as ideologias estão condicionadas pela cultura vigente, pelas relações de poder, pela dinâmica da circulação das elites, pela situação econômica do grupo social e, finalmente, pelo projeto a que o conjunto das circunstâncias empresta validade e de que as ideologias se fazem portadoras.

No que se refere ao conteúdo, como deve caracterizar-se uma ideologia para adquirir eficácia social, nas condições prevalentes em nosso tempo e no Brasil?

Comporta esta pergunta uma resposta abstrata, de caráter histórico-cultural, elaborada mediante o exame das relações existentes entre a vida social brasileira e as condições formais de que se deve revestir uma ideologia socialmente válida. Tal empreendimento apresenta o maior interesse e deve ser cometido para que se logre em termos dinâmicos uma sociologia formal do Brasil contemporâneo. O plano em que se situa este trabalho, todavia, é distinto do que conviria para tal análise. A problemática nacional, na primeira parte do presente estudo, foi considerada em concreto, razão pela qual a pergunta pelas características de que se deve revestir uma ideologia apta a ter eficácia deve ser respondida, igualmente, em termos concretos.

Antes de empreender essa análise, no entanto, importa, ainda, levar em conta uma consideração preliminar. Entre outras condições, o apêlo para a formulação de uma ideologia válida postula a perda de validade, quando não de vigência, da ideologia anteriormente prevalente. E' porque não subsiste a capacidade de liderança das elites ainda detentoras do poder nem se conserva o apêlo social de seu projeto de vida coletiva que as crenças adjetivas adquirem caráter problemático, suscitando a exigência da formação de uma nova ideologia.

Tal verificação indica, no caso brasileiro, que a burguesia urbana e latifundiária, que constitui a classe dirigente, deixou, efetivamente, de ser dirigente, transformando-se em mera classe dominante. A elite, como grupo social concreto, não é mais a elite funcional, isto é, não constitui mais aquele estrato da sociedade dotado, efetivamente, do comando do processo social. Da mesma forma, a ideologia até há pouco prevalente — crença otimista no progresso e na razão, no valor absoluto do indivíduo e na igualdade dos homens, — e as instituições modeladas por tais crenças — a liberal-democracia e o capitalismo — encontram-se em processo de decadência e de descrédito.

## CAPÍTULO XI

## O PROBLEMA DO SOCIALISMO

Costuma-se admitir, embora sejam crescentes as exceções, que a renúncia à ideologia democrático-burguesa, em nossa época, conduz à aceitação da ideologia socialista, assim como, no que se refere ao processo histórico-social, que o reconhecimento da decadência das instituições capitalistas implica na instauração do socialismo.

A discussão deste problema envolve questões que ultrapassam a bitola do presente estudo. Importa, não obstante, caracterizar os dados essenciais de tal questão. Que se entende por capitalismo e socialismo?

O entendimento do que sejam o capitalismo e o socialismo tem sido prejudicado pela imaginária univocidade atribuída a tais idéias ou fenômenos. De tal univocidade não se exime o próprio marxismo, a despeito da historicidade dialética do pensamento de Marx. Isto é devido, sobretudo, à circunstância de o debate sobre a matéria já se ter cristalizado em posições irreversíveis antes de elaboradas as mais recentes categorias sociológicas. Sem analisar mais profundamente este problema, indique-se, apenas, que ao designarmos um regime referimo-nos a três objetos distintos: o modelo, o projeto e o processo social.

Consideremos, para exemplificar, o capitalismo. A pergunta «que é o capitalismo?», respondemos, usualmente, descrevendo o modelo abstrato de uma realidade que se processou no tempo e no espaço. Quando respondemos sem maiores precisões, referimo-nos ao esquema do capitalismo manchesteriano, por entendermos que foi na Inglaterra de meados do século XIX e particularmente nas relações econômicas estabelecidas em torno das fiações e tecelagens de Manchester que se configurou mais tipicamente o fenômeno capitalismo. Se atentarmos para a questão com maior rigor, distinguiremos etapas e formas de capitalismo e notaremos que na Atenas do século IV e na Roma Republicana se desenvolveu um processo que apresenta analogias com o modelo ocidental do capitalismo. Verificaremos, ainda, que, em relação a tal modelo, cabe falar, como Sombart, de um capitalismo incipiente, da Idade Média, de um capitalismo da Idade Moderna, de um capitalismo de apogeu, no século XIX, de um capitalismo imperialista e estatizado, do século XX. Este modelo, todavia, nunca se ajusta ao fenômeno num determinado momento de seu processo, eis que o modelo é estático e o fenômeno, dinâmico, o modelo, é uma idéia, o fenômeno, um processo concreto. Maior afastamento, ainda, existe entre o modelo de um regime e o projeto social daqueles que o instauraram. Os deputados da Assembléia Constituinte ou da Convenção Francesa não reconheceriam em nossa descrição do capitalismo liberal-democrático o regime que procuravam implantar. A mesma diferenciação seria observada com relação ao socialismo, se distinguirmos no modo soviético ou social-democrático de socialismo a realidade do processo e o projeto de seus instauradores.

Feito este esclarecimento, verifica-se como não comporta uma resposta unívoca a pergunta sobre se a decadência do capitalismo e da burguesia implicam na instauração do socialismo e na ascensão do proletariado. Considerados como modelos, o capitalismo e o socialismo se excluem totalmente. Tal exclusão, à luz de determinadas filosofias da história, como é notadamente o caso da marxista, implica na fatalidade de o capitalismo ser substituído pelo socialismo renovador. A luz de outras teorias históricas e sociológicas, como, por exemplo, as sustentadas por Burnham, essa mesma exclusão conduz à previsão de um terceiro regime, socialista apenas no que se refere à coletivização dos meios de produção, mas em tudo diverso dos sistemas socialistas, regime que Burnham denominou de diretorial («Managerial»).

Considerados como processos sociais, o capitalismo e o socialismo se interpenetram, a despeito de seus modelos se excluírem reciprocamente. Nesse sentido a observação histórica mostra como nas cha-

mas «épocas de transição» se estabelece, na prática quotidiana, um compromisso entre crenças e instituições opostas, inserindo-se no contexto ideológico e institucional anterior elementos da nova ideologia e das novas instituições. Esta é aliás a razão pela qual persistem dos passados, regimes crenças e instituições residuais, que não tem sentido quando examinadas à luz dos princípios que informam o regime vigente, e que só podem ser compreendidos quando referidos aos princípios anteriormente prevalentes.

Considerados, enfim, como projeto, capitalismo e socialismo se opõem ou se aproximam conforme a idéia de capitalismo e de socialismo compreendida no projeto parta do modelo abstrato para a realidade do processo social ou, diversamente, deflúia do processo para o modelo. Tal distinção se fez notar, claramente, dentro do próprio marxismo, os bolchevistas pretendendo implantar, catastróficamente, o modelo puro do socialismo, os mencheviques sustentando a necessidade de sua instauração gradual, a se fazer, portanto, através de um processo de compromisso.

Verificada, assim, a relatividade da oposição entre as crenças e instituições do capitalismo e do socialismo importa determinar a linha essencial de separação entre os dois sistemas. É claro que tal pesquisa há de fazer-se, quanto possível, fora da influência ideológica de ambos os regimes. Tanto o capitalismo liberal-democrático quanto o socialismo bolchevista entendem que sua essência se encontra na plena realização da democracia. Isto não obstante, já se tornou pacífico, no plano das ciências sociais que, independentemente do conteúdo ideológico, a distinção mais objetiva entre os regimes em apreço repousa no estatuto dos meios de produção, o sistema prevalente numa determinada comunidade se aproximando do capitalismo ou do socialismo conforme os meios de produção sejam detidos por proprietários privados ou submetidos à propriedade coletiva da comunidade em apreço.

Colocada a questão nestes termos, verificamos que, idealmente, os modelos do capitalismo e do socialismo se excluem reciprocamente, embora, na realidade do processo social, todos os países capitalistas tenham experimentado, sobretudo a partir da 1ª Grande Guerra, uma crescente deformação do arquétipo capitalista em proveito de uma crescente influência dos princípios socialistas. Isto posto, terá validade a pretensão dos que sustentam, de um lado, que a ruína do capitalismo instaura o socialismo e, de outro lado, que a passagem do capitalismo para o socialismo é um fenômeno historicamente inevitável no estágio atual do Ocidente?

Como todos os problemas que tem sido ventilados neste capítulo, a questão de se saber os critérios que presidem à dialética das ideologias e das instituições informadas por estas, envolve pressupostos teóricos que transcendem os limites deste trabalho. Basta acentuar que tal questão, formalmente, depende das posições historiográficas e sociológicas de que se partir e, concretamente, dos dados empiricamente observáveis no processo social.

A historiografia contemporânea, repartida embora entre diversas escolas, diferenciadas pela maior ou menor acentuação que dão aos fatores condicionantes da história, tem de comum o fato de todas as correntes admitirem que o processo histórico é objetivamente condicionado. Para os marxistas tal condicionamento é basicamente econômico e se



desenvolve dialeticamente através da luta de classes. Para os idealistas, o condicionamento decorre do processo dialético do espírito, que se atualiza em arquétipos que informaram as relações reais de cada época. Entre essas duas correntes encontram-se os que admitem uma multiplicidade de planos e distinguem condicionantes reais e ideais, além de admitirem, como causa eficiente, a intervenção da liberdade e do acaso. Vinculam-se a esta última posição os princípios teóricos em que se baseia o presente estudo. Para o caso em apêço, todavia, não importa proceder a uma discussão crítica de tais doutrinas, senão reconhecer, como acima se indicou, que a historiografia contemporânea adota uma interpretação condicionalista da história. Assim sendo, se reconhece, formalmente, que a dialética das ideologias e das instituições é condicionada por determinados fatores à luz dos quais, dado um determinado processo histórico, pode-se indicar as tendências de sua evolução.

Ainda de um ponto de vista dialético-formal, o exame do processo histórico do Ocidente e dos fatores que interferem para sua configuração confirma, segundo a quasi unanimidade dos autores, a tendência a se coletivarem os meios de produção. Analisando esse problema, Jaspers, que é pessoalmente um liberal, adversário de todas as formas coletivistas, reconhece que o fenômeno da massificação conduz à socialização dos meios de produção, como condição de possibilidade do que ele denomina de aparelho de subsistência das massas. F. Stumpe-ter, em Capitalismo, Socialismo e Democracia — sem dúvida um dos livros mais importantes de nossa época a respeito de sua própria interpretação — indica como, embora o capitalismo, no plano puramente econômico, possua condições para atender às exigências da sociedade contemporânea, há todo um conjunto de fatores ideais e reais que tornam inevitável a desprivatização da propriedade.

Se passarmos do ponto de vista dialético-formal para o exame concreto do processo ocidental, nos últimos cinquenta ou oitenta anos, verificaremos, empiricamente, que a marcha dos acontecimentos tem obedecido àquelas previsões. Em nenhum país contemporâneo persiste o capitalismo puro. E em todos se verifica uma tendência crescente para a transferência do comando da produção da iniciativa particular para a iniciativa pública, muito embora, com as experiências já realizadas de nacionalização, tenham se atenuado certas esperanças quanto à excelência de tal transformação.

## CAPITULO XIIº

### SOCIALIZAÇÃO E SOCIALISMO

Verificou-se, no capítulo precedente, a tendência experimentada pelos países ocidentais para transferir o controle dos meios de produção da iniciativa particular para a iniciativa pública. Encontramos, portanto, em pleno processo de socialização. Implicará tal processo na instauração do socialismo?

Como já se observou, o socialismo não é um objeto unívoco, importando distinguir, reciprocamente, o modelo, do projeto e do processo social. Cada um desses três aspectos, por sua vez, comporta grande diferenciação. O projeto bolchevista se distinguia do menchevista, e ambas essas correntes marxistas se distanciam do socialismo utópico

e do socialismo revisionista. Se estamos cogitando da forma de que se que se revestirá — no plano fático ou de que deveria se revestir — no plano ideológico — o processo de socialização em curso nos países ocidentais, o aspecto que importa fixar é o projeto de socialismo que propulione esse processo e o modelo de socialismo que adote tal projeto.

A pergunta sobre se o processo de socialização implica na instauração do socialismo é uma pergunta pelo projeto de socialismo dotado de eficácia social. Encontra-se no mundo ocidental contemporâneo um ou vários projetos de socialismo que pareçam se encaminhar para a configuração de uma ideologia e de instituições aptas a adquirirem vigência?

O ponto natural de referência, com relação aos projetos socialistas, é, sem dúvida, o marxismo. A principal diferença entre o marxismo e as fórmulas socialistas anteriores reside na circunstância de estas se limitarem, com maior ou menor utopismo, a delinear um regime ideal, sem preverem as condições e forças que devessem interferir para sua realização, enquanto o marxismo, menos preocupado em esboçar os contornos de uma sociedade ideal do que em criticar a sociedade capitalista e analisar as relações que se processaram no âmbito desta, indicou as condições e os fatores aptos a promoverem a revolução. Acrescente-se que o marxismo é uma ideologia integral, que institui uma completa cosmovisão do mundo e elabora os pressupostos teóricos em que se baseia tal cosmovisão.

Ocorre, entretanto, que o marxismo é uma filosofia e uma ideologia elaboradas em meados do século XIX. Dai decorrem, como principais consequências: a) a vinculação entre o pensamento de Marx e Engels e a cultura prevalente na segunda metade do século transacto, cultura essa que experimentou uma profunda modificação, principalmente no curso deste século; b) a transformação, no próprio plano teórico, experimentada pelo marxismo, conforme este sofria, de um lado, a influência de novas ideias e, de outro lado, a repercussão da prática política; c) a transformação, no plano político, do projeto marxista, especialmente por causa das vicissitudes experimentadas pelos marxistas russos, a partir da vitória da Revolução de outubro.

Essas profundas modificações experimentadas pelo projeto marxista, além de alterarem o conteúdo mesmo desse projeto, transformaram suas relações com o processo de socialização. O processo de socialização, desenvolvendo-se no Ocidente antes da formulação do marxismo, por motivos inerentes às próprias condições de vida ocidental, adquiriu com o marxismo a consciência de seu próprio sentido, alcançado, assim, uma vigência muito maior. Mas as transformações experimentadas pelo marxismo diversificaram o projeto original no tempo e no espaço. Além das modificações ocorridas no próprio pensamento de Marx e Engels, no curso da vida destes, houve a grande modificação, decorrente da conquista do poder pelos marxistas russos. Houve, ademais, as diversificações de escola: bolchevistas e menchevistas, no âmbito interno do marxismo ortodoxos e revisionistas, no seu âmbito externo. O resultado de todas essas transformações foi o de se estabelecer uma crise na validade do projeto marxista, as diversas escolas marxistas se prejudicando umas às outras, os ortodoxos e os revisionistas se disputando sobre a essência mesma do socialismo e, finalmente, a ideologia socialista, de uma forma ou de outra sem-

pfe vinculada ao pensamento do século XIX, sofrendo o impacto das novas idéias do século XX.

A tal perda de validade do projeto marxista se contrapôs o reforçamento de sua vigência parcial, graças à circunstância de a Rússia se haver marxistizado, em todos os seus planos de vida. A última guerra, consolidando e ampliando o poder da Rússia, como Estado e como nação, aumentou ainda mais a vigência parcial do marxismo segundo a fórmula stalinista. Mas reduziu, ainda mais, a validade do projeto, já agora estritamente dependente da influência do Estado e da cultura russos.

O efeito de todos êsses acontecimentos foi o de divorciar o processo de socialização da ideologia socialista, entendida esta última como compreendendo as diversas formulações que giram em torno do marxismo, com maior ou menor ortodoxia. Daí a profunda perplexidade ideológica em que se encontra o Ocidente. Não é o descredito do capitalismo que priva os países ocidentais de se orientarem de acordo com um projeto social apto a mobilizar suas potencialidades. Este fenômeno já foi ressentido nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. A essência da crise ideológica do nosso tempo decorre do fato de a ideologia socialista que nos legou o século passado ter, em maior ou menor grau, perdido sua validade antes de produzir seus plenos efeitos. E é a essa relativa perda de validade da ideologia socialista que se deve, em grande parte, a supervivência do capitalismo, numa situação tanto mais crítica quanto, a despeito de tudo, continua se desenvolvendo o processo da socialização.

Ante o exposto, pode-se responder à pergunta inicialmente formulada, quanto a se o processo de socialização implica na instauração do socialismo, de uma forma negativa. Tal negativa não exclui a possibilidade de se implantar o socialismo stalinista, dotado de plena vigência na esfera de influência russa. Tratar-se-ia, no entanto, de um fenômeno eminentemente militar e político, que extravasaria os limites do processo dialético da ideologia, embora viesse a se refletir, posteriormente, neste.

### CAPITULO XIII

#### O PROBLEMA DA IDEOLOGIA BRASILEIRA

O problema da ideologia brasileira, como se verificou na Segunda Parte deste estudo, está vinculado à problemática nacional sob duplo aspecto: de um lado, resulta de exigências específicas de determinados problemas, notadamente os de caráter social, e de outro lado decorre da necessidade de integrar num sistema de conjunto as diversas soluções reclamadas pela crise nacional, crise esta que não se reduz à soma dos problemas que a compõem mas constitui um complexo integrado, que só comporta, igualmente, uma solução integrada. Inserido na cultura ocidental e relacionado, de um modo cada vez mais direto e concreto, com a problemática desta cultura, o Brasil experimenta, como os demais países do Ocidente, a crise provocada pela desvalidação da ideologia socialista, a despeito de um crescente processo de socialização.

Não se trata, no caso, de uma transposição automática de dados verificáveis em outros países ocidentais. A observação concreta dos conflitos ideológicos em nosso país confirma as considerações apre-

sentadas. A ideologia socialista só é formalmente sustentada, no Brasil, pelos partidos Comunista. O primeiro, dotado embora de grande penetração, se ressentite, em nosso país, das mesmas limitações que experimenta em outras nações ocidentais. Sua ação reflete, diretamente, a política e os planos militares da Rússia, a serviço de cujos interesses o PCB se acha tão estritamente ligado quanto todos os outros movimentos stalinistas. Daí lhe advém uma incapacidade de se identificar com os problemas reais e específicos das massas brasileiras e do país em geral, que as próprias massas, embora confusamente, não deixam de reconhecer. Assim sendo, nem se pode esperar do PCB uma resposta autêntica à problemática nacional, no nível das condições de nossa época, nem é de crer-se que a revolução stalinista possa, sem auxílio do Cominform e sem a interferência dos acontecimentos internacionais, suscitar a ideologia e forjar as instituições aptas a encaminhar nosso processo de socialização.

Quanto ao Partido Socialista, carente de unidade ideológica e completamente divorciado do processo social brasileiro e das forças que o propulsionam, apresenta uma insuficiência ainda maior que a que afeta os demais movimentos ligados à ideologia socialista do século XIX, a estes últimos sobrando, pelo menos, uma grande tradição popular, que ainda lhes conserva o apoio das massas.

Ante esses pressupostos, em que termos se coloca o problema de uma formulação ideológica apta a integrar, num sistema de conjunto, susceptível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional?

Um primeiro passo para a resposta a esta pergunta se encontra na distinção, reiteradamente feita neste estudo, entre o socialismo, como projeto e como modelo, da socialização, como processo real de conversão da propriedade dos bens de produção de privada em pública. Se examinarmos os motivos e as condições em virtude dos quais se procedeu no Brasil à nacionalização de certos empreendimentos, verificaremos que tiveram sempre caráter empírico. O exemplo típico é dado pelas estradas de ferro, cuja nacionalização foi realizada conforme as mesmas se tornavam deficitárias e deixavam ser operáveis pela iniciativa privada. Esta mesma política de socialização, todavia, constitui uma das condições de possibilidade da aplicação radical das soluções apontadas no Capítulo II da Segunda Parte deste trabalho.

Realmente, um dos requisitos para a realização das medidas acima referidas é a desprivatização dos meios de produção. Consideremos o problema utilizando os esquemas apresentados na Segunda Parte deste estudo.

#### I. PROBLEMA ECONÔMICO

##### A. Problemas de estrutura

O planejamento geral, como condição mais rápida e eficaz para a superação do subdesenvolvimento, é, por sua vez, tanto mais possível quanto mais completa for a capacidade de regulamentação atribuída ao planejamento. Segue-se, daí, que esse planejamento, sobretudo em termos substantivos e não puramente fiscais e creditícios, será tanto mais viável quanto mais desprivatizado for o regime da produção, o máximo da viabilidade coincidindo com o máximo da socialização.

E isto que ocorre com o planejamento, considerado em geral, ocorre com cada uma das medidas que informariam ou resultariam do planejamento. Reservando para um estudo à parte a análise detalhada dessa afirmação, vale destacar os seguintes aspectos:

a) A regulamentação das aplicações da renda nacional, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimento, segundo critérios seletivos das aplicações, implica na substituição da conveniência privada dos empresários pelo interesse público das inversões. Se, em certos casos, pode haver uma grande identidade entre essas duas ordens de interesse, na maioria dos casos eles se distinguem e mesmo se opõem, eis que a finalidade de lucro, a que obedece a iniciativa particular, encontra melhor campo de exercício na produção ou comercialização de bens de consumo, notadamente os voluntários, enquanto os serviços ou bens de base, como os transportes, a energia elétrica, a indústria e a agricultura de base, ou já apresentam, de fato, baixa ou nula rentabilidade, ou, quando eventualmente deem margem a grandes lucros (p.e. a química de base) devem deixar de apresentá-los, por causa da conveniência de reduzir o custo de produção das atividades que se valem de tais serviços ou bens para a produção de outros serviços e bens. Assim sendo, somente a socialização permite alcançar um regime ótimo de investimentos.

E' certo, diga-se à margem destas considerações, que a tese supra é contestada pelos economistas liberais, os quais sustentam, teoricamente, a impossibilidade do planejamento geral da eficácia marginal dos investimentos e alegam, praticamente, que foi no país menos afetado pela socialização, os Estados Unidos, que se logrou a máxima eficácia marginal dos investimentos. Reservando para um estudo à eficácia marginal dos investimentos. Reservando para um estudo à que se refere ao seu aspecto prático, ela se baseia na confusão entre a socialização reparticionista e a socialização inversionista. O processo de socialização não obedeceu, em todos os países, aos mesmos critérios. Nos países desenvolvidos visava, sobretudo, a satisfazer a pressão das massas por u'a melhor repartição do produto nacional líquido, o que implicava, frequentemente, numa redução da eficácia marginal dos investimentos. Diversamente, nos países subdesenvolvidos, o processo de socialização visava, sobretudo, a aumentar a produção e a produtividade, que as distorções do investimento privado mantinham em baixo nível. Tal foi o caso da Rússia, cujo progresso relativo é muito maior que o dos Estados Unidos. Em se tratando do Brasil, o processo de socialização em jogo teria de ser — como realmente tem sido, a despeito de todo empirismo — o de uma socialização inversionista.

Quando ao argumento teórico, originariamente baseado nas equações de Pareto e de Barone e, recentemente, desenvolvido por von Mises, sua contestação já foi empreendida, entre outros, por Schumpeter, que mostrou, em primeiro lugar, como o regime de livre concorrência nunca se verificou em lugar algum nem evitou, por outro lado, o desperdício da formação de riqueza; em segundo lugar, mostrou Schumpeter serem muito exagerados os problemas matemáticos que se alegava terem de ser resolvidos pelos planejadores, desde que estes não reivindicassem um demasiado controle central.

b) O rigoroso controle do intercâmbio internacional, visando a aumentar as exportações e reduzir as importações e selecionar a utilização das divisas, implica no monopólio estatal do comércio internacional. Realmente, excluído tal monopólio, os controles só podem ser ou físicos (licenciamento de exportações e importações) ou financeiros (taxas cambiais e aduaneiras) ou mistos. Os controles físicos, relativamente eficientes, tem o grave defeito de suscitar monopólios ou oligopólios e de encarecerem o preço dos produtos. Tal é, entre nós, o exemplo da CEXIM. Os controles financeiros, implicam, inicialmente, num dilema: câmbio livre ou taxas múltiplas. Excluí-se a hipótese de câmbio oficial de taxa única porque este não permite financeiramente, a manipulação necessária para incentivar ou reduzir exportações e importações. Ora o câmbio livre, único que se ajusta automaticamente aos custos de produção e a outras variáveis, tem por efeito depauperar ainda mais os países de economia débil, em proveito dos de economia forte. E' pois expressamente contraindicado como forma de promover o desenvolvimento econômico. E as taxas múltiplas, cujas eficácia é tanto maior quanto mais diversificadas e fixíveis, estabelecem condições incontroláveis de corrupção. Isto porque, passando a depender, em última instância, do critério de um funcionário, a realização de uma grande transação, a desproporção entre o lucro de tal transação e o salário do funcionário, levados em conta, ademais, as condições espirituais de nossa época e do Brasil contemporâneo, conduz inevitavelmente à corrupção do funcionário, com o que, entre outros graves inconvenientes, deixa-se de obter o resultado a que visava o regime de taxas múltiplas.

Neste caso, verifica-se que só o monopólio do comércio internacional pelo Estado permite regular tal intercâmbio nas condições ótimas para o país. Mas para que tal monopólio não incida nos mesmos percalços que afetam os sistemas de controle acima indicados, notadamente o de taxas múltiplas, faz-se mister que a socialização seja geral, sem o que nem se assegura a correspondência necessária entre a produção interna e o intercâmbio internacional, nem se evita a corrupção dos funcionários encarregados de tal monopólio.

c) O Reparcelamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões, implica no controle público da economia. Em primeiro lugar, porque toda política de reparcelamento surge para cobrir a incapacidade de reparcelamento demonstrada pelas diversas unidades econômicas. Tal é o atual panorama brasileiro, o Plano de Reparcelamento tendo sido elaborado para suprir a incapacidade de auto-reparcelamento revelada pelos diversos empreendimentos, inclusive os públicos. Mas estes assim se encontravam não por serem públicos, mas por estarem ligados ao contexto geral da nossa economia, e, particularmente, estarem sujeitos ao regime cartorial do Estado brasileiro. Desde logo, portanto, a necessidade de o Estado ter de promover um grande esforço de reparcelamento acusa a carência do regime econômico vigente.

Em segundo lugar, a desprivatização dos meios de produção é exigida pela política de reparcelamento dada a circunstância de não haver, por hipótese, uma correspondência entre os novos investimentos e as reservas acumuladas pelas empresas que vão se beneficiar do

reaparelhamento. Realmente, como acima se indicou, a política de reaparelhamento se impõe a partir do momento em que as unidades de produção se mostram incapazes de acumular reservas para a renovação e a ampliação de seus meios de produção (reduzindo o lucro razoável) ou, quando dispõem das reservas necessárias, não as podem utilizar para o reaparelhamento por faltarem divisas para a importação do material, o déficit do balanço de pagamento acusando, neste último caso, as deficiências gerais do sistema econômico. Em tal situação, a intervenção do Estado tem de consistir, de um lado, no suprimento, em moeda nacional e estrangeira, dos recursos exigidos pelo reaparelhamento e, de outro lado, na aplicação de tais recursos de acordo com um plano seletivo de investimentos. Ambas essas funções implicam na socialização dos meios de produção. Os recursos supletivos concedidos pelo Estado tem de provir de uma economia compulsória. Se houvesse, no volume necessário, economia voluntária, as unidades de produção teriam reservas para seu auto-aparelhamento ou, na pior das hipóteses, tal economia seria disponível por intermédio do sistema bancário e dos investimentos privados. Ora o estabelecimento de uma poupança compulsória já implica na supressão do direito de disposição sobre a própria riqueza e sobre o produto líquido das próprias iniciativas. É certo que tais restrições são compatíveis com o capitalismo de transição, como acaba de se verificar no Brasil. Maior incompatibilidade, no entanto, surge na segunda etapa da execução dos planos de reaparelhamento quando o Estado determina, segundo critérios seletivos por ele estabelecidos, o regime de aplicação dessa poupança compulsória. Nesta fase, os empresários particulares se convertem em administradores de caráter público, que recebem, para um fim que lhes é prefixado, recursos que terão de gerir segundo critério também pre-estabelecido.

E certo, mais uma vez, que o capitalismo de transição suporta todas essas interferências do poder público. Mas isto indica, de lado, que tal capitalismo, como já se apontou, consiste, realmente, num crescente processo de socialização. De outro lado, tal situação põe em claro a circunstância de que o reaparelhamento geral será tanto mais rápido e eficiente quanto maior soma de poderes se concentrarem no Estado e quanto menor soma de resistência houver por parte da iniciativa particular. É evidente, portanto, que o reaparelhamento se fará tanto melhor quanto mais socializada for a economia.

d) A racionalização e tecnificação da produção e a exploração de novas riquezas naturais obedece aos mesmos princípios apontados na alínea anterior. O reaparelhamento é uma das formas da racionalização e da tecnificação da produção. No presente estudo deu-se especial destaque ao reaparelhamento em virtude do fato de esse problema ter uma relevância toda particular no Brasil, onde, além do baixo índice de racionalização e tecnificação da produção — considerada em geral — se verifica a completa obsolescência do material de certos empreendimentos básicos, como as estradas de ferro, os portos, etc. Mas a racionalização e a tecnificação da produção, em geral, caracterizada pela necessidade de se adotar novos métodos na divisão do trabalho e novos processos na produção de bens, constitui um esforço cuja execução implica, igualmente, na socialização, porquanto o Estado, como no caso particular do reaparelhamento, tem de promover

uma economia compulsória e tem de fixar os critérios de aplicação desses novos recursos.

Acrescente-se que, freqüentemente, o baixo índice de racionalização ou de tecnificação da produção, além de proveniente da escassez de economias investíveis, acusa uma propensão para trabalhar em regime de altos custos, pequena produção e baixa produtividade. Nos países subdesenvolvidos, tal regime, em determinadas condições (sempre que escassa a concorrência real ou potencial, o que se verifica em inúmeros ramos) é o que possibilita melhor taxa de lucro, e, para um montante determinado de lucro, é o que permite maior possibilidade de atribuir a esse lucro uma finalidade de consumo. Assim sendo, quanto mais socializada for a produção, tanto mais possível será transformar o seu regime, fazendo-se com que ela opere em condições de baixos custos, grande produção e alta produtividade. E tanto mais possível será atribuir ao produto líquido uma finalidade reprodutiva.

Quanto à exploração de novas riquezas naturais — exploração essa que constitui uma das aplicações preferidas do capitalismo em fase de expansão — nas fases de declínio do capitalismo e nos países subdesenvolvidos, sua promoção só é possível com intervenção do Estado. Isto porque, internamente, já se encontrando em regime de exploração as riquezas naturais de mais fácil acesso, as demais exigem grandes investimentos (prospecção, lavra experimental, etc.) só remuneráveis a prazo longo. E exigem facilidades quase sempre inexistentes nos locais onde se encontram tais riquezas ainda não exploradas, como transportes, energia elétrica, etc. No que se refere às circunstâncias externas, a exploração de tais riquezas se defronta, quasi sempre, com uma concorrência difícil de enfrentar (custos históricos menores, apoio de uma economia forte, nos países desenvolvidos, utilização de mão de obra servil, nos empórios coloniais, etc.), o que exige a intervenção do Estado em forma de subsídios de exportação, taxas cambiais de privilégio, etc. É evidente, portanto, que nem os particulares se dispõem a enfrentar essas dificuldades, nem podem fazê-lo sem a maior assistência do Estado, o que tudo implica em se reconhecer que, quanto mais socializada for a exploração de tais riquezas, tanto mais viável será.

## B. Problemas de Conjuntura

O combate ao complexo escassez-carestia, que caracteriza a conjuntura econômica brasileira, implica, tal como o atendimento de nossas necessidades estruturais, na desprivatização dos meios de produção. Realmente:

a) A estabilização de preços e salários, nos países subdesenvolvidos, é inexequível pelos processos clássicos do tabelamento — como o demonstra o completo fracasso da CCP e da COFAP — e inviável pela simples adoção do racionamento — como se verificou com a passada experiência da Coordenação Econômica. Isto porque, além de o Estado cartorial não dispôr de condições para nenhuma ação eficaz, sua intervenção é neutralizada pela impossibilidade de realmente estabilizar os preços. Da conjunção entre capitalismo e subde-

envolvimento decorre o fato de a produção — submetida por razões capitalísticas a finalidade de lucro — sofrer um contínuo encarecimento de custos — uma vez que, por causa do subdesenvolvimento, é baixa a produção e a produtividade.

Procedendo-se a economia de exploração pela via dos sucessivos encarecimento de preço, como congelar preços de produtos cujo custo é continuamente mais caro? Como, ademais, controlar o encarecimento de custo se, às dificuldades técnicas de tal controle — quando é privada a produção — se acrescenta a circunstância de a escassez forçar tal encarecimento?

Diversamente, a socialização da produção permite ao Estado — que por causa desta mesma socialização e de outros fatores, deixará de ser cartorial para tornar-se um Estado-serviço — o absoluto controle de todos os elementos em jogo. E certo que, enquanto não se fizerem sentir os efeitos do fortalecimento da estrutura econômica do país, permanecerá uma relativa escassez. Tal escassez, todavia, será menor que a existente, por causa da melhor distribuição dos produtos. E, graças ao seu controle da produção, poderá o Estado racionar os produtos escassos, sem forçar-lhes a majoração dos preços.

b) A organização do abastecimento da mesma forma, é tanto mais possível quanto mais socializada a produção, eis que, desaparecendo os monopólios e oligopólios, deixa de se fazer sentir sua interferência para o encarecimento dos gêneros, mediante o agravamento da escassez e a especulação nas fases intermediárias da circulação dos bens.

## II. Problema Social

Se a socialização dos meios de produção é condição de eficácia e muitas vezes de possibilidade da solução dos problemas que caracterizam a estrutura e a conjuntura econômicas brasileiras, a mesma socialização é um imperativo sine qua non para a solução de nossa crise social. Como se verificou no Capítulo II da Segunda Parte deste Estudo, a crise social brasileira apresenta dois aspectos essenciais: a economia de exploração e o antagonismo das classes.

### A. ECONOMIA DE EXPLORAÇÃO

Conforme se verificou na 2ª Parte deste trabalho, Capítulo VII, a liquidação da economia de exploração exige a adoção de medidas que realizem os objetivos ou que se revistam das características seguintes:

a) Estabilização dos custos e controle dos lucros visando a converter-los em estímulos razoáveis para a atividade econômica e em fonte de acumulação de capital para novos investimentos de sorte a se acabar com todas as formas de privilégio na repartição da renda e a se elevar o índice de poupança social e a capacidade de investimento.

b) Liquidação do parasitismo burocrático, mobilizando-se os órgãos públicos para a execução dos empreendimentos essenciais ou reprodutivos.

c) Vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador.

A simples enunciação das medidas supra transcritas revela o fato de as mesmas implicarem na socialização da produção. Como estabilizar as custas sem interferir no seu processo de formação? Ora nos países sub-desenvolvidos, a economia sendo caracterizada pela escassez dos bens de capital e da técnica, e pela inelasticidade dos produtos, a interferência na formação dos custos não se pode fazer apenas por via indireta, através de mecanismos tributários, creditos e aduaneiros. Tanto é verdade que estes processos vêm sendo tentados no Brasil, pelos menos desde 1930, sem nenhum êxito. Portanto, só o controle direto, gestional, permite atingir a estabilização dos custos, porque, podendo o Estado jogar com todos os fatores de produção, está em condições de mobilizá-los segundo critérios seletivos, assegurando o baixo custo dos produtos que exigem tal política e mantendo em níveis estáveis todos os demais custos. Mas como a intervenção gestional é incompatível com a propriedade privada dos meios de produção, segue-se que somente a socialização permite a aplicação dessa medida.

Por outro lado, o controle dos lucros, no sentido referido na alínea «a», supra, é igualmente incompatível com a propriedade privada dos meios de produção. Isto porque é impossível, como hoje se reconhece pacificamente, manter uma estrutura capitalista privando-a de seus estímulos específicos. O estímulo específico do capitalismo é o interesse no lucro. Este, por sua vez, resulta, em partes variáveis, conforme as circunstâncias e as pessoas, da vontade de poder e da vontade de usufruição. Ora tal estímulo é incompatível com a redução do lucro a simples fonte de acumulação de capital para novos investimentos. Em primeiro lugar — o que é essencial para os tipos voluptuaristas do capitalismo, como é o brasileiro — a destinação do lucro a finalidades econômico-sociais priva o capitalista de seu poder de usufruição. E assim suprime, para a maioria dos empresários, o elemento mais estimulante do lucro. Em segundo lugar, a redução do lucro a uma destinação econômico-social implicando numa regulamentação dos investimentos, de acordo com critérios seletivos de ordem geral, retira do empresário o poder de livre disposição sobre o lucro como fator de produção e, assim sendo, prejudica aquele elemento do lucro que lhe estimularia a vontade de poder.

A liquidação do parasitismo burocrático, referida na alínea «b», supra, só é possível com a liquidação do Estado Cartorial, uma vez que aquele representa um efeito necessário deste. Ora, a liquidação do Estado cartorial só é possível mediante a completa modificação de suas condições reais e ideais de existência. Tais condições, como vimos, se exprimem na política de clientela e resultam do processo mesmo da economia de exploração. Somente a supressão da economia de exploração, permite a liquidação do Estado cartorial e, desta forma, a liquidação do parasitismo burocrático. Ora a economia de exploração, como se analisou na 1ª Parte deste trabalho, capítulo II, encontra sua base na propriedade privada dos meios de produção. Eis porque a liquidação do parasitismo burocrático exige a socialização dos meios de produção.



Quanto à vinculação entre tôdas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador, referida na alínea «a», supra, a aplicação de tal medida exige a desprivatização dos meios de produção por causa da reação eleitoral das massas. Antes da massificação, o capitalismo podia reduzir ao mínimo a participação do trabalhador sobre o produto final de seu trabalho. Verificaram-se, assim, clamorosas injustiças sociais. Mas mantinha-se o equilíbrio entre a produção e o consumo sociais, considerados como um todo. Depois da massificação e da conquista, pelas massas, do comando eleitoral, processou-se a um fenômeno inverso. Os trabalhadores, embora se mantenham em condições alienada e sub-humana, logram, as vezes, forçar os empresários a lhes dar um salário nominal superior ao valor de sua produção. Tal desproporção será, posteriormente, compensada por via inflacionária, reduzindo à justa proporção a relação entre meios de pagamento e utilidades. Mas permanecem os efeitos deletérios da inflação, uma de cujas consequências, inclusive, será a redução de salário real do trabalhador, desta forma se lhe anulando as vantagens de elevação nominal do salário. Somente a socialização da produção, portanto, permite estabelecer uma dependência real entre a produção e a remuneração.

#### B) ANTAGONISMO DAS CLASSES

Da análise empreendida sobre este problema resulta, como se viu no capítulo VII, que a eliminação do antagonismo das classes só é possível mediante a adoção das seguintes medidas:

- a) Liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe.
- b) Promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade.
- c) Formação de um movimento social apoiado numa ideologia e orientado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados.

Os três conjuntos de medidas indicadas nas alíneas supra constituem, de tôdas as providências verificadas como necessárias para resolver a problemática brasileira, aquelas que mais dependem da socialização da produção. A relação de dependência entre as medidas acima enumeradas e a socialização são de tal ordem que dispensam maiores esclarecimentos.

Basta observar, que, quanto ao item «a», depois da Revolução Burguesa, a base de todos os privilégios foi, não apenas a propriedade privada dos bens de produção mas, sobretudo, a transmissão hereditária de tais bens. Sem esta, aquela não seria possível, porque a propriedade se converteria em mera posse e tenderia, mesmo como posse, a se desprivatizar. Mas a transmissão hereditária da riqueza constitui a essência mesma da injustiça social, eis que os meios de ação e as oportunidades deixam de ser iguais para todos, para se tornarem privilégio dos herdeiros. A supressão desta injustiça (supressão que se impõe não apenas por motivos morais abstratos mas por motivos concretos de ordem econômico-social) só é possível se se proceder à socialização dos meios de produção.

— Quanto ao item «b», tenha-se em vista que a promoção da circulação das elites, na forma referida no item em apreço, só pode ser acelerada e ampliada — de sorte a abranger a todos os cidadãos de cada uma das gerações — se for abolida a propriedade privada dos meios de produção; somente a socialização permite a todos os homens iniciarem suas vidas em condições iguais, de tal sorte que sua diferenciação resulte do próprio valor e não de privilégios estranhos à capacidade individual.

— Quanto ao item «c», parece evidente, levando-se em conta tudo o que foi ali agora exposto, que a ideologia capitalista perdeu qualquer apelo social, somente podendo lograr aceitação um projeto de convivência que se apoie na socialização dos meios de produção.

#### III — PROBLEMA CULTURAL

As relações entre a cultura e a socialização da produção não são de conteúdo, mas de condicionamento. Se excluirmos os materialistas mais radicais, como os marxistas (e muitos textos de Marx e Engels desautorizam um economismo total) a maioria dos autores reconhece que o estatuto de propriedade não implica em um conteúdo cultural predeterminado, mas apenas condiciona, exteriormente, a formação da cultura. É neste sentido que as medidas a cuja formulação se chegou, no capítulo XVIII, a partir da análise de nossa problemática cultural, compõem um repertório de providências que se beneficiaria particularmente, com a socialização da produção. A socialização da produção não implica, necessariamente, na realização de tais medidas. Mas a realização dessas medidas só é perfeitamente exequível se for socializada a produção. Consideremos, sucintamente, a realização entre as quatro ordens de providências ou atividade indicadas no capítulo VIII e a socialização da produção.

- a) Criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional.
- b) Desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise, os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural.
- c) Reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores.
- d) Imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros.

Como se observa, donde logo, a relação entre essas quatro ordens de providências, ou de rumos, e a socialização da produção apresenta um grau variável.

Relativamente ao objetivo referido na alínea «a» supra, a socialização tem a vantagem de possibilitar a educação para a cultura e o exercício da cultura pura. O regime capitalista, subordinado à lu-

cratividade, oferece muito maiores dificuldades para as iniciativas desinteressadas. O Estado, sempre em luta com a resistência dos contribuintes, nunca dispõe de facilidades orçamentárias para grandes investimentos de finalidade cultural. Os particulares não são propensos às doações culturais. E se o exemplo norte-americano contradiz esta regra, a verdade é que este exemplo constitui caso isolado. Na conferência de Utrech, de 1948, que reuniu delegações de quase todas as universidades, as universidades de países capitalistas, com exceção das americanas, foram unânimes em declarar que a falta de recursos constituía seu principal problema.

É de reconhecer-se, portanto, que a socialização da produção encontre condições mais favoráveis para o financiamento da cultura, permitindo a formação de quadros de estudiosos e pesquisadores completamente liberados de preocupações econômicas.

No que se refere às diretrizes constantes da alínea «b», supra, há uma dependência ainda maior entre a realização de tais diretrizes e a socialização da produção. Realmente, a socialização da produção produz uma integração muito maior entre os fatores da produção e a realidade nacional, porquanto aqueles se articulam como um todo em face desta. Também considerada como um todo. Daí a necessidade de compreender a concentricidade das circunstâncias, necessidade esta própria à cultura. Por outro lado, como a gestão de uma economia socializada implica numa grande elaboração teórica, que leve em conta, quantitativamente e qualitativamente, todos os elementos em jogo, se estabelece um círculo concreto entre a teoria e a prática, entre a ideologia e a realidade. É indiscutível, portanto, que a socialização da produção constitui um fator quasi necessário da radicação social da cultura na realidade.

É com relação à meta e aos processos referidos na alínea «c», supra, no entanto, que se manifesta uma dependência necessária para com a socialização. O Estado pedagógico, o Estado que educa para a vida todos os cidadãos, segundo as exigências daquela e as aptidões destes, e que baseia todos os critérios de seleção pessoal no processo educativo, tem de repousar, necessariamente, sobre uma economia socializada. Em primeiro lugar, porque a absoluta adequação entre a educação e a vida pressupõe, além de outros elementos, o controle, por parte do educador (Estado) das oportunidades de exercício profissional da educação recebida. Em segundo lugar, porque a hierarquização da sociedade em função da capacidade dos cidadãos, tal como estes a revelam, principalmente no curso da educação, só é possível se houver unidade de critérios e de comando na fixação das funções sociais de cada cidadão.

Quanto ao último aspecto da questão, focalizado na alínea «d» supra, é igualmente óbvio que a socialização da produção, dando ao Estado o controle dos empregos, lhe permite muito mais fácil e rapidamente organizar quadros de especialistas, com aproveitamento de todos os valores. Acrescente-se que a socialização possibilita, em muito maior escala, o aproveitamento de estrangeiros em funções públicas, com o decorrente aumento de qualificação dos quadros dirigentes, por isso que desaparece aquela atomização individualista do capitalismo,

que possibilitava a pequenos grupos organizados uma ação manipuladora, e, desaparecendo tal risco, desaparecem os motivos de suspeita contra a incorporação de alienígenas à tripulação do Estado.

#### IV. PROBLEMA POLÍTICO

A análise da crise política brasileira, empreendida na 1ª Parte deste estudo, Capítulo IV, levou à formulação das soluções enunciadas, genericamente, no capítulo IX, nos seguintes termos:

- a) Liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz.
- b) Instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional.
- c) Instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional.
- d) Urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país, sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados.

A dependência existente entre o alcance dos alvos ou a adoção dos processos acima referidos e a socialização dos meios de produção é tão estreita quanto a dependência entre as soluções exigidas pela crise social e a mesma socialização da produção. Considere-se nesse sentido, os quatro itens supra enunciados.

Com relação ao item «a», referente à liquidação do Estado cartorial e a sua substituição pelo Estado serviço, a socialização se apresenta como condição necessária da realização do projeto em apêço. Isto porque, como se verificou na 1ª Parte deste estudo, a formação de uma classe média ociosa e desempregada decorreu do fato de a economia brasileira ter permanecido primária e de se haver processado como economia de exploração. Daí a tendência a se constituir o Estado cartorial, como solução de compromisso entre uma classe média economicamente frágil e politicamente forte e uma burguesia latifundiária e urbana economicamente todo-poderosa e politicamente fraca. Liquidar o Estado cartorial implica em aplicar, produtivamente, a capacidade de trabalho da classe média. Tal efeito poderia se dar parcialmente, ao cabo de um longo processo evolutivo, conforme se fosse tornando menos primária nossa economia e menos viável a economia de exploração. Mas, além da demora, os resultados seriam parciais, eis que a possibilidade de aplicação produtiva da classe média não excluiria a relação de dependência econômica desta classe para com a burguesia, nem a relação de dependência política da burguesia para com a classe média. Assim sendo e levadas em conta as demais circunstâncias brasileiras, persistiriam, embora em menor escala, as condições que provocam a formação do Estado cartorial. Somente a socialização permite a liquidação do Estado cartorial e a implantação do Estado-serviço. Em primeiro lugar, porque a gestão socializada da economia exige se converta a burocracia cartorial numa burocracia gerencial de sorte a substituir os controles ditos espontâneos e automáticos do mercado pelo controle planejado. Em segundo lugar



porque só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica, fazendo desaparecer o poder econômico privado.

Quanto à alínea «b», supra, relativa ao planejamento da política interna do Estado, a importância da socialização decorre do fato de ela, ao mesmo tempo, permitir e exigir a adoção de uma política interna baseada num planejamento geral. A socialização permite tal política porque oferece aos dirigentes do Estado a possibilidade de um conhecimento total da situação e de um controle total dos fatores existentes. Mais do que isto, porém, a socialização obriga o Estado a agir segundo planos, sob pena de um colapso geral e imediato, eis que as coisas deixam de existir ou de se fazer por motivos peculiares a elas e passam a depender da elaboração de planos apropriados e de sua apropriada execução.

No que se refere à política externa, mencionada na alínea «c», supra, o papel da socialização é igualmente duplo. De um lado, oferece a possibilidade de um conhecimento e de um controle totais dos recursos e fatores existentes, assim dando margem a que o Estado enfrente suas relações internacionais com absoluta superioridade sobre os Estados capitalistas. De outro lado, força o Estado a calcar sua política internacional sobre a política nacional e, portanto, sobre os estudos e projetos em que esta se baseia. Isto porque a política internacional do Estado deixa de ser formal e meramente tuteladora de interesses particulares que se ajustam a si próprios, para tornar-se uma relação de interesses concretos a serviço das necessidades internas.

Quanto ao item final «e» supra, relativo à urgência de uma ação internacional, por parte do Estado brasileiro, salvaguardadora de nossos interesses ameaçados, trata-se de uma exigência de conjuntura a qual se aplica, de um modo geral, o que foi observado anteriormente. Ademais, vale acentuar que a rápida e profunda modificação de nossa política internacional é impossível sem a liquidação do Estado cartorial e sua substituição pelo Estado-serviço.

Março, 1953

HÉLIO JAGUARIBE

## O PROCESSO DA PAZ

### INTRODUÇÃO

A guerra ou a paz, por muito que atualmente se confundam, nestes anos de guerra fria, constituem a alternativa fundamental do nosso tempo. Para os países latino-americanos, que se defrontam com o dilema de conquistar, a curto prazo, seu pleno desenvolvimento econômico e cultural, ou perder definitivamente a oportunidade de alcançar um destino histórico próprio, a irrupção da guerra, no futuro próximo, representaria um risco talvez insuperável de perda das possibilidades de auto-afirmação.

É indispensável, por isso, que a meditação sobre o problema da guerra e da paz seja empreendida por todos os homens — e não apenas pelas cúpulas político-militares — e é indispensável que essa meditação se apoie num conhecimento objetivo dos fatos e num contacto direto com os documentos que refletem os atos e as intenções dos principais protagonistas.

Os estudos constantes da parte internacional deste número procuram interpretar as posições que os países de quem e além da cortina de ferro veem adotando em face da alternativa guerra ou paz. Para proporcionar aos leitores o contacto direto com os documentos fundamentais relativos à questão, publicamos, adiante, os seguintes textos:

1. Informe do Sr. Malenkov ao XIX Congresso do Partido Comunista russo.
2. Discurso de Stalin, no encerramento do mesmo Congresso.
3. Entrevista de Stalin no *New York Times*, em 21-XII-1952.
4. Mensagem do Sr. Eisenhower sobre o estado da União, em 2-II-1952.
5. Discurso do Sr. Malenkov ao Supremo Soviete, em 14-III-1953.
6. Discurso do Sr. Eisenhower perante a Sociedade Americana de Diretores de Jornais, em 16-IV-1953.
7. Discurso do Sr. Foster Dulles aos Diretores de Jornais dos Estados Unidos, em 18-IV-1953.
8. Editorial da *Pravda*, de 25-IV-1953, sobre os dois discursos acima.
9. Discurso do Sr. Churchill, nos Comuns, em 11-V-1953.
10. Discurso do Sr. Attlee, de 12-V-1953, em apóio ao Sr. Churchill.
11. Entrevista coletiva à imprensa do Sr. Eisenhower, em 14-V-1953.
12. Discurso do Sr. Eisenhower, de 19-V-1953, interpretando o programa russo de paz.
13. Proposta do Sr. Eisenhower para uma conferência tripartite, de 21-V-1953.
14. Editorial de *Pravda* sobre a situação internacional.
15. Da conferência das Bermudas à reunião de Washington.

INFORME DO SR. MALENKOV SOBRE O TRABALHO DO COMITÊ CENTRAL DO P.C. (b) DA U.R.S.S. AO XIX CONGRESSO DO PARTIDO

I

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL DA UNIÃO SOVIÉTICA

CAMARADAS, o período transcorrido desde o XVIII Congresso do partido é rico de acontecimentos de importância histórica mundial. A segunda guerra mundial abalou até os alicerces a vida de muitos povos e Estados e transformou a face da terra. A guerra preparada pelas forças da reação imperialista internacional e desencadeada no Oriente pelo Japão militarista e no Ocidente pela Alemanha hitlerista, embarçou os cálculos dos seus inspiradores, e, graças à luta heróica do povo soviético, terminou com resultados imprevistos para os imperialistas.

A União Soviética em vez de ser destruída ou enfraquecida, reforçou-se; cresceu o prestígio internacional da União Soviética. Em lugar do enfraquecimento e da derrota da democracia, vários países do centro e sudeste da Europa desligaram-se do capitalismo e estabeleceram o regime Democrático-Popular. Em vez de uma dominação maior dos povos dos países coloniais e dependentes, produziu-se um novo e poderoso ascenso da luta de libertação nacional nesses países e se tornou mais aguda a crise do sistema colonial do imperialismo. A histórica vitória do grande povo chinês assentou um duro golpe em todo o sistema imperialista mundial. Hoje, um terço da humanidade já foi arrancado ao jugo do imperialismo e libertado das cadeias da exploração imperialista.

No próprio mundo capitalista, como resultado da guerra, três grandes Estados, Alemanha, Japão e Itália, deixaram de figurar entre as grandes potências, e a França e a Inglaterra perderam suas antigas posições.

O período de após guerra é um período de novo enfraquecimento do sistema capitalista mundial e de crescimento das forças da democracia e do socialismo.

No terreno econômico, os anos de após-guerra têm sido anos de acumulação de novas dificuldades econômicas nos países capitalistas, de expansão crescente do imperialismo americano e de agravação, por isso, das contradições entre os países capitalistas. Estas contradições se acentuaram pelas tentativas dos círculos imperialistas de encontrar uma solução para as dificuldades econômicas no caminho da militarização da economia e da preparação de uma nova guerra.

No terreno político, o período de após-guerra destacou-se pela formação dos dois campos: o campo agressivo e anti-democrático, encabeçado pelos Estados Unidos, e o campo da paz e da democracia. Nesse período, formou-se no mundo capitalista um novo centro reacionário e de agressão, personificado pelos Estados Unidos, de onde parte agora a principal ameaça à causa da paz, à causa da liberdade e da independência nacional dos povos. Ante esse perigo, as forças amantes da paz se ergueram em todos os países para a luta decidida em defesa da paz e da independência nacional de seus países.

No período de após-guerra, a União Soviética vem continuando seu avanço, interrompido por causa da conflagração, pelo caminho do desenvolvimento pacífico e da passagem gradual do socialismo ao comunismo. Os anos de após-guerra têm sido anos de grandes realizações na indústria, no transporte, na agricultura, em todos os ramos da ciência, da cultura e da arte. Esses anos trouxeram também a maior consolidação do regime soviético, o fortalecimento da unidade moral e política da sociedade soviética e da amizade entre os povos do nosso país.

Durante todos esses anos, a União Soviética tem sustentado uma luta ativa pela manutenção e consolidação da paz no mundo inteiro.

Examinemos os principais aspectos da situação internacional.

1 — O NOVO ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL E A SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES CAPITALISTAS

O quadro geral da situação econômica mundial se caracteriza no momento pela existência de duas linhas de desenvolvimento.

A primeira linha é a do ascenso ininterrupto da economia de paz na União Soviética e nos países de Democracia Popular, economia que não conhece as crises e que se desenvolve com o objetivo de satisfazer ao máximo as necessidades materiais e culturais da sociedade. Essa economia assegura a elevação sistemática do nível de vida das massas populares e a ocupação completa da mão de obra. Caracteriza essa economia a colaboração econômica amistosa de todos os países que formam o campo democrático.

A segunda linha é a da economia do capitalismo cujas forças produtivas se estagnam, uma economia que se debate em meio da crise geral cada vez mais profunda do capitalismo e das crises econômicas que incessantemente se repetem; é a linha da militarização da economia e do desenvolvimento unilateral dos ramos de produção que trabalham para a guerra, a linha da rivalidade entre os países e da escravização de alguns países por outros. A causa desta situação é que essa economia se desenvolve não em proveito da sociedade, mas para garantir o máximo de lucros aos capitalistas mediante a exploração, a ruína e empobrecimento da maioria da população do país respectivo, através da submissão e do saque sistemático dos povos de outros países, sobretudo dos países atrasados e, por fim, mediante as guerras e a militarização da economia nacional.

O desenvolvimento da produção da U.R.S.S. e dos países capitalistas caracteriza-se pelos seguintes índices:

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NA U.R.S.S. E NOS PAÍSES CAPITALISTAS DE 1929 A 1951

(Porcentagens, tomando por base o ano de 1929)

	1929	1939	1943	1946	1947	1948	1949	1950	1951
U.R.S.S. ....	100	552	573	466	571	721	870	1082	1266
EE. UU. ....	100	99	217	155	170	175	160	182	200
Inglaterra ....	100	123	*	112	121	135	144	157	160
França ....	100	30	*	63	74	85	92	92	104
Itália ....	100	108	*	72	93	97	103	118	134

(\*) Não há dados publicados.

Através deste quadro vê-se que o volume da produção industrial da U.R.S.S. em 1951, representa 1.266% com relação a 1929, isto é, aumentou durante esse período quase 13 vezes; no período de após-guerra, tanto como no de pré-guerra, a indústria soviética marcha sem cessar, numa linha ascendente, na base do desenvolvimento da produção de paz.

Através deste quadro vê-se ainda que nos Estados Unidos a produção industrial estagnou-se no período compreendido entre 1929 e 1939, elevou-se depois, mas, unicamente à custa de um aumento considerável da produção bélica durante a segunda guerra mundial, mais tarde caiu de modo considerável e tornou a crescer somente em consequência do desencadeamento da guerra contra o povo coreano e da passagem para a desenfreada corrida armamentista, duplicando-se por isso em 1951, em comparação a 1929.

Durante este mesmo período, a produção industrial da Inglaterra cresceu apenas em 60%, e em uma série de outros países capitalistas da Europa Ocidental a produção continua estagnada em torno do nível de 1929.

Nos países europeus de Democracia Popular, apesar de terem sofrido com a guerra muito mais que os países capitalistas da Europa Ocidental, foi o nível da produção industrial em 1951 multiplicado, em relação ao de pré-guerra, por 2,9 vezes na Polônia; na Tchecoslováquia, 1,7 vezes; na Hungria, por 2,5 vezes; na România, 1,9 vezes; na Bulgária, 4,6 vezes, e na Albânia, mais de 5 vezes. Nestes países verifica-se também o ascenso contínuo da agricultura; desenvolve-se com especial rapidez a produção das culturas industriais e obtiveram-se notáveis progressos na criação de gado.

A República Democrática Alemã conquistou grandes êxitos no desenvolvimento de sua economia. Em 1952, a produção industrial da República não só foi restabelecida, mas ultrapassou em 36% o nível de antes da guerra; em 1951, o volume da produção industrial foi 2,4 vezes superior ao de 1946; crescem de ano para ano a metalurgia, a construção de máquinas, a indústria química e a produção de energia elétrica. A agricultura, ultrapassou o nível de antes

da guerra tanto no que se refere às superfícies semeadas como ao rendimento.

Desenvolve-se com rapidez a economia da República Popular da China. O povo chinês trabalha com enorme entusiasmo e supera com êxito as duras consequências de uma longa e devastadora guerra contra os invasores japoneses e a reação do Kuomintang. Desde a instauração do Poder Democrático-Popular, o desenvolvimento industrial da China se processa com ritmo rápido: em 1951, o volume da produção industrial cresceu em mais do dobro com relação a 1949; restabeleceu-se o transporte ferroviário, constroem-se em ritmo acelerado novas estradas de ferro. Como resultado da grande reforma agrária realizada pelo Governo Popular da China conseguiram-se grandes êxitos na agricultura: em 1951, a produção de cereais representou 128% em relação a 1949 e a do algodão, 252%. Enquanto na velha China as finanças do país estavam completamente desorganizadas e a inflação atingia enormes proporções, o Governo Popular da China consolidou as finanças e estabilizou a moeda.

Na República Democrática Popular da Coreia, depois de sua libertação do jugo dos colonizadores japoneses, conseguiu-se um grande ascenso econômico. Já em 1949, o volume da produção industrial era 4 vezes maior do que o de 1946. No campo, depois de realizada a reforma agrária pelo Governo Democrático Popular, as superfícies semeadas aumentaram de cerca de 25% e cresceu consideravelmente o rendimento de todos os cultivos agrícolas. A agressão dos imperialistas americanos interrompeu o pacífico trabalho construtivo do povo da República Democrática Popular da Coreia. As tropas norte-americanas e outras que operam sob a bandeira da O.N.U. destroem bárbaramente as cidades e os povoados pacíficos da Coreia do Norte, sua indústria e sua agricultura.

Alcançou grandes êxitos no desenvolvimento de sua economia a República Popular da Mongólia. Ano após ano cresce e se fortalece a economia nacional da República, melhora o bem-estar material e floresce a cultura do povo mongol. O ramo fundamental da economia do país, a criação de gado, progride incessantemente; desde a proclamação da República, o número de cabeças de gado aumentou 2,5 vezes; todo o gado pertence hoje aos camponeses trabalhadores. No último decênio, a produção da indústria do Estado e das cooperativas cresceu quase o triplo.

Todos os dados que caracterizam o desenvolvimento da produção nos países capitalistas e nos do campo democrático atestam que o ritmo de crescimento da produção industrial dos países capitalistas, inclusive a dos Estados Unidos, está consideravelmente aquém do ritmo de progresso da indústria da U.R.S.S. e das Democracias Populares.

Desses dados deduz-se, além disso, que a produção industrial dos países capitalistas só recuperou uma certa atividade em consequência dos preparativos de guerra e da necessidade de alimentar a máquina de guerra durante as hostilidades.

A segunda guerra mundial longe de eliminar essas contradições econômicas e políticas do capitalismo, pelo contrário, agravou-

as, abalou a economia dos países capitalistas e aprofundou a crise geral do sistema capitalista mundial. A segunda guerra mundial não justificou as esperanças da grande burguesia dos Estados imperialistas. Cada um dos dois grupos capitalistas que lutaram entre si no período da guerra, esperava, mediante o emprêgo da força armada, efetuar uma nova repartição do mundo, apoderar-se de novas fontes de matérias primas, ampliar os mercados para seus produtos, isto é, reforçar sua própria situação econômica às expensas de seus adversários e conquistar a dominação mundial.

Mas estes cálculos falharam. Embora a Alemanha e o Japão tenham sido eliminados como principais concorrentes dos três países capitalistas mais importantes — EE.UU., Inglaterra e França — (estes países, especialmente os EE.UU., esperavam desta maneira multiplicar sua produção por quatro ou cinco vezes) as esperanças destes últimos sofreram um ruidoso fracasso. Ainda mais: do sistema capitalista se desligaram a China e as Democracias Populares da Europa, formando junto com a União Soviética o campo unido e poderoso da paz e da democracia, oposto ao campo do imperialismo.

Como assinala o camarada Stalin, o resultado econômico da formação dos dois campos opostos foi a desagregação do mercado mundial único e a formação de dois mercados mundiais paralelos o mercado dos países do campo da paz e da democracia e o mercado dos países do campo agressivo e imperialista. A desagregação do mercado mundial único é o resultado econômico mais importante da segunda guerra mundial e de suas conseqüências econômicas.

Os dois mercados mundiais se desenvolvem em direções opostas. O novo mercado mundial, democrático, desconhece as dificuldades de venda, porque sua capacidade de absorção aumenta de ano para ano em consonância com o crescimento da produção nos países do campo da democracia — crescimento sem crise — uma vez que o incremento incessante da produção de todos os países do campo democrático amplia cada vez mais a capacidade de absorção do mercado democrático. Por outro lado, existe outro mercado mundial, imperialista, não ligado a U.R.S.S. nem aos demais países democráticos, razão por que é um mercado restrito e que sofre dificuldades de venda causadas pelas interrupções e as crises na produção, pelo desemprego forçado e a pauperização das massas e por se achar isolado dos países democráticos. É preciso, além de tudo, ter em conta que, como resultado da desagregação do mercado mundial único, reduziu-se grandemente a área de utilização dos recursos mundiais pelas forças dos principais países capitalistas (EE.UU., Inglaterra e França); daí resulta que o mercado capitalista mundial se contrai cada vez mais, e as condições de venda de mercadorias nesse mercado pioram e continuam piorando.

Os resultados da segunda guerra mundial foram diferentes para os diversos Estados capitalistas, o que determinou mudanças essenciais nas relações econômicas entre estes países. Em conseqüência das prolongadas hostilidades, das perdas humanas e dos prejuízos materiais sofridos, a economia de vários países beligerantes se viu abalada. Isto se refere, em primeiro lugar, à Alemanha, à Itália e ao Japão. Sofreram também grandes danos a França, a Holanda,

a Bélgica e alguns outros países. A Inglaterra debilitou-se consideravelmente.

Os Estados Unidos se enriqueceram com a guerra, os miliardários americanos consolidaram suas posições econômicas. Contudo, os EE.UU. não conseguiram seu objetivo; não puderam estabelecer o domínio do capital norte-americano sobre o mercado mundial. Os EE.UU. esperavam quadruplicar ou quintuplicar sua produção depois de eliminar a Alemanha e o Japão. Mas só elevaram sua produção ao dobro, e atualmente descambam para a crise econômica. É um fato que nos EE.UU. existem hoje, pelo menos três milhões de desempregados totais e um número maior ainda de desempregados parciais. As greves de massas dos operários complicam ainda mais os negócios dos miliardários ianques. E isto ocorre porque a indústria dos EE.UU., por causa dos círculos governantes da América do Norte, se viu privada de mercados como a U.R.S.S., a China e os países Democráticos-Populares europeus.

Atualmente, o imperialismo norte-americano atua não só como um explorador internacional que escraviza os povos, mas também como uma força que desorganiza a economia dos demais países capitalistas. Aproveitando-se do debilitamento de seus concorrentes, o capital monopolista dos EE.UU. se apoderou depois da guerra de uma parte importante do mercado capitalista mundial. Destruí as relações econômicas multi-laterais historicamente constituídas entre os países capitalistas, substituindo-as por relações unilaterais destes países com os EE.UU. Forçando sua exportação mediante o *dumping* mais descarado e protegendo ao mesmo tempo seu mercado interno contra a importação de mercadorias estrangeiras, o que tem como conseqüência asfixiar o povo norte-americano pelos altos preços, os monopólios ianques desorganizam cada vez mais o mercado capitalista mundial. O imperialismo americano priva os países da Europa Ocidental da possibilidade de obter produtos alimentícios nos antigos mercados da Europa Oriental para onde os países da Europa Ocidental sempre exportaram grande quantidade de artigos industriais em troca de víveres e matérias primas.

Semelhante política econômica do imperialismo americano tinha que provocar, forçosamente, um aguçamento das contradições entre os Estados Unidos e os demais Estados capitalistas. As principais continuam sendo as contradições entre os EE.UU. e Inglaterra. Estas contradições adquirem a forma de uma luta aberta dos monopólios norte-americanos e ingleses pelas fontes de petróleo, borracha, metais não ferrosos e raros, enxofre e lã e pelos mercados.

A isto devemos acrescentar as contradições, muito sérias, entre os EE.UU. e o Japão, entre os EE.UU. e a Itália e entre os EE.UU. e a Alemanha Ocidental, que vivem sob o jugo da ocupação dos ditadores dos EE.UU. Seria ingênuo pensar que estes países vencidos consentirão em viver por tempo indefinido sob a bota dos ocupantes norte-americanos. Seria estúpido pensar que eles não tentarão, de um modo ou de outro, libertar-se da opressão dos EE.UU. para viver uma vida livre e independente.

A medida que a capitalismo americano, com a máscara da "ajuda" e por meio da concessão de créditos, se infiltra na economia da Inglaterra, da França e da Itália, e se apodera das maté-

rias primas e dos mercados de venda nas colônias inglesas e francesas, as contradições entre os EE.UU. e a Inglaterra e entre os EE.UU. e a França se aguçam e continuarão a se aguçar. A Inglaterra e, atrás dela, a França e outros países capitalistas tratam de se livrar da subordinação aos EE.UU. para assegurar-se uma situação independente e elevados lucros. Já agora se desenvolve uma luta tenaz por parte dos capitalistas da Inglaterra contra a preponderância norte-americana no comércio internacional.

As dificuldades econômicas que atormentam os países capitalistas depois da guerra, agravaram-se porque os próprios imperialistas fecharam o acesso ao mercado democrático mundial. Os Estados Unidos reduziram quase a zero o comércio com a União Soviética e com os países europeus de Democracia Popular e suspenderam o comércio com a China. Proibiram virtualmente não só os países vencidos (o Japão, a Alemanha Ocidental, a Itália), mas também à Inglaterra, França, Holanda, Dinamarca, Noruega, Bélgica e a outros Estados capitalistas de vender e comprar produtos no mercado dos países do campo democrático. O intercâmbio de mercadorias dos EE.UU. com os países que hoje formam parte do campo democrático reduziu-se em 1951 em 10 vezes com relação a 1937; o intercâmbio comercial da Inglaterra com estes países reduziu-se em 6 vezes, e o da França, em mais de 4 vezes.

Os Estados Unidos, assim como a Inglaterra e a França, ao submeter ao "bloqueio" econômico a U.R.S.S., a China e as Democracias Populares europeias, pensavam com isso asfixiá-las. Mas na prática produziu-se não a asfixia, mas o fortalecimento do novo mercado mundial democrático. Desta forma, os imperialistas assestaram um sério golpe em sua própria exportação e reforçaram ainda mais a contradição entre a capacidade de produção de sua indústria e as possibilidades de venda de seus produtos.

Tudo isto significa que na economia capitalista surgiram contradições ainda mais profundas e que o sistema mundial da economia capitalista em seu conjunto se restringiu e debilitou consideravelmente, fazendo-se ainda mais instável que antes da guerra.

Os capitalistas dos EE.UU. compreendendo a existência destas dificuldades econômicas, procuram compensá-las com a guerra na Coreia, com a corrida armamentista e com a militarização da indústria.

Ao desencadear a guerra reacionária contra o povo coreano e atizar a histeria belicista contra o campo democrático, os imperialistas dos EE.UU., Inglaterra e França colocaram sua economia no caminho da guerra e intensificaram em enormes proporções a militarização da economia e a corrida armamentista em seus países. Atualmente, uma parte cada vez maior da produção industrial desses países é utilizada para o equipamento militar. As encomendas de guerra desempenham um papel decisivo nos ramos fundamentais da indústria dos EE.UU. e de outros países capitalistas. Nos orçamentos dos Estados capitalistas os gastos diretos e indiretos para a corrida armamentista, elevam-se incessantemente. As despesas militares diretas cresceram nos EE.UU. de um bilhão de dólares no ano fiscal de 1937-1938, para 58 bilhões e 200 milhões de dólares em 1952-1953 e hoje representam 74% de todo o orçamento dos Esta-

dos Unidos, enquanto que em 1937-1938 seus gastos militares constituíam 14 por cento do orçamento; na Inglaterra, esses gastos se elevaram, respectivamente, de 197 milhões de libras esterlinas para um bilhão e 634 milhões e representam agora 34% de todo o orçamento, contra 17% no período de antes da guerra; na França, os gastos militares equivalem atualmente a quase 40% de todo o orçamento.

Este crescimento inaudito dos gastos militares leva a um aumento incessante dos impostos e a maiores emissões inflacionárias de papel-moeda. Continua agravando-se o considerável debilitamento de todo o sistema financeiro dos países capitalistas, consequência da guerra e da política dos círculos governantes dos EE.UU. A desvalorização da moeda alcançou proporções inéditas. Segundo dados oficiais, evidentemente atenuados, a capacidade aquisitiva do dólar representou em 1951, 43% de seu nível de 1939, a da libra esterlina, 32%; a do franco francês, 3,8%; e a da lira italiana menos de 2%.

A passagem para a economia de guerra permitiu ao EE.UU. e outros países capitalistas elevar por algum tempo o nível da produção industrial. Nesta base, os economistas burgueses tratam de demonstrar que as grandes encomendas militares podem manter indefinidamente o alto nível de "atividade nos negócios". Contudo, a realidade destrói estas afirmações. Agora, no terceiro ano de militarização singularmente intensa da economia capitalista, são cada vez mais evidentes suas nefastas consequências. Levando a uma animação provisória da conjuntura, os fatores de inflação de guerra orientaram a economia dos países capitalistas num sentido único, para a guerra. Uma parte cada vez maior dos produtos acabados e das matérias primas é absorvida pelo consumo militar improdutivo ou congelada sob a forma de enormes reservas estratégicas.

Ao mesmo tempo, a militarização da economia leva a um aumento dos impostos para extorquir dinheiro da população. Tudo isto converte o orçamento dos países capitalistas em um meio de saque ao povo pelos miliardários, diminui consideravelmente o poder aquisitivo da população, reduz a procura de produtos industriais e agrícolas, limita drasticamente a produção civil e cria as condições propícias à eclosão de uma aguda crise econômica.

A militarização da economia nacional não elimina, mas, pelo contrário, aprofunda a desproporção estre as possibilidades de produção e a capacidade aquisitiva cada vez mais reduzida da população, capacidade que a camarilha governante dos países capitalistas reduz ao mínimo extremo, o que origina a contração sistemática do mercado capitalista. Portanto, a hipertrofia da produção de guerra conduz inevitavelmente ao desenvolvimento de uma nova e profunda crise econômica.

A corrida armamentista representa uma carga especialmente pesada para a economia dos países satélites dos Estados Unidos. Ao desencadear a guerra na Coreia, os Estados Unidos intensificaram sua pressão sobre os Estados da Europa Ocidental, exigindo que eles enveredem cada vez mais resolutamente no caminho da reconversão de sua indústria para a guerra e destinem verbas desmedidas à preparação da guerra, privando os ramos civis da indústria destes paí-

ses das matérias primas e dos materiais necessários. O imperialismo ianque tirou definitivamente a máscara de "salvador" da economia dos países capitalistas. A "ajuda" norte-americana só é concedida agora para armamentos, para a preparação de uma nova guerra. A corrida armamentista praticada pelos governantes da Inglaterra, França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Noruega e outros países capitalistas sob as ordens dos monopólios americanos, destrói a economia desses países e o empurra para a catástrofe.

Subordinando ao seu poder o Estado burguês e ditando-lhe uma política de preparação de uma nova guerra e de corrida armamentista, os miliardários obtêm hoje lucros colossais. A corrida armamentista se converteu para os miliardários e em primeiro plano para os monopólios, para os multi-milionários dos Estados Unidos, numa fonte de enriquecimento sem precedentes. Mesmo segundo dados oficiais atenuados, os lucros dos monopólios capitalistas dos Estados Unidos, passaram de 3 bilhões e 300 milhões de dólares em 1938, para 42 bilhões e 900 milhões de dólares em 1951, tendo assim aumentado de 13 vezes. Os monopólios britânicos, estes potentados, da mesma forma que os monopólios capitalistas da França, Itália, Japão e outros países, obtêm enormes lucros, apesar de que a economia desses países atravessa um estado de prolongada estagnação.

Por outro lado, a militarização implicou num agravamento brutal das condições de vida das massas populares. A elevação dos impostos, a alta dos preços dos artigos de amplo consumo e a inflação acentuaram o empobrecimento relativo e absoluto dos trabalhadores. Nos Estados Unidos os impostos diretos no corrente exercício orçamentário multiplicaram-se por mais de 12 vezes em comparação com o ano fiscal de 1937-1938, mesmo tendo em conta a desvalorização da moeda. Nos países da Europa Ocidental, onde antes da segunda guerra mundial já era muito pesada a carga dos impostos, estes aumentaram em dobro na Inglaterra, na França, em 2,6 vezes, e na Itália, em vez e meia.

Até mesmo os índices oficiais, evidentemente atenuados do custo da vida e dos preços a varejo provam o aumento incessante da carestia da vida, que se acentuou, em particular, depois da agressão ianque à Coreia. Nestas condições, a política de "congelamento" dos salários, aplicada pelos capitalistas com o apoio dos socialistas da direita e dos líderes sindicais reacionários, conduziu a uma grande redução do salário real dos operários e empregados. Na França e Itália, o salário real dos operários em 1952 representa menos da metade do de antes da guerra e na Inglaterra é inferior em 20% ao de pré-guerra. Nos Estados Unidos, segundo dados do Sindicato de Eletricistas, o custo da vida quase triplicou em comparação a 1939. Apesar do crescimento da produção bélica, nos países capitalistas aumenta o número de desempregados totais e parciais. Na Itália e na Alemanha Ocidental, o desemprego ultrapassa o nível dos mais duros anos da crise econômica mundial de 1929-1933; na Itália contam-se mais de 2 milhões de desempregados totais e um número maior de desempregados parciais; na Alemanha Ocidental há cerca de três milhões de desempregados totais e parciais. No Japão carecem de trabalho total ou parcialmente quase 10 milhões de pessoas. Nos Estados Unidos existem nada menos de três milhões de desempre-

gados totais e 10 milhões de desempregados parciais. Cresce o desemprego forçado na Inglaterra, afetando já a mais de meio milhão de pessoas. Em um país tão pequeno como a Bélgica há mais de 300.000 desempregados.

A piora progressiva da situação material de vastas camadas da população, determinada pela corrida armamentista, conduz ao aumento contínuo do descontentamento das massas populares e ao reforçamento de sua luta contra a redução do nível de vida e contra toda a política de preparação de uma nova guerra. As contradições de classe entre a burguesia imperialista, de um lado, e a classe operária e todos os trabalhadores, de outro, se aguçam fortemente. A onda de greves se estende com amplitude cada vez maior por todo o mundo capitalista.

A situação do sistema capitalista mundial se complica na atualidade porque, como resultado da guerra e do novo ascenso da luta de libertação nacional nos países coloniais e dependentes, está se desagravando de fato o sistema colonial do imperialismo.

Um resultado imediato da derrota da Alemanha fascista e do Japão imperialista foi a rutura da frente do imperialismo na China, Coreia e Viet-Nam, onde, em lugar das semi-colônias e colônias, surgiram Repúblicas Populares. A vitória do povo chinês revolucionou mais ainda o Oriente e contribuiu para o ascenso da luta libertadora dos povos oprimidos pelo imperialismo.

No período de após-guerra, acentuaram-se mais ainda as contradições entre as metrópoles e as colônias. A França, a Bélgica e outras potências colonialistas tratam de compensar, à custa das colônias as cargas que lhes impõem a militarização da economia e a expansão dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os imperialistas ianques penetram nas colônias e esferas de influência destas potências coloniais e conquistam ali posições para si próprios intensificando a exploração dos povos dos países coloniais e dependentes. No curso desta luta, os invasores americanos fomentam conspirações, complôs contra seus "aliados" ingleses e franceses, contribuindo com sua ação para agravar ainda mais a crise do sistema colonial do imperialismo. O território de muitos países coloniais e dependentes (Egito, Irã, Síria, Marrocos, Tunísia e outros) é utilizado para bases militares e sua população está sendo preparada para desempenhar o papel de "carne de canhão" em uma guerra futura.

Como resultado da prolongada opressão imperialista e das sobrevivências feudais, a economia dos países coloniais e dependentes, particularmente a agricultura, se acha em estado de decadência. Na Índia, Indonésia, Irã e nos países da África, dezenas de milhões de seres humanos vivem em condições de fome permanente e um enorme número de pessoas morre de inanição. A exploração rapac dos países coloniais e dependentes pelas potências imperialistas retarda o desenvolvimento das forças produtivas nesses países, mantém a capacidade aquisitiva da população num nível extremamente baixo e contrai os mercados de venda para a produção industrial. Tudo isto constitui um pesado fardo que arrasta para o abismo a economia do mundo capitalista, agravando as contradições internas do sistema capitalista mundial em seu conjunto.



Os povos dos países coloniais e dependentes opõem uma resistência cada vez mais enérgica aos escravizadores imperialistas. Testemunho da crescente força do movimento de libertação nacional é a luta dos povos do Viet-Nam, da Birmânia, Malásia, Filipinas e Indonésia e o incremento da resistência nacional na Índia, no Irã, no Egito e em outros países.

### 3 - AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL — AMEAÇA DE UMA NOVA GUERRA POR PARTE DO BLOCO AGRESSIVO AMERICANO-BRITÂNICO — A LUTA DOS POVOS PELA PAZ

Também no domínio das relações internacionais, a atividade dos círculos governantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, caracteriza-se pela preparação de uma nova guerra.

Quase imediatamente depois de terminada a segunda guerra mundial, os Estados Unidos renunciaram à orientação política concertada e seguida pelos aliados do tempo de guerra e que foi referendada nas decisões das Conferências das potências em Teerã, Ialta e Potsdam. Com toda uma série de atos agressivos, os Estados Unidos agravaram a situação internacional, colocando o mundo ante o perigo de uma nova guerra.

Os governantes dos Estados Unidos formularam abertamente os objetivos de sua política agressiva. Já em 1945, imediatamente depois de ocupar o posto de Presidente dos Estados Unidos, Truman declarou que "a vitória... colocou sobre o povo norte-americano a responsabilidade de continuar arcando com a direção do mundo". Posteriormente, Truman e outros políticos americanos expressaram reiteradas vezes as pretensões à "direção do mundo pelos Estados Unidos". Esta linha, orientada para a conquista da dominação mundial e para a sujeição de todos os demais países, é o "leit-motiv" de toda a política da camarilha imperialista americana.

Os magnatas dos EE.UU. sabiam, naturalmente, que não era possível conseguir por via pacífica o domínio sobre outras nações. Sabiam por experiência dos hitleristas, que também tentaram dominar outros países, que nem sequer se pode sonhar com a dominação mundial sem recorrer à força, sem desencadear uma nova guerra. Assim decidiram violar a paz, preparar uma nova guerra. E como a U.R.S.S. é o adversário principal de uma nova guerra, o baluarte fundamental da paz, os magnatas dos EE.UU. chegaram à conclusão de que era preciso desencadear a guerra contra a U.R.S.S., e contra os demais partidários da paz. Assim se constituiu o agressivo Bloco do Atlântico Norte, formado sem conhecimento da U.R.S.S., às suas costas. E para ocultar os objetivos de agressão deste bloco e enganar ao povo, declararam-no bloco "defensivo" contra "o comunismo", contra a União Soviética, que supostamente, tem a intenção de agredir os EE.UU., à Inglaterra, a França e outros membros do bloco.

Para este mesmo fim criminoso, bases militares norte-americanas são instaladas em diferentes países situados o mais perto possível das fronteiras soviéticas.

Para este mesmo fim criminoso, os círculos governantes dos Estados Unidos remilitarizam a Alemanha Ocidental e o Japão.

Ao remilitarizar a Alemanha Ocidental e o Japão, os círculos governantes dos EE.UU. e seus partidários restabelecem, à vista de todo o mundo, os dois focos da segunda guerra mundial, para cuja liquidação os povos verteram seu sangue.

A agressão dos EE.UU. à República Democrática Popular da Coreia assinalou, da parte do bloco americano-britânico, a passagem da preparação de uma guerra agressiva para os atos diretos de agressão. O povo coreano, que, em estreita cooperação com os bravos voluntários chineses, defende heróicamente a liberdade e a independência de sua pátria, repelindo os que violam a paz, desfruta de calorosa simpatia de toda a humanidade democrática e amante da paz.

A situação internacional em seu conjunto caracteriza-se atualmente por traços e particularidades específicas entre os quais convém destacar os seguintes:

A principal potência agressiva — os Estados Unidos — impelem violentamente para a guerra os outros países capitalistas, antes de tudo os que formam parte do Bloco do Atlântico Norte, assim como os países vencidos na segunda guerra mundial: a Alemanha Ocidental, a Itália e o Japão. Ditando sua vontade, os dirigentes americanos determinam a todos os participantes do bloco os objetivos da guerra, os planos de campanha e as forças que devem participar nela e decidem os demais problemas da preparação da guerra.

Os governantes dos EE.UU. dizem inspirar-se em idéias tais como a criação de uma "comunidade de países livres". Dizem a cada passo que os EE.UU., a Inglaterra, a França, a Turquia e a Grécia representam a "comunidade de países livres", enquanto a U.R.S.S. e as Repúblicas Democrático-Populares, seriam países "privados de liberdade". Nós compreendemos isto no sentido de que nos EE.UU., na Inglaterra, na França, na Turquia e nos outros países capitalistas existe, com efeito, uma "liberdade", mas não a liberdade para o povo, e sim a liberdade de explorar e de saquear o povo. Pelo que se refere à U.R.S.S. e às Democracias-Populares, aqui não existe, de fato, essa "liberdade", já que nestes países foi liquidada há muito a liberdade de explorar e saquear os trabalhadores. Eis aí de que se vangloriam, pelo visto, os arautos do modo de vida norte-americano.

Na realidade, a política dos EE.UU. com respeito a seus "amigos" capitalistas da Europa Ocidental e outros não é uma política democrática, mas imperialista. Sob a bandeira do "anti-comunismo" e da "defesa da liberdade", os Estados Unidos subordinam praticamente e saqueiam os velhos Estados burgueses, formados há muito tempo, e suas colônias. Os imperialistas norte-americanos, como Hitler no passado, necessitam da cortina de fumaça da "luta contra o comunismo" para desviar a atenção de seus verdadeiros designios de conquista. Ao aplicar a política imperialista com relação à Inglaterra, à França e a outros países capitalistas, os Estados Unidos têm ao mesmo tempo, expressando-nos com delicadeza, a imodéstia de se apresentarem como amigos sinceros desses países.

Que bela amizade! Montado nas costas de seus sócios menores, os saqueia, os subjuga, os fustiga a torto e a direito e lhes diz: "Sejamos amigos", o que, na boca dos miliardários ianques, significa: onduzi-me primeiro, que eu vos cavalearei depois.

A Inglaterra, a França, a Holanda, a Bélgica e a Noruega, Estados capitalistas livres em outros tempos, renunciam hoje praticamente à sua política nacional para seguir a política ditada pelos imperialistas norte-americanos e entregam seus territórios para a criação de bases e praças de armas americanas, expondo assim os seus próprios países a golpes em caso de hostilidades. Para agradar aos EE.UU. concertam alianças e blocos dirigidos contra os interesses nacionais de seus Estados. Exemplo eloquente disto são os atos dos círculos governantes da França, que ajudam com suas próprias mãos a restabelecer o inimigo secular e jurado da França: o militarismo alemão. Os estadistas ingleses, tanto conservadores como trabalhistas, se impuseram, para longo tempo, o papel de sócios menores dos EE.UU., obrigando-se com isso, a realizar não a sua política nacional, mas a política norte-americana. O povo britânico já sente duramente as consequências desta política e o Império Britânico estala por todas as suas juntas.

Enquanto isso, os órgãos de propaganda ingleses repetem que são os comunistas que destroem o Império Britânico. Mas os círculos governantes do Império Britânico não podem deixar de ver os fatos evidentes, que mostram que são os miliardários americanos e não os comunistas que se apoderaram das possessões do Império Britânico.

São acaso os comunistas, e não os miliardários ianques, que se apoderaram do Canadá, estão se apoderando da Austrália e da Nova Zelândia, eliminam a Inglaterra da zona do Canal de Suez, dos mercados da América Latina e do Oriente Próximo e Médio e se apossam das zonas petrolíferas que possui a Inglaterra?

Os fatos provam que nenhum inimigo da Grã-Bretanha lhe assestou tantos golpes como seu "amigo" norte-americano, nem a espoliou progressivamente como este o faz. Este "amigo" faz com a Inglaterra parte do mesmo bloco e utiliza o território britânico para aí instalar bases aéreas, colocando assim este país em uma situação difícil, eu diria mesmo perigosa, e tem a audácia de se apresentar como salvador da Inglaterra contra o "comunismo soviético".

Pelo que se refere aos países "livres" como a Grécia, a Turquia e a Iugoslávia, estes já se transformaram em colônias norte-americanas, e os governantes da Iugoslávia, todos esses Tito, esses Kardelj, esses Rankovich, esses Djilas, Pjade e outros se alistaram há muito tempo como agentes norte-americanos, que cumprem as missões de espionagem e de sabotagem que lhes encomendam seus patrões americanos contra a U.R.S.S. e os países de Democracia Popular.

Os círculos governantes da França, da Itália, da Inglaterra, da Alemanha Ocidental e do Japão se atrelaram ao carro do imperialismo americano, renunciando à sua política externa nacional e independente. É certo que dêsse modo a camarilha governante desses países atraiçoa os interesses nacionais e confessa sua própria derrota. Mas esta camarilha prefere sacrificar os interesses nacio-

nais de seus Estados com a esperança de receber a ajuda dos protetores imperialistas de além-mar contra seus próprios povos, aos quais teme mais que à servidão imperialista estrangeira.

Cabe também a responsabilidade direta por esta política anti-nacional dos círculos governantes aos social-democratas de direita, em primeiro lugar à camarilha dirigente do Partido Trabalhista da Inglaterra, do Partido Socialista Francês e do Partido Social-Democrata da Alemanha Ocidental. Os socialistas de direita da Suécia, da Dinamarca, da Noruega, da Finlândia, da Áustria e de outros países seguem as pegadas de seus confrades e durante todo o período que se seguiu à segunda guerra mundial lutam furiosamente contra as forças populares amantes da paz e da democracia. Os social-democratas de direita contemporâneos, além de seu velho papel de lacaios da burguesia nacional, se converteram em agentes do imperialismo estrangeiro, americano, e cumprem suas missões mais ignóbeis na preparação da guerra e na luta contra seus povos. Uma particularidade da estratégia do imperialismo norte-americano consiste em que seus chefes baseiam seus planos de guerra na utilização de territórios e de exércitos estrangeiros, em primeiro lugar da Alemanha Ocidental e do Japão, assim como da Inglaterra, da França e da Itália, e na utilização de outros povos, que, segundo a intenção dos estrategistas americanos, devem servir de instrumento cego e de carne de canhão para a conquista da dominação mundial dos monopolistas norte-americanos.

Mas já agora, políticos mais sensatos e progressistas dos países capitalistas da Europa e de outros lugares, aqueles que não ficaram cegos pela anti-sovietismo, vêem claramente o abismo ao qual os arrastam os desenfreados aventureiros ianques e começam a se levantar contra a guerra. E é de supor que nos países condenados ao papel de peões doces dos ditadores norte-americanos, se encontrarão forças verdadeiramente democráticas e amantes da paz que realizem sua própria política independente, de paz, e encontrem a saída do atoleiro no qual os puseram os ditadores americanos. Enveredando por este novo caminho, os países da Europa e de outros lugares encontrarão a inteira compreensão de todos os países amantes da paz.

Procurando mascarar sua política de rapina, os círculos governantes dos Estados Unidos pretendem apresentar a chamada "guerra fria" contra o campo democrático como uma política defensiva, uma política de paz, e procuram intimidar seus povos com o perigo imaginário de uma agressão soviética. Um traço característico da política dos chefes do Bloco do Atlântico consiste em mascarar com uma fraseologia demagógica de amor à paz seus planos agressivos e as hostilidades que já se estão efetuando. O fato é que hoje não é tão fácil arrastar os povos, que não há muito suportaram todo o peso das sangrentas hostilidades, a uma nova guerra, a uma guerra contra os povos amantes da paz. Daí os esforços do agressivo lobo atlântico para cobrir-se com a pele de ovelha.

Nestas condições seria perigoso menosprezar o dano que causa a farisaica camuflagem pacifista dos atuais agressores.

Os preparativos de guerra são acompanhados de uma onda inaudita de militarismo, que afeta toda a vida dos povos dos países

do campo imperialista, de uma furiosa ofensiva da reação contra os trabalhadores e pela fascistização de todo o regime nesses países.

Se os imperialistas hitleristas implantaram o fascismo em seu país, preparando-se para a segunda guerra mundial, agora os imperialistas americanos, para uma nova guerra, implantam um brutal regime fascista não só nos EE.UU., mas também em outros países, em primeiro lugar, onde as forças da paz e da democracia são particularmente importantes, como, por exemplo, na França, na Itália e no Japão. Os círculos dirigentes desses países, cumprindo a vergonhosa missão imposta pela camarilha militarista norte-americana, declararam guerra a seus povos. Além disso, as forças armadas norte-americanas, estacionadas fora das fronteiras dos EE.UU., desempenham o papel de tropas policiais de repressão.

Hoje, o imperialismo lanque atua já não só como agressor, mas como gendarme mundial, que tenta asfixiar a liberdade em todas as partes onde isto seja possível e implantar o fascismo.

Contra este gendarme mundial já se levanta agora uma onda de ódio e de resistência dos povos que ele oprime.

Tudo isto prova o debilitamento das posições dos imperialistas e conduz a um violento aguçamento da luta dentro do campo imperialista entre as forças da reação fascista e as forças democráticas dos povos dos países imperialistas. Semelhante situação traz seríssimas conseqüências para os incendiários de guerra.

Diante da crescente ameaça de guerra, desenvolve-se o movimento de todos os povos em defesa da paz, cria-se a coalizão antibélica das diferentes classes e camadas sociais interessadas em eliminar a tensão internacional e em impedir uma nova guerra mundial. Os incendiários de guerra não conseguem apresentar este movimento democrático, de paz e sem partido, como um movimento partidário e supostamente comunista. O fato de que o Apelo de Estocolmo tenha reunido 500 milhões de assinaturas, e o Apelo por um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências, mais de 600 milhões, é o melhor desmentido a essa alegação dos incendiários de guerra e um indício da colossal envergadura deste movimento sem partido e democrático, pela paz. Este movimento em favor da paz não tem como objetivo liquidar o capitalismo, uma vez que não é um movimento socialista, mas um movimento democrático de centenas de milhões de pessoas. Os partidários da paz formulam reivindicações e propostas que devem contribuir para a manutenção da paz, para evitar uma nova guerra. Nas atuais condições históricas, a consecução deste objetivo seria uma imensa vitória da causa da democracia e da paz.

A atual correlação de forças entre o campo do imperialismo e da guerra e o campo da democracia e da paz torna esta perspectiva perfeitamente realizável. Pela primeira vez na história existe um campo poderoso e unido de Estados amantes da paz. Nos países capitalistas aumentou o espírito de organização da classe operária, criaram-se poderosas organizações democráticas internacionais de operários, de camponeses, de mulheres e da juventude. Cresceram e se fortaleceram os Partidos Comunistas, que conduzem a luta heróica pela paz.

Na luta contra a ameaça de uma nova guerra estão interessados os povos de todos os países, inclusive as amplas massas dos Estados Unidos, uma vez que no caso de guerra não sofreriam menos que a população dos outros países. A guerra da Coréia, apesar da enorme superioridade técnica americana, já custou ao povo norte-americano centenas de milhares de mortos e feridos. Não é difícil compreender que perdas colossais sofreria o povo norte-americano se os empanturrados reis da finança dos EE.UU. os lançassem à guerra contra os povos amantes da paz.

A questão consiste agora em intensificar mais ainda a atividade das massas populares, reforçar o espírito de organização dos partidários da paz, desmascarar incansavelmente os incendiários de guerra e não lhes permitir que enganem os povos com a mentira. A tarefa principal de toda a humanidade progressista e amante da paz é refrear e isolar os aventureiros do campo imperialista agressivo, que, para garantir seus lucros, pretendem arrastar os povos a uma sangrenta hecatombe.

### 3 — A UNIÃO SOVIÉTICA NA LUTA PELA SALVAGUARDA E CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

A linha básica do Partido na política exterior tem sido e continua a ser a política de paz entre os povos e de garantia da segurança de nossa Pátria Socialista.

Desde os primeiros dias de existência do Estado Soviético, o Partido Comunista proclamou e vem realizando na prática uma política de paz e de relações amistosas entre os povos. Durante todo o período compreendido entre as duas guerras mundiais, a União Soviética defendeu tenazmente a causa da paz e lutou na arena internacional contra a ameaça de uma nova guerra, trabalhando por uma política de segurança e de resistência coletivas ao agressor. Não é culpa da União Soviética que os círculos reacionários dos EE.UU. e dos países da Europa Ocidental tenham torpedeado a política de segurança coletiva, tenham estimulado a agressão hitlerista e tenham conduzido ao desencadeamento da segunda guerra mundial.

Defendendo firmemente a política de paz, nosso Partido, tendo presente o cerco inimigo, reforçou incessantemente a defesa do país para poder repelir à altura qualquer ataque.

Em 1939, quando já crepitavam as chamadas da nova guerra, o camarada Stálin, no XVIII Congresso do Partido, assinalou os princípios fundamentais da política exterior soviética, indicando: "Somos pela paz e pelo fortalecimento de relações comerciais com todos os países; ocupamos e continuaremos ocupando esta posição, na medida em que esses países observem a mesma atitude a respeito da União Soviética, na medida em que esses países não procurem lesar os interesses de nosso país". Ao mesmo tempo, o camarada Stálin fazia uma advertência aos agressores, declarando: "Não tememos as ameaças dos agressores e estamos dispostos a responder com dois golpes a cada golpe dos incendiários de guerra que tentarem violar as fronteiras soviéticas".

E quando a Alemanha hitlerista agrediu perfidamente a nossa pátria, o povo soviético deu uma réplica demolidora ao inimigo, es-

magando-o. Todo o mundo pôde ver que nosso partido não lança palavras ao vento.

Terminada a segunda guerra mundial, o Partido continuou realizando uma política externa dirigida para garantir uma paz duradoura e sólida e para desenvolver a colaboração internacional. O governo soviético formulou um programa amplamente conhecido de medidas para evitar a guerra.

O amor da União Soviética pela paz pode ser atestado não só por suas propostas, como também por seus atos. Depois da guerra, a União Soviética reduziu consideravelmente suas forças armadas, cujos efetivos atualmente não são superiores aos de antes da guerra. Num curto prazo após o término da guerra, o governo soviético retirou suas tropas do território da China, Coréia, Noruega, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Bulgária, países onde essas tropas haviam entrado no decurso das operações militares contra os agressores fascistas. Considerando que a luta contra a propaganda monstruosa de uma nova guerra desempenha um grande papel para aliviar a tensão internacional, o Soviet Supremo da U.R.S.S., a 12 de março de 1951, adotou a Lei de Defesa da Paz e declarou que a propaganda de guerra é o maior crime contra a humanidade dando assim um exemplo a outros países.

Nas complicações mais sérias que têm surgido na arena internacional nesses últimos anos, foi precisamente a União Soviética que fez propostas que oferecem base para a regulamentação pacífica dos problemas em litígio. Basta recordar que foi, precisamente do lado soviético que foram formuladas as propostas que serviram de base para as negociações de armistício na Coréia.

O governo da U.R.S.S. dispensa considerável importância à Organização das Nações Unidas, avaliando que esta poderia ser um instrumento importante para a manutenção da paz. Mas atualmente os Estados Unidos transformam a O.N.U., de organismo de cooperação internacional que deveria ser, de acordo com a sua Carta, em órgão de sua política ditatorial na luta contra a paz e dela se servem para camuflar seus atos de agressão. Contudo, apesar das imensas dificuldades causadas pela máquina de votar que os Estados Unidos criaram no seio da O.N.U., a União Soviética defende ali a paz, esforça-se para que sejam adotadas propostas realistas, ditadas pela situação internacional atual e destinadas a pôr um freio às forças da agressão, a evitar uma nova guerra e a fazer cessar as hostilidades onde quer que já existam.

Seria errôneo pensar que a guerra só poderia ser dirigida contra o Estado Soviético. Não se ignora que a primeira guerra mundial foi desencadeada pelos imperialistas muito antes do aparecimento da U.R.S.S. A segunda guerra mundial começou como uma guerra entre os Estados capitalistas: os próprios países capitalistas sofreram consideravelmente. As contradições que dilaceram atualmente o campo imperialista podem conduzir à guerra entre dois Estados capitalistas. Tendo em vista todas essas circunstâncias, a União Soviética procura evitar qualquer guerra entre os Estados e luta pela regulamentação pacífica dos conflitos e desavenças internacionais.

Entretanto, na realização de sua política para assegurar uma paz duradoura, a União Soviética se defronta com a política de agressão dos círculos governantes dos Estados Unidos.

Ademais, os círculos belicistas americanos acusam os outros de seus próprios crimes. Intensificam por todos os meios sua propaganda de calúnias em torno de uma pretensa ameaça da parte da União Soviética. Seria ridículo deter-se nessas mentiras e embustes sobre a União Soviética, pois carecem de qualquer fundamento. Fatos irrefutáveis mostram quem é na realidade o agressor.

Todos sabem que os Estados Unidos intensificam a corrida aos armamentos, recusam-se a interditar as armas atômicas e bacteriológicas e a reduzir os armamentos clássicos, ao passo que a União Soviética propõe a proibição das armas atômicas e bacteriológicas e a redução dos outros armamentos e das forças armadas.

Todos sabem que os Estados Unidos se recusam a concluir um Pacto de Paz, enquanto a União Soviética propõe a conclusão de tal pacto.

Todos sabem que os Estados Unidos preparam blocos agressivos contra os povos amantes da paz, enquanto os tratados concluídos pela União Soviética com Estados estrangeiros têm por finalidade exclusiva evitar que se repita a agressão japonesa ou alemã.

Todos sabem que os Estados Unidos atacaram a Coréia e querem-na escravizar, enquanto a União Soviética não realiza em parte alguma a menor operação militar desde o fim da segunda guerra mundial.

Os Estados Unidos se entregam, igualmente, a uma agressão contra a China. Invadiram a Ilha de Taiwan, território que sempre foi chinês. Suas forças aéreas, em violação a todas as regras geralmente admitidas no direito internacional, bombardearam o território chinês. Sabe-se que as forças aéreas da U.R.S.S. não bombardeiam parte alguma e que a U.R.S.S. não se apoderou de território de outrem.

Estes são fatos irrefutáveis.

Passando às nossas relações com a Grã-Bretanha e a França, convém dizer que essas relações deveriam ser estabelecidas no espírito dos tratados que concluímos com esses Estados durante a segunda guerra mundial e que provêem a cooperação com esses países no período de após-guerra. Entretanto, os governos britânico e francês violam esses tratados de maneira grosseira. A despeito das promessas solenes de cooperação no após guerra, feitas à União Soviética, quando esta travava uma guerra sangrenta para libertar os povos da Europa da escravidão fascista alemã, os governos da Grã-Bretanha e da França dedicaram-se intelentemente a realizar os planos de agressão dos imperialistas americanos, planos dirigidos contra os Estados amantes da paz. É claro que em face dessa atitude dos governos da Grã-Bretanha e da França, nossas relações com esses países deixam muito a desejar.

A atitude da U.R.S.S. para com os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e outros Estados burgueses é clara e já foi mais de uma vez objeto de declarações de nossa parte. Hoje também a U.R.S.S. está pronta a cooperar com esses Estados visando à obser-

vância das regras internacionais de paz e a garantia de uma paz sólida e duradoura.

A respeito dos países vencidos: a Alemanha, a Itália e o Japão, o governo soviético faz uma política que difere fundamentalmente da política das potências imperialistas. O fato de que o Estado socialista soviético figura entre os principais vencedores, criou para os povos dos Estados vencidos uma situação e possibilidades absolutamente novas, sem precedentes na história. A todos os países que assinaram capitulação incondicional, a política do Estado Soviético abre possibilidades de desenvolvimento pacífico e democrático, de incremento de sua indústria civil e sua agricultura, de exportar sua produção para mercados estrangeiros e constituir forças armadas nacionais indispensáveis a defesa do país. De conformidade com os acordos de Potsdam, a União Soviética conduz sem desfalecimento uma política que visa a conclusão mais rápida de um tratado de paz com a Alemanha, a retirada da Alemanha de todas as tropas de ocupação e a criação de uma Alemanha unida, independente, pacífica e democrática, considerando que a existência de uma tal Alemanha, junto à existência da União Soviética amante da paz, exclui a possibilidade de novas guerras na Europa e torna impossível a vassalagem dos países europeus pelos imperialistas mundiais.

E' de esperar que o povo alemão, que se encontra diante do dilema de seguir este caminho ou ser transformado em tropa de choque dos imperialistas americanos e britânicos, escolherá o caminho justo, o caminho da paz.

O mesmo deve-se dizer da Itália: a União Soviética deseja ao povo irmão da Itália que recupere integralmente sua independência nacional.

O governo soviético que o Japão deve, igualmente, tornar-se um Estado independente, democrático, pacífico como as decisões comuns dos aliados o tinham previsto.

O governo soviético recusou-se a assinar o tratado unilateral imposto pelos ditadores americanos na Conferência de São Francisco porque esse tratado despreza os princípios das declarações do Cairo e de Potsdam, dos acordos de Ialta e visa transformar o Japão em uma base militar americana no Extremo-Oriente. Os povos da União Soviética têm uma profunda amizade para com o povo japonês, obrigado a suportar o jugo estrangeiro e estão certos de que ele obterá a independência nacional de sua pátria e se empenhará no caminho da paz.

A política soviética de paz e de segurança dos povos se inspira no princípio segundo o qual a coexistência pacífica do capitalismo e do comunismo e sua cooperação são perfeitamente possíveis se houver um desejo mútuo de colaborar, vontade de cumprir os compromissos assumidos e respeito ao princípio de igualdade e de não intervenção nos negócios internos dos outros Estados.

A União Soviética sempre foi e continua favorável ao desenvolvimento do comércio e da cooperação com os outros países, sejam quais forem seus sistemas sociais. No futuro, o Partido continuará a aplicar essa política à base de vantagens recíprocas.

Enquanto que os círculos belicistas americano-britânicos não se cansam de repetir que só a corrida armamentista é capaz de ocupar a indústria dos países capitalistas, existe na realidade uma outra perspectiva: a perspectiva do desenvolvimento e da extensão das relações comerciais entre todos os países, quaisquer que sejam seus sistemas sociais, perspectiva que torna possível ocupar, a plena capacidade e durante longos anos, as fábricas e usinas dos países industrialmente desenvolvidos, garantir o escoamento para outros países dos produtos abundantes em certos Estados, promover o progresso econômico dos países pouco desenvolvidos e assim estabelecer uma cooperação econômica duradoura.

Em sua política de paz, a União Soviética está de perfeito acordo com os outros Estados democráticos amantes da paz — República Popular da China, Polônia, România, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Albânia, República Democrática Alemã, República Popular da Coreia, República Popular da Mongólia. As relações da U.R.S.S. com esses países são um exemplo de relações inteiramente novas entre os Estados, sem precedente na história. Elas se baseiam nos princípios de igualdade de direitos da cooperação econômica e do respeito à independência nacional. Fiel aos tratados de assistência mútua, a U.R.S.S., concede e concederá sua ajuda e apoio à consolidação e ao desenvolvimento posterior desses países.

Temos certeza de que na competição pacífica com o capitalismo o sistema socialista de economia demonstrará, com uma evidência cada ano maior, sua superioridade sobre o sistema capitalista de economia. Mas não temos nenhuma intenção de impor pela força, a quem quer que seja, nossa ideologia ou nosso regime econômico. "Exportar a revolução é uma tolice. Cada país se o quiser, fará ele próprio sua revolução; se não o quiser, não haverá revolução", diz o camarada Stálin.

Ao aplicar sem desfalecimento sua política de cooperação pacífica com todos os países, a União Soviética leva em conta a ameaça de uma nova agressão por parte dos furibundos incendiários de guerra. E' por isso que ela reforça e continuará a reforçar sua capacidade de defesa.

A União Soviética não tem medo das ameaças dos provocadores de guerra. Nosso povo tem a experiência da luta contra os agressores e está acostumado a derrotá-los. Ele já derrotou os agressores quando da guerra civil, quando o Estado dos Soviets era jovem e relativamente débil; ele os derrotou na segunda guerra mundial e derrotá-los-á no futuro se ousarem atacar nossa pátria.

Os fatos históricos não podem ser ignorados. E esses fatos demonstram que, em consequência da primeira guerra mundial, deu-se o afastamento da Rússia do sistema capitalista. Em consequência da segunda guerra mundial, é já toda uma série de países da Europa e da Ásia que se afastam do sistema capitalista.

E' natural, portanto, presumir-se que uma terceira guerra mundial levaria à derrocada do sistema capitalista mundial.

Tal é, por assim dizer, a perspectiva da guerra e de suas consequências no caso em que ela seja imposta aos povos pelos incendiários de guerra, pelos agressores.

Mas existe uma outra perspectiva, a perspectiva da manutenção da paz, a perspectiva da paz entre os povos. Essa perspectiva exige a interdição da propaganda de guerra de acordo com a Decisão da O.N.U., a proibição das armas atômicas e bacteriológicas, a redução progressiva das forças armadas das grandes potências, a conclusão de um Pacto de Paz entre as potências, a extensão do comércio entre os países, o restabelecimento de um mercado internacional único e outras medidas análogas dentro do espírito de consolidação da paz.

A execução dessas medidas reforçará a paz, libertará os povos do temor de guerra, acabará com o desperdício inaudito dos recursos materiais para armamentos e para a preparação de uma guerra de extermínio, permitindo empregá-los em benefício dos povos.

A União Soviética é pela aplicação dessas medidas, pela perspectiva da paz entre os povos.

As tarefas do Partido no domínio da política exterior são:

1) Prosseguir na luta contra a preparação e desencadeamento de uma nova guerra; reforçar as fileiras da poderosa frente democrática anti-belicista pela consolidação da paz; estreitar os laços de amizade e solidariedade com os partidários da paz em todo o mundo; denunciar com perseverança todos os preparativos de uma nova guerra, tôdas as maquinações e intrigas dos incendiários de guerra;

2) Continuar a conduzir no futuro uma política de cooperação e desenvolvimento de relações comerciais com todos os países;

3) Estreitar e desenvolver as indissolúveis relações de amizade com a República Popular da China, com os Estados europeus de Democracia Popular — Polónia, Tchecoslováquia, Rumânia, Hungria, Bulgária, Albânia, República Democrática Alemã, com a República Democrática Popular da Coreia e a República Popular da Mongólia;

4) Reforçar sem descanso o poder defensivo do Estado soviético e elevar nossa capacidade de desferir um fulminante golpe em qualquer agressor.

OBS. — A outra parte do informe do Sr. Malenkov, que não publicamos, diz respeito aos problemas internos da União Soviética.

#### DISCURSO DE J. V. STALIN NO ENCERRAMENTO DO XIX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

«CAMARADAS. Permiti-me que, em nome do nosso Congresso, exprima nossa gratidão a todos os Partidos e grupos irmãos, cujos representantes honraram nosso Congresso com sua presença ou enviaram mensagens ao Congresso, por suas saudações fraternais, por seus votos de êxito e por sua confiança.

Para nós é especialmente valiosa essa confiança, que significa disposição de apoiar nosso Partido em sua luta por um futuro luminoso para os povos, em sua luta contra a guerra, em sua luta pela manutenção da paz.

Seria errôneo pensar que nosso Partido, por se haver convertido numa força poderosa, não necessita mais de apoio. Isto não é certo. Nosso Partido e nosso país sempre necessitaram e necessitam de confiança, simpatia e apoio dos povos irmãos de estrangeiro.

A peculiaridade deste apoio consiste em que todo apoio às ações pela Paz de nosso Partido, por parte de qualquer outro Partido irmão, significa ao mesmo tempo, para todos eles, um apoio a seu próprio povo na luta pela manutenção da Paz. Quando os operários ingleses em 1918 e 1919, durante a intervenção armada da burguesia inglesa contra a União Soviética, organizaram a luta contra a guerra sob a palavra de ordem «Tirem as mãos da Rússia», isto foi um apoio, em primeiro lugar, à luta do próprio povo inglês pela Paz e, em segundo lugar, um apoio à União Soviética. Quando o camarada Thorez e o camarada Togliati declararam que os seus povos não combaterão contra os povos da União Soviética, isto foi um apoio, em primeiro lugar, aos operários e camponeses da França e da Itália que lutam pela Paz e, em segundo lugar, um apoio às aspirações da paz da União Soviética. Esta peculiaridade de apoio recíproco explica porque os interesses de nosso Partido não se contradizem, mas, ao contrário, se fundem com os interesses dos povos amantes da Paz.

No que diz respeito a União Soviética, os seus interesses são inseparáveis em absoluto da causa da Paz no mundo inteiro.

E' compreensível, pois, que nosso Partido não possa ficar em dívida com os Partidos irmãos e, por sua vez, deva prestar-lhes apoio, assim como também à luta de seus povos pela libertação e pela manutenção da paz. Como se sabe, ele assim faz precisamente.

Depois que nosso Partido tomou o poder em 1917 e empreendeu medidas reais para liquidar a opressão dos capitalistas e latifundiários, os representantes dos Partidos irmãos, admirando a intrepidez e os êxitos de nosso Partido, lhe deram o nome de «brigada de choque» do movimento operário revolucionário mundial.



Com isto expressavam a esperança de que os êxitos da «brigada de choque» aliviarão a situação dos povos que sofriam sob o jugo do capitalismo. Penso que nosso Partido justificou essa esperança, especialmente no período da segunda guerra mundial, quando a União Soviética, após haver destruído a tirania fascista alemã e japonesa libertou os povos da Europa e da Ásia do perigo da escravidão fascista.

Naturalmente foi muito difícil desempenhar esse honroso papel quando a «brigada de choque» era uma só, a única, quando teve de cumprir quase sôzinha esse papel de vanguarda. Mas isto é o passado. Agora a situação é completamente diversa. Agora que, desde a China e a Coréia até a Tchecoslováquia e a Hungria, surgiram novas «brigadas de choque», personificadas nos países de democracia popular, a nosso Partido é mais fácil lutar, e o trabalho rende mais.

Merecem atenção especial os Partidos Comunistas, Democráticos ou Operários-Camponeses que ainda não tomaram o poder e prosseguem atuando sob a tirania das draconianas leis burguesas. Naturalmente lhes é mais difícil trabalhar. Entretanto não lhes é tão difícil como o foi nós, os comunistas russos, durante o tzarismo, quando o menor movimento para a frente era considerado gravíssimo delito. Não obstante, os comunistas russos se mantiveram firmes, não se assustaram com as dificuldades e conquistaram a vitória. O mesmo acontecerá a esses partidos.

Por que, apesar de tudo, para esses partidos não será tão difícil trabalhar como foi para os comunistas russos no período do tzarismo?

Em primeiro lugar, porque têm diante de si os exemplos de luta e os êxitos na União Soviética e nos países de Democracia Popular. Por conseguinte, podem aprender com os êrros e os êxitos desses países, e facilitar assim o seu trabalho.

Em segundo lugar, porque a própria burguesia, o inimigo principal do movimento de libertação, é outra, mudou muito, tornou-se mais reacionária e perdeu as ligações com o povo, debilitando-se com isto. É compreensível que essa circunstância deva também aliviar o trabalho dos partidos revolucionários e democráticos.

Antes a burguesia se permitia alardear liberalismo, defendia as liberdades democrático-burguesas e assim granjeava popularidade. Agora não restam nem os mais leves sinais de liberalismo. Não existe mais a chamada «liberdade individual», os direitos do indivíduo são reconhecidos apenas aos que dispõem de capital e todos os outros cidadãos são considerados matéria prima humana, útil exclusivamente para ser explorada. O princípio da igualdade de direito entre as pessoas e entre as nações foi pisoteado e substituído pela plenitude de direitos para a minoria exploradora e a ausência de direitos para a maioria explorada dos cidadãos.

A bandeira das liberdades democrático-burguesas foi atirada fora. Penso que vós, representantes dos Partidos Comunistas e Democráticos, deveis erguer essa bandeira e levá-la para adiante, se quiserdes agrupar em torno de vós a maioria do povo. Ninguém mais a pode erguer.

Antes, a burguesia se considerava a parte dirigente da nação, defendia os direitos e a independência da nação, colocando-os «acima de tudo». Atualmente não resta nem o mais leve vestígio do «princípio nacional». No presente a burguesia vende os direitos e a independência da nação por dólares. A bandeira da independência e da soberania nacional foi atirada fora. Não há dúvida de que essa bandeira terá de ser erguida por vós, representantes dos Partidos Comunistas e Democráticos, e levada para adiante, se quiserdes ser patriotas de vossos países, se quiserdes ser a força dirigente da nação. Ninguém mais a pode erguer.

Esta é a situação no presente. É compreensível que todas essas circunstâncias devam facilitar o trabalho dos Partidos Comunistas e Democráticos que ainda não chegaram ao poder.

Por conseguinte, há todos os fundamentos para contar com os êxitos e as vitórias dos Partidos irmãos nos países onde domina o capital.

Viva nossos Partidos irmãos! Desejamos longa vida e muita saúde aos dirigentes dos Partidos irmãos!

Viva a Paz entre os povos!

Abaixo os incendiários de guerra!»

ENTREVISTA DE STÁLIN AO "NEW YORK TIMES"

21-XII-1952

PERGUNTA: Ao aproximar-se o ano novo e no momento da posse de uma nova administração nos EE.UU., mantendes ainda a convicção de que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos poderão viver pacificamente nos próximos anos?

RESPOSTA: *Continuo a crer que a guerra entre os Estados Unidos da América e a União Soviética não pode ser considerada inevitável e que os nossos países podem continuar a viver em paz.*

PERGUNTA: Na vossa opinião, onde se encontra a origem da atual tensão internacional?

RESPOSTA: *Em tudo e em toda parte onde se manifestam as ações agressivas da política de "guerra fria" dirigida contra a União Soviética.*

PERGUNTA: Aprovaríeis a realização de conversações diplomáticas com representantes da nova administração de Eisenhower para examinar a possibilidade de um encontro entre vós e o general Eisenhower acerca do relaxamento da tensão internacional?

RESPOSTA: *Sou favorável a tal proposta.*

PERGUNTA: Colaboraríeis em qualquer nova medida diplomática que tenha por objeto pôr termo à guerra na Coreia?

RESPOSTA: *Concordo em colaborar, porquanto a U.R.S.S. está interessada na liquidação da guerra na Coreia.*

MENSAGEM DO SR. EISENHOWER SÓBRE O ESTADO DA UNIÃO

(2-II-1953)

«Sinto-me honrado com a oportunidade de aparecer diante de vós para proferir minha primeira mensagem ao Congresso.

É manifesto que constitui o propósito conjunto dos chefes do governo e desta Administração, justificar a concitação da responsabilidade governamental feita em novembro último pelo povo americano.

O grande trabalho dessa liderança compreenderá:

Aplicação de nossa influência nos negócios mundiais com tal força e previsão que detenha a agressão e realmente garanta a paz;

Estabelecimento de uma administração nacional de tal integridade e tal eficiência que sua honra no interior lhe assegure o respeito no exterior;

Incorajamento das iniciativas que inspirem as medidas criadoras em nossa economia, de forma a que sua produtividade possa fortalecer a liberdade em toda parte;

Devoção ao bem-estar de todos os nossos cidadãos e á possibilidade de igual oportunidade para todos, de forma que nossa nação atue sempre com a força da unidade em todas as tarefas que seja chamada a desempenhar.

I

O propósito desta mensagem é sugerir certas linhas ao longo das quais nossos esforços possam ser imediatamente conduzidos para a realização desses quatro propósitos determinantes. O tempo de gestão desta administração foi excessivamente curto para que lhe permitisse a preparação de um programa detalhado e sistemático de ação, recomendável para cobrir todas as fases das responsabilidades que recaem sobre os novos líderes de nossa nação. Tal programa será completo nas semanas vindouras, quando, após o devido estudo, submeterei recomendações adicionais para vossa consideração. Hoje, posso oferecer apenas um começo seguro e substancial.

II

Nosso país tem atravessado um período de experiência e desilusões, desde a vitória de 1945. Antecipamos um mundo de paz e cooperação. As pressões calculadas do comunismo agressivo nos forçaram, contudo, a viver num mundo de confusão.

Dessa custosa experiência, aprendemos uma lição clara. Aprendemos que o mundo livre não pode permanecer indefinidamente numa posição de tensão paralizadora, deixando para sempre ao agressor a escolha do tempo, do local e dos meios para nos causar o maior sacrifício com o menor prejuízo para si.

Esta administração deu início, portanto, à definição de uma política externa nova e positiva. Essa política será regulada por certas idéias fixadas. São elas:

(1) Nossa política externa deve ser clara, consistente e confiante. Isso significa que deve ser o produto de continuada cooperação verdadeira entre os poderes Executivos e Legislativos do governo. Deve ser desenvolvida e dirigida dentro do espírito do verdadeiro bipartidarismo.

(2) A política que abraçarmos deve ser coerente e global. A liberdade que acaletamos e defendemos na Europa e nas Américas não é diferente da liberdade que está em perigo na Ásia.

(3) Nossa política, devotada a garantir a segurança do mundo livre contemplará todos os métodos e dispositivos pacíficos — exceto a destruição da fé de nossos amigos. Jamais concordaremos com a escravização de qualquer povo para a obtenção de ganhos para nós. Pedirei ao Congresso posteriormente que aprove uma resolução conjunta deixando claro que este governo não reconhece espécie alguma do compromisso contido em entendimentos secretos do passado com governos estrangeiros, que permitam a escravização.

(4) A população que seguimos reconhece a verdade de que nenhum país isoladamente, nem mesmo um país tão poderoso quanto o nosso, poderá defender sozinho a liberdade de todas as nações, ameaçada pela agressão comunista do exterior ou pela subversão no interior. Para os Estados Unidos, isso significa que, como questão de bom-senso e de interesse nacional, daremos ajuda às outras nações na medida do seu entusiástico esforço para desempenhar a parte que lhes couber na tarefa. Não há valor de ajuda que possa compensar a pobreza de entusiasmo. O coração de toda nação livre deverá estar honestamente devotado à preservação de sua própria independência e segurança.

(5) Nossa política visará à incentivação do advento da unidade prática na Europa Ocidental. As nações daquela região contribuíram de modo notável para o esforço de conservação da segurança do mundo livre. Das selvas da Indo-China e Malásia às praias do norte da Europa, ampliaram grandemente seu poder defensivo. Foram chamadas a fazer sacrifícios constantes e amargos, e os fizeram.

Mas o problema da segurança requer mais estreita cooperação entre as nações da Europa do que se tem verificado até o presente. Só uma força econômica estreitamente integrada é necessária para a manutenção tanta da preparação militar quanto de padrões de vida respeitáveis.

Os inspirados líderes europeus de há muito se aperceberam desses fatos. Todo o trabalho devotado contido no Plano Schuman, no Exército Europeu e na Conferência de Strasburg, testemunhou sua visão e

sua determinação. Essas conquistas se revelam mais notáveis quando consideramos que cada uma delas marcou uma vitória para a França e para a Alemanha — sobre as divisões que no passado causaram tragédias para esses dois grandes países e para o mundo.

A necessária unidade da Europa Ocidental não pode, manifestamente, ser produzida no exterior; somente poderá ser criada no interior. Mas é correto e necessário que encorajemos os líderes europeus, informando-os do alto valor que atribuímos ao entusiasmo de seus esforços para a realização desse objetivo. O progresso real será uma evidência conclusiva para o povo americano de que os nossos sacrifícios materiais na causa da segurança coletiva são correspondidos com realizações políticas, econômicas e militares essenciais, na Europa Ocidental.

(6) Nossa política externa reconhecerá a importância do comércio mundial lucrativo e equitativo.

Um começo substancial pode e deve ser realizado pelos nossos amigos. A Europa, por exemplo, está agora marcada por áreas de excedentes e de escassês de mão de obra, por áreas agrícolas necessitadas de máquinas e áreas industriais necessitadas de alimentos. Nessas e em outras partes podemos confiar em que os nossos amigos tomem a iniciativa de criar mercados mais amplos e moedas mais seguras, para que seja possibilitado maior intercâmbio de mercadorias e serviços entre eles próprios.

A ação dentro desses princípios poderá criar um recurso econômico que concitará a nossa ajuda vital.

Essa ajuda inclui:

Primeiro: Revisão dos nossos regulamentos aduaneiros para remoção dos obstáculos processuais para o comércio lucrativo. Recomendo que o Congresso estude imediatamente a lei de Acórdos Recíprocos de Comércio, ampliando-a por meio de legislação apropriada. Esse objetivo não deve ignorar a salvaguarda das indústrias, da agricultura e dos padrões de trabalho internos. Em todo estudo executivo e recomendações sobre esse problema, a força de trabalho, a administração e os lavradores serão igualmente consultados.

Segundo: Realização de tudo o que estiver propriamente ao alcance do governo para encorajar o investimento americano privado no exterior. Isso envolve, como propósito sério e explícito de nossa política externa, o encorajamento de um clima hospitaleiro para tais investimentos nas nações estrangeiras.

Tercero: Utilização, por nós, das facilidades de ultramar para a produção econômica de artigos manufaturados necessários à defesa mútua e que não sejam seriamente concorrentes com a nossa produção normal de tempo de paz.

Quarto: Recepção, do resto do mundo, em troca equitativa pelo que possamos fornecer, de maiores quantidades de matérias primas importantes que não possuimos em quantidades adequadas.

### III

Nessa discussão geral de nossa política externa, devo fazer menção especial à guerra na Coreia.

Essa guerra é, para os americanos, a fase mais dolorosa da agressão comunista em todo o mundo. E', claramente, uma parte do mesmo assalto calculado que o agressor está simultaneamente realizando na Indo-China e na Malásia, e da situação estratégica que manifestamente envolve a Ilha de Formosa e suas forças nacionalistas chinesas. A elaboração de qualquer solução militar para a guerra na Coreia afetará inevitavelmente todas essas áreas.

A administração dará imediata atenção ao desenvolvimento de forças adicionais da República da Coreia. Os cidadãos daquele país provaram sua capacidade como combatentes e seu desejo infrene de assumir maior responsabilidade na defesa de sua pátria. Organização, equipamento e treinamento lhes permitirão assim proceder. A maior assistência à Coreia com essa finalidade se harmoniza perfeitamente com a nossa política global.

Em junho de 1950, seguindo-se ao ataque agressivo à República da Coreia, a Sétima Esquadra dos Estados Unidos foi instruída tanto para impedir qualquer ataque a Formosa, quanto para garantir que Formosa não fosse usada como base de operações contra a China continental comunista.

Isso significou, na realidade, que a Marinha dos Estados Unidos foi forçada a servir como uma arma defensiva da China Comunista. Sem consideração pela situação de 1950, surgida desde a expedição daquela ordem, os comunistas chineses invadiram a Coreia para atacar as forças das Nações Unidas naquela área. Rejeitaram consistentemente as propostas de armistício do Comando das Nações Unidas. Recentemente juntaram-se à Rússia Soviética na rejeição da proposta de armistício patrocinada nas Nações Unidas pelo governo da Índia. Essa proposta havia sido aceita pelos Estados Unidos e mais cinquenta e três outras nações.

Consequentemente, não há mais lógica alguma de raciocínio numa condição que exigiu que a Marinha dos Estados Unidos assumisse responsabilidade de defesa em nome dos comunistas chineses, e permita, assim, que aqueles comunistas, com maior impunidade, matem os nossos soldados e os soldados de nossos aliados das Nações Unidas, na Coreia.

Dessa forma, expedirei instruções para que a Sétima Esquadra não mais seja empregada na proteção da China comunista. Essa ordem não significa intento agressivo algum de nossa parte. Mas, certamente, não temos obrigação alguma de proteger uma nação que esteja combatendo contra nós na Coreia.

#### IV

Nosso trabalho para consecução da paz na Coreia e no mundo exige imperativamente a manutenção, pelos Estados Unidos, de um forte sistema combatente pronto para qualquer contingência.

O nosso problema consiste em conseguir o adequado poder militar dentro do limite de solicitação suportável pela nossa economia. Formar poder militar sem consideração pela nossa capacidade econômica será defender-se contra um tipo de desastre provocando outro.

Tanto os objetivos militares quanto os econômicos exigem uma só política militar nacional, coordenação de nossas forças armadas e consolidação eficaz de certas atividades de logística.

Devemos eliminar o desperdício e a duplicação de esforços nos Serviços Armados.

Devemos ainda compreender claramente que somente o volume não basta. O maior esforço não é necessariamente o melhor — e queremos o melhor.

Devemos evitar que as tradições e hábitos do passado permaneçam no caminho do desenvolvimento de uma força militar eficiente. Todos os membros de nossas forças armadas devem ter sempre em mente que estão a serviço de uma única bandeira e de uma única causa.

Devemos integrar eficientemente nossos programas de armamentos e planejá-los cuidadosamente em relação às nossas disponibilidades industriais, a fim de que possamos assegurar o melhor emprêgo da mão de obra e de nossos recursos materiais.

Em decorrência da natureza complexa de nossas organizações militares e em face dos motivos de segurança por elas compreendidos, o Secretário da Defesa deve tomar a iniciativa e assumir a responsabilidade dos planos de desenvolvimento a fim de proporcionar ao nosso país o máximo de segurança com o mínimo de custo. Consequentemente, o novo Secretário de Defesa e seus assistentes civis e militares recomendarão, no futuro, tantas alterações na legislação que afeta atualmente nossas atividades de defesa, quantas se tornarem precisas para esclarecer as responsabilidades e melhorar a eficácia do nosso esforço para a defesa.

Esse esforço deve sempre se pautar pela política fixada no Conselho Nacional de Segurança.

A função principal do Conselho Nacional de Segurança, é assistir o presidente na formação e na coordenação das importantes diretrizes nacional, exterior e militar requeridas pela segurança do país. Nestes dias de tensão, é essencial que esse órgão central conte com a vitalidade indispensável e que possa exercer eficientemente o papel que lhe foi atribuído por lei. Proponho-me a fazer com que isso se realize.

A formulação cuidadosa dessas políticas deve ser acompanhada de sua exata compreensão por parte de todos os povos. Torna-se necessário, além do mais, tornar eficazes todas as atividades do governo relacionadas com a informação internacional.

Nomeei recentemente uma comissão de representantes e de cidadãos de notório saber para estudar essa questão e fazer recomendações, em futuro breve, nesse particular, para as ações legislativas, executivas e outras.

Um esforço dinâmico e conjunto em todo esse terreno, é essencial à segurança dos Estados Unidos e dos outros povos na comunidade das nações livres. Não há senão um caminho seguro para evitar a guerra total — é o de ganhar a guerra fria.

Enquanto o poder de retaliação constitui um meio poderoso de dissuadir qualquer provável agressor, um outro modo de desencorajar está no poder defensivo. Nenhum inimigo se atreverá a iniciar um ataque destinado de ante-mão ao fracasso.

Porque ainda não é possível a construção de uma defesa completamente impenetrável, a força total defensiva deve incluir a preparação para a defesa civil. Esta espécie de proteção torna-se agudamente ne-

cessária, em face de possuímos prova incontestável de que a Rússia possui armamentos atômicos.

As responsabilidades da defesa civil pertencem inicialmente aos governos estaduais e regionais — recrutamento, treinamento e organização de voluntariado para qualquer emergência. A tarefa imediata do Governo Federal é a de proporcionar diretriz, fornecer assistência técnica, e continuar a aumentar seus estoques civis de medicamentos, equipamento de engenharia e outros abastecimentos e equipamentos. Essa tarefa deve ser levada a cabo sem tardança.

### V

Referi-me às necessidades imprescindíveis a uma economia sã e ao fortalecimento se desejamos assegurar poderio militar adequado e uma diretriz para a paz no mundo.

Nosso objetivo imediato é delinear uma política econômica e fiscal que possa:

- 1 — Restringir aos deficits previstos e equilibrar o orçamento entre outros meios com a redução dos gastos federais ao mínimo necessário.
- 2 — Atender aos altos custos da nossa defesa.
- 3 — Carregar com propriedade nossas heranças de dívidas e obrigações.
- 4 — Reprimir a ameaça de inflação.
- 5 — Trabalhar no sentido da mais breve redução das taxas.
- 6 — Elaborar planos construtivos para encorajar a iniciativa dos nossos cidadãos.

É importante que todos nós compreendamos que esta administração não pode e não deve iniciar suas tarefas com um quadro em branco. Muito já foi escrito sobre a matéria, além de nosso poder de rapidamente apagar ou emendar. É o caso por exemplo de nossa herança de dívidas, obrigações e deficits.

O orçamento do presente ano, que vos foi apresentado antes da posse desta administração, mostra um deficit orçamentário de 9.9 bilhões para o ano fiscal que termina a 30 de junho de 1954. A dívida nacional sobe a mais de 265 milhões de dólares. Em complemento, as obrigações acumuladas do governo federal para pagamentos vai acima de 80 bilhões de dólares. Mesmo essa quantia é exclusiva para grandes compromissos tão numerosos e extensos que estão quasi acima de uma discrição minuciosa.

As contas para pagamento de perto do total dos 80 bilhões de dólares de obrigações serão apresentadas durante os próximos quatro anos. Essas contas, acrescidas das despesas que o governo deve enfrentar, constituem um pesadíssimo encargo.

O atual limite autorizado de dívida do governo é 275 bilhões de dólares. A previsão apresentada pela passada administração para o ano fiscal de 1954 mostra que — antes do fim do ano fiscal e no ponto mais alto dos pagamentos durante o ano — a dívida total do Governo pode aproximar-se e mesmo ultrapassar esse limite. A menos que os deficits orçamentários sejam restringidos, o vulto dos programas passados nos forçará a aumentar o limite da dívida legal.

Permiti declarar-vos: enfrentar e sanar essa situação não será fácil.

Permiti que vos assegure: todo chefe de departamento e eu estamos determinados a tudo fazer para resolvê-la.

O primeiro passo será eliminar o deficit anual. Tal coisa não se poderá fazer com meras exortações. Exige ação conjunta de todos aqueles que ocupam funções no governo e a cooperação solicita do Congresso.

Já iniciamos o exame das rendas e despesas de todos os departamentos, num esforço para encontrar itens importantes que possam ser diminuídos ou cancelados sem perigo para as nossas necessidades essenciais.

O orçamento exige, ainda, que os governos estaduais e regionais e os grupos interessados de cidadãos restrinjam suas solicitações ao Congresso, para cujo atendimento o Tesouro Federal gasta mais e mais em toda sorte de projetos.

Um orçamento equilibrado é uma primeira providência imprescindível para evitar depreciações no poder aquisitivo do dólar. Trata-se de um dos passos críticos a serem tomados para por còbro à inflação. Nosso objetivo é dirigir as finanças do Governo de forma a ajudar e não a evitar que cada família equilibre seu próprio orçamento.

A redução de impostos só se poderá justificar, como demonstramos, se tivermos êxito em controlar o orçamento. Tão pronto o orçamento esteja equilibrado e a inflação contornada, o fardo dos impostos que ainda hoje sufoca a iniciativa pode e deve ser aliviado.

Até que possamos determinar a extensão a que possam ser reduzidas as despesas, não seria aconselhável reduzir nossas rendas.

Enquanto isso, a estrutura tributária, como um todo, exige uma revisão. O Secretário do Tesouro a empreenderá desde logo. Devemos desenvolver um sistema de taxaço que possa criar o mínimo de dificuldades ao crescimento dinâmico do país. Isso compreende particularmente oportunidade real para o desenvolvimento dos pequenos negócios. Serão necessários muitos reajustamentos nas taxas atuais para atingir esse objetivo e também para remover atuais desajustes. A clarificação e a simplificação de nossas leis tributárias, como também sua regulamentação, serão efetuadas.

No campo geral da política fiscal — que deve, nos seus vários aspectos, ser submetida em mensagens à apreciação do Congresso nas próximas semanas — podem agora ser mencionados alguns fatos e privilégios:

Primeiro: é axiomático que nossa economia é um mecanismo complexo e sensível. Soluções apressadas e contra-indicadas de qualquer espécie poderiam comprometer seriamente a equação que abrange dívidas, obrigações, despesas, necessidades da defesa, deficits, impostos e o quadro econômico geral do país; nossos objetivos podem ser claros, poderemos imediatamente caminhar em sua direção mas a ação deve ser gradativa.

Segundo — é evidente que uma grande parte da dívida nacional se fez num período de tempo exiguo demais. O Departamento do Tesouro organizará no devido tempo um programa de prorrogação de

parte da dívida por longos períodos e gradualmente proporcionará maiores quantias aos investidores a longo-prazo.

Terceiro — As passadas diferenças na política entre o Tesouro Nacional e a Junta Federal de Reserva encorajaram a inflação. Doravante, tenho esperança de que o seu objetivo único proporcionará a todo o país políticas destinadas a estabilizar a economia e a encorajar a manifestação livre do gênio do nosso povo no sentido da iniciativa privada.

Incentivando essa iniciativa, nenhum problema dentre os que enfrentamos atualmente recebeu maior atenção e consideração de meus subordinados e daqueles que foram chamados a nos auxiliar, do que a questão do controle, por lei, dos preços e salários.

A grande força econômica de nossa democracia nasceu numa atmosfera de liberdade. O caráter de nosso povo é infenso aos controles artificiais e arbitrários de qualquer espécie. Controles diretos, excetuando aqueles do crédito, não se ajustam às causas da inflação, mas somente aos seus sintomas. Em épocas de emergência nacional, tal espécie de controle tinha um papel a exercer. Nosso sistema geral, contudo, está assentado na suposição de que, normalmente, deveríamos combater as grandes oscilações na estrutura dos preços, confiando largamente no empenho efetivo de uma política fiscal e monetária segura e nos efeitos naturais da lei econômica.

Além disso, os trabalhadores e os homens de negócio americanos podem resolver melhor seus problemas de salários entre si mesmos, em mesa redonda. O governo deveria abster-se de participar, a não ser em casos extremos, quando se tornar necessário defender o bem estar social.

Estamos, é verdade, vivendo uma situação internacional que nem obriga a uma mobilização total de emergência, nem é de paz. Ninguém poderá saber quanto tempo esta situação permanecerá. Consequentemente, somos obrigados a aprender muitas coisas novas à medida que prosseguirmos, apegando-nos ao que der resultado, abandonado o que não der.

Em todos os nossos debates sobre êsses e outros fatos conhecidos, o peso da evidência aparece claramente contra o emprêgo de controle, nas suas formas presentes. Elas se mostraram à saciedade insatisfatórias, ou impraticáveis. Não preveniram a inflação; não mantiveram baixo o custo de vida. O desagrado que provocaram é inteiramente justificado. Estou convencido de que agora como sempre a liberdade e a concorrência nos preços servirá melhor todo o povo e melhor atenderá às mutáveis e crescentes necessidades de nossa economia.

Em decorrência, não pretendo pedir a renovação do atual controle de preços e salários de 30 de abril de 1953, quando expira a respectiva legislação. Nesse espaço de tempo, providências serão tomadas para eliminar os controles de forma ordenada e para extinguir as repartições especiais não mais necessárias para esse propósito. É óbvio que se deve esperar que a remoção desses controles resulte em modificações individuais de preços — alguns para cima, outros para baixo. Mas a máxima liberdade nos preços do mercado assim como nos negócios coletivos é característica de povo verdadeiramente livre.

Acredito também que os controles sobre materiais e produtos devem terminar, exceto no que diz respeito às prioridades de defesa e aos artigos escassos e essenciais à nossa defesa. Recomendarei ao Congresso que promulgue uma lei no sentido de manter autoridade sobre controles desse tipo, após a expiração do atual estatuto, em 30 de junho de 1953.

Recomendo a continuidade, após 30 de junho, do controle federal sobre os alugueres nas comunidades onde existe escassez de habitações. Essas são principalmente as chamadas áreas de defesa. Nessas e em todas as áreas, o Governo Federal deverá abandonar o controle de alugueres logo que isso seja possível. Mas antes que esse controle seja inteiramente dispensado, cada legislatura deve ter a oportunidade de assumir, dentro do seu próprio Estado, a responsabilidade do seu funcionamento.

Seria inútil pretender que todos os nossos problemas nesse setor de preços ficariam solucionados com o simples abandono federal dos controles diretos.

Teremos que acompanhar estreitamente as tendências. Se um mais livre funcionamento de nosso sistema econômico, assim como os controles indiretos que podem ser devidamente aplicados, não forem suficientes nesse período de tensão, pedirei imediatamente ao Congresso que promulgue as leis que se fizerem necessárias.

Enfrentando todos esses problemas — salários, preços, produção, impostos, política fiscal, déficits — lembrem-nos constantemente de que a época de sacrifícios ainda não terminou. Mas estamos interessados no encorajamento do regime de concorrência e na iniciativa individual justamente porque sabemos que são essas as fontes de poder de nossa nação.

Nossa vasta responsabilidade mundial acentua a urgência do direito elementar de nosso povo a um Governo cujas qualidades evidentes sejam: lealdade, segurança, eficiência, economia e integridade.

A segurança dos Estados Unidos e a confiança do povo exigem que o pessoal do Governo Federal seja leal em seus motivos e íntegro no desempenho de sua funções. Somente um conjunto de lealdade e integridade pode assegurar uma verdadeira segurança.

O princípio é fácil de declarar; pode ser difícil de aplicar. Como exemplo, todos os principais elementos nomeados para os departamentos e agências foram investigados, a pedido, pelo Bureau Federal de Investigações.

Confiando em vossa compreensão e cooperação, sei que a principal responsabilidade em manter afastados os desleais e os perigosos, cabe claramente ao poder Executivo. Quando esse poder se conduz de maneira a precizar da interferência de outro poder do Governo, provoca um desordem e a confusão em seu próprio meio.

Estou determinado a enfrentar essa responsabilidade do Executivo. Os chefes de todos os departamentos e agências do Executivo têm instruções para levar a efeito eficientes programas de segurança com respeito aos seus subordinados. O Procurador Geral aconselhará e guiará os departamentos e repartições na formação desses programas. Para o desempenho desses programas, creio que os poderes do Executivo, segundo as leis atuais, são suficientes. Caso mostrem ser inadequados, a necessária legislação será solicitada.



Esses programas respeitarão os direitos individuais e ao mesmo tempo serão eficientes quanto à segurança nacional. Com cuidado e justiça, aplicarão o princípio básico de que o emprego público não é um direito e sim um privilégio.

Tôdas essas medidas tem duas finalidades claras. A primeira finalidade é limpar o ambiente daquelas dúvidas sem razão, que aceitam rumores e comentários como substitutos da evidência.

Nosso povo, é claro, merece e exige do seu Governo Federal mais do que confiança no pessoal. Exige também organização lógica e eficiente, fiel aos princípios constitucionais.

Já estabeleci uma comissão de organização de Governo. Essa comissão está usando como ponto de partida os relatórios da Comissão Hoover e estudos subsequentes feitos por diversas repartições independentes. Para alcançar a maior eficiência e economia, que a análise da comissão mostra ser possível, peço ao Congresso que prorogue a atual Lei de Reorganização Governamental por um período de dezoito meses, ou dois anos, além da sua data de expiração, em 1º de abril de 1953.

Existe mais a fazer do que acertar as rodas e amaciar as engrenagens do maquinismo administrativo. O Congresso com razão espera que o Executivo tome a iniciativa na descoberta e na remoção de funcionamentos obsoletos e na eliminação de duplicidades.

Uma repartição, por exemplo, cuja chefia prometeu ação rápida e vigorosa para promover maior eficiência foi o Correio. Uma das mais antigas instituições de nosso Governo Federal, seu serviço deve ser dos melhores. Seus funcionários devem merecer e receber a alta estima dos cidadãos da nação. Existem, hoje, em alguns setores do Serviço, negligência e incompetência que devem ser corrigidas. Com a cooperação do Congresso, e usando de sua vasta experiência em assuntos postais, o Diretor Geral dos Correios instituirá um programa que tem por fim melhorar o serviço e ao mesmo tempo reduzir os gastos e os déficits.

Em todos os departamentos, a dedicação a esses princípios básicos de segurança e eficiência, integridade e economia, pode produzir e produzirá uma administração que mereça a confiança que o povo nela depositou.

Nosso povo pediu nada menos que um governo bom e eficiente. E isso o povo terá.

De importância vital são a água e os minerais, as terras do Estado e as florestas, a forragem e a vida agreste deste país. Uma população vasta e crescente terá grandes necessidades futuras desses recursos. Precisamos fazer ainda mais do que se realizou no meio-século, desde que o Presidente Theodore Roosevelt despertou toda a nação para os problemas da conservação.

Isso exige um forte programa federal no setor do desenvolvimento dos recursos. Seus principais projetos devem ser pautados, sempre que possível, de modo a ajudar a nivelar os altos e baixos de nossa vida econômica. Os projetos bem planejados e já iniciados devem ser continuados. Novos projetos serão planejados para o futuro.

O melhor programa de recursos naturais para os Estados Unidos não pode depender de dependência exclusiva da burocracia federal.

Envolverá a participação dos Estados e das comunidades, locais dos cidadãos e do Governo Federal, todos trabalhando em conjunto. Esse esforço combinado ajudará o desenvolvimento das regiões dos vales dos grandes rios de nosso país, e da energia que eles podem produzir. Do mesmo modo, tal cooperação pode ser eficiente na expansão, em todo o país, do sistema de represas; do emprego adequado das terras estatais; e da conservação de minerais e de florestas.

Tem havido muitas críticas, algumas das quais aparentemente justas, sobre a confusão resultante da descentralização das atividades federais no setor da conservação dos recursos. Esse assunto está sendo intensamente estudado e os planos adequados de reorganização serão elaborados.

A maior parte desse programa de recursos é da responsabilidade do Departamento do Interior. Outra de suas grandes responsabilidades é a questão das nossas possessões insulares. Aqui, um assunto merece atenção particular. As plataformas de ambos os partidos políticos prometeram imediata condição de Estado para o Hawái. O povo daquele território fez jus a essa condição, que lhe deve ser concedida prontamente na primeira eleição, marcada para 1954.

## VIII

Um dos problemas difíceis para a nova Administração é o do lento e irregular declínio dos preços agrícolas. Esse declínio, que vem de cerca de dois anos, ocorreu numa época em que a maioria dos preços não-agrícolas e o custo da produção agrícola estão extraordinariamente altos.

A atual legislação agrícola determina o apoio dos preços dos artigos agrícolas básico em noventa por cento de paridade. O Secretário da Agricultura e seus assistentes executarão, naturalmente, a lei atual com fidelidade, procurando desse modo mitigar as consequências da queda da renda agrícola.

Esta legislação de equilíbrio dos preços expirará no fim de 1954.

Agora poderíamos começar a considerar que espécie de legislação agrária deveríamos desenvolver para 1955 e os anos seguintes. Nosso propósito seria a estabilidade econômica e uma inteira paridade de renda para os fazendeiros. Mas precisamos atingir esse objetivo que reduz ao mínimo a interferência governamental nos negócios agrários, que permite os meios desejados à produção, e que encoraja os fazendeiros em suas iniciativas próprias e na busca de melhores condições econômicas.

Um estudo acurado deste assunto revela enfaticamente sua natureza complexa. Entre outras coisas, mostra que a prosperidade de nossa agricultura depende diretamente do progresso de todo o país — do poder aquisitivo dos consumidores americanos. Depende também das possibilidades de levar ao exterior os excedentes das mercadorias, e de se incrementar as relações de amizade entre os Estados Unidos e os demais países. Isto envolve pesquisa e investigação científica, feitas em larga escala. Isto envolve especiais mecanismos de créditos, vendas em mercado, eletrificação rural, conservação do solo e outros programas.

O complexo total dos programas e da política agrícola será estudado por uma Comissão Agrícola Consultiva especial. Ao que me parece ela se constituirá de comités do Congresso. Um grupo não partidário de respeitadas autoridades em agricultura já foi indicado como grupo consultivo interino.

As mudanças imediatas necessárias aos programas agrícolas são especialmente de natureza tributária e administrativa. A nova política e os novos programas precisam aguardar o término dos estudos de longo alcance já iniciados.

## IX

A determinação da política do trabalho precisa ser governada não pelos caprichos do expediente político mas pelos mais firmes princípios e convicções. Os enviesados apêlos partidários aos trabalhadores americano, ditos como se eles fossem um grupo a parte, necessitando de uma linguagem e de um tratamento especiais, constituem uma afronta à sua dignidade de cidadãos americanos.

A verdade nos assuntos da política do trabalho se tem obscurecido em controvérsia. O significado exato da liberdade econômica no que ela afeta ao trabalho tem se tornado confuso. E tal desentendimento tem dado origem a um clima de opinião favorável ao desenvolvimento do paternalismo estatal nas relações de trabalho. Esta tendência, se deixada incorreta, poderia terminar por produzir um despotismo burocrático. A liberdade econômica é, de fato, o requisito da grande prosperidade de cada americano que ganha sua própria vida.

No campo da legislação do trabalho, somente uma lei que mereça o respeito e o apoio do empregado e do empregador pode ajudar a reduzir a perda dos salários e o decréscimo da produção, através de greves e paralizações — completando desta maneira a total estratégia econômica de nosso país.

Temos agora cinco anos de experiência com a lei de administração trabalhista de 1947, comumente conhecida como a «Lei Taft-Hartley.» Essa experiência tem mostrado a necessidade de algumas ações corretivas, e nós poderíamos iniciá-las prontamente.

## DISCURSO DO SR. MALENKOV, PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, NA IV SESSÃO DO SUPREMO SOVIET DA U.R.S.S.

(14-II-1953)

Camaradas deputados: Vós me encarregastes de submeter à consideração do Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a composição do Governo: o Conselho de Ministros da U.R.S.S.

Agradeço-vos, camaradas deputados, a grande confiança e a grande honra que me conferistes.

Camaradas, já sabeis que o Plano do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, o Conselho de Ministros da U.R.S.S. e o Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S. adotaram uma série de importantes decisões para garantir e continuar a acertada direção da vida do país. Nesta sessão teremos de examinar essas resoluções, de acordo com a Constituição, dar força de lei às medidas que o Soviet Supremo da U.R.S.S., órgão máximo do poder do Estado em nosso país, julgue oportuno aprovar e ratificar.

Deve-se dizer que não data de hoje a necessidade de adotar uma série de medidas encaminhadas à ampliação dos ministérios existentes e à fusão da direção dos ramos afins da economia nacional, da cultura e da administração. Essas medidas já vinham sendo estudadas há muito tempo, ainda em vida do camarada Stálin, por ele, por nosso Partido e pelo Governo. Agora, em vista da dura perda que sofreu nosso país, resolvemos acelerar a concretização dessas medidas que já estavam na ordem do dia para continuar melhorando a direção das atividades estatais e econômicas do país.

Ao apresentar essas medidas partimos de que é preciso lutar mais ativamente ainda pela realização dos planos elaborados pelo Partido e pelo Governo para o desenvolvimento da U.R.S.S. e cumpri-los mais ativa e eficazmente.

Partimos de que a aplicação das medidas de organização para o melhoramento da direção estatal e econômica, submetidas à consideração do Soviet Supremo, da U.R.S.S. criação, sem dúvida alguma, melhores condições para solucionar com êxito as tarefas históricas que se apresentam ao nosso país. Criaremos condições para fortalecer, indiscutivelmente, em todos os aspectos, nosso grande Estado socialista multinacional; fortalecer as poderosas forças armadas soviéticas para garantir a defesa e a segurança de nossa Pátria; continuar desenvolvendo constantemente a indústria socialista, fortalecer o regime kolchossiano; continuar desenvolvendo a cultura e o bem-estar material dos operários, kolchossianos e intelectuais, de todo o povo soviético; garantir maiores êxitos no avanço pelo caminho da construção da sociedade comunista em nosso país.

Temos a possibilidade de levar a cabo, com êxito, a reorganização e ampliação dos Ministérios e tornar efetivas as suas vantagens porque dispomos de quadros que se desenvolveram muito e adquiriram uma rica experiência e que poderão dirigir os ministérios que se ampliam. (\*)

Camaradas deputados.

Ao submeter à deliberação do Soviet Supremo as propostas acerca da composição do Governo, o Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, o Conselho de Ministros da U.R.S.S. e o Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S. partiram de que a força de nossa direção reside em seu caráter coletivo, em sua coesão e em sua unidade monolítica. Consideramos que a observância mais estrita dos princípios supremos do nosso Partido é a garantia do acerto na direção do país e uma condição da maior importância para um feliz avanço no caminho da construção do comunismo em nosso país.

Ao submeter esta composição do governo à aprovação do Soviet Supremo da U.R.S.S., considero indispensável declarar que o Governo aplicará rigorosamente, em toda a sua atividade, a política elaborada pelo Partido para os assuntos internos e externos. Já proclamamos esta posição do Governo soviético. Refiro-se ao meu discurso e aos dos camaradas L. Beria e V. M. Molotov pronunciados no comício de pesar do dia 9 de março.

A respeito de nossa política interna, os nossos discursos afirmaram com toda a clareza que o Governo soviético continuará fortalecendo a aliança indestrutível da classe operária e do campesinato kolkhoziano e a amizade fraternal entre os povos de nosso país e continuará fortalecendo constantemente o poder defensivo do Estado socialista, que para o Governo é lei a obrigação de preocupar-se perseverantemente com o bem-estar do povo, com a máxima satisfação de suas necessidades materiais e culturais, com o constante florescimento de nossa pátria socialista.

No que tange à política externa, de nossas declarações emana o seguinte:

O governo soviético aplicará inalteravelmente a provada política de manter e consolidar a paz e garantir a defesa e a segurança da U.R.S.S., a política de colaboração com todos os países e do fomento de relações comerciais com eles à base de mútua observância dos interesses; continuará mantendo uma estreita colaboração política e econômica e fortalecendo os laços de amizade e solidariedade fraternal com o grande povo chinês e com todos os povos dos países de democracia popular.

A política soviética de paz se baseia no respeito aos direitos dos povos dos demais países grandes e pequenos, e na observância das normas internacionais estabelecidas; a política externa soviética se baseia na estrita e rigorosa observância dos tratados concluídos pela U.R.S.S. com outros Estados.

(\*) — Seguem-se propostas de alterações administrativo-burocráticas, suprimidas por não interessarem à questão da paz.

Não existe, atualmente, nenhuma questão litigiosa pendente que não possa ser resolvida por via pacífica à base de mútuo acordo dos países interessados. Isso se refere às nossas relações com todos os Estados, inclusive a nossas relações com os Estados Unidos da América do Norte.

Os Estados interessados na manutenção da paz podem estar seguros, tanto agora como no futuro, de que a União Soviética seguirá uma firme política de paz.

Camaradas deputados:

O povo soviético tem plena confiança em suas forças. A potência do Estado soviético e a unidade política e moral do povo soviético são grandes e indestrutíveis como nunca. O Governo soviético dedicará todas as forças à luta pela construção da sociedade comunista em nosso país, por uma vida livre e feliz do povo soviético.

Marcharemos avante pelo caminho da construção do comunismo, em estreita união do Partido, do Governo e do povo soviéticos, unidos na grande família fraternal de todos os povos da União Soviética.

DISCURSO DO SR. EISENHOWER PERANTE A SOCIEDADE AMERICANA DE DIRETORES DE JORNAIS.

(16-IV-1953)

"Nesta primavera de 1953, o mundo livre considera uma questão sobre todas as outras: a possibilidade de uma paz justa para todos os povos.

Considerar essa possibilidade equivale a instantaneamente trazer à lembrança outro momento recente de grave decisão. O que acompanhou aquela primavera de 1945, ainda cheia de esperanças e iluminada pela promessa da vitória e da liberdade. A esperança de todos os homens justos, naquela época era também a paz justa e duradoura.

Os oito anos transcorridos viram essa esperança vacilar, desvanecer-se e quase extinguir-se. E a sombra do temor voltou a estender-se tenebrosamente sobre o mundo.

Hoje, a esperança dos homens livres continua a manter-se tenaz e valorosamente, porém agora estritamente disciplinada pela experiência.

Ela afasta não só os conselhos comuns da desesperança, como também a enganosa e fácil ilusão.

Considera a possibilidade de paz, com consciência clara e segura do que ocorreu à vã esperança de 1945.

Naquela primavera da vitória, os soldados dos aliados ocidentais encontraram-se com os soldados da Rússia no centro da Europa. Eram camaradas de armas triunfantes. Seus povos compartilhavam do objetivo de erguer, em honra dos seus mortos, o único monumento apropriado — uma era de paz justa.

Todos esses povos flagelados pela guerra compartilhavam, também, deste objetivo concreto e decente: manterem-se vigilantes contra a dominação de qualquer parte do mundo por uma força de agressão.

Aquêle propósito comum de então durou um instante e desapareceu. As nações do mundo separaram-se para seguir dois caminhos distintos.

Os Estados Unidos e nossos excelentes amigos, os outros países livres, escolheram sua rota. Os dirigentes da Rússia preferiram outra.

A rota escolhida pelos Estados Unidos orienta-se por uns poucos preceitos claros, que governam sua conduta internacional:

Primeiro — que nenhum povo da terra, como povo, pode ser considerado inimigo, pois toda a humanidade partilha do desejo comum de paz, companheirismo e justiça.

Segundo — que não se podem conseguir, duradouramente, a segurança e o bem estar de nenhuma nação no isolamento, mas na cooperação efetiva com as outras nações irmãs.

Terceiro — que o direito de toda nação à forma de governo e ao sistema econômico de sua própria escolha, é inalienável.

Quarto — que a tentativa de uma nação, de ditar às demais sua forma de governo, é indefensável.

Quinto — que a esperança de paz duradoura de uma nação não se pode basear sólidamente em qualquer corrida armamentista, mas somente nas relações justas e no entendimento honroso com todas as demais nações.

A luz desses princípios, os cidadãos dos Estados Unidos definiram o caminho que se propuseram seguir para eliminação das guerras e no sentido de uma verdadeira paz.

Este o caminho que enche de esperança o espírito e que inspira as Nações Unidas: proibir as lutas, acabar com as tensões, varrer o medo. Este caminho está no controle e a redução dos armamentos. Este caminho está em permitir a todas as nações devotar suas energias e recursos às grandes e boas tarefas, a curar suas feridas de guerra, a vestir, alimentar e abrigar os necessitados, a aperfeiçoar uma existência política justa, a colher os frutos de seu trabalho livre.

O governo russo tem uma visão profundamente diferente do futuro.

No mundo de seus sonhos, a segurança deverá ser conseguida não através da compreensão mútua e da ajuda recíproca — mas pela força: enormes exércitos, as subvenções, intromissão nos países vizinhos. Seu objetivo é a superioridade pela força — a todo custo. A segurança deverá ser atingida, negando-a a todos os outros.

O resultado tem sido trágico para o mundo; para a Rússia, tem sido também irônico.

O acúmulo do poder russo alertou as nações livres para um novo perigo de agressão. Compeliu-as, em defesa própria, a gastar quantias e energias sem precedentes em armamentos. Forçou-as a desenvolver armas de guerra agora capazes de infligir um duro e instantâneo castigo a qualquer agressor.

Levou as nações livres — não há dúvida sobre isto — à convicção inabalável de que, enquanto persistir uma ameaça à liberdade, devem, a todo custo, permanecer amparadas, fortes e prontas a enfrentar a qualquer momento os riscos de guerra.

Inspirou-as — e não há dúvidas sobre isto — a buscar uma unidade de propósito e de vontades em face do poder da propagação ou das pressões que visam quebrantá-las, agora e em qualquer ocasião.

Há, contudo, um fator inalterado e que não foi atingido pela conduta russa: a disposição das nações livres para receber com sinceridade qualquer demonstração efetiva de paz, proporcionando a todos os povos, novamente, reunir sua vontade comum de uma paz justa.

As nações livres, solene e repetidamente, teem assegurado à Rússia que sua firme união não teve jamais qualquer propósito de agressão contra quem quer que fôsse.

Os dirigentes russos, porém, continuam parecendo querer persuadir-se e tentar persuadir outros povos — em sentido diverso.

E assim aconteceu que a própria Rússia compartilhou e sofreu os mesmos temores que fomentou no resto do mundo.

Este sentido de vida a que obrigam oito anos de medo e de força.

O que pode o mundo — ou qualquer fiação — esperar, se nenhuma saída for encontrada neste caminho?

O pior a temer e o melhor a esperar podem apenas ser previstos.

O pior é a guerra atômica.

O melhor mundo seria este: uma vida de medo e de tensão permanentes; uma carga de armamentos drenando a saúde e o trabalho de todos os povos; um desperdício de força prejudicando o sistema de vida americano e o sistema de vida russo e qualquer outro, impedindo-os de atingir a verdadeira abundância e a verdadeira felicidade para todos os povos da terra.

Todo canhão que se fabrica, todo navio de guerra que se lança à água, todo projétil-foguete que se dispara, significam — em última instância — um roubo aos que padecem fome e não comem, aos que sofrem frio, e não têm roupas. Este mundo em armas não está apenas gastando dinheiro. Está gastando o suor dos seus trabalhadores, o gênio de seus homens de ciência, as esperanças de seus filhos.

O custo de um bombardeiro pesado é este: uma escola moderna, toda de pedra, em mais de 30 cidades!

E ainda: Duas instalações geradoras elétricas, servindo cada uma delas uma cidade de 60.000 habitantes.

É o preço de dois ótimos hospitais inteiramente equipados.

É o preço de umas 56 milhas de estradas de rodagem concentradas.

Pagamos por um avião de caça o preço de meio milhão de "bushels" de trigo.

Pagamos por um só contra-torpedeiro o preço de muitas casas novas que poderiam alojar mais de 3.000 pessoas.

Essa, repito, é a melhor forma de viver que se pode encontrar no caminho que o mundo empreendeu. Mas esta não é maneira de viver, em nenhum sentido real. Sob as nuvens da ameaça de guerra, está a Humanidade vergada sob o peso de uma cruz de ferro.

Estas verdades simples cruéis definem o perigo e salientam a esperança que chega com esta primavera de 1953.

Os negócios das nações chegaram a um ponto em que devem ser tomadas as mais graves decisões — caso se deseje uma alteração no sentido de uma paz justa e duradoura.

É um momento que exige que os governos do mundo declarem suas intenções com simplicidade e honestidade.

É exigido que eles respondam a pergunta que aflige o coração de todos os homens de mente sadia Não haverá outro sistema de vida para o mundo?

O mundo sabe que se acabou uma era com a morte de Joseph Stalin. Durante o período de 30 anos de sua dominação o império soviético se expandiu do Mar Báltico ao Mar do Japão, dominando 800 milhões de almas.

O sistema soviético modelado por Stalin e seus predecessores nasceu de uma guerra mundial. Sobreviveu a outra guerra com coragem vigorosa e com experiência surpreendente. Viveu para criar a ameaça de uma terceira guerra mundial. Agora, novos dirigentes assumiram o poder na União Soviética. Seus laços com o passado, por mais fortes que sejam não podem ligá-los inteiramente a ele. Seu futuro é em grande parte, algo que tem de forjar por si mesmo. Essa nova equipe dirigente se encontra ante um mundo livre decidido, como raramente o esteve em sua história, na vontade de permanecer livre. Este mundo livre sabe — pela amarga lição da experiência — que a vigilância e o sacrifício são o preço da liberdade.

Sabe que a defesa da Europa Ocidental reclama imperiosamente a unidade de propósitos e de ação, tornada possível pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, que abrange a comunidade de defesa européia.

Sabe que a Alemanha Ocidental merece ser membro livre e em igualdade de condições desta comunidade; e que este caminho é, para a Alemanha, o único caminho certo para a unidade definitiva.

Sabe que a agressão na Coreia e na Asia sueste são ameaças a toda a coletividade livre, que deve enfrentar a ação coletiva.

Esta é a espécie de mundo livre com que a nova equipe soviética se encontra. Um mundo que reclama e espera o máximo respeito a seus direitos e interesses. Um mundo que sempre dedicará o mesmo respeito a todos os demais.

Assim, pois, os novos chefes soviéticos tm, agora, uma preciosa oportunidade para despertar, como o resto do mundo, ante o perigo a que se chegou, e contribuir para fazer retroceder a maré da história. Farão isto?

Não o sabemos ainda. Declarações e atitudes recentes dos dirigentes soviéticos dão evidência de que talvez reconheçam este momento crítico. Nós recebemos com satisfação todo ato pacifista. Não nos importa a mera retórica. Importa-nos apenas a sinceridade de um propósito pacífico, corroborado com atos. As oportunidades para tais são inúmeras. A realização de muitos deles não depende de um protocolo, senão da simples vontade de fazê-los.

Até atos tão claros e específicos, como a assinatura, pela União Soviética, de um tratado de paz com a Áustria, ou a liberação de milhares de prisioneiros que ainda mantêm, desde a Segunda Guerra Mundial, seriam indícios impressionantes da sinceridade de suas intenções. Teriam um poder persuasivo que não pode ser igualado por nenhuma peça oratória.

O que sabemos é disto: que um mundo que começa a presenciar o renascimento da confiança entre as nações, pode achar seu caminho para uma paz, que não seja parcial nem punitiva.

Com todos os que queiram trabalhar, de boa fé, por essa paz, estamos decididos, com renovada determinação, a unir nosso esforço, para redimir as quase perdidas esperanças de nossos dias.

Como primeiro grande passo nesse sentido, deverá ser concertado um armistício honroso na Coreia. Isto significa a imediata suspensão das hostilidades e o pronto início de negociações políticas, que conduzam à realização de eleições livres, em uma Coreia unida.

Significa, também, o que não é menos importante, o fim dos ataques diretos e indiretos à segurança da Indochina e Malala. Porque qualquer armistício na Coreia, que se limitasse a deixar os exércitos agressores em liberdade, para atacar em outros pontos, seria uma fraude.

Desejamos para toda a Ásia e para todo mundo uma paz verdadeira e duradoura. Disso poderá resultar outra tarefa ainda mais ampla - a solução política justa de outros problemas sérios e específicos entre o Mundo Livre e a União Soviética. Nenhum desses problemas - grande ou pequeno - é insolúvel, desde que haja a determinação de respeitar os direitos de todas as nações.

Novamente dizemos: os Estados Unidos estão dispostos a assumir sua justa participação na responsabilidade. Já fizemos quanto estava em nosso poder, para acelerar o concerto de um tratado com a Austria, o qual a libertará da exploração econômica e da ocupação por tropas estrangeiras.

Estamos dispostos, não somente a seguir avante com os presentes planos de uma unidade mais íntima das nações da Europa Ocidental, senão também, sobre essa base a esforçar-nos para o desenvolvimento de uma coletividade européia mais ampla, conducente ao livre movimento das pessoas, do comércio e das idéias.

Essa coletividade compreenderia uma Alemanha livre e unida, com um governo baseado em eleições livres e secretas.

Essa comunidade livre e a plena independência das nações européias orientais poderia significar o fim da atual divisão anômala da Europa.

A medida que o progresso em todas as regiões reforça a confiança internacional, podemos continuar, ao mesmo tempo, com a seguinte grande tarefa: a redução da carga armamentista, que agora pesa sobre o mundo.

Com este fim, acolheríamos com satisfação e entrariamos nos mais solenes acordos. Entre estes poderiam figurar adequadamente:

1. A limitação, em números absolutos ou em uma proporção concordada internacionalmente, das forças militares e de segurança de todas as nações;
2. Um compromisso de todas as nações, de estabelecer um limite concordado para a proporção da produção total de certos materiais estratégicos que tenham que ser destinados a fins militares;
3. A regulamentação internacional da energia atômica para promover seu uso somente com propósitos pacíficos e para assegurar a proibição das armas atômicas;
4. Uma limitação ou proibição de outras categorias de armas de grande potência destrutiva;

5. A observância de todas estas limitações e proibições concordadas, mediante salvaguardas adequadas, inclusive um sistema prático de inspeção sob os auspícios das Nações Unidas...

Os detalhes de tais programas de desarmamento são manifestamente críticos e complexos. Nem os Estados Unidos e nenhuma outra nação pode alegar possuir uma fórmula perfeita e imutável. Mas a fórmula tem menos importância que a fé a boa fé sem a qual nenhuma fórmula poderá operar justa e eficazmente.

O fruto do êxito de todos esses trabalhos ofereceria ao mundo a maior missão, e também a maior oportunidade, de todas. Esta: a consagração das energias, os recursos e a imaginação de todas as nações pacifistas a uma nova espécie de guerra. Esta seria uma guerra declarada e total, não contra um inimigo humano, mas contra as forças brutas da miséria e da necessidade. A paz que almejamos alicerçada na confiança decorosa e no esforço cooperativo entre as nações, pode ser fortalecida, não com armas de guerra, mas com trigo e algodão; com leite e com lã; com carne, com madeira e com arroz.

Estas são palavras que se traduzem em todas as linguagens da Terra. Essas necessidades desafiam o mundo em armas. A idéia de um mundo justo e pacífico não é nova e nem nos é estranha. Inspirou os Estados Unidos a dar início ao programa de recuperação européia em 1947. Esse programa foi preparado para tratar com igual interesse as necessidades da Europa Ocidental e da Europa Oriental.

Estamos dispostos a reiterar, com provas mais concretas, nossa disposição de contribuir para a edificação de um mundo em que todos os povos possam ser produtivos e prósperos. Este governo está disposto a pedir a seu povo que se una a todas as nações, destinando uma porcentagem substancial do desafogo que produzirá o desarmamento para um fundo de ajuda e reconstrução mundiais. Os monumentos a esta nova espécie de guerra seriam estradas, escolas, hospitais e habitações, alimentos e saúde. Estamos, em uma palavra, dispostos a consagrar nossa energia ao serviço das necessidades mais que aos temores do mundo.

Estamos dispostos a transformar as Nações Unidas numa instituição capaz de salvaguardar a paz e a segurança de todos os povos. Nada poderia deixar mais claro o sincero propósito dos Estados Unidos. Não conheço outro caminho que não o demarcado por essas ações e outras similares, que possa ser chamado de trilha da paz.

Só conheço uma questão da qual depende o progresso. É esta: que está disposta a fazer a União Soviética? Qualquer que seja a resposta, que seja dada clara e simplesmente. Uma vez mais dizemos: Os anseios de paz são demasiado grandes, a hora da história é por demais avançada para que algum governo burle as esperanças da humanidade com meras palavras, promessas e gestos. A prova da verdade é simples. Não pode haver persuasão senão com fatos.

Está o novo governo da União Soviética disposto a usar sua decisiva influência no mundo comunista - inclusive o controle do movimento de armas - para conseguir não meramente uma tregua



utilitaria na Coreia, mas a paz genuína na Ásia? Está disposta a permitir a outras nações, inclusive as da Europa Oriental escolher livremente suas formas de governo e o direito de associarem livremente com outras nações em uma comunidade mundial dentro da lei? Está disposta a trabalhar em concerto com outras nações em propostas sérias de desarmamento por um estrito controle e inspeção das Nações Unidas?... Caso contrário, onde a evidência sincera do desejo de paz da União Soviética?

A prova é clara. Está diante de todos a possibilidade de afastar o lado negro dos acontecimentos.

Se deixarmos de aproveitar esta oportunidade, a sentença das gerações futuras será dura e justa. Se a aproveitarmos, mas fracassarmos, e o mundo continuar armado contra si mesmo, pelo menos não necessitará mais permanecer dividido em seu claro conhecimento de quem condenou a humanidade a esta sorte.

O propósito dos EE.UU. ao apresentar estas propostas é simples e claro. Estas propostas surgem — sem propósito ulterior nem paixão política — da nossa serena convicção de que a ansia por uma paz justa está nos corações de todos os povos, dos povos da Rússia e da China com não menos ardor que nos do nosso próprio país.

Elas se ajustam a nossa firme fé em que Deus cria o homem para desfrutar, e não para destruir, os frutos da terra e os de seu próprio trabalho.

Aspiram a isto: levantar, dos ombros e dos corações dos homens, o peso dos armamentos e do temor, para que possam ver antes uma idade de ouro, de liberdade e de paz.

## DISCURSO DO SR. FOSTER DULLES AOS DIRETORES DE JORNAIS DOS ESTADOS UNIDOS

(18-IV-1953)

Posso garantir-vos que, para mim, consitue grande honra ter o privilégio de encerrar essa reunião que será sempre lembrada por ter sido aberta com o grande discurso do Presidente Eisenhower. Estava aqui quando ele pronunciou seu discurso e ouvimo-lo quando abria as portas e convidava a União Soviética à mansão da paz.

Desejo demorar um pouco em torno desta oração porque esta peça não é uma mera peça de retórica. Seu tema não foi escolhido à outrance. Constitue um estágio planejado na evolução da política externa de Eisenhower. E esta oração realmente foi iniciada quando o Presidente Eisenhower assumiu o poder, há noventa dias atrás.

Podeis, pois, dizer que o discurso proferido pelo Presidente Eisenhower podia ter sido proferido em qualquer data compreendida neste espaço de noventa dias. Porém essas palavras ganharam uma significação extraordinária em todo mundo porque elas decorreram das bases que sustentam a ação concreta e positiva.

Quando o Presidente Eisenhower, pela primeira vez, tomou a iniciativa da paz, tal como a apresentou, podia ter sido interpretado como um simples gesto de sentimentalismo ou uma súplica de misericórdia do fraco para o forte. Para que essa iniciativa tivesse tido toda sua repercussão, foi necessário, primeiro demonstrar ao mundo e aos líderes soviéticos em particular, o desejo e a capacidade do Presidente Eisenhower de desenvolver uma política externa de tal forma firme, lógica e justa que os líderes soviéticos nela encontrassem um meio de aceitar e viver com essa política e não contrariá-la.

Gostaria de recordar sucintamente esse período de noventa dias que atingiu ao clímax com a histórica oração do Presidente.

### A UNIDADE EUROPEIA — UMA META

No momento uma das preocupações do mundo livre e uma das esperanças do mundo soviético está na desunião da Europa Ocidental. Por exemplo, seria particularmente desastroso para o ocidente se ressurgisse o antagonismo franco-germânico. Isso na realidade permitirá à intriga soviética um fértil campo de operação.

Hoje os próprios países continentais inclusive França e Alemanha sentem o perigo e vêm desenvolvendo um plano para evitá-lo. Propuzeram criar uma Comunidade de Defesa Europeia cujos membros unificariam seus poderes numa só força. E o acordo para esse fim foi assinado há um ano, estando prevista sua ratificação em seis me-

ses. Entretanto, após a assinatura do acôrdo nada aconteceu. E parece que a idéia está morrendo.

Pois bem, o Presidente, que tem suas próprias idéias sôbre as condições europeias, sente que nosso Governo deve mostrar seu profundo interesse, pois o fracasso dessa Comunidade de Defesa da Europa significaria o colapso das esperanças e dos esforços que alimentaram o Plano Marshall, o Tratado do Atlântico Norte e o Programa de Segurança Mútua. E assim, a 30 de Janeiro, precisamente dez dias após a posse do Presidente Eisenhower, Mr. Stassen e eu, por indicação do Presidente, visitamos seis países da Europa Continental e também a Grã-Bretanha.

E em consequência da nossa visita e da visita a Washington, dos representantes dos países europeus, êsse plano para uma Comunidade de Defesa da Europa foi então revisto.

Dessa forma posso dizer-vos que êste é o problema mais discutido nas assembleias dos países continentais.

E hoje há, pelo menos, uma possibilidade de a Europa Ocidental constituir uma força unificada incluindo a França e a Alemanha. E êste movimento aniquilará as intenções agressivas dos que pretendem contrariá-lo.

Vejamos agora a NATO. Como nunca se esperou que a Comunidade da Defesa da Europa ao ser criada, suportasse sosinha o encargo de proteger a Europa Ocidental, o E.D.C., uma comunidade de seis nações formaria com a NATO uma associação de catorze membros. Porém essa associação se nos apresenta cheia de problemas os mais prementes. A maioria dos membros vêm sentido que o programa da NATO representa um tipo de esforço que não poderão continuar a suportar indefinidamente.

#### UMA PREOCUPAÇÃO — A CONDESCENDENCIA ELÁSTICA

Pois bem, os Estados Unidos e seus companheiros da NATO têm agido na suposição de que o momento de maior perigo estava de certo modo previsto, para uma data próxima. E assim eles raciocinaram que esforços e medidas de emergência tinham que ser feitos naquele momento, deixando para os anos subsequentes os problemas de estabilização e recuperação.

Porém a União Soviética não diminuiu convenientemente sua ameaça para enfrentar essa previsão dos países da NATO. E o resultado foi que se tornou necessário prosseguir ano a ano, prolongar essas tensões extraordinárias e postegar o período de recuperação e estabilização. E essa atitude espasmódica foi exaustiva para todos. E nas últimas semanas vários membros da NATO nos disseram que não podiam manter o mesmo esforço atual sem ajuda dos Estados Unidos. E isso não era nada animador.

A situação não há dúvida, está a exigir pronta solução. E como não acreditamos que qualquer data específica de perigo agudo possa ser realmente prevista; como o próprio comunismo soviético professa agir em termos do que denomina «uma era histórica total», como novas armas inevitavelmente mudam o aspecto da ação militar; como uma vigorosa e feliz sociedade é, por si mesma, um importante ingrediente

de liberdade — por tôdas essas razões decidimos elaborar planos que, por um lado, proporcionem à Europa garantia substancial contra a ameaça de um ataque soviético, e que, por outro lado, possam, se necessário, ser executados todos em um período indefinido, alcançando a confiança da Europa Ocidental em sua própria força.

Na próxima terça-feira o Secretário do Tesouro, Mr. Humphrey; o Secretário da Defesa, Mr. Wilson; o Diretor de Segurança Mútua (Mutual Security), Mr. Stassen e eu iremos a Paris para um encontro com o Conselho do Tratado do Atlântico Norte (the Council of the North Atlantic Treaty). Ali, então, ouviremos o ponto de vista de nossos companheiros e juntamente com eles concertaremos os planos militares destinados a deter qualquer ataque de fóra, sem prejudicar nossa força interna.

Saberemos de tudo e estou convencido de que os líderes soviéticos saberão então que o que planejamos não é diminuir esforço e sim maior poder. A produtividade do mundo livre é tão prodigiosa, sua capacidade inventiva tão extraordinária que qualquer agressor que atacar nossa comunidade mundial está destinado a um fracasso certo.

O que planejamos é destruir outra esperança soviética, a esperança expressa por Stalin quando disse que «o momento para o golpe decisivo» virá quando nossos oponentes «estiverem suficientemente enfraquecidos pela luta que travam entre si mesmos, além de suas forças» e dessa forma tenham chegado à completa falência. Não pretendemos que este momento venha a surgir algum dia.

Permitam-me que aqui eu afirme que a política por mim sustentada foi determinada sem qualquer influência pelos últimos movimentos soviéticos. Não dançamos ao compasso de qualquer música soviética. Estamos trabalhando para criar uma NATO que se destine a substituir e a por em prática, seus objetivos traçados. E, dessa forma enfrentaremos outras possibilidades de intentos agressivos contra nós.

O Oriente também exigiu vigorosas decisões nesses últimos três meses. Na Coréia estamos pondo em execução um programa para mudar inteiramente a caráter daquele conflito. Como nos disse o Presidente Eisenhower quinta-feira passada, nós ainda esperamos um armistício não, entretanto, apenas para terminar a luta mas na suposição de que conduzirá a uma paz que se coadune os princípios das Nações Unidas — o que significa uma Coréia livre e unida. Naturalmente desejamos paz na Coréia. Entretanto posso assegurar-vos que na Coréia não estamos fazendo o papel de suplicante.

A China. Melhoramos extraordinariamente nossas relações com o Governo Nacionalista. Agora temos um embaixador em Taipé, Formosa, sede provisória. Estamos acelerando a ajuda militar, que era precária na retaguarda. O Presidente Eisenhower alterou as instruções para a Sétima Esquadra de modo que embora ainda orientada para defender Formosa, não está mais orientada para proteger os comunistas chineses no continente.

E em relação à Indo-China, o Governo Francês e os Estados Associados, se tem dito que estaríamos favoravelmente dispostos a dar, cada vez mais, equipamento militar e assistência financeira aos planos que foram realisticamente traçados para respirar a guerra civil de inspiração comunista que por seis anos tem assolado aquela area e drenado os recursos metropolitanos da França.

Quando a França aqui esteve, outro dia, anunciámos que o regime Comunista Chinês tirará vantagem de um armistício na Coréia para prosseguir a guerra agressiva em outras partes do Oriente; tal ação terá as mais sérias consequências e se chocaria diretamente com os princípios que levariam a um armistício na Coréia.

E negociamos com o Governo da China os da Inglaterra e França para apertar o cerco da China Comunista. E esses e outros países estão no momento tomando importantes medidas práticas para restringir as viagens de seus navios à China e negar combustível aos navios dos países que transportem materiais estratégicos à China.

Desse modo podeis ver, como outros viram que uma nova ordem de prioridade e urgência tem sido dada ao Oriente. E além disso é manifesto que consideramos que nossos amigos do Oriente desde Japão, Coréia e Formosa até a Indo-China e a Malasia, face a um front hostil, tenham em vista um objetivo comum e uma crescente cooperação entre os membros componentes dos que ansiam e lutam pela liberdade.

A estratégica comunista, baseada num extenso e contínuo território agora está defrontando uma maior unidade mundial firmada em posições peninsulares e ilhas agora controladas pelos povos livres da Ásia.

Os comunistas não podem obter vantagens com a diversificação de sua força primeiro aqui, depois ali e dirigindo ataque a uma ou outra posição isolada do mundo livre. Isto porque não mais existe o isolamento do mundo livre.

#### A — FERMENTAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio e a América Latina duas áreas distanciadas, ambas, constituíram pontos de tentativas de infiltração comunista. O terreno era fértil, pois essas áreas não têm merecido nossa devida atenção. No oriente Médio se criou um extremado espírito de nacionalismo, que atinge as raias do fanatismo em sua oposição ao ocidente.

Mr. Stassen e eu fomos convidados pelos governos de mais de uma dúzia de países do Oriente Médio e do Sul da Ásia para visitá-los. E pretendemos viajar no próximo mês. Esta visita será significativa, pois até agora nenhum Secretário de Estado dos E.E.U.U. visitou qualquer um desses países. Permite-nos a oportunidade de falar pela primeira vez com muitos líderes e, eu espero, dissipar as falsas impressões que a propaganda Comunista tem espalhado.

Como o Presidente anunciou domingo passado, o Departamento de Estado está organizando uma missão de boa vontade à América do Sul que será chefiada pelo irmão do Presidente Dr. Milton Eisenhower. Ele transmitirá pessoalmente aos nossos bons amigos e vizinhos os sentimentos pessoais de boa vontade do próprio presidente. E nosso novo Secretário Assistente do Estado para os negócios Latinos Americanos já está em atividade na América Central.

O que fizemos e o que já planejamos em relação a essas áreas, assinala uma determinação para desenvolver melhor compreensão e maior amizade com os povos a quem conhecemos e respeitamos, mas cuja amizade nós acreditávamos ser certa e legítima como no passado.

Os povos livres são suscetíveis à astúcia soviética porque tão apaixonadamente desejam a paz que podem facilmente ser atraídos pelas

ilusões de paz. E uma das ilusões contra a qual mais devemos estar prevenidos é a ilusão de um acordo baseado no status-quo.

O status atual envolve a capacidade de centenas de milhões de pessoas de diferentes nacionalidades, raça, religiões e cultura. A tarefa mais ardua que os chefes soviéticos têm a enfrentar é eliminar essa desunião no grupo comunista. Se isto for conseguido então a ameaça do comunismo soviético será imensuravelmente acrescida, pois tais sucessos nunca são aceitos como satisfatórios, mas apenas aguçam cada vez mais o apetite.

#### O APOIO DO CONGRESSO

Era da mais extraordinária importância que esclarecêssemos aos povos cativos que não aceitamos seu cativeiro como um fato permanente na história. Se pensarem diversamente e se desesperarem nós nos tornaremos sem o saber participantes de um poder hostil que pode levar à nossa própria destruição.

O Presidente Eisenhower, anteendo certos acontecimentos que ocorreram, agiu imediatamente após sua posse no sentido de propor que nossa posição deva ser anunciada através uma solene resolução firmada pelo Congresso e pelo Presidente. O Congresso tem entretanto que agir. Contudo, eu estou certo e espero que os povos cativos também estejam concientes de que o Congresso, na realidade, participa integralmente do ponto de vista que o Presidente Eisenhower manifestou. Em qualquer caso, o Chefe do Executivo traçou sua posição sobre este importante assunto, e dessa forma eliminou outra das esperanças que os chefes soviéticos possam ter otimisticamente alimentado.

Enquanto tomamos estas decisões políticas, ao mesmo tempo estamos agindo no sentido de que o Departamento de Estado esteja apto a tomar novas medidas que se julguem melhor que as antigas e garantir um imediato crescimento de suas realizações.

Além de uma nova Secretaria de Estado, há duas novas Sub-Secretarias; há seis novos Secretários Assistentes. Mais um novo conselheiro legal, um novo consultor, um novo diretor da International Information Administration, que é responsável pela Voz da América. Todo o Policy Planning Staff vai sofrer nova orientação e vai ficar estreitamente coordenado com o revigorado National Security Council.

Estamos adquirindo novo vigor e nova visão em nossas missões externas e nos Estados Unidos. Mister Austin, depois de muitos anos de valiosos serviços teve que se retirar. Foi sucedido pelo Senador Cabot Lodge, cujo vigor e habilidade parlamentar já assinalou que os líderes soviéticos não podem continuar a usar as Nações Unidas como veículo de sua propaganda.

Novos embaixadores foram enviados à Grã Bretanha, Irlanda, França, Itália, Alemanha, Rússia, Espanha, México, Brasil, Japão, China Nacionalista, Índia e Paquistão, estando em vista outras designações.

E pela primeira vez na história todas essas novas designações estão sendo examinadas pelo F.B.I. de modo a eliminar riscos à segurança e a possibilidade de infiltração nos altos postos. Eu fui a primeira pessoa a ser submetida a este teste.

Posso dizer-vos que tanto quanto for humanamente prático, os agentes comunistas agora não terão acesso ao Departamento de Estado.

Somos felizes em contar com um corpo de funcionários de carreira no Serviço no Exterior que constitui a principal razão de confiança do Presidente e minha própria. Compõe a parte permanente e não-política do Governo, considerada como tal por uma lei promulgada por um Congresso Republicano durante o Governo do Presidente Coolidge.

Sei que há uma tendência em certos setores de imaginar que a confiança não pode ser mantida nestes funcionários porque no passado, como lhes cumpria eles serviram a Presidentes Democratas. Entretanto é muito mais fácil do que se pode imaginar aos funcionários do Foreign Service adaptar-se a uma nova liderança republicana. Como soldados respeitam e aceitam a alta direção política da mesma forma que servem ao Governo do Presidente Eisenhower. São com raras exceções um grupo de patriotas de educação esmerada. São técnicos, treinados para analisar e interpretar as condições externas e cumprir as missões que lhes são confiadas, geralmente melindrosas e às vezes muito perigosas. E assim como nossa pátria depende para fins de defesa dos graduados de nossas academias militares e navais, também a nação, para serviços no Exterior depende de nossos diplomatas de carreira.

Temos um Departamento de Estado com um staff moldado em uma organização que será eficiente e segura contra espões. E posso dizer-vos que a política externa que estamos executando não é mais considerada no Departamento de Estado como segredo de Estado. Estamos decididos a que o público seja, tanto quanto possível, informado da maneira mais clara e simples de modo que saiba o que significa a nossa política externa.

Nossa conduta, analisada rapidamente, nestes noventa dias tem sido forte, mas nunca truculenta ou arrogante. Em face disso, os chefes soviéticos começam a dar sinais de que pretendem modificar sua política. Iniciaram, o que se nos apresenta como um dos mais complexos problemas de nosso tempo — um problema que talvez exista devido a uma confusão de nomes. O Kremlin lançou o que geralmente se chama «uma ofensiva de paz». Entretanto o que Kremlin lançou — e se pode estar certo até agora — não é uma ofensiva de paz. É uma defensiva de paz.

Constitue motivo de satisfação que os líderes soviéticos hajam mudado de conduta da ofensiva para a defensiva. Entretanto não podemos dizer ainda se isso representa uma mudança básica ou apenas uma alteração tática. É prudente indicar que, atualmente estamos assistindo um movimento tático do tipo que o comunismo soviético muitas vezes praticou.

Stalin julga que devemos de vez em quando — diz ele — fazer «concessões» afim de «subornar um inimigo poderoso e conquistar respeito» e «acumular forças afim de assumir a ofensiva no momento oportuno» o sucessor, — ou melhor estão os sucessores — seguindo essa estratégia do Stalin morto?

Sejam quais forem as razões e os propósitos da atitude soviética no momento, o fato é que os líderes soviéticos parecem agora dispostos a conceder alguma coisa que antes negavam.

A 22 de Fevereiro em um esforço de provar a atitude do inimigo na Coreia nós calmamente propusemos uma permuta de prisioneiros de guerra feridos e doentes. Estas propostas tinham sido feitas sem resultados. Agora uma atitude humana parece estar sendo elaborada.

Entretanto neste sentido eu gostaria de explicar para evitar qualquer mal entendido, porque é que as Nações Unidas estão devolvendo muito mais prisioneiros feridos e doentes do que recebendo. A razão é que nosso total de prisioneiros é muitas vezes maior que o deles. Em termos percentuais, o resultado é aproximadamente o mesmo, com uma ligeira vantagem a nosso favor.

### PERSPECTIVA DE ARMISTICIO

E agora parece que talvez o inimigo deseje o armistício na Coreia, após tê-lo evitado durante estes dois anos passados.

Por outro lado, os líderes comunistas soviéticos estão fazendo certas concessões. São mínimas mas não sem significação. E tudo isso sugere o tempo que há de vir para uma verdadeira ofensiva de paz. Eis o que o Presidente Eisenhower tem feito. A liderança soviética agora enfrenta as decisões de Eisenhower. Satisfará, um a um, os fatos postos em foco pelo Presidente Eisenhower? Se tal ocorrer, abolirá e abandonará tanto de fato como de direito, o Cominforme através o qual conspira indefinidamente para solapar, internamente, todo governo realmente livre no mundo?

Aguardaremos os acontecimentos. Somente estes poderão responder a estas questões. Esperamos profundamente que estes atos, põham fim de fato a um capítulo negro de desconfiança e abram um novo e brilhante capítulo de boa vontade e paz.

Há algumas semanas atrás, disse eu que a Era Stalin estava encerrada e se iniciava a Era Eisenhower trazendo consigo uma nova esperança a toda a humanidade, e esta predição já está em processo de confirmação. O discurso do Presidente Eisenhower inevitavelmente influirá no curso da história. Em todas as capitais do mundo, a imprensa e o rádio têm demonstrado um apoio espontâneo, sem precedentes, ao apelo do Presidente para uma ofensiva de paz em todo o globo e seu desafio ao novo governo soviético para substituir suas palavras por atos. Esta resposta não é apenas em virtude das palavras do Presidente, mas porque o que ele disse estava nos anceis dessa teia da política externa desses noventa dias.

Não pretendo prevér o futuro, que sempre permanece obscuro enquanto vastos poderes estiverem nas mãos de homens que não aceitam a moral como guia, mas, sem dúvida, nosso dever é claro.

Os que representam uma nação com a tradição e o poder dos E.E.U.U. devem agir prudente e vigorosamente por aquilo que eles creem ser justo. O futuro, entretanto, dará a palavra decisiva.

EDITORIAL DE "PRAVDA" SOBRE OS DISCURSOS DOS SRS.  
EISENHOWER E DULLES

(25-IV-1953)

Oito anos se passaram desde a vitória dos aliados — U.R.S.S., E.E.UU., Inglaterra e França — sobre o fascismo hitlerista e desde a terminação da segunda guerra mundial. Os cidadãos soviéticos arcaram com o principal peso da grande luta. Fizeram-no para salvaguardar a liberdade e a independência de sua pátria, para ajudar os povos escravizados da Europa a se libertarem do jugo fascista e para garantir depois da terminação da guerra uma paz duradoura e a segurança internacional.

Defendendo inalteravelmente a causa da paz entre os povos, a União Soviética aspira, da mesma forma que antes, a fomentar a colaboração internacional. Os discursos de G.M. Malenkov, L.P. Béria e V.M. Molotov, de 9 de março de 1953, expressam a invariável vontade do mundo soviético de fortalecer a paz universal.

No dia 16 de abril, o Presidente dos E.E.UU. Eisenhower, pronunciou na Sociedade norte-americana de redatores de jornais um discurso dedicado às questões da situação internacional. Este discurso vem a ser uma resposta às recentes declarações do Governo Soviético sobre a possibilidade da solução pacífica das questões internacionais litigiosas.

Precisamente esta circunstância explica o interesse que em todos os países manifestam pelo discurso do Presidente os amplos círculos sociais, que esperavam a reação dos dirigentes do bloco anglo-americano ante a nova expressão das aspirações pacíficas da U.R.S.S.

Foram acolhidas com simpatia estas palavras do Presidente Eisenhower: "Esforçamo-nos por obter uma paz verdadeira e plena em toda a Ásia e no mundo inteiro", assim como sua declaração de que "nenhuma destas questões litigiosas, grande ou pequena, é insolúvel, sempre que exista o desejo de respeitar os direitos de todos os demais países".

As palavras do Presidente acerca da paz e de que nenhuma questão litigiosa é insolúvel se acham, não obstante, em contradição com outras manifestações por ele feitas neste discurso.

Os que desejam ver no discurso de Eisenhower uma verdadeira aspiração de paz, têm, forçosamente que se perguntar: por que precisava o Presidente, em um discurso exortando a paz, ameaçar inequivocamente com a possibilidade da "guerra atômica"? Por acaso argumentos desse gênero tornam mais persuasivo o discurso do Presidente sobre a paz? Em todo o caso, no que toca à União Soviética,

semealhantes argumentos, ou mais claramente, semealhantes ameaças jamais conseguiram ou podem conseguir seu objetivo.

O Presidente dos E.E.UU. tocou em seu discurso toda uma série de problemas internacionais, de desigual importância.

Mas, em suma, dedicou seu discurso, principalmente às relações mútuas com a União Soviética. Declarou: "Só conheço uma questão de que depende o progresso. Esta questão consiste no seguinte: que está disposta a fazer a União Soviética?" A isto ajuntou: "É simples comprovar a verdade. Só se pode convencer com fatos."

Que dizer a isto? É impossível não estar de acordo: os fatos têm mais valor que as palavras.

Examinemos, portanto, os importantes problemas internacionais, de cuja acertada solução depende o fortalecimento da paz.

Antes de tudo a questão coreana.

Pode-se negar que, durante os últimos anos figuraram no centro da atenção dos meios internacionais questões com a guerra na Coreia e o restabelecimento da unidade nacional da Coreia? Como se sabe, durante estes anos, contrastou-se precisamente em tais questões, a política exterior de muitos Estados.

O povo soviético prestou invariavelmente apoio a todas as medidas encaminhadas a concertar um armistício justo na Coreia. A recente proposta dos governos da República Popular Chinesa e da República Democrática Popular da Coreia, que deu nova possibilidade de passar das palavras aos fatos e abriu a perspectiva da terminação da guerra na Coreia, foi imediatamente apoiada pelo Governo Soviético.

Quem busca respostas concretas — não palavras, mas atos destinados à solução dos problemas atuais das relações internacionais pode avaliar a importância deste fato.

Examinemos outros problemas internacionais.

Quem pode esquecer, por exemplo, o problema alemão, ou fazer-se de desintendido por meio de frases gerais a respeito de um problema internacional tão importante como o restabelecimento da unidade nacional da Alemanha sobre bases democráticas e pacíficas? A quem pode satisfazer, não só na Alemanha, como também fora dela a focalização desta questão por este ou outro Estado quando, suponhamos, consideram a parte ocidental da Alemanha como um instrumento de sua "dinâmica" política exterior na Europa, sem levar em conta de que modo reagirão diante disso alguns povos da Europa e em primeiro lugar, o povo francês que por mais de uma vez foi vítima da Alemanha militarista?

Por acaso, não é claro que, para resolver a questão da Alemanha é preciso levar em conta os interesses vitais de todos os vizinhos da Alemanha e os interesses do fortalecimento da paz na Europa, e, antes de tudo, levar indefectivelmente em conta os anseios nacionais do povo alemão?

No discurso do presidente dos E.E.UU. não há base alguma para resolver essa questão. O Presidente não levou em consideração os acordos de Potsdam das quatro potências sobre o problema alemão.

Assim procedia também o anterior Governo dos EE.UU. Mas, se se reconhece que é razoável a necessidade de dar solução positiva ao problema alemão no espírito do fortalecimento da paz na Europa, ao que aspira invariavelmente a União Soviética, não é possível esquecer estes importantes acordos internacionais, ao pé dos quais figura a assinatura de nossos dois Estados, assim como da Grã-Bretanha e da França que aderiu aos referidos acordos.

Se o bloco anglo-americano não leva isto em conta e continua pelo caminho que se traçou, tornando impossível a unificação nacional da Alemanha e transformando sua parte ocidental em um Estado militarista, onde o Poder ficou em mãos dos revanchistas, será cometido um erro fatal, antes de tudo em relação ao povo alemão. Além disso, semelhante modo de colocar a questão alemã é incompatível com os interesses de todos os Estados da Europa, que amam a paz e de toda a humanidade progressista.

Trata-se de que seja concluído quanto antes o Tratado de Paz com a Alemanha, que dê ao povo alemão a possibilidade de se reunir em um Estado único, e de ocupar o lugar que lhe compete na comunidade dos povos pacíficos, e de que, uma vez isto feito, sejam retiradas da Alemanha as tropas de ocupação, cuja manutenção constitui uma carga a mais que pesa sobre o povo alemão.

No discurso do Presidente dos EE.UU., que aborda um amplo círculo de questões internacionais, nada se diz da República Popular Chinesa, do restabelecimento dos direitos nacionais da China na Organização das Nações Unidas, nem, tão pouco de seus legítimos direitos territoriais, incluída a ilha de Taiwan.

Por acaso não é esta questão um dos problemas internacionais inadiáveis de nossos dias? E, no entanto, é um fato que no extenso discurso não se falou da questão da China. Isto não quer dizer que em relação à China se segue uma política ditada pelo afã de razer retroceder os acontecimentos, que seguem sua marcha inalterável, apesar de que, para todos os que vêem, está claro que essa política está condenada a um irremediável fracasso.

Eisenhower formula em seu discurso os cinco "mandamentos" que, segundo eles determinam "a conduta dos Estados Unidos no terreno dos assuntos internacionais". Estes "mandamentos" rezam que "cada país têm o direito inalienável de organizar segundo sua própria escolha, sua forma de governo e seu sistema econômico" que "não se justifica a tentativa de nenhum país de impor a outros a forma de governo", etc, etc.

Se estes princípios determinassem efetivamente a política dos EE.UU. e se deixassem de ser só declarações gerais, isto deveria ser dito também em relação ao problema coreano, em relação à Alemanha e em relação à China. Mas, o ponto está precisamente em que as declarações não são apoiadas com fatos, em que a verdadeira política dos EE.UU. até agora, pouco levou em conta semelhantes declarações ao resolver estas e muitas outras questões internacionais.

O discurso do Presidente dedica especial atenção aos povos da Europa Oriental. De suas palavras se deduz que nos países da Europa Oriental as formas de governo foram impostas do exterior,

apesar disso se encontrar em contradição com fatos que são do domínio público e com a verdadeira situação existente nêstes países.

Os fatos mostram que, unicamente por meio de pertinaz luta por seus direitos, é que os povos da Europa Oriental chegaram à sua atual forma de governo democrático-popular, e que só nas novas condições foi possível assegurar o impetuoso desenvolvimento da economia e da cultura em seus Estados. Seria estranho esperar que a União Soviética intervesse em favor da restauração dos regimes reacionários derrubados por estes povos.

Ao mesmo tempo, o Presidente vai, sem mais nem menos, contra o processo do desenvolvimento histórico por todos conhecido, quando "exorta" aos dirigentes da União Soviética a "utilizar sua decisiva influência no mundo comunista" para conter o movimento libertador dos povos coloniais e semi-coloniais da Ásia contra o jugo e a escravização seculares. É difícil esperar uma acertada compreensão dos problemas internacionais enquanto o movimento de libertação nacional seja considerado como produto da inspiração de umas tantas pessoas "mal-intencionadas".

É perfeitamente incompreensível a alusão feita pelo Presidente sobre a concessão "aos demais povos, incluídos os povos da Europa Oriental" da liberdade de se unir a outros países na "comunidade jurídica mundial". Todo o mundo sabe quem põe obstáculo precisamente à admissão de alguns países demográfico-populares na Organização das Nações Unidas e que impede o restabelecimento dos legítimos direitos da grande China na ONU. Não foram os representantes da União Soviética que propuzeram a admissão na Organização das Nações Unidas dos quatorze países, proposta que foi repelida pelos votos do bloco anglo-americano?

No que se refere ao Tratado austriaco, dele pode repetir-se que tampouco nesse caso há questões que não possam ser resolvidas à base do entendimento anteriormente obtido, sempre que se respeitem de uma maneira efetiva os direitos democráticos do povo austriaco.

A propósito da Organização das Nações Unidas.

O Presidente expressou em seu discurso a disposição de transformar a ONU em uma instituição que possa proteger eficazmente a paz e a segurança de todos os povos.

Não é culpa da União Soviética que esta organização não cumpra atualmente as tarefas que lhe foram confiadas. No entanto, mesmo agora não é tarde para elevar a importância de sua atividade, especialmente no fortalecimento da paz e da segurança internacional, o que constituía a principal finalidade ao ser criada esta organização.

Para isto é preciso, antes de tudo, que os princípios da ONU sejam observados por todos os seus membros, que não se infringam os próprios fundamentos de sua Carta. Para isso é preciso que nenhum governo procure transformar a ONU em um organismo auxiliar de sua política exterior, pois que isto é incompatível com os princípios da Organização das Nações Unidas e com os objetivos da defesa dos interesses da normal colaboração internacional e do fortalecimento da paz.



Para que — cabe perguntar — estamparam os 60 membros da Organização das Nações Unidas sua assinatura ao pé da Carta, da qual é parte importantíssima o princípio da unanimidade das 5 grandes potências ao serem examinadas no Conselho de Segurança as questões da garantia da paz? Não foi para que este princípio, reconhecido por todos os países, seja ignorado na prática, por alguns Estados! Nem tampouco, naturalmente, para considerar este princípio internacional como um entrave ou estorvo à atividade da ONU e do Conselho de Segurança.

Finalmente, quem pode considerar normal uma situação em que o maior país do mundo — a China — esteja privado da possibilidade de participar no trabalho do Conselho de Segurança e da Assembléa Geral e, em lugar disso, tem plantado nos órgãos da ONU um espantalho kuomintanista?

Por acaso tal situação pode contribuir para robustecer a autoridade da ONU? Por acaso em tal estado de coisas pode-se esperar um desenvolvimento normal da atividade da Organização das Nações Unidas e que esta cumpra suas obrigações de afiançar a paz e a segurança internacional?

Em todo o caso, não é possível eludir a solução deste assunto e de outros problemas internacionais que estão na ordem do dia. Se todos aspiramos a que haja menos palavras e mais fatos, poder-se-á evidentemente encontrar o caminho para resolver os problemas deste género.

Em seu discurso, o Presidente vinculou não sem fundamento, a questão da redução dos armamentos a necessidade de prestar uma atenção mais séria aos problemas económicos, aos problemas da luta contra a miséria e a indigência. No entanto, é difícil que satisfaça a alguém o fato de que o problema se reduza a formar certo "fundo de ajuda ao mundo inteiro" de que se falou neste discurso.

Dar um sonoro nome a esse "fundo", não é suficiente.

Os resultados serão outros se a focalização deste problema se basear na colaboração efetivamente ampla e democrática entre os países com pleno respeito aos direitos soberanos dos povos e sem impor condições políticas aos países que recebam ajuda.

No momento, do que disse o Presidente sobre o "fundo de ajuda ao mundo inteiro" se tira a impressão de que nos encontramos ante uma nova variante do falido "plano Marshall" e, ao mesmo tempo, ante a continuação, com outro nome do impopular "ponto quarto de Truman", que mediante infimas esmolas a estes ou aqueles Estados débeis, pretendia controlar os orçamentos e a economia dos diversos países e territórios coloniais — e consequentemente estes próprios países e territórios — aos pretensos objetivos "dinâmicos" da política exterior dos EE.UU. Como vemos, agora se trata de continuar por esse caminho.

É necessário levar em conta que, nos últimos tempos, as coisas chegam inclusive ao franco repúdio da "ajuda" económica norte-americana, como se vê no exemplo da Birmânia e de alguns outros Estados.

Também se sabe, que, nos últimos tempos, uma série de Estados fazem declarações concretas dizendo, que estão interessados não tanto na chamada "ajuda" dos EE.UU., como em que os Estados Unidos da América não lhes oponham constantemente novos impedimentos para o desenvolvimento do comércio normal entre os Estados, para a ampliação do intercâmbio comercial internacional.

As coisas chegam até o extremo de que, inclusive em países que fazem parte do bloco encabeçado pelos EE.UU. e, antes de tudo, a Inglaterra, são cada vez mais fortes os protestos contra as restrições ao comércio com os Estados Unidos do campo democrático, ditadas pelos Estados Unidos da América.

As exortações de paz feitas no discurso do Presidente encontram, naturalmente, o devido apoio de nossa parte. Entretanto, é difícil esquecer o fato de que o rumo do Governo dos EE.UU. em política exterior se acha atualmente muito distante desses apêlos à paz. Disso são inteira confirmação, por exemplo, os comentários feitos ao discurso do Presidente, apenas poucos dias depois da intervenção de Eisenhower, por uma pessoa tão autorizada como o Secretário de Estado dos EE.UU., Dulles.

É impossível discordar do ex-ministro do Governo trabalhista da Inglaterra, Strachey, que caracterizou o discurso de Dulles, como o aia de converter o discurso de Eisenhower em "um ato de guerra".

Em certa medida, Dulles esclareceu o fato, que a todos assombrou, de que no discurso de Eisenhower não se falasse na China. Resulta que o governo dos EE.UU. está preocupado com a sorte da chamada China "nacionalista", isto é, dos proscritos de Chang-Kai-Chek, expulsos do país pelos povo chinês depois da vitoriosa luta. No que diz respeito à verdadeira China nacional com seu Governo democrático-popular — o único legítimo — Dulles inclusive considera um mérito do Governo dos EE.UU. o haver organizado o bloco político e económico da República Popular Chinesa.

É de há muito conhecida a belicosidade de Dulles. Talvez seu discurso seja uma interpretação um tanto livre do discurso do Presidente. Mas, não se pode esquecer que Dulles se acha à frente do Departamento de Estado dos EE.UU. e que suas palavras, quer se queira ou não, se vinculam ao ponto de vista oficial do Governo que preside Eisenhower.

Por isso, não podemos silenciar a afirmação de Dulles de que o apêlo dos dirigentes soviéticos a resolver pacificamente as questões litigiosas foi feito supostamente sob a pressão do que eles próprios chamam de política dura nos EE.UU. Todo o mundo sabe, entretanto, que os dirigentes soviéticos determinam seus atos não pelas considerações da "dureza" ou da "brandura" da política deste ou daquele país em relação à U.R.S.S. mas, partindo dos interesses cardiais do povo soviético, dos interesses da paz e da segurança internacional.

Apesar de a belicosa atitude que tanto agrada a Dulles, poder, possivelmente, parecer eficaz a alguém, no entanto, é difícil que logre seu objetivo, especialmente no terreno da diplomacia. Ao vincular a possibilidade de que os EE.UU. façam propostas pacíficas à criação da chamada "Comunidade Europeia de Defesa", aos planos de organização de "forças armadas unificadas, incluindo forças

francesas e alemãs", quer dizer, a continuação da corrida armamentista, Dulles, talvez contra seu próprio desejo, revelou o verdadeiro sentido da política aplicada pelos EE.UU. Mas, se o verdadeiro sentido do discurso de Eisenhower é tal, como foi apresentado no discurso, mais extenso, de Dulles, pronunciado depois que o do Presidente do mesmo lugar e ante o mesmo auditório, esse discurso não pode dar resultados positivos do ponto de vista do fortalecimento da paz.

Diante de tais declarações dos representantes oficiais dos EE.UU., é difícil julgar qual, na realidade, a atual posição dos EE.UU. na política exterior. Se quer tomar o caminho de diminuir a tensão nas relações internacionais e resolver as questões litigiosas à base do respeito aos direitos dos demais povos, ou se quer continuar a anterior política armamentista.

Na opinião dos dirigentes soviéticos, umas propostas verdadeiramente orientadas para a paz podem servir de base ao melhoramento das relações internacionais. Isto não quer dizer, entretanto, que os dirigentes soviéticos estejam dispostos a aceitar como propostas desse caráter novas variações de velhas atitudes.

Em seu discurso, o Presidente Eisenhower se referiu ao balanço do período de após guerra, a partir do momento em que "na primavera da vitória os soldados dos aliados ocidentais se encontraram com os soldados da Rússia no centro de Europa".

Ao falar deste balanço, Eisenhower frisou que, depois de terminada a guerra, os países do mundo se dividiram e empreenderam dois caminhos diversos. Certamente, Eisenhower em plena contradição com os fatos, apresenta as coisas como se os países do bloco anglo-americano se tivessem proposto o objetivo de fortalecer a paz e a segurança internacional, e a União Soviética e os Estados amigos da União Soviética não tivessem querido marchar por esse caminho. Pode ser entendido também no sentido de que o restabelecimento da economia destruída pela guerra e o fortalecimento do poderio econômico da União Soviética no período de após-guerra começou a representar "um novo perigo de agressão".

Chegar a semelhantes afirmações no que se refere à URSS, significa, pelo menos, perder o sentido da objetividade e fazer caso omissivo de circunstâncias, por todos conhecidas, que provam rotundamente não só os objetivos pacíficos de nosso país, como também que a União Soviética foi e continua sendo o apoio principal e o fator fundamental da manutenção e consolidação da paz universal.

Pelo visto, estas declarações foram feitas pelo Presidente com a finalidade de apresentar sob um aspecto um tanto pacífico a política do bloco anglo-americano. No entanto, os dados e os fatos que ele próprio cita sobre os gastos militares extremamente desmedidos dos EE.UU., gastos que aumentam de ano para ano dizem outra coisa.

Este fatos provam uma militarização, jamais vista, de toda a economia nacional dos EE.UU., a esmagadora carga que representa os gastos militares para o povo; provam que a corrida armamentista nos EE.UU. criou, no país, uma atmosfera de tensão. Essa política dos EE.UU. contribui para aumentar a histeria e empurra também determinado grupo de países pelo mesmo caminho.

Eisenhower falou dos imensos gastos do Governo norte-americano em canhões e em bombas-foguetes, em bombardeiros e caças, em "destroyers" e outros navios de guerra, sem se esquecer de glorificar o agressivo Pacto do Atlântico Norte. Mas, sabe-se que a política inspirada pelo Pacto do Atlântico Norte significa novos e novos gastos militares colossais. Basta mencionar o enorme desperdício de fundos — recolhidos dos contribuintes norte-americanos — que representa a construção e manutenção de bases militares a muitos milhares de quilômetros dos Estados Unidos da América, e especialmente, nos territórios que se projeta utilizar com fins agressivos contra a URSS.

O Presidente citou cálculos do que custa a construção de um "destroyer", de um novo avião de caça, de um bombardeiro, etc., e dos "bushel" de trigos e as toneladas de algodão que poderiam ser economizados, ou de escolas e hospitais que poderiam ser edificados renunciando à produção destes elementos bélicos. Citou a respeito não poucos dados instrutivos. Mas, o que o Presidente disse é sob todos os aspectos, insuficiente. Se o Presidente dos EE.UU. tivesse falado do que custa ao povo norte-americano a acumulação de reservas de bombas atômicas, assim como a construção de muitas centenas de bases militares longe das fronteiras dos EE.UU. — e, tudo isso, com efeito, nada tem em comum com nenhuma espécie de interesse da defesa dos EE.UU. — ter-se-ia obtido um quadro muito mais próximo da realidade e muito mais instrutivo. Mas, pelo visto, considera-se que falar aberta e claramente disto é "inconveniente" ou "desvantajoso". No entanto, compreende-se o verdadeiro sentido de fatos desse tipo, mesmo prescindindo disso. Nestes fatos encontra sua expressão um rumo de política exterior que persegue fins irrealizáveis de domínio mundial, o que provoca crescente resistência por parte de amplos círculos em numerosos países.

No que se refere a nosso país, sabe-se que a União Soviética, preocupando-se continuamente com o restabelecimento e desenvolvimento de sua economia nacional no após guerra, não empreendeu o caminho da corrida armamentista. Longe de seguir esse caminho, a União Soviética formulou reiteradamente concretas propostas a fim de que as grandes potências junto com os demais Estados, tomassem energicas medidas para a limitação dos armamentos para a imediata redução das forças armadas e dos gastos militares e para que, ao mesmo tempo, se puzessem de acordo em proibir a arma atômica, estabelecendo um eficaz controle internacional que velasse pela aplicação de todas estas medidas e excluísse a possibilidade de tais acordos serem infringidos por qualquer Estado.

Eisenhower também aborda em seu discurso a redução dos armamentos. Dedicou-lhe 5 pontos. Naturalmente, a parte soviética não tem objeções às propostas formuladas em tais pontos. No entanto, todas essas propostas revestem-se de um caráter demasiadamente geral, o que não pode, de modo algum facilitar a solução da inadiável tarefa de reduzir os armamentos.

Segundo Eisenhower, o Governo dos EE.UU. sempre propugnou a redução dos armamentos, e a União Soviética manteve a atitude contrária quase impedindo essa redução.

Ai se vêem tentativas de fazer recair sobre a União Soviética a culpa pela corrida armamentista que vem sendo realizada durante os últimos anos nos países do bloco anglo-americano. Não obstante, estas tentativas carecem de toda base e expressam unicamente o afã de fazer com que os justos paguem pelos pecadores.

Com efeito, por acaso se considerou na União Soviética a guerra da Coréia e a corrida armamentista como um "business" lucrativo, como o melhor meio de garantir a atividade nos negócios e trabalho para toda uma população? Existe por acaso na União Soviética o chamado "medo da paz" e baixam na Bolsa as cotações das ações quando se recebem notícias da melhoria da tensão nas relações internacionais? Tudo isso acontece não na União Soviética, mas nos Estados Unidos da América. Que tem a ver com isso a União Soviética que não necessita da corrida armamentista, que sempre foi e continua a ser partidária de uma paz sólida e duradoura e que não tem medo da paz?

Naturalmente, Eisenhower tem razão ao dizer que, depois da vitória sobre a Alemanha hitlerista, os caminhos da URSS e dos EE.UU. se separaram. Mas, no discurso de Eisenhower de 16 de abril se deu uma explicação errônea e, inclusive se pode dizer tergiversada, deste fato.

Situando-se no firme terreno dos fatos desaparecerá toda falta de clareza neste assunto. Não é possível, com efeito, desconhecer que os países do bloco anglo-americano, que no período da última guerra mundial foram aliados da URSS mudaram o rumo de sua política, imediatamente depois de terminada a guerra. Voltaram em muitos aspectos ao velho caminho de antes da guerra, quando sua atitude para com a União Soviética não podia ser qualificada de nenhum modo de amistosa, e quando a política seguia habitualmente o rumo oposto.

Não temos o propósito de entabular discussão com o Presidente quanto à afirmação — bastante estranha — de que acabou uma era determinada na política soviética. Mas, não podemos recolher sem assombro sua conclusão de que o Governo da URSS deve renunciar à continuidade de uma política exterior cuja justeza foi demonstrada por todo o curso do desenvolvimento internacional.

Se fôr o caso de vincular o início ou a terminação de uma era ao surgimento de novas pessoas à frente deste ou daquele Estado, com maior fundamento poderíamos falar da terminação de uma nova era política dos EE.UU. por motivo da subida do Governo Eisenhower ao Poder. Mas, o novo Presidente dos EE.UU. em pessoa, não se sabe porque, toma incondicionalmente a defesa de toda a política de seu predecessor, política que em seu tempo, especialmente no período da campanha eleitoral criticou, não sem fundamento, em muitos aspectos.

Em seu discurso, o Presidente se declarou disposto a "saudar toda autêntica prova de intenções pacíficas". Ao mesmo tempo formulou esta pergunta: o que está disposta a fazer a União Soviética?

E' sabido que a União Soviética sempre demonstrou estar disposta a examinar e resolver amistosamente as questões internacionais que se apresentam sob a condição de que as propostas relati-

vas à solução destas questões, provenham de onde provierem, sejam mais ou menos aceitáveis e não vão contra os interesses cardiais do povo soviético nem contra os interesses dos demais povos amantes da paz.

Em seu discurso, o Presidente dos EE.UU. achou possível, não se sabe porque, ligar suas propostas de paz a toda uma série de condições prévias que apresenta à União Soviética, apesar de não estarem estas pretensões apoiadas em seu discurso pelos correspondentes compromissos da parte dos EE.UU.

Este modo de colocar o problema já despertou a legítima resistência nos mais diversos círculos internacionais. Não pode deixar de causar assombro às pessoas capazes de avaliar de uma maneira realista tanto a essência dos problemas internacionais que se acham na ordem do dia, como a verdadeira correlação das forças e dos fatores que determinam a situação internacional. O jornal inglês *Times* observou com justeza que nenhum país, seja a União Soviética, os Estados Unidos ou a Inglaterra, quererá examinar medidas de paz em condições inapeláveis".

Como se sabe, os dirigentes soviéticos não vinculam seu apelo a resolver pacificamente os problemas internacionais a nenhum tipo de exigências prévias aos EE. UU. ou a outros países, pertencam ou não ao bloco anglo-americano. Significaria isto que a parte soviética não apresente condição alguma? Claro que não. Apesar disto, os dirigentes soviéticos aplaudirão qualquer passo do Governo dos EE.UU. ou do Governo de qualquer outro país, se esse passo tende à solução amistosa das questões em litígio. Isto prova que a parte soviética está disposta ao estudo sério e prático dos problemas correspondentes, tanto em negociações diretas como, nos casos necessários, dentro da O.N.U.

Diz o discurso do Presidente que na solução das questões litigiosas, "os Estados Unidos estão dispostos a assumir uma parte equitativa". Esta declaração não foi apoiada por nada no discurso de Eisenhower de 10 de abril, no entanto, precisa sê-lo.

No que se refere à URSS, não existe nenhum fundamento para duvidar de sua disposição a assumir a parte que lhe corresponde na solução das questões internacionais litigiosas. Já o demonstrou a União Soviética mais de uma vez em importantes assuntos internacionais.

Tal o aspecto que representa em nossos dias a situação internacional.

A política seguida pela União Soviética não pode estar em contradição com os interesses dos demais Estados amantes da paz. Esta política responde aos afãs de todos os Estados dispostos a contribuir para o desenvolvimento da colaboração internacional independente deste ou daquele sistema social. Esta política da U.R.S.S. é, ao mesmo tempo, a expressão dos mais profundos anseios de nosso povo de fortalecer a paz universal.

## DISCURSO DO SR. CHURCHILL NOS COMUNS

(11-V-1953)

Desde o nosso último debate, o acontecimento mais importante na política exterior foi naturalmente a mudança de atitude e, esperamos, de espírito, que se verificou nos domínios soviéticos e especialmente no Kremlin, a partir da morte de Stalin.

É da política do Governo de Sua Magestade, de um lado, evitar, por todos os meios ao seu alcance, atos ou palavras que se reflitam negativamente em qualquer reação favorável que esteja em curso e, de outro, procurar quaisquer indícios de melhoria em nossas relações com a Rússia.

Penso que seria um equívoco pressupor que não é possível uma acomodação com a Rússia. A solução de duas ou três de nossas dificuldades constituiria uma conquista importante para os países amantes da paz. Assim, a paz na Coréia, a conclusão de um tratado de paz com a Áustria, podem levar à melhoria de nossas relações nos próximos anos, abrindo novas perspectivas para a segurança e prosperidade de todas as nações.

Certamente, não aumentamos as tensões existentes se cada lado encarasse, no outro, as coisas agradáveis em vez das desagradáveis. Seria lamentável, sobretudo, se o desejo natural de obter um acordo geral na política internacional obstasse o desenvolvimento de tendências espontâneas e salutares ocorrentes na Rússia.

Tenho considerado algumas das manifestações internas e evidentes mudanças de atitude como muito mais importante do que o que tem acontecido externamente. A Rússia tem o direito à segurança de que os terríveis acontecimentos resultantes da invasão hitleriana jamais se repetirão e de que a Polónia continuará uma potência amiga e um amortecedor, embora nunca — eu o espero — um fantoche.

Apesar das incertezas e da confusão em que estão mergulhados os negócios mundiais, acredito que, sem procrastinações, deve realizar-se uma conferência entre as principais potências. Essa reunião não deve ser dificultada por uma agenda muito pesada ou muito rígida, nem levar a pormenores técnicos zelosamente debatidos por hordas de peritos e funcionários. A conferência deve limitar-se ao menor número possível de pessoas e potências. Essas devem encontrar-se com o mínimo de formalidade e o máximo de intimidade e isolamento. É provável que não se alcance um acordo definitivo e rápido, mas é possível que daí resulte algo melhor do que a destruição da raça humana, inclusive dos próprios conferencistas. Eles podiam, por exemplo, ser atraídos, como o próprio Eisen-

hower mostrou e o Pravda não contestou, à idéia de que a humanidade, fatigada, entre numa aura de boa fortuna, justiça, bem estar e felicidade que jamais esteve dentro do seu alcance ou mesmo dos seus sonhos. Digo apenas que isto podia acontecer. Não vejo porque deva temer-se essa experiência.

Se não existe na culminância das nações a vontade de obter o mais elevado prêmio e a mais elevada honra oferecida à humanidade, funesta responsabilidade pairará sobre aqueles que ora possuem o poder de decidir. Na pior das hipóteses, os participantes da reunião terão estabelecido contactos mais estreitos. Na melhor, poderemos ter uma geração de paz.

Seria fatal para as nações livres afrouxar sua camaradagem e preparação. Deixar de assegurar nosso poder defensivo no limite de nossa força seria paralisar as tendências benéficas para a paz, quer na Europa quer na Ásia. A divisão interna, em consequência de divergências de opinião ou interesses locais, ou relaxamento de nossos esforços combinados importariam em terminar definitivamente com essa nova esperança e generalizar, ao contrário, a ruína e a escravidão. Unidade, vigilância, fidelidade são os únicos fundamentos em que esperamos viver.

Nosso objetivo imediato é a conclusão da trégua na Coréia. Ainda que ambos os lados ficassem onde agora se encontram, cessassem o fogo e procurassem substituir as tropas estrangeiras por forças coreanas. O tempo, mais uma vez, poderia mostrar-se um reconciliador.

O primeiro passo, desejado por todos, é a solução da disputa em torno dos prisioneiros de guerra em Panmunjon. A proposta feita pelos comunistas, de que as cinco potências devam tratar conjuntamente do problema, é muito complexa. Mas, certamente, sinto que essa nova proposta requer estudo paciente e simpático. Não há, atualmente, razão de meu conhecimento para admitir que isto não possa formar a base de um acordo, desde que tal proposta seja formulada com sinceridade.

Nas últimas semanas, observamos com ansiedade a deterioração da posição na Indo-China. Devo dizer que, em minha opinião, o súbito avanço das forças do Vietnã ou seus partidários para a fronteira do Sião (Thai) não deve levar-nos a concluir que foi um movimento inspirado pelos soviéticos e, assim, inconsistente com a nova atitude do governo soviético.

DISCURSO DO SR. ATTLEE EM APOIO À SUGESTÃO DO  
SR. CHURCHILL

(12-V-1953)

Em prosseguimento ao debate sobre política exterior da Inglaterra, iniciado pelo Sr. Churchill na Câmara dos Comuns, com a sugestão de uma conferência de grandes potências, o Sr. Clement Attlee, líder da oposição, fez, em 12-V-53, entre outros, os seguintes comentários de crítica à política dos Estados Unidos e em apoio à sugestão do Primeiro Ministro:

«Vale a pena (1) dizer algumas palavras sobre os Estados Unidos e a política americana. Espero que elas não ofendam. Espero também que ninguém aventure que sou, de qualquer modo, anti-americano. Tenho muitos amigos na América e trabalhei com o Presidente Truman. Tenho plena consciência de tudo o que os americanos tem feito pelo mundo, além do que fizeram na guerra. Nem pretendo, tampouco, atacar a Constituição americana. Quero, apenas enunciar alguns fatos, que nem sempre parecem ser apreendidos. Permitam-me iniciar com um contraste.

O Primeiro Ministro vai à Câmara e expõe sua política. E a política do governo. Ele pode, si quizer, obter nesta Câmara votação em favor dela, ou pode, como neste debate, satisfazer-se com uma grande margem de apoio de ambos os lados. Esta política é a política do governo e será executada pelos ministros e funcionários. Vejamos, agora, o outro lado. O Presidente Eisenhower faz um grande discurso. É o discurso do Presidente. Ele fala em nome da Administração, mas, na América, o poder está dividido entre a Administração e o Congresso. Pode a Administração, por exemplo, desejar gastar tantos milhões em armamentos ou em outro objetivo qualquer e ser tal verba cortada pelo Congresso em muitos milhões de dólares. Pode a Administração desejar encorajar nossa exportação para os Estados Unidos mas, como no caso da represa de «Chief Joseph» (2), outras influências vivem a frustrar a política da Administração.

O governo da América, por conseguinte, não é senhor em sua própria casa. Lembremo-nos, também, de que o Congresso é consti-

(1) — Trechos seleccionados de seu discurso, na base do texto fornecido à imprensa americana pelo «British Information Service».

(2) — Referência a uma concorrência para a construção de uma represa que, vencida por fabricantes ingleses, foi concedida a uma firma americana, na base de uma legislação de privilégio.

tuido de pessoas que representam, primeiramente, os interesses de um determinado Estado da União. Os grupos de interesse e de pressão são muito fortes e, além disto, a Administração americana parece ser menos integrada do que a nossa. O Presidente Eisenhower faz um discurso; logo depois o Secretário do Estado, Sr. Dulles, faz um outro discurso, no qual achei ressoar uma nota algo diferente. Vemos, em certas ocasiões, o Tesouro seguindo uma política; o Departamento de Estado, outra; e o Pentágono, talvez, uma terceira.

Um outro ponto parece ser o de a tradição americana dar aos seus representantes no exterior maior liberdade e menos direção do que damos aos nossos. O mesmo se verifica quando contrastamos, de um lado, as relações entre os nossos Chefes de Estado Maior e nossos comandantes na frente e, de outro lado, as relações entre os Chefes de Estado Maior americanos e seus generais no front. Não estou me queixando. Trata-se, apenas, da tradição americana. Por isto vemos que o general Harrison, nas negociações de Panmujon, parece fazer observações pessoais de acordo com o próprio alvedrio e até mesmo irradiá-las. Estes são os fatos que temos de encarar.

Uma das características da situação mundial é a circunstância de a Constituição americana ter sido feita para um Estado isolacionista. Os americanos não tinham nada a ver com a Europa. Durante muitos anos não dispuzeram praticamente de uma política exterior. Não creio porém, que esta situação seja particularmente indicada para uma época em que a América se tornou o país mais forte do mundo, tendo que lhe dar uma orientação.

Não estou de modo algum criticando os americanos ou sua Constituição. Estou somente empenhado em expor fatos, por me parecer que as pessoas são frequentemente mal informadas, resultando desentendimentos e decepções do fato de não se compreender a Constituição americana.

Durante a IIª Guerra Mundial, o Presidente Roosevelt revelou ser um grande homem. Era também um grande político e conseguia mobilizar o Congresso no sentido de seus propósitos. Creio que o Presidente Truman, muito habilidosamente, se apoiava em dois grandes senadores, Vanderberg e Connally, para lograr a necessária base parlamentar. Verificamos, no entanto, que o Congresso, às vezes, põe os freios nos dentes e nos perguntamos, assim, quem é mais poderoso, se o Presidente ou o Senador McCarthy.

O Primeiro Ministro disse que uma das desvantagens das ditaduras é o fato de o ditador, frequentemente, ser governado por outros. Uma das desvantagens do sistema americano de democracia é ser difícil, às vezes, saber onde está realmente o poder.

Creio, portanto, que é à luz desses fatos que devemos encarar alguns dos nossos problemas. Tudo isto tem relação com o estado atual das negociações na Coreia. Embora possa estar enganado, todas as minhas informações são no sentido de que os chineses desejam um acordo. Acredito que a Administração americana também o deseja. As negociações estão nas mãos do Comando americano em nome das Nações Unidas. Mas há forças nos Estados Unidos que não querem um acordo. É melhor encarar de uma vez esse fato. Existem pessoas que desejam uma guerra total com a China e com o comunismo em geral, e há ainda a forte influência do grupo de pressão de Chiang-Kai-shek.

Em consequência, sugeri, há poucos dias, ao Primeiro Ministro, que nessas negociações seria conveniente haver conselheiros representando outros países — membro das Nações Unidas. Fiz esta sugestão não por desconfiar dos americanos mas porque me parece isto daria apoio a própria Administração americana.

A América é o porta-voz das Nações Unidas e creio que mesmo nestas negociações seria útil se estivessem presentes outros membros da ONU interessados na questão. Sei que tal assunto, em grande parte, é da competência dos militares. Mas estou certo de que, quando estas negociações imediatas para o armistício — como todos nós esperamos — forem concluídas, os novos acordos não deverão ficar exclusivamente nas mãos dos americanos.

Estou perfeitamente cõscio de que a América sem dúvida, fez os maiores sacrifícios na Coreia; estou igualmente certo, porém, de que ela se expõe a injustas críticas se conservar tudo em suas mãos, porque existe uma tendência a se dizer: — isto é política americana e não política das Nações Unidas.

Sinto-me obrigado a confessar que tenho me sentido perplexo, ultimamente, com a dilação dessas negociações. O Primeiro Ministro observou, com muita razão, que havia um acôrdo de princípio, mas a mim me parece que tem havido muito desperdício. Sei que os chineses concorreram para esse desperdício, mas vi, no Times, as últimas questões propostas pelo general Harrison e me parece que os chineses avançaram de fato bastante, depois de muito tempo, ao accitarem as linhas gerais da iniciativa indú, que todos nós apoiamos. Não creio que questões como a de saber qual das cinco potências deva ficar com o contróle, etc., sejam realmente questões que devam retardar as negociações.

Os americanos demonstraram grande paciência nestas negociações. Parece-me que era inevitável, no início, que a direção desses assuntos ficasse nas mãos dos Estados Unidos. Mas penso que nesta fase, tão logo sejam concluídas as negociações, será em benefício do mundo e dos Estados Unidos mesmo que se deve transferir tais questões para um órgão coletivo das Nações Unidas.

## ENTREVISTA COLETIVA DO SR. EISENHOWER À IMPRENSA

(14-V-1953)

Em sua conferência com representantes da imprensa de 14 de maio do corrente o Sr. Eisenhower prestou as seguintes declarações sobre o problema da paz e assuntos internacionais:

*Sr. Merriman Smith, da U.P* — que pensa, Sr. Presidente, a respeito da proposta do Sr. Churchill para uma conferência internacional de alto nível?

*Sr. Eisenhower:* disse que o Departamento de Estado, ontem (13-5-53) fez uma declaração a respeito com sua aprovação. Todas essas coisas foram manifestações da grande expectativa, por parte do mundo livre, para uma composição pacífica de nossa dificuldades no mundo e todas participantes desse desejo. Agora, finalmente, veio a questão: quando poderiam se encontrar os chefes de Estado, que são homens muito ocupados, e discutir essas coisas com algum proveito? Já houve, no passado, muitas conferências de canceleres e secretários de Estado e de outros tipos. Estava pessoalmente pronto para fazer tudo e a única coisa que lhe pareciam exigir a dignidade e o respeito próprio dos Estados Unidos era que ele tivesse alguma indicação razoável de que se poderia fazer progressos. E ele não exigia que surgissem de tais conferências um progresso completo ou um grande plano para a paz do mundo, mas apenas alguma coisa que pudesse ser considerada um progresso. Assim ele não tinha alegações de qualquer espécie à proposta de Sir Winston mas desejava antes de empenhar a participação deste governo, que fôsse dada alguma evidência de que as coisas estavam sendo feitas a sério e com boa fé.

### O Presidente pede provas

*Sr. ANDREW TULLY* das Scripps-Howard News-papers — Seria o Sr. favorável à realização de uma conferência antes do armistício na Coreia?

*Sr. EISENHOWER* — Disse que não iria ao ponto de afirmar uma série de coisas, como o que se devesse e o que não se devesse fazer. O que ele gostaria de dizer é o seguinte: acredita que o bom senso do mundo poderia fazer seu próprio juízo sobre os atos e fatos que dessem uma verdadeira prova dessa boa fé. Se tal ocorresse, ele estava absolutamente pronto a se empenhar, a qualquer momento, em qualquer esforço, mas ele não poderia prescrever exatamente o que constituísse ou não uma demonstração de boa fé. Em seu discurso de 16 de abril ele mencionara dois ou três itens que lhe



pareciam ser indicações definitivas de tal intenção. Outras formas haveria para dar prova dela, mas ele não almejava dizer que, sem que tal se fizesse, ele não faria isto ou aquilo. Não acreditava nisso. Ele desejava reunir qualquer oportunidade de promover a paz no mundo.

SR. NAT FINNEY, de Buffalo Evening News — Estaremos concluindo corretamente, portanto, ao pensar que o senhor não teve a evidência de propósitos que desejaria ter, que os tais fatos (com-probatórios) não ocorreram?

SR. EISENHOWER — Disse que é isso mesmo, que ele não via nada que pudesse realmente ser apontado como evidência definitiva de boa fé.

SRA. MAY CRAIG, dos jornais de Maine — julga preferível o método de conferência pessoal ao impessoal, através de diplomatas subordinados?

SR. EISENHOWER — Supõe que haja momentos em que o entendimento direto entre as mais altas autoridades, conversando a respeito de grandes questões políticas, possa dar melhores resultados pelo encontro direto, estabelecendo confiança pessoal, talvez confiança pessoal mútua. Mas ele pensou que estas coisas tinham que ser feitas e m grande parte através dos Ministérios de Relações Exteriores, do Departamento de Estado, porque eram tão complicadas e havia muitas dificuldades de natureza formal e de processo. Seria pouco avisado depender apenas e exclusivamente dos encontros dos chefes de Estado e de outras pessoas dessa posição. Acha que todos querem paz.

BOB CLARK, de Information News Service — que é que o Sr. pensa da declaração do Sr. Clement Attlee de que ele acredita que algumas pessoas, neste país, não desejam, realmente, a paz?

SR. EISENHOWER — Bem, outra vez ele quis repetir isto. Ele não critica pessoas individuais enquanto tais, ou suas opiniões, pois isto seria instituir-se em juiz omnisciente que conhecesse os motivos que levassem alguém a pensar ou a expressar-se de um determinado modo. Ele disse o seguinte: Ele não havia encontrado ninguém, nos Estados Unidos, que não desejasse a paz. Ele devia dizer que existia uma grande variedade de opiniões a respeito de como obter a paz. Algumas pessoas acreditavam que ela só poderia ser alcançada se nós tivéssemos um poder militar esmagador, bastado no qual pudéssemos falar em tons quasi ditatoriais. Outros acreditavam que devíamos começar quasi no extremo oposto da escala. Mas se alguém conhecia gente — e ele acreditava que mesmo na América e na Grã-Bretanha — que não desejasse a paz, ele deveria dizer que ele não havia conhecido tal gente.

#### *O Presidente fala de estratégia*

ARTHUR SYLVESTER, de Newark News — O Sr. espera que alguns dos seus novos Chefes da Junta proponham novas concepções estratégicas ou estimativas diferentes do poder que devemos ter?

SR. EISENHOWER — Responderia o seguinte: Lembremo-nos de que os grandes fatos que afetam uma, por assim dizer, situação

e plano estratégico não mudaram rapidamente. Não exigia grande sabedoria ver como eram importantes para a segurança geral do mundo livre e dos Estados Unidos em particular certas áreas vitais do mundo. Veja-se, por exemplo, a Europa ocidental. Não é muito difícil ver a relação entre a liberdade, a força e as condições sadias da Europa Ocidental e as nossas próprias. Havia outras áreas das quais recebíamos matérias primas vitais. Havia outras áreas vitais para as comunicações, para as linhas de comunicação do mundo; o Oriente Médio, depósito de tão tremenda quantidade de óleo. De modo que nenhum plano estratégico adequado aos Estados Unidos poderia ser muito diferente de qualquer outro enquanto se baseie nestes fatos.

Reporter — o Sr. chegou às diferenças de método e meios pelos quais a segurança destas coisas seria conseguida — e um dos quais, o método extremista, seria o medo da retaliação?

SR. EISENHOWER — pensava que havia poucos que chegassem a um modo tão extremado de ver. Outro modo de ver seria — seria necessário por um homem no lugar com baioneta preparada. Ele duvidava que muitos acreditassem nisso.

#### *Posição equilibrada necessária*

SR. EISENHOWER — Havia em tudo isto a necessidade de conseguir um equilíbrio entre as aspirações nacionalistas, a união que deve estabelecer-se entre as nações a fim de que as suas economias e padrões de vida possam adiantar-se e, finalmente, o problema básico de preservar uma vida independente ao mesmo tempo que alguma das medidas que seria forçado adotar tendem a levar no sentido do "estado-guarnição". Nós não queríamos tornar-nos um "Estado-Guarnição". Nós desejávamos permanecer livres. Nossos planos e programas tinham de conformar-se com as práticas de um povo livre, o que significava essencialmente uma livre economia, que era o problema que, francamente, esta administração encarou, discutiu e sobre a qual trabalhou cada dia de sua vida. Não era problema fácil.

A nova gente — e ele (Eisenhower) pede a indulgência do reporter para discutir um assunto caro ao seu coração — todos os homens que estiveram nesta Junta de Chefes de Estado-Maior, eles eram todos velhos amigos, velhos associados. Através de anos de experiências com eles, experiências que, muitas vezes, foram um tanto amargas, ele (Eisenhower) sempre os concentrara leais e dedicados.

Ele (Eisenhower) não tinha críticas a fazer contra nenhum dos que saíram. Nós tínhamos uma nova maneira de ver, nós achávamos que os Estados Unidos tinham o direito de pensar que havia uma nova maneira de ver, um estudo que era feito sem nenhuma cadeia ligada ao passado.

O Secretário de Defesa sentiu que devia ter um grupo inteiramente novo, mas ele (Eisenhower) podia assegurar, como velho Soldado, que havia trabalhado com esses homens, que não podia dizer nada que fosse excessivo elogio desses membros da Junta de Chefes do Estado Maior, tais como ele os havia visto em ação. Ele esperava

que essas palavras fossem aceitas com a mesma sinceridade e honestidade com que eles nelas acreditava.

*Atitude invariável percebida*

*Sr. Smith* — O Sr. disse que não viu nada que constituísse, seguramente, prova de boa fé. Eu sei que isto é redundante mas eu queria estar seguro de havê-lo entendido corretamente. O Sr. falava da necessidade de evidência de boa fé por parte dos Russos?

*Sr. Eisenhower* — É isso mesmo. É isso mesmo.

*Sr. Robert Spived*, do New York Post — Ainda nesta linha, o Sr. acha que a rapidíssima rejeição da proposta de paz do Gal. Clark para a Coréia significa que eles estão "congelando" outra vez para impedir que nós levemos a guerra uma conclusão militar?

*Sr. Eisenhower* — Bem, ele ainda não havia recebido um relatório definitivo do Gal. Clark sobre os pormenores daquela reunião, mas ele podia dizer o seguinte: isso havia sido uma indicação da existência de uma espécie de atitude rígida de modo que eles rejeitariam qualquer proposta com igual rapidez. Ele (Eisenhower) podia estar enganado. E até esperava estar enganado, mas esse era o aspecto geral da coisa.

*Sr. Robert Richard* — de Copley Press — Voltando às declarações de Attlee e Churchill nos Comuns, qual é a sua opinião sobre a recomendação deles de que a China Comunista fosse admitida no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

*Sr. Eisenhower* — Ele pensava que as diferentes nações tinham diferentes opiniões do que significava o reconhecimento de uma nação (sic). Ele julgava que, desde os tempos de Wilson nós sempre havíamos mais ou menos seguido a teoria de que o reconhecimento significava, também, aprovação tácita. Sem dúvida, como os Srs. lembrarão, o reconhecimento significava simplesmente isso — o reconhecimento de que havia um governante de fato em certo importante setor do mundo, e ele pensava que em alguns países, esse ponto de vista ainda era mantido. Entre nós, por isso mesmo que havia um novo sentido de palavra "reconhecimento" dos países (sic), nós tínhamos de encarar a coisa diferentemente. E ele não considerava isso um iato tão grande, entre a política inglesa e americana, quanto parecia notar-se na superfície, que não fosse possível a ambos chegarem a uma mesma conclusão a respeito. Mas certamente ele não queria dizer que tal admissão devesse seguir-se a um armistício.

DISCURSO DO SR. EISENHOWER, INTERPRETANDO O PROGRAMA RUSSO DE PAZ

(19-V-1953)

Em discurso televisado por tôdas as estações dos Estados Unidos e consagrado ao orçamento e à defesa do país, Eisenhower afirmou não ter «nenhuma razão, no momento, para pensar que a política soviética mudou seu objetivo muitas vezes declarado: destruir em tôda parte a liberdade».

— «Não há, em consequência, razão alguma para que as nações livres alterem sua política que consiste em esperar o melhor, preparando-se para o pior» — acrescentou, acentuando que a ameaça russa não tinha apenas um objetivo simplesmente militar.

— «Tudo foi friamente calculado pelos dirigentes russos, porque esperam que uma ameaça militar faça pesar sobre os Estados Unidos e sobre o mundo um fardo insuportável, conduzindo a um desastre econômico. Assim, os canhões comunistas estão assestados, ao mesmo tempo, sobre objetivos econômicos e objetivos militares.»

— «A verdade é que é impossível dar a esse perigo uma data específica. Nosso programa de defesa não pode consistir em uma série de réplicas cegas e precipitadas, a tôda uma série de sinais de alarma, exigindo que concentremos tropas e material a uma cadência que não tem em conta nem o preço de venda, nem a eficácia, nem o método. Esse programa não pode ser fundado unicamente na teoria segundo a qual pode-se fixar a data de um perigo fatídico à qual nossos programas podem ser adaptados.»

Eisenhower se empenhou, em seguida, em demonstrar que a segurança é orientada por quase tudo o que o governo faz e mesmo por fatores que nada têm a ver com a construção de aviões ou o treinamento de soldados. «Essa segurança exige trocas recíprocas e equilibradas com nossos aliados», assim como uma «América industriosa e produtiva, porque aí é que está a força vital de sua potência militar.»

— «Tenho a convicção, e acredito que os russos verificam que se os Estados Unidos fossem obrigados a efetuar hoje em dia uma mobilização total, eles poderiam enfrentar não importa que desafio militar e conseguir a vitória.»

— «É impossível obter um grau máximo de segurança sem uma mobilização total de todos os nossos recursos nacionais.» Acha, entretanto, que não é essa a maneira de defender os Estados Unidos porque uatal método «obrigaria a América a imitar os métodos ditatoriais e transformaria todo o país em uma guarnição lúgubre.»

Em consequência, o governo americano se empenha em elaborar um programa equilibrado. «Longe de diminuir os esforços da América,

o governo americano deseja acelerar, concentrar esse esforço, e torná-lo mais nervoso, a fim de fazer melhor emprêgo de cada centavo dispendido. Nosso sistema de defesa ainda não atingiu o grau de eficiência que desejamos». Defendeu, em seguida, o projeto de orçamento apresentado por uma administração e que prevê uma economia de oito bilhões e meio de dólares, com relação ao projeto democrata. Pronunciou-se pela manutenção de um certo número de taxas que normalmente deviam terminar no decorrer deste ano, mas acentuou que se devia esperar uma redução do impôsto a renda a partir de janeiro de 1954.

Após ter lido o discurso, Eisenhower dirigiu algumas palavras ao público em um tom familiar. Empenhou-se sobretudo em explicar as razões pelas quais a administração republicana não pôde manter suas promessas eleitorais, no que concerne à redução dos impostos. «Há muitas pessoas que dizem: — Amamos a liberdade. Dai-nos, pois, a liberdade, mas unicamente se ela não custar mais do que 15 centavos. Estou convencido de que o povo americano nada quer ter em comum com essas pessoas.»

Comentando o esforço que pediu aos americanos, acentuou: — «Está entendido que a democracia não se prepara para uma guerra agressiva. Ela não tem absolutamente a intenção de entrar em guerra, se fôr possível evitá-la, conservando suas liberdades.» Observou, em seguida, que o orçamento estava concentrado sobre os capítulos mais «desejáveis» «E' baseado em grande parte sobre o poder aéreo, não somente da aviação mas também da marinha, que absorve sózinha a metade do orçamento naval.»

## O SR. EISENHOWER PROPOE UMA CONFERENCIA TRIPARTITE DAS POTENCIAS OCIDENTAIS

Em 21-V-53 a «Casa Branca» deu à publicidade o seguinte comunicado:

— «Os governos dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha têm estado em consulta com o fito de realizar uma conferência informal em alto nível. Concordamos em que tal reunião é desejável, em uma data conveniente a todos nós. O propósito primordial será desenvolver, ainda mais, pontos de vista comuns com esses amigos sobre os principais problemas que devem ser resolvidos cooperativamente afim de que a causa da paz mundial possa ser levada adiante.»

Ao mesmo tempo, em Londres, o Primeiro Ministro Sr. Winston Churchill, anunciava o acontecimento na Câmara dos Comuns, nos seguintes termos:

— «O Presidente Eisenhower expressou o desejo de um encontro pessoal com o Primeiro Ministro francês e comigo para discutirmos problemas comuns.»

Simultaneamente, em Paris, o Premier René Mayer comunicava o fato à Assembléia Nacional, pouco antes de ser derrubado do Governo, acrescentando alguns detalhes quanto ao local e à data da realização da conferência — seria nas Bermudas e começaria em 17 de junho.

A sequência dos acontecimentos que levou a iniciativa da reunião nas Bermudas teve início, aparentemente, com a proposta do Sr. Churchill para um encontro com a Rússia, conforme discurso de 11-V-53, transcrito anteriormente, e a reação fria, se não mesmo hostil, da parte dos Estados Unidos, o que tornou patente, ainda neste caso, uma divergência de pontos de vista entre os dois países e a necessidades de um encontro para aplainar as diferenças que os separam. Refletindo essa necessidade, o Partido Trabalhista fez na Câmara dos Comuns, em 20-V-53, uma sugestão ao Primeiro Ministro para que convidasse o Presidente Eisenhower a vir a Londres como «mischief-making» (agente perturbador), sugestão recusada pelo Sr. Churchill. Mas nesse mesmo dia, à tarde, o Presidente convocou para uma reunião não programada previamente seus três principais conselheiros de política exterior — Sr. Walter Bedell Smith, Secretário de Estado em exercício, e os Assistentes presidenciais Srs. Robert-Cutler e C. D. Jackson. Ao que consta no noticiário internacional, houve, então, consultas telefônicas a Londres e Paris e, na manhã seguinte, isto é, em 21-V-53 houve o comunicado simultâneo sobre a reunião nas Bermudas.

Ainda quanto à finalidade da projetada conferência havia divergência entre os seus participantes, como se deduz da leitura dos comunicados. O Sr. Mayer disse que «a finalidade desta conferência será definir unidade de vistas sobre os problemas a serem debatidos numa reunião de quatro potências». Na Câmara dos Comuns, em resposta ao Sr. Attlee, que lhe perguntara se as conversações dos Três

Grandes seria preliminar a «uma conversa com o Sr. Malenkov», o Sr. Churchill respondeu — «sim senhor; é minha grande esperança possamos dar um passo definido para um encontro de maior importância».

Por outro lado, a Casa Branca, nos Estados Unidos, recusou-se a comentar publicamente essas declarações, mas o Departamento de Estado observou que a reunião de Bermuda não implicava em nenhum compromisso de reunião com os russos e, logo em seguida, o Secretário de Estado, Sr. Dulles, então em Nova Delhi, afastou a idéia, dizendo duvidar de que «quaisquer resultados importantes» pudessem advir de um encontro com os líderes soviéticos enquanto eles promoviam agressão na Coreia e em Laos (\*) e se recusavam retirar suas tropas de ocupação da Austria.

#### EDITORIAL DO «PRAVDA» SOBRE «A ATUAL SITUAÇÃO INTERNACIONAL»

É o seguinte o texto completo, transmitido pela emissora soviética, do editorial da «Pravda», do dia 24 de maio último, intitulado «A atual situação internacional»:

«Nos últimos meses, em todos os países, manifesta-se grande interesse pelos passos que são dados com o objetivo de resolver as questões internacionais em litígio. Isso é natural nas atuais condições. Ninguém pode negar que nos amplos círculos internacionais aumenta o desejo de atenuar a tensão nas relações internacionais. Qualquer passo adiante para solução das questões em litígio diminuiria a ameaça de guerra, contribuiria para a cessação da corrida armamentista, ruínosa para os povos, aliviaria a situação de muitos milhões de pessoas. E, ao contrário, a manutenção da tensão na situação nacional significa a intensificação dos preparativos bélicos, novo acréscimo das despesas de guerra contínuo aumento dos impostos, cujo peso recai principalmente sobre os ombros das massas populares.

Nessas condições, todo novo passo do governo de qualquer país, neste sentido, no âmbito internacional, é objeto do mais amplo apoio não só dos governos mas também dos mais amplos círculos.

São por todos conhecidas a atenção e a simpatia com que foram acolhidas as recentes declarações dos dirigentes do governo soviético de que a URSS está disposta a resolver as questões internacionais em litígio ou pendentes à base do acordo mútuo dos países interessados. Estas declarações reforçaram a confiança dos povos em que é possível resolver os problemas internacionais amadurecidos, pois sabem os povos que as declarações do governo soviético jamais diferem dos seus verdadeiros propósitos.

Sabe-se, também, que as pessoas interessadas na conservação da paz acolheram como gesto pacífico as palavras do presidente Eisenhower em seu discurso de 16 de abril, no qual disse que «nenhuma das questões litigiosas, grande ou pequena, é insolúvel sempre que exista o desejo de respeitar os direitos de todos os demais países.» e que os Estados Unidos estão dispostos a «assumir uma parte equitativa na solução das questões internacionais em litígio», ainda que neste mesmo discurso o presidente Eisenhower tenha focalizado outros aspectos que reduzem a nada a importância positiva destas palavras.

Deve-se considerar que no novo discurso de Eisenhower, de 20 de maio, não há sequer qualquer vestígio deste gesto pacífico. Isto sem falar que as asserções não são comprovadas pelos fatos.

#### O DISCURSO DE CHURCHILL

É plenamente compreensível que o recente discurso do primeiro ministro da Grã-Bretanha, Churchill, na Câmara dos Comuns, no qual

(\*) — A propósito, o Sr. Churchill declarou em seu discurso retro transcrito, que não acreditava na responsabilidade da União Soviética pela invasão de Laos.

aborda uma série de questões que dizem respeito à tensão internacional, assim como os debates em torno deste discurso, tenham despertado atenção não só na Inglaterra mas também muito além de suas fronteiras. O primeiro ministro da Grã-Bretanha, apoiou em muitos aspectos a posição do governo dos Estados Unidos. No entanto em seu discurso se reflete também a diferença existente entre a posição da Grã-Bretanha e a posição dos Estados Unidos em relação a alguns problemas fundamentais.

Churchill dedicou considerável parte do seu discurso ao problema das relações mútuas com a União Soviética. Nem tudo o que disse, a este respeito pode ser aceito sem crítica e sem sérias objeções da opinião pública soviética. Mas agora o importante não é mostrar antes de tudo em que discordamos do primeiro ministro da Grã-Bretanha. O mais importante é salientar os aspectos que podem contribuir para resolver as questões internacionais em litígio, no interesse da paz e da segurança dos povos. No discurso de Churchill há teses que refletem o desejo de paz do governo inglês, que mostram a atitude realista do primeiro ministro da Grã-Bretanha de apreciar alguns aspectos essenciais da presente situação internacional. Essas teses foram acolhidas com agrado pelas vastas camadas sociais interessadas na conservação da paz. Ao mesmo tempo, essas teses são combatidas especialmente nos Estados Unidos da América por aqueles círculos que demonstram particular interesse em manter a atual tensão nas relações internacionais.

É digna de atenção a seguinte declaração de Churchill: «Não creio que o gravíssimo problema de harmonizar a segurança da Rússia com a liberdade e a segurança da Europa Ocidental seja insolúvel». Esta declaração pode deixar de ser vista com simpatia por aqueles que desejam verdadeiramente a solução dos problemas internacionais amadurecidos, por aqueles que odeiam a guerra, que acarreta calamidades sem limites aos povos, especialmente nas condições contemporâneas. Em nosso país a declaração de Churchill despertou atenção como um passo oportuno na presente situação internacional. Ao declarar que é possível harmonizar a segurança da URSS e dos países da Europa Ocidental, o Primeiro Ministro inglês guiou-se certamente pelos interesses de seu país. Ao mesmo tempo, não há dúvida de que uma política tendente a harmonizar os interesses nacionais da Inglaterra com os interesses da manutenção da paz e da consolidação da colaboração internacional encontrará compreensão e apoio da URSS e dos demais povos amantes da paz.

A tese apresentada por Churchill de harmonizar a segurança da União Soviética com a segurança da Europa Ocidental tem tanto maior importância, porquanto ao tratar desta questão o Primeiro Ministro britânico se referiu não somente às relações mútuas entre a Grã-Bretanha e a URSS, mas também a alguns problemas da manutenção e consolidação da paz.

#### A QUESTÃO COREANA

A situação internacional contemporânea caracteriza-se pelo grande complexidade dos problemas pendentes de solução. Neste particular Churchill mostrou melhor compreensão do que aqueles que consideram que a tentativa de discutir de uma só vez todos os problemas em litígio ou pendentes estaria condenada ao fracasso. Os

éxitos na tarefa de resolver questões tão importantes como a guerra na Coreia como o problema da Alemanha poderiam contribuir para desanuviar a tensão da presente situação internacional, preparar o terreno também para a solução de outros problemas. Conseguir a solução dos problemas internacionais era sinceramente o que tinha em vista Churchill quando declarou: «Seria errôneo considerar que não se pode resolver nada com a Rússia Soviética, se não se resolver tudo em conjunto». A solução do primeiro, segundo ou terceiro problema difícil seria um grande passo para pessoa amante da paz. Uma das questões internacionais de maior importância, em cuja solução pacífica estão interessados os povos de todos os países, é a questão coreana. E' por todos conhecida a iniciativa democrática da República Popular da China e da República Democrática Popular da Coreia, apoiada pela URSS, que abriu possibilidades reais para concluir o armistício e a cessação da guerra na Coreia. A base do acordo já conseguido na Coreia realizou-se a troca dos prisioneiros enfermos e feridos. Em 26 de abril reiniciaram-se em Pan Mun Jom as negociações sobre os prisioneiros de guerra em seu conjunto. As propostas apresentadas pela parte sino-coreana, e em particular a última proposta de 7 de maio, oferecem, como é de todo evidente para todas as pessoas imparciais, a base indispensável para solucionar praticamente este último problema que impede a conclusão do armistício, e por conseguinte a cessação da guerra na Coreia. Churchill declarou-se disposto a estudar com calma e simpatia a proposta sino-coreana e afirmou: «Não existe motivo que eu conheça para considerar que ela não pode servir de base para acordo».

Esta declaração de Churchill assim como os discursos de vários deputados ingleses na Câmara dos Comuns, que criticaram, com dureza, os representantes do comando da ONU, por criar obstáculos às negociações em Pan Mun Jom, refletiram o descontentamento crescente de todas as camadas sociais inglesas pela demora de solução do problema coreano. A continuação dos furiosos bombardeios de Pyongyang e de outras cidades e aldeias coreanas, e de cidades chinesas como Handum e outras, assim como a atitude do General norte-americano Harrison, visam frustrar as negociações de Pan Mun Jom e provocam a indignação e o protesto legítimo da Inglaterra e em todos os outros países.

Há alguns dias na Câmara Popular da Índia, o I Ministro Nehru declarou, em discurso, que a atitude de Harrison está em evidente contradição com as resoluções aprovadas no ano passado pela ONU sobre o problema dos prisioneiros de guerra. Nehru declarou abertamente que a proposta da parte coreano-chinesa deve servir de base para as negociações e «esperamos, para resolver o problema.» No entanto, devido à atitude de Harrison as negociações de Pan Mun Jom paralisaram novamente.

Diante de tal situação é perfeitamente compreensível e evidente o descontentamento pela marcha das negociações de Pan Mun Jom, expresso na Câmara dos Comuns por conhecidos líderes, como o líder trabalhista Atlee.

#### O PROBLEMA ALEMÃO

No seu discurso Churchill dedicou especial atenção ao problema alemão, qualificando-o, com justeza, como o problema dominante da



Europa. As considerações de Churchill a propósito do problema alemão demonstram especial atenção. Não obstante, as considerações feitas por Churchill sobre este problema não podem ser acolhidas, de modo algum, como a expressão do verdadeiro desejo de resolver este problema dominante internacional. Chama atenção, em primeiro lugar, o fato de Churchill não ter julgado necessário nem sequer mencionar as declarações de Yalta nem os acordos de Potsdam, em cuja elaboração ele próprio participou, e nos quais estão formulados os princípios mais importantes para a verdadeira solução do problema alemão à base do restabelecimento de uma Alemanha unida como Estado amante da paz e democrático. A significação histórica dos documentos internacionais acima mencionados consiste em que nêles estão expressos a coordenação da política concorde concretizada entre as potências ocidentais e a URSS a respeito do problema alemão, conseguida durante a guerra e referendada imediatamente ao terminar a guerra. Neste sentido os mencionados acordos para a unificação da Alemanha, como Estado pacífico e democrático, são a realização mais importante na tarefa de harmonizar a segurança da URSS e a segurança e liberdade da Europa Ocidental.

Não podem deixar de nos interessar neste momento os passos que está dando a Grã-Bretanha no terreno das relações internacionais depois do discurso do 1º Ministro e verificar se corresponderão aos princípios básicos dos acordos assinados pelas grandes potências e em que medidas podem os novos acordos entre eles cooperar para o fortalecimento da paz e da segurança dos povos. A experiência dos últimos anos comprova, porém, que a política de cancelamento, pelas potências ocidentais dos acordos concluídos, impede a solução das questões pendentes ou em litígio. Não é evidente, para todos, que a situação internacional contemporânea seria inteiramente diferente e não existiria a presente tensão internacional se se tivesse levado a prática os acordos entre as grandes potências sobre os problemas internacionais de grande importância?

A êste respeito é forçoso considerar que Churchill, não se sabe porque, julgou conveniente recordar o famoso tratado de Locarno, de 1925, que, segundo suas palavras, se baseia na simples tese de que se a Alemanha atacasse a França, a Inglaterra estaria ao lado dos franceses e se a França atacasse a Alemanha, a Inglaterra estaria ao lado dos alemães. Churchill não disse, porém, que o sistema do Locarno deixou as mãos livres ao agressor militarismo alemão. Limitando a liberdade de ação da Alemanha no oeste, o sistema de Locarno dava-lhe liberdade de ação no Leste, orientando contra a U.R.S.S. a agressão alemã. Como se sabe a política de Locarno foi um fator não pouco importante na preparação da II Guerra Mundial. A experiência histórica mostra que quando na Alemanha se dá liberdade de ação aos elementos militaristas revanchistas, quando não se aplicam medidas efetivas que garantam o desenvolvimento da Alemanha em bases pacíficas, o militarismo ressurgiu com bastante rapidez e que ninguém pode, nestas condições, garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Alemanha para com seus vizinhos. Ninguém pode garantir a êsses países que não se verão novamente ameaçados pela agressão alemã. Deve-se assinalar que inclusive do ponto de vista dos interesses da segurança da própria Grã-Bretanha, o plano de Locarno constitui uma ameaça, isto sem falar no interesse da garantia da se-

gurança dos demais países da Europa, em primeiro lugar dos vizinhos da Alemanha: a França, Bélgica, Holanda, Polónia, Tchecoslováquia e outros. Portanto, a tentativa de voltar ao plano de Locarno abriria grande margem para formar agrupamentos internacionais de uns Estados contra outros o que contribuiria invariavelmente não para a diminuição, mas para o agravamento das relações internacionais. E além disso como se pode concretizar a idéia de Locarno em relação à Alemanha contemporânea? Por que, ao tratar do tratado de Locarno, Churchill não disse nenhuma palavra sobre o restabelecimento da unidade da Alemanha, que tem decisiva importância não só para os próprios alemães mas também para garantir a segurança da Europa e do mundo inteiro?

Ao aludir às ações que atualmente são empreendidas em favor da conclusão dos tratados de Bonn e de Paris, Churchill orienta a política do governo inglês no sentido de consolidar o desmembramento da Alemanha. E ainda mais, do discurso de Churchill e deduz-se que êle considera a divisão da Alemanha não só um fato consumado mas também um fenômeno com o qual se pode até conciliar. A política do governo de sua Magestade, declarou Churchill, consiste em manter de forma decisiva o espírito e a letra de nossos acordos com a Alemanha Ocidental. «Não estamos dispostos de modo algum a renunciar ao cumprimento dos compromissos que contraímos com a Alemanha Ocidental». Não se deduz por acaso desta declaração que o espírito e a letra dos acordos concluídos entre as grandes potências com o objetivo de criar uma Alemanha unida, amante da paz democrática, são sacrificados ao espírito e à letra de todos os outros acordos concertados separadamente e que sancionam a divisão da Alemanha, a remilitarização da Alemanha Ocidental, a transformação dessa parte da Alemanha em foco de militarismo revanchista agressivo?

Deixamos à margem as afirmações inteiramente errôneas de Churchill de que a política soviética seria a causa do agravamento do problema alemão. A verdadeira causa da situação criada na Alemanha tem sido reiteradamente esclarecida pelos representantes autorizados da URSS e não há motivo para repetir êsses esclarecimentos. Colocamos também à margem as palavras bastante fortes escolhidas por Churchill para caracterizar negativamente o estado de coisas na Alemanha Oriental. Nós, certamente, poderíamos encontrar palavras não menos contundentes, e além disso muito mais verdadeiras, para caracterizar o estado de coisas na Alemanha Ocidental. Porém agora não se trata de caracterizar nosso pensamento. Deve estar claro para todos que o desmembramento da Alemanha significa o restabelecimento de um foco do perigo de guerra no centro da Europa. O povo alemão não se conforma com a perda de sua unidade, que conseguiu à custa de grandes esforços, à custa de sacrifícios enormes, há séculos atrás. Por isso a tarefa fundamental em relação à Alemanha consiste em liquidar o desmembramento atual do estado Alemão, em preparar e concluir o tratado de paz com a Alemanha, que assegure a criação de uma Alemanha unida, democrática e amante da paz, conforme os princípios do acordo de Potsdam entre as grandes potências. Por isso, o cuidado principal dos países que sofreram mais de uma vez a agressão alemã deve consistir em evitar o ressurgimento do militarismo alemão. Ao mesmo tempo devem ser garantidas tôdas as condições ao povo alemão para o desenvolvimento da indústria de paz na Alemanha, em nível



técnico e produtivo que lhe corresponde na participação da vida econômica do mundo, para fomento posterior de sua valiosa cultura nacional. Neste sentido o novo tratado de paz deve evitar o erro inqualificável destinado a escravizar uma grande nação, estabelecido no sistema de Versaillies. Não é segredo que os autores do sistema de Versaillies se preocuparam mais em impedir o restabelecimento da Alemanha como concorrente no mercado mundial do que em impedir realmente a remilitarização da Alemanha.

Silenciando sobre problemas tão importantes como a unificação da Alemanha, a conclusão do tratado de paz com ela e acentuando a fidelidade do governo inglês às suas últimas obrigações assumidas em separado em relação à Alemanha Ocidental, Churchill mergulhou em perplexidade aqueles que queriam ver no seu discurso a aspiração efetiva da solução das discordâncias existentes no mundo contemporâneo.

Chama atenção o fato de que Churchill não mencionou a existência do acordo de auxílio mútuo concluído em 1942 em Londres, com o objetivo de impedir uma nova agressão alemã. No entanto este tratado foi concluído para fortalecer a segurança tanto da URSS como da Inglaterra e se encontra em plena conformidade com documentos internacionais fundamentais sobre o problema alemão, entre eles o acordo de Potsdam.

#### O PROBLEMA AUSTRIACO

Churchill em seu discurso abordou o problema austriaco, indicando que a conclusão do tratado estatal com a Austria também contribuiria para atenuar a atual tensão internacional. Em relação com isto deve-se sublinhar que a responsabilidade direta pela demora da solução do problema austriaco recai diretamente sobre os governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França que tiveram não somente sérias vacilações, mas também retrocederam abertamente de posições anteriormente concordes entre as 4 potências. As coisas chegaram até mesmo ao ponto de as 3 potências ocidentais retrocederem em relação ao texto do tratado estatal com a Austria, que havia sido quase inteiramente concordado entre as 4 potências, depois de prolongadas discussões. Apesar desse texto concordado, foi elaborado um tratado em separado, sem a participação da URSS, o chamado tratado restrito, que viola grosseiramente os direitos da URSS, assim como os direitos democráticos do povo austriaco. Tudo isto demonstra de quem depende precisamente a possibilidade de eliminar os obstáculos para a conclusão do tratado estatal com a Austria.

#### OS DIREITOS DA CHINA POPULAR

Durante os debates na Câmara dos Comuns, diversos deputados chamaram a atenção para o fato de que em todo o discurso do 1º Ministro não foi mencionada a China. Semelhante observação tem seu fundamento. A entrada do povo chinês no amplo caminho do progresso social representa mudança essencial em toda a situação internacional. E' compreensível que isto não devia ficar à margem da atenção do Primeiro Ministro. Naturalmente houve razões para que Churchill não se referisse à questão da China. O líder trabalhista na Câmara dos Comuns, Attlee, recordou que não se pode ignorar os direitos e in-

teresses legítimos da grande República Popular da China. A China, disse Attlee, deve ocupar o lugar que lhe pertence por direito no Conselho de Segurança. Tudo indica que ela se tornou uma potência bastante forte e tem direito de ser um dos cinco grandes.

Certamente, esta declaração não se baseia na simpatia de Attlee pelo comunismo, da qual pode suspeitar unicamente Mac Arthur mas sim nos interesses reais da economia inglesa, que são como se sabe o fundamento dos interesses políticos. Attlee explica, de modo razoável, porque a Inglaterra está interessada em manter relações com a China. As esperanças que a Inglaterra depositava na ampliação do comércio com os Estados Unidos se debilitaram seriamente. O auxílio dos Estados Unidos não pôde compensar os prejuízos com a restrição do comércio. Comércio e não auxílio, eis a posição defendida por Attlee, que se pode considerar razoável do ponto de vista dos interesses essenciais da Inglaterra, e não só da Inglaterra.

Attlee censura com bastante amargura os aliados de ultramar. Obrigam-nos a não negociar com a China, inclusive com mercadorias que têm relação com o esforço militar. Nós também estamos vitalmente interessados na solução do problema chinês, como qualquer outro país, diz Attlee.

Outro destacado líder trabalhista, Bavan, fez recentemente declarações salientando ainda mais o quanto é inadmiável a solução das relações com a China. Pode ser que os sentimentos anti-comunistas de Churchill não fiquem atrás dos de outros estadistas do Ocidente que vêem a mão de Moscou em todos os movimentos nacionais-libertadores dos povos coloniais e semi-coloniais. Entretanto, como se deduz do seu discurso, não deu largas a este sentimento. Isto é demonstrado, ainda que mais não seja pela seguinte declaração sua: «Devo dizer que segundo minha opinião, que me permite manifestar, é que o repentino avanço das tropas do Vietnam na direção das fronteiras siamesas não nos deve levar a considerá-lo como se tratando de uma medida orientada pelos soviéticos.» No entanto, muitos estadistas externaram suas opiniões, demonstrando sua análise dos movimentos nacionais libertadores como sendo orientados por Moscou, apontando-os como o fator que impossibilita a compreensão mútua entre o Ocidente e o Oriente. Convém assinalar que diferentemente de outros estadistas burgueses, Churchill não se limitou a uma declaração geral sobre o desejo da solução pacífica das divergências nas relações internacionais. Apresentou proposta concreta sobre medidas a examinar de problemas amadurecidos da situação internacional.

Churchill declarou que deveria realizar-se uma conferência nas mais altas esferas, entre as principais potências, e sem grande demora. E que da conferência devem participar o mínimo possível de potência e de pessoas. Este encontro deve, em certa medida, ter um caráter extra-oficial e ser, realizado a portas fechadas, em condições de isolamento.

Como se vê Churchill não liga sua proposta para convocação da conferência a quaisquer obrigações prévias para esta ou aquela parte, como fazem outros estadistas do Ocidente. A longa e rica experiência nas relações internacionais resguarda certamente Churchill do erro elementar de pensar que na situação de relações pacíficas uma parte pode ditar à outra parte — e principalmente se esta parte é a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — condições prévias de acordo

nos problemas internacionais divergentes. Churchill não podia deixar de ter em conta a circunstância amplamente conhecida na prática internacional de que condições prévias em negociações só podem ser impostas em tempo de guerra, pela parte vencedora à parte vencida, ou por motivo de desigualdade na correlação de forças, quando a parte forte quer tirar proveito da parte fraca, sob ameaça de uma guerra insuportável, para obrigá-la a aceitar as condições impostas da paz.

Não se pode deixar de assinalar a importância das propostas apresentadas por Churchill, pois se baseia evidentemente na experiência das relações diretas de líderes de Estado, num passado recente. A repercussão favorável das propostas de Churchill em muitos países do mundo, confirmam sua importância. Dêste modo os apelos contidos no discurso de Churchill para a solução de, pelos menos, certos problemas fundamentais para atenuar o agravamento da situação na arena internacional são inteiramente oportunos na presente situação.

#### O ENCONTRO DAS BERMUDAS

Em 13 de maio apareceu uma declaração do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre o discurso do 1º Ministro Britânico. O presidente Eisenhower informa ter aprovado o texto desta declaração. Na declaração do Departamento de Estado não se nega a possibilidade de organização da conferência proposta por Churchill. Entretanto é aventada novamente a idéia de condições prévias que não se sabe porque são apresentadas unilateralmente à URSS. Resolve-se que a URSS deve fazer algo mais, não se sabe o que, para êxito das negociações em Pan Mun Jom e para a solução do tratado austríaco. Ora bem; está plenamente claro que em ambos os casos não é a URSS que tem a palavra, mas sim os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, que ainda não tomaram uma atitude justa nem em um, nem em outro caso.

Como se vê pelos comentários na imprensa, assim como pelas declarações do Departamento de Estado norte-americano, a posição de Churchill, apoiada por destacados representantes de partidos políticos ingleses, foi acolhida com moderação ou até friamente em determinados círculos responsáveis dos Estados Unidos. Possivelmente certas discordâncias de pontos de vista entre líderes estatais ingleses e norte-americanos se explica pelas contradições econômicas que se destacam cada vez mais abertamente entre eles e que estão ligados à linha de restrições ao comércio dos países europeus, que é seguida pelos Estados Unidos.

No que se refere a URSS paralelamente à atitude negativa da opinião pública soviética para com uma série de propostas concretas de Churchill, ela acolheu com interesse vários aspectos construtivos contidos no seu discurso. O futuro mostrará até que ponto expressam aqueles aspectos os verdadeiros propósitos do governo inglês, esboçados por Churchill. Não se pode deixar de reconhecer que já aparecem sintomas que não podem deixar de causar inquietação entre os homens soviéticos e entre os meios internacionais que defendem a causa da paz. Trata-se do projetado encontro dos chefes das três potências; Estados Unidos, Inglaterra e França, que segundo se diz tem a finalidade de elaborar uma linha comum, inclusive uma atitude coordenada, para ser apresentada em caso de negociações com o governo soviético. Se assim é, isto significa que as potências ocidentais pre-

tendem continuar para o futuro a linha de condições prévias à URSS. Ao mesmo tempo significa que Churchill já retrocedeu de fato, senão na letra, no espírito da sua proposta sobre a convocação da conferência das altas esferas, porquanto a participação da URSS em tal conferência só poderia realizar-se no caso em que as partes fôssem à conferência sem conter exigências fixadas previamente.

O suposto encontro dos chefes das três potências tem certamente o objetivo de elaborar essas exigências para apresentá-las à URSS. Ao mesmo tempo o encontro previamente planejado das três potências significa a continuação da velha linha, que não se justificou de modo algum, de contrapor certos Estados a outros pela diferença de ideologia ou de regime político social. Compreende-se, por isto mesmo, que a existência de novos entendimentos das potências ocidentais, no momento presente não contribuirá para desanuviar a situação internacional, mas pelo contrário pode conduzir ao agravamento ulterior da tensão nas relações internacionais. É evidente que não obstante a diferença entre os regimes sociais dos vários Estados, existem não poucos aspectos vitalmente importantes nos quais os interesses dos povos desses Estados coincidem. Esses aspectos importantes e vitais são em primeiro lugar a paz, o desenvolvimento da colaboração econômica, comercial e cultural dos povos.

A URSS está sempre disposta a examinar com seriedade e probidade qualquer proposição destinada a assegurar a paz, as relações econômicas e culturais as mais amplas possíveis, entre os Estados.

## DA CONFERENCIA DAS BERMUDAS A REUNIÃO DE WASHINGTON

Os adiamentos sofridos pela conferência das Bermudas, ocasionados pela queda do Gabinete Mayer e pela moléstia que levou o Sr. Churchill a se afastar temporariamente da direção dos negócios ingleses, fizeram com que o projeto original se modificasse. Em lugar de um encontro de chefes de governo, deliberou-se fazer uma reunião de ministros do Exterior, o que levou os países interessados a não dar maior importância à iniciativa. Desta forma, as coisas caminharam segundo os desejos da diplomacia americana, preocupada, acima de tudo, em evitar o encontro dos Quatros Grandes. E assim, decidiu-se, em vez das Bermudas, realizar a reunião em Washington.

Surpreendentemente, a conferência, de que participaram, em nome dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, respectivamente os Srs. Dulles, Lord Salisbury e Bidault, resultou numa indicação unânime a favor da realização de uma reunião de representantes das Quatro Potências. Essa consequência parece tanto mais inesperada quanto veio contrariar todos os esforços do governo americano, desde o discurso pronunciado pelo Sr. Churchill em 11 de maio, esforços reiterados pelo Sr. Dulles na própria abertura da conferência dos Três. Conhecendo a posição dos europeus, favorável ao encontro, em nível máximo, das potências ocidentais com a Rússia, os Estados Unidos se empenharam, no início da reunião de Washington, numa derradeira tentativa para retirar do temário a proposta de reunião das Quatro Potências.

O fato de que, no curso da conferência, tenha se modificado, tão brusca e radicalmente, a posição da América do Norte, pode ser atribuído a duas causas principais: o expurgo do Sr. Beria e a necessidade, por parte do governo americano, de transacionar com os europeus. O expurgo do Sr. Beria terá sido interpretado, por Washington, como sinal de que a Rússia não pretenderá mais sustentar sua anterior política de pacificação, que refletiria a influência do antigo ministro do interior. Por outro lado, o governo americano, instado pela Inglaterra e pela França para um encontro dos chefes de governo das Quatro Potências, parece ter preferido, à antiga e formal oposição a esse projeto, a adoção parcial do mesmo. A resolução de Washington revela esse compromisso. Preconiza-se a reunião dos Quatro mas, em lugar dos chefes de governo, serão os ministros do Exterior que apresentarão seus países.

Ainda não se pode, no momento em que escrevemos esta informação, antecipar qual será a reação da Rússia. O Sr. Churchill, no entanto, já manifestou seu desagrado, julgando desviados os propósitos que exprimira e insistindo para que a conferência se faça em nível máximo.

#### NOTAS DA REDAÇÃO

Por se tratar do primeiro número, houve uma demora superior à esperada na composição e impressão da revista, razão pela qual a mesma é publicada com grande atraso. Por esse motivo não estão nela referidos os acontecimentos mais recentes. O curso dos fatos, porém, veio confirmar, a nosso ver, as interpretações e previsões dos CADERNOS, pelo que julgamos desnecessário introduzir modificações no texto.

## ÍNDICE

<i>Apresentação</i> .....	1
Estados Unidos	
<i>O Orçamento dos Estados Unidos e sua política exterior</i> <i>(I. R.)</i> .....	3
<i>A ideologia do govêrno republicano e a política inter-</i> <i>nacional dos Estados Unidos (H. J.)</i> .....	9
Rússia	
<i>Panorama da U.R.S.S. (J. R. L.)</i> .....	21
Extremo Oriente	
<i>Prossegue a recuperação chinesa (I. R.)</i> .....	59
Europa	
<i>A situação europêia (C. M. A.)</i> .....	65
Nato	
<i>Reduzidos os objetivos militares fixados em Lisbôa</i> <i>(F. B.)</i> .....	72
América Latina	
<i>O semestre na Argentina (O. L. F.)</i> .....	77
<i>O M. N. R. no poder (C. L. A.)</i> .....	81
Cepal	
<i>Vº período de sessões da Comissão Econômica para a</i> <i>América Latina (J. P. A. M.)</i> .....	85

## Brasil

- × *A crise ministerial e a nova política do Sr. Getulio Vargas (H. J.)* ..... 90
- × *A eleição do Sr. Janio Quadros (H. J.)* ..... 99
- × *O processo inflacionário (E. C. L., L. R., J. P. A. M.)* 103
- × *Notas sobre o balanço do pagamento de 1953 (E. C. L., L. R., J. P. A. M.)* ..... 106

## Pesquisa

- × *Padrão de vida do proletariado de São Paulo (G. R.)* 113

## Notícias do IBESP

- × *Breve introdução ao IBESP (Redação)* ..... 118

## Informe

- × *A crise brasileira (Helio Jaguaribe)* ..... 120

## Documentário

- O processo da paz* ..... 161